

**Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Quotas Sênior da 6ª Série (o “Prospecto”) do
UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E
MERCANTIS**

CNPJ/MF nº 07.855.693/0001-43

Classificação da Austin Consultoria e Serviços Ltda.:

Quotas Sênior da 6ª Série: “AA”

Código ISIN nº BRUNNACTF069

O UNION NATIONAL Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis (“Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado em 22 de fevereiro de 2006, com prazo regular de vigência até 1º de abril de 2026 ou até 90 (noventa) dias após a data de vencimento do Direito Creditório de titularidade do Fundo que tenha a data de vencimento mais longa, o que ocorrer antes, é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Administradora”).

O Fundo é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores (“Instrução CVM nº 356”) e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O regulamento do Fundo foi registrado no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, sob o nº 1584544, em 22 de fevereiro de 2006, e suas primeira, segunda, terceira, quarta, quinta e sexta alterações registradas no mesmo ofício sob os nºs 1590867, 1594264, 1596545, 1622886, 1648504 e 1658692, em 11.05.2006, 20.06.2006, 18.07.2006, 14.05.2007, 04.04.2008 e 04.09.2008, respectivamente (“Regulamento”).

O Fundo poderá emitir 01 (uma) classe de quotas sênior (“Quotas Sênior”), as quais poderão ser divididas em Séries concomitantemente em Circulação, a serem distribuídas em 1 (uma) ou mais Distribuições. As Datas de Amortização, o valor das Amortizações Programadas e/ou das Amortizações Integrais e as condições de remuneração de cada Série de Quotas Sênior serão definidas no Suplemento da Série “n”. O Fundo poderá emitir, a qualquer tempo, 01 (uma) classe de quotas subordinadas (“Quotas Subordinadas”), em número indeterminado de quotas e em série única.

O Fundo ofertou, na 1ª Distribuição, 2.000 (duas mil) Quotas Sênior da 1ª Série, no valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo o montante de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), todas já integralmente subscritas e integralizadas. As Quotas Sênior da 1ª Série foram integralmente amortizadas em 01 de fevereiro de 2008. O Fundo ofertou, na 2ª Distribuição, 4.200 (quatro mil e duzentas) Quotas Sênior da 2ª Série, no valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo o montante de R\$105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais), todas já integralmente subscritas e integralizadas. O Fundo ofertou, na 3ª Distribuição, 4.200 (quatro mil e duzentas) Quotas Sênior da 3ª Série, no valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo o montante de R\$105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais), todas já integralmente subscritas e integralizadas. O Fundo ofertou, na 4ª Distribuição, 6.200 (seis mil e duzentas) Quotas Sênior da 4ª Série, no valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo o montante de até R\$155.000.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões de reais), todas já integralmente subscritas e integralizadas.

O Fundo está ofertando na 5ª Distribuição até 8.200 (oito mil e duzentas) Quotas Sênior da 5ª Série, no valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo o montante de até R\$205.000.000,00 (duzentos e cinco milhões de reais).

O Fundo está ofertando, na 6ª Distribuição, até 8.200 (oito mil e duzentas) Quotas Sênior da 6ª Série, no valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo o montante de até R\$205.000.000,00 (duzentos e cinco milhões de reais). Observado o mínimo de 1.000 (mil) Quotas Sênior da 6ª Série, a serem emitidas pelo Fundo, nos termos do Regulamento, no caso de serem subscritas e integralizadas, durante o período de distribuição, menos que 100% (cem por cento) das Quotas Sênior da 6ª Série objeto da presente Oferta, o saldo das respectivas Quotas não colocado será cancelado unilateralmente pela Administradora e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas Sênior da 6ª Série subscritas.

No curso da presente Distribuição, será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, observado, o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores (“Instrução CVM nº 400”), não havendo, neste caso, lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas. Neste caso, a alocação final dos lotes entre os investidores poderá ser qualitativa e discricionária, cabendo à Administradora, na qualidade de distribuidora das Quotas Sênior da 6ª Série, definir a quantidade de Quotas a serem alocadas a cada investidor, tendo em vista suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, de sorte que deverão ser assegurados: (i) que o tratamento aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos clientes da Administradora, na qualidade de distribuidor das respectivas Quotas; e (iii) que os representantes de venda da Administradora, na qualidade de distribuidor, recebam previamente exemplar do Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pela Administradora, na qualidade de distribuidor.

Protocolo CVM: os documentos referidos no §1º do Artigo 8º e no §1º do Artigo 20 da Instrução CVM nº 356 foram protocolados na CVM em 23 de fevereiro de 2006 (1ª Série), 15 de setembro de 2006 (2ª Série), 15 de maio de 2007 (3ª Série), em 05 de outubro de 2007 (4ª Série), em 08 de abril de 2008 (5ª Série) e em 15 de setembro de 2008 (6ª Série). Registro CVM nº CVM/SRE/RFD/2006/008 (1ª Série), CVM/SRE/RFD/2006/044 (2ª Série), CVM/SRE/RFD/2007/028 (3ª Série), CVM/SRE/RFD/2007/056 (4ª Série), CVM/SRE/RFD/2008/022 (5ª Série) e CVM/SER/RFD/2008/056, em 25 de setembro de 2008 (6ª Série).

As Quotas Sênior da 6ª Série serão registradas, para negociação secundária, na CETIP. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

Somente poderão participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados. Na hipótese de negociação de Quotas, caberá exclusivamente ao intermediário assegurar que os adquirentes das Quotas são Investidores Qualificados.



“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador ou demais instituições prestadoras de serviços”.

“Os investidores devem ler a Seção ‘Fatores de Risco’ deste Prospecto, nas páginas 108 a 115”.

Vide outros avisos importantes na página I deste Prospecto.

“O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo, bem como sobre as quotas a serem distribuídas”.

Administradora, Distribuidor e Estruturador

OLIVEIRA TRUST

Consultor de Crédito



UNION NATIONAL

Agência de Classificação de Risco

Custodiante



Empresa de Auditoria



Assessor Legal



A data deste Prospecto definitivo é 01 de outubro de 2008.

Avisos – ANBID

“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura”.

“As informações contidas nesse prospecto estão em consonância com o regulamento do fundo de investimento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo de investimento, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o fundo está exposto”.

“O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo de investimento e para o investidor”.

“O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC”.

“Este fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas”.

“Este fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota de comparada a de fundos similares com prazo inferior”.

“O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor”.

Outros Avisos

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SERVEM UNICAMENTE PARA FINS DE DISCUSSÃO. QUALQUER REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DAS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS É PROIBIDA.

As informações aqui contidas se referem a uma oferta de valores mobiliários que não foi e não será registrada sob o *Securities Act* de 1933 e alterações posteriores (“Securities Act”), ou qualquer outra lei estadual nos Estados Unidos da América (“EUA”) versando sobre valores mobiliários, e o emissor não será registrado sob o *Investment Company Act* de 1940, e alterações posteriores (“Investment Company Act”). Nos EUA, os valores mobiliários poderão ser ofertados somente a Investidores Institucionais Qualificados (“Qualified Institutional Buyers”) (conforme definido na Regra 144A nos termos do *Securities Act* (“Regra 144-A”). Ao adquirir qualquer Quota do Fundo, o titular concorda que tal valor mobiliário somente poderá ser oferecido, vendido, empenhado ou, de qualquer outra forma, alienado (A)(1) a uma pessoa que o alienante acredite, de forma razoável, ser um Investidor Institucional Qualificado nos termos da Regra 144-A que esteja adquirindo tal Quota por sua própria conta ou por conta de outro Investidor Institucional Qualificado que seja um adquirente qualificado para fins do artigo 3(c)(7) do *Investment Company Act*, em uma operação que atenda os requisitos de isenção do *Securities Act*, ou (2) a uma pessoa que não seja domiciliada nos EUA (“Non-U.S. Person”), conforme definido no Regulamento S nos termos do *Securities*

Act, e (B) de acordo com as leis aplicáveis a valores mobiliários nos EUA. Ademais, se a transferência de tal Quota for efetuada nos termos do item (A)(1) acima, o adquirente (e qualquer terceiro por conta de quem tal comprador esteja adquirindo tal Quota) deverá declarar que não foi formado com o objetivo específico de investir no Fundo (exceto quando o controlador de tal adquirente for um adquirente qualificado). Qualquer transferência em violação ao aqui disposto não será aceita e formalizada pela Administradora do Fundo. Cada titular de Quota do Fundo deverá notificar qualquer adquirente de tal Quota do Fundo a respeito destas restrições quanto à transferência da Quota. Cada adquirente de uma Quota do Fundo nos termos da Cláusula (A)(1) acima deverá declarar que (1) é um Investidor Institucional Qualificado nos termos da Regra 144-A adquirindo tal Quota por sua própria conta ou por conta de um Investidor Institucional Qualificado e (2) é um adquirente qualificado para os fins do *Investment Company Act*. Cada adquirente de Quota do Fundo nos termos da Cláusula (A)(2) acima deverá declarar no respectivo Termo de Adesão que é um *Non-U.S. Person* conforme definido no Regulamento S nos termos do *Securities Act*.

Este documento não está sendo distribuído e não deverá ser disponibilizado para o público em geral do Reino Unido. Este documento está sendo distribuído e direcionado apenas para pessoas no Reino Unido que tenham experiência profissional com relação a investimentos relacionados ao Artigo 19(1) do *Financial Services and Markets Act 2000 (Financial Promotion) Order 2005*. Ao receber este material, o investidor concorda que não o distribuirá ou o disponibilizará a qualquer outra pessoa. Investidores devem ler o presente prospecto, pois ele contém informações importantes sobre a Oferta. As informações aqui contidas substituem, para todos os efeitos, quaisquer outras informações previamente prestadas. Tais materiais estão sujeitos a alteração, aditamento ou complementação de tempos em tempos. Qualquer decisão de investimento no Fundo deve ser feita com base nas informações contidas neste Prospecto. Os investidores devem consultar seus assessores, auditores e outros consultores, com relação aos aspectos jurídico, fiscal, comercial, financeiro e relativos à compra destes valores mobiliários. Essas informações não representam uma oferta de venda ou uma solicitação de uma oferta de compra destes valores mobiliários em qualquer estado em que tal oferta, solicitação ou venda não seja permitida.

Nem a *Securities and Exchange Commission* nem qualquer comissão de valores mobiliários estadual nos EUA, nem a *Financial Services Authority* no Reino Unido, nem a Comissão de Valores Mobiliários no Brasil aprovou ou desaprovou a realização de um investimento nos valores mobiliários descritos neste documento. Qualquer declaração em sentido contrário poderá constituir crime.

Nenhuma informação contida neste documento deve ser interpretada como promessa ou declaração sobre desempenho passado ou futuro. As informações neste documento podem conter estimativas e expectativas de recebimento de fluxos de caixa advindos dos Direitos Creditórios, bem como envolvem elementos significativos de juízo e análise subjetivos. Nenhuma declaração é dada com relação à precisão de tais estimativas ou expectativas, nem todas as considerações relativas a tais estimativas ou expectativas foram feitas, nem que tais expectativas se concretizarão. Uma parte das informações contidas neste documento é de natureza genérica, com a intenção de oferecer uma visão geral sobre o mercado de capitais, não sendo ilustrativas da presente operação. Qualquer investidor deve ler o presente Prospecto e conduzir uma análise própria e independente das informações aqui contidas. A Administradora não espera atualizar ou revisar as informações aqui contidas, exceto por meio de eventuais exigências formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários no Brasil. Os valores mobiliários e obrigações do Fundo (a) não são emitidos pela Administradora, suas afiliadas, ou outras organizações relacionadas, (b) não constituem obrigações da Administradora ou suas afiliadas, ou outras organizações relacionadas e (c) não são garantidos pela Administradora, suas Afiliadas ou outras organizações relacionadas.

A Administradora não está agindo como consultor ou agente dos potenciais investidores. Antes de investir nas Quotas do Fundo, o potencial investidor deve determinar, sem fiar-se na Administradora ou suas

afiliadas, os riscos econômicos e méritos, bem como as características e consequências legais, fiscais e contábeis da operação, e determinar, independentemente, se é capaz de assumir tais riscos. A esse respeito, ao receber estes materiais, o investidor toma ciência de que foi avisado que (a) a Administradora não ofereceu consultoria legal, fiscal ou contábil, (b) o investidor deve compreender que pode haver relevantes riscos legais, fiscais ou contábeis relacionados a esta operação e (c) o investidor deve informar a administração de sua instituição sobre as características (e riscos) legais, fiscais e contábeis relacionados a esta operação, e sobre as ressalvas da Administradora a este respeito.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES SOBRE O DESEMPENHO PASSADO, E OUTRAS INFORMAÇÕES HISTÓRICAS RELATIVAS A CERTOS ATIVOS. O DESEMPENHO PASSADO E INFORMAÇÕES HISTÓRICAS NÃO SÃO, NECESSARIAMENTE, INDICATIVAS DE RESULTADOS FUTUROS.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS: QUAISQUER EXPECTATIVAS DE RECEBIMENTO DE FLUXOS DE CAIXA ADVINDOS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, PREVISÕES E ESTIMATIVAS AQUI CONTIDAS SÃO PREVISÕES E SE BASEIAM EM CERTAS PRESUNÇÕES QUE A ADMINISTRADORA CONSIDERA RAZOÁVEIS. EXPECTATIVAS SÃO, NECESSARIAMENTE, POR NATUREZA, ESPECULATIVAS, E É POSSÍVEL QUE ALGUMAS OU TODAS AS PREMISSAS EM QUE SE BASEIAM AS EXPECTATIVAS NÃO SE CONCRETIZEM OU DIFIRAM SUBSTANCIALMENTE DOS RESULTADOS EFETIVOS. NESSE SENTIDO, AS EXPECTATIVAS SÃO APENAS ESTIMATIVAS. RESULTADOS EFETIVOS PODEM DIFERIR DAS EXPECTATIVAS, E TAIS DIFERENÇAS PODEM SER SUBSTANCIAIS.

ALGUNS FATORES IMPORTANTES QUE PODERIAM FAZER COM QUE OS RESULTADOS EFETIVOS DIFIRAM SUBSTANCIALMENTE DAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS INCLUEM: MUDANÇAS NAS TAXAS DE JUROS, INCERTEZAS FINANCEIRAS, LEGAIS OU DE MERCADO, EVENTUAIS DIFERENÇAS NA VALORIZAÇÃO FINAL DOS ATIVOS DO FUNDO, SEUS RESPECTIVOS PRAZOS DE VENCIMENTO, BEM COMO A FREQUÊNCIA E A GRAVIDADE DA PERDA DESTES ATIVOS, DENTRE OUTROS FATORES.

CONSEQUENTEMENTE, A INCLUSÃO DE EXPECTATIVAS DE RECEBIMENTO DE FLUXOS DE CAIXA ADVINDOS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CONTIDAS NESTE DOCUMENTO NÃO DEVE SER CONSIDERADA COMO UMA DECLARAÇÃO DO FUNDO, DA ADMINISTRADORA, DO CONSULTOR DE CRÉDITO OU DE QUALQUER DE SUAS AFILIADAS OU QUALQUER OUTRA PESSOA OU ENTIDADE SOBRE OS RESULTADOS QUE SERÃO EFETIVAMENTE ATINGIDOS PELO FUNDO.

Índice

Glossário	9
Características Básicas da Distribuição das Quotas no Curso do Programa de Securitização....	21
Veracidade das Informações	23
Sumário	24
O Fundo	24
Público-Alvo	25
Fatores de Risco.....	25
Administradora	25
Outros Prestadores de Serviços.....	26
Custodiante	26
Conselho Consultivo.....	29
Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes.....	31
Custódia Física dos Documentos Comprobatórios	31
Substituição e Renúncia da Administradora, do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Agência de Classificação de Risco e do Agente Cobrador	31
Resumo dos Principais Contratos Celebrados pelo Fundo	33
Regime de Colocação das Quotas Sênior da 6ª Série	34
Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo	35
Remuneração Devida aos Demais Prestadores de Serviços do Fundo	36
Demonstrativo do Custo da Distribuição da 6ª Série de Quotas Sênior	36
Modificação da Oferta	37
Distribuição Parcial.....	37
Cronograma Etapas da Oferta.....	38
Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira	38
Política de Utilização de Instrumentos Derivativos.....	39
Portfólio do Fundo em 31 de Agosto de 2008	39
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo.....	39
Gerenciamento de Riscos.....	40
Custódia dos Outros Ativos de Titularidade do Fundo.....	41
Assembléia Geral.....	41
Aplicação de Valores e Emissão de Quotas.....	43
Amortização de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas	44
Tributação	44
Atendimento aos Quotistas	47
Critérios de Divulgação de Informações aos Quotistas	48
Procedimentos e Política de Concessão de Crédito aos Sacados e Procedimentos de Cobrança	50
Concessão de Crédito.....	50
Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes	52
Características Básicas do Programa de Securitização	54
Objetivo do Fundo e Resumo da Estrutura	54
Desenho Esquemático do Programa de Securitização	55
Procedimento de Oferta de Direitos Creditórios e de Formalização da Cessão	56
Critérios de Elegibilidade	57
Verificação dos Critérios de Elegibilidade	58
Coobrigação dos Cedentes.....	58
Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis	58

Opções de Compra.....	59
Procedimentos de Registro	60
Condições Resolutivas da Cessão	61
Eventos de Revisão	61
Eventos de Inadimplemento Contratual.....	63
Eventos de Avaliação.....	63
Eventos de Amortização Antecipada.....	64
Razão de Garantia, Índice de Liquidez e Alocação de Investimento Mínima	66
Índices do Fundo em 31 de Agosto de 2008.....	66
Amortização Antecipada para Fins de Reenquadramento de Índices	66
Procedimentos de Dação em Pagamento	67
Ordem de Aplicação dos Recursos	68
Custos Referentes à Defesa dos Titulares das Quotas Sênior.....	69
Direitos Creditórios.....	71
Dados Estatísticos dos Direitos Creditórios Integrantes da Carteira do Fundo (Incluindo Atrasos e Perdas)	71
Pré-Pagamentos, Refinanciamentos e Renegociações dos Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo	72
Possibilidade de os Direitos Creditórios Serem Acrescidos, Removidos ou Substituídos	73
As Quotas	74
Características das Quotas Sênior.....	74
Características das Quotas Subordinadas.....	77
Quotas Subordinadas em Circulação em 29 de Agosto de 2008	77
Emissão de Quotas.....	77
Amortização de Quotas.....	78
Registro e Negociação das Quotas.....	79
Características da 1ª Série de Quotas Sênior.....	80
Quotas Sênior da 1ª Série em Circulação em 31 de Agosto de 2008.....	84
Características da 2ª Série de Quotas Sênior.....	85
Quotas Sênior da 2ª Série em Circulação em 29 de Agosto de 2008.....	88
Características da 3ª Série de Quotas Sênior.....	90
Quotas Sênior da 3ª Série em Circulação em 29 de Agosto de 2008.....	93
Características da 4ª Série de Quotas Sênior.....	95
Quotas Sênior da 4ª Série em Circulação em 29 de Agosto de 2008.....	98
Características da 5ª Série de Quotas Sênior.....	99
Quotas Sênior da 5ª Série em Circulação em 29 de Agosto de 2008.....	103
Características da 6ª Série de Quotas Sênior.....	104
Fatores de Risco	109
Introdução	109
Fatores Associados ao Investimento no Fundo.....	109
Fatores Associados aos Direitos Creditórios e aos Cedentes.....	113
Potenciais Conflitos de Interesses e Transações com Partes Relacionadas	117
Utilização dos Recursos	120
Union National S.A. Fomento Mercantil	121
Introdução	121
Estrutura de Capital e Controladores	121
Administração.....	121
Administradores da Union National	122

Acordo de Acionistas.....	122
Estratégia	122
Descrição das Atividades da Union National	122
Colaboradores e Política de Recursos Humanos.....	123
Sistema de <i>Back-up</i>	123
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos.....	123
Administradora.....	124
Histórico.....	124
Estrutura e Administração.....	124
Administração de Fundos de Investimento.....	124
Custodiante.....	126
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	126
Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento	127
Anexos.....	128
Anexo 1 – Súmula da Agência de Classificação de Risco (6ª Série).....	129
Anexo 2 – Regulamento	130
Anexo 3 – Suplemento da 1ª Série de Quotas Sênior	131
Anexo 4 – Suplemento da 2ª Série de Quotas Sênior	132
Anexo 5 – Suplemento da 3ª Série de Quotas Sênior	133
Anexo 6 – Suplemento da 4ª Série de Quotas Sênior	134
Anexo 7 – Suplemento da 5ª Série de Quotas Sênior	135
Anexo 8 – Suplemento da 6ª Série de Quotas Sênior	136
Anexo 9 – Demonstrações Financeiras do Fundo.....	137
Anexo 10 – Demonstrativos Trimestrais do Fundo	138

GLOSSÁRIO

Para fins deste Prospecto, as definições contidas nesta Seção, no singular ou no plural, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm o seguinte significado:

Definições referentes ao Programa de Securitização

Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Agência de Classificação de Risco	Austin Rating (Austin Consultoria e Serviços Ltda.)
Agente	qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviço, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa
Agente Cobrador	Union National, contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, para realizar cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios Inadimplentes e dos Direitos Creditórios Provisionados, conforme o caso, nos termos do Contrato de Cobrança, ou sua sucessora no exercício de suas funções nos termos do Regulamento e do Contrato de Cobrança
Agente Escriturador	Banco Bradesco S.A.
Alocação de Investimento Mínima	fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, apurada diariamente pelo Custodiante
Amortização Integral	amortização integral das Quotas Sênior da Série “n” na Data de Amortização, promovida nos casos em que não seja prevista, no Suplemento da Série “n”, a existência de Amortizações Programadas
Amortização Não Programada	amortização antecipada, total ou parcial, de todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação, proporcionalmente e em igualdade de condições, por seu valor atualizado nos termos do Regulamento, realizada para reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia e/ou à Alocação de Investimento Mínima
Amortização Programada	amortização programada, total ou parcial, de parcela do valor de cada Quota Sênior em Circulação, promovida nas

	Datas de Amortização definidas no Suplemento da Série “n”
Amortização Programada de Quotas Subordinadas	amortização, parcial, de parcela do valor de cada Quota Subordinada em Circulação promovida em cada Data de Amortização de Quotas Subordinadas
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
Aprovação Consensual	deliberações consensuais tomadas, separadamente, em Assembléia Geral, por titulares de Quotas Sênior e por titulares de Quotas Subordinadas, observados os procedimentos definidos no Regulamento
Assembléia Geral	assembléias gerais, ordinárias e/ou extraordinárias, de Quotistas do Fundo, realizadas nos termos do Regulamento
Bacen	Banco Central do Brasil
Banco Cobrador	Banco Bradesco S.A., ou seu sucessor no exercício de suas funções atribuídas no Regulamento
Boleto de Cobrança	documento emitido pelo Banco Cobrador, conforme o caso, o qual deverá conter as seguintes mensagens, em destaque, no campo apropriado: “Direito Creditório cedido ao Cedente”
Capítulo	cada um dos capítulos do Regulamento
Cedente	pessoa jurídica, devidamente identificada por seu CNPJ/MF, da qual o Fundo esteja habilitado a adquirir Direitos Creditórios em razão de sua aprovação, nos termos do Regulamento e do respectivo Contrato de Cessão
CETIP	CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Circulação	número de Quotas devidamente subscritas e integralizadas, nos termos do Regulamento, e não integralmente amortizadas, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento
Circulação Especial	número de Quotas Sênior devidamente subscritas e integralizadas, nos termos do Regulamento, e não integralmente amortizadas ou resgatadas e as Quotas Sênior a serem subscritas e integralizadas, referente a cada Série de Quotas Sênior em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento

CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda
Condições Gerais	Condições Gerais do Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, a qual é parte integrante do Contrato de Cessão
Condições Resolutivas da Cessão	hipóteses em que considerar-se-á resolvida a cessão de qualquer dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo
Consultor de Crédito	Union National, contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, para prestar serviços de análise e seleção de Direitos Creditórios e implementar a Política de Concessão de Crédito
Conta Corrente de Créditos a Conciliar	conta corrente de titularidade do Fundo, mantida no Custodiante, na qual são depositados valores de titularidade do Fundo
Conta Corrente do Cedente	conta corrente de titularidade de cada Cedente, identificada em cada Termo de Cessão, na qual o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, efetua o pagamento do Preço de Aquisição
Conta Corrente do Fundo	conta corrente de titularidade do Fundo, mantida no Custodiante, na qual são depositadas as verbas de titularidade do Fundo, decorrentes do pagamento de quaisquer ativos de propriedade do Fundo e da integralização de Quotas
Conta de Amortização	conta corrente de titularidade do Fundo, mantida no Custodiante, na qual transitam os recursos a serem utilizados pelo Fundo na amortização das Quotas
Conta de Depósito	Conta Corrente de Créditos a Conciliar, Conta Corrente do Fundo e Conta de Amortização, em conjunto ou isoladamente
Contrato de Cessão	cada Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e cada Cedente, com interveniência do Custodiante e do Consultor de Crédito, o qual poderá conter especificidades relacionadas a cada Cedente e aos procedimentos que serão observados entre o Consultor de Crédito, a Administradora, o Custodiante e cada Cedente no

	âmbito de cada operação de cessão de Direitos Creditórios
Contrato de Cobrança	Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança e Outras Avenças, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Agente Cobrador, com interveniência do Custodiante, em 23 de maio de 2007
Contrato de Consultoria	Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria de Análise e Seleção de Direitos Creditórios, celebrado entre a Administradora e o Consultor de Crédito, em 23 de maio de 2007
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços Especiais de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, em 23 de maio de 2007
Contrato de Escrituração	Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Quotas, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e Agente Escriturador, em 23 de maio de 2007
Controle	tem o significado estabelecido no artigo 116 da Lei 6.404/76 e/ou significa o poder detido pelo acionista ou quotista que detenha 50% mais uma ação ou quota do capital votante de uma determinada Pessoa
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Bacen
CPF/MF	Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda
Crítérios de Elegibilidade	crítérios para aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo definidos no Regulamento
Custodiante	Banco Bradesco S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Data de Amortização	data em que o Fundo efetua a Amortização Integral e/ou a Amortização Programada de Quotas Sênior, observado o disposto no respectivo Suplemento da Série “n”, sendo que o Fundo não poderá emitir Quotas Sênior com Data de Amortização posterior a 31 de dezembro de 2019.
Data de Amortização de	data em que o Fundo promove a Amortização Programada

Quotas Subordinadas	de Quotas Subordinadas
Data de Aquisição	data em que a Administradora, por conta e ordem do Fundo, efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis dos Cedentes, em moeda corrente nacional, nos termos do Contrato de Cessão, e/ou quando ocorre o lançamento, nas contas correntes dos Cedentes, de Quotas Subordinadas em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Regulamento e do respectivo Contrato de Cessão
Data de Emissão	data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de determinada Série de Quotas Sênior ou de Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, respectivamente, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um “dia útil”
Data de Oferta	data em que o Consultor de Crédito envia o Layout para o Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão
Data de Verificação	5º dia útil de cada mês calendário
Direito Creditório	direito creditório a vencer de titularidade de cada Cedente, expresso em moeda corrente nacional, decorrente de operações financeiras ou comerciais, de curto, médio ou longo prazo, celebradas entre os Cedentes e os Sacados ou entre os Sacados e as Originadoras, conforme o caso, devidamente identificados pelo CPF/MF ou CNPJ/MF, conforme o caso, representados por documentos ou títulos representativos do respectivo direito de crédito, tais como duplicatas, notas promissórias ou outros títulos executivos, conforme disposto em cada Contrato de Cessão, e que se enquadrem na categoria de Direitos Creditórios performados, ou seja, cuja existência, validade e exequibilidade independam da prestação futura de qualquer contrapartida
Direito Creditório Adimplente	Direito Creditório integrante da carteira do Fundo que não seja, na respectiva data de observação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 dias contado de sua respectiva data de vencimento
Direito Creditório Elegível	Direitos Creditórios, cujas informações foram transmitidas pelo Consultor de Crédito ao Custodiante, de acordo com os procedimentos definidos no Contrato de Cessão, e que

	atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade
Direito Creditório Inadimplente	Direito Creditório integrante da carteira do Fundo que não seja um Direito Creditório Adimplente ou um Direito Creditório Provisionado
Direito Creditório Provisionado	Direito Creditório integrante da carteira do Fundo que tenha sido integralmente provisionado pelo Fundo, nos termos do COSIF e da Resolução nº 2.682, de 22 de dezembro de 1999, do CMN, e suas alterações posteriores
Diretor Designado	diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas
Distribuição	cada distribuição de Quotas do Fundo, sendo cada distribuição sujeita aos procedimentos de protocolo e registro definidos na Instrução CVM nº 356 e na Instrução CVM nº 400
Documentos Comprobatórios	documentos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios, conforme disposto no respectivo Contrato de Cessão
Documentos da Securitização	o Regulamento, o Contrato de Cessão, o Contrato de Custódia, o Contrato de Cobrança e o Contrato de Escrituração, em conjunto ou isoladamente
Empresa de Auditoria	KPMG Auditores Independentes
Evento de Amortização Antecipada	evento definido no Regulamento, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de amortização de Quotas e liquidação antecipada do Fundo
Evento de Avaliação	evento definido no Regulamento, cuja ocorrência resultará na convocação de Assembleia Geral para reavaliação sobre a continuidade do Programa de Securitização
Evento de Inadimplemento Contratual	evento definido no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de amortização de Quotas e liquidação antecipada do Fundo, previstos no Regulamento
Evento de Revisão	evento definido no Contrato de Cessão, cuja ocorrência resultará na convocação de Assembleia Geral para reavaliação sobre a continuidade do Programa de

Securitização

Fator Multiplicador ou FM

fator apurado diariamente pela Administradora considerando (a) o número e (b) as condições de remuneração das Quotas Sênior em Circulação Especial na data de apuração do FM, de acordo com a seguinte expressão:

$$FM = \frac{\left[\left[VQS_n \cdot NQS_n \left(\frac{FMS_n}{100} \right) \right] + \left[VQS_{n-1} \cdot NQS_{n-1} \left(\frac{FMS_{n-1}}{100} \right) \right] + \dots + \left[VQS_1 \cdot NQS_1 \left(\frac{FMS_1}{100} \right) \right] \right]}{VQSC},$$

onde:

VQS_n valor de VQS para a n ésima Série de Quotas Sênior, apurado na forma do Regulamento, sendo VQSa o valor de VQS para a Série de Quotas Sênior da Série “a” ou 1ª Série, e, assim, sucessivamente, apurado pelo Custodiante para a data de apuração do FM.

$$\frac{\left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}} - 1 \right\}}{\left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right]}$$

ou

(iii) o valor apurado por meio da aplicação da seguinte fórmula, na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma do Regulamento, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”:

$$\frac{\left\{ \left(\frac{Taxa Pr é}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right\}}{\left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right]}$$

FIDC	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, constituído nos termos da Instrução CVM nº 356
FIP	Fundo de Investimento em Participações, constituído nos termos da Instrução nº 391, de 16 de julho de 2003, da CVM, e suas respectivas alterações posteriores
Índice de Liquidez	valor apurado diariamente pelo Custodiante, para cada evento de Amortização Programada e/ou Amortização Integral de cada Série de Quotas Sênior em Circulação, mediante a aplicação de expressão contida no Regulamento
Informações dos Direitos Creditórios	dados referentes aos Direitos Creditórios objeto dos procedimentos de cessão previstos no Contrato de Cessão e no Regulamento, definidos em anexo específico do Contrato de Cessão
Instituições Autorizadas	(i) União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco, (ii) Banco Bradesco S.A., (iii) Banco Itaú S.A., (iv) Banco Itaú BBA S.A., (v) Banco Santander S.A., (vi) Banco Citibank S.A., (vii) Banco do Brasil S.A., (viii) Caixa Econômica Federal, (ix) Banco Safra S.A., (x) Banco Daycoval S.A., (xi) BIC Banco S.A., (xii) Banco Pine S.A., (xiii) outras instituições financeiras ou equiparadas controladas por qualquer dos bancos referidos nos itens “i” a “xii” acima, ou (xiv) outras instituições de 1ª linha que sejam aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas Sênior, reunidos em Assembléia

	Geral, observado o disposto no Regulamento
Instrução CVM nº 356	Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM, e suas alterações posteriores
Instrução CVM nº 400	Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM, e suas alterações posteriores
Instrução CVM nº 409	Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM, e suas alterações posteriores
Investidor Qualificado	Pessoa definida na Instrução CVM nº 409, habilitada a adquirir Quotas
Layout	arquivo eletrônico contendo o relatório de cessão, por meio de arquivo preparado na forma de anexo ao Contrato de Cessão, enviado pelo Consultor de Crédito ao Custodiante, com cópia para a Administradora
Nova Cedente	Pessoa que pretenda ceder Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo e que ainda não tenha sido habilitada como Cedente na forma prevista no Regulamento
Oferta	presente distribuição pública de Quotas Sênior da 6ª Série
Originadora	qualquer Pessoa devedora de Direito Creditório cedido ao Fundo, que tenha celebrado operação mercantil ou financeira com o Sacado, conforme o caso
Outros Ativos	ativos financeiros, modalidades operacionais, incluindo operações com instrumentos derivativos, e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se Direitos Creditórios
Patrimônio Líquido	patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Regulamento
Pessoa	peças naturais, peças jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio
Política de Cobrança	política de cobrança seguida pelo Agente Cobrador, definida em anexo do Regulamento
Política de Concessão de Crédito	política de concessão de crédito aplicável aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, cuja verificação da

implementação é realizada pelo Consultor de Crédito, definida em anexo do Regulamento

Potencial de Cessão	valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, apurado em cada Data de Oferta, não comprometidas com o pagamento de exigibilidades do Fundo, nos termos do Regulamento, e disponível para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, deduzido do valor, estimado pela Administradora, dos recursos necessários à contratação e manutenção de operações com instrumentos derivativos, alocados a título de margem de garantia e ajustes diários
Prazo de Vigência	prazo de vigência regular do Fundo, que será até 1 de abril de 2026 ou até 90 dias após a data de vencimento do Direito Creditório de titularidade do Fundo que tenha a data de vencimento mais longa, o que ocorrer antes
Preço de Aquisição	preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, liquidado pelo Custodiante, por conta e ordem do Fundo, aos respectivos Cedentes, em moeda corrente nacional, conforme definido no Contrato de Cessão, ou o valor presente dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo em contrapartida à integralização de Quotas Subordinadas, conforme definido no Regulamento e no Contrato de Cessão
Procuração Irrevogável	procuração outorgada pelo Cedente em favor da Administradora, por meio de instrumento público, preparada em forma de anexo ao Contrato de Cessão
Programa de Securitização	mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização, por meio dos quais os Cedentes cedem Direitos Creditórios ao Fundo, captando recursos para suas atividades
Proposta de Cessão	relatório, enviado pelo Cedente, aprovado nos termos do Regulamento, contendo a relação dos Direitos Creditórios que o mesmo está disposto a ceder ao Fundo
Quotas	Quotas Sênior ou Quotas Subordinadas, emitidas pelo Fundo em qualquer Distribuição, em conjunto ou isoladamente
Quota Sênior	quota de qualquer Série, emitida pelo Fundo em qualquer Distribuição, nos termos do Regulamento, que não se subordina às Quotas Subordinadas para efeito de amortização ou resgate, inclusive na hipótese de

	amortização ou liquidação antecipada do Fundo
Quota Subordinada	quota emitida pelo Fundo em qualquer Distribuição, nos termos do Regulamento, que se subordina às Quotas Sênior para efeito de amortização ou resgate, inclusive na hipótese de amortização ou liquidação antecipada do Fundo
Razão de Garantia	fração cujo numerador é equivalente ao somatório do valor atualizado das Quotas Sênior, deduzido do valor dos Outros Ativos, e o denominador o valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor dos Outros Ativos, apurada diariamente pelo Custodiante
Regulamento	regulamento do UNION NATIONAL Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis
Seção	seções deste Prospecto
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SERASA	Serasa S.A., empresa especializada em análises e informações para decisões de crédito
Série	qualquer série de Quotas Sênior, emitida em qualquer Distribuição pelo Fundo nos termos do Regulamento
<i>Spread</i>	percentual a ser acrescido à Taxa DI, indicado no Suplemento de cada Série “n”
Suplemento	documento preparado na forma de anexo específico do Regulamento
Taxa de Administração	montante devido à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, definidas no Regulamento e nos Documentos de Securitização
Taxa de Desconto	taxa de desconto, definida pelo Consultor de Crédito e informada pela Administradora ao Custodiante, por meio dos sistemas eletrônicos colocados à disposição para tanto, utilizada na determinação do Preço de Aquisição, sendo esta equivalente a maior entre as seguintes taxas: (i) aquela diariamente indicada pela Administradora, nos termos do Regulamento; e (ii) a Taxa DI acrescida, exponencialmente, do último Fator Multiplicador apurado pela Administradora

Taxa DI	Taxa DI- <i>over</i> , média, extra grupo, divulgada pela CETIP, válida por 1 dia útil (<i>overnight</i>), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis)
TED	Transferência Eletrônica Disponível
Termo de Cessão	termo de cessão, preparado substancialmente na forma de anexo ao Contrato de Cessão, por meio do qual os Cedentes cedem ao Fundo Direitos Creditórios
Termo de Cessão Consolidado	termo de cessão consolidado, preparado na forma do Contrato de Cessão, o qual deverá ser lavrado, quinzenalmente, por meio de instrumento público perante Tabelião de Notas da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro
Union National	Union National S.A. Fomento Mercantil

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES DA 6ª SÉRIE NO CURSO DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO

Emissor:	UNION NATIONAL Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis
Cedente:	pessoa jurídica, devidamente identificada por seu CNPJ/MF, da qual o Fundo esteja habilitado a adquirir Direitos Creditórios em razão de sua aprovação, nos termos do Regulamento e do respectivo Contrato de Cessão
Classe de Quotas objeto da presente Oferta:	1 classe de Quotas Sênior da 6ª Série
Preço Unitário das Quotas Sênior da 6ª Série:	R\$25.000,00 na 1ª Data de Emissão da respectiva Série
Administradora:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Custodiante e Agente Escriturador:	Banco Bradesco S.A.
Consultor de Crédito:	Union National S.A. Fomento Mercantil
Empresa de Auditoria:	KPMG Auditores Independentes
Agência de Classificação de Risco:	Austin Rating (Austin Consultoria e Serviços Ltda.)
Data de Emissão:	data em que os recursos, em moeda corrente nacional, decorrentes da integralização das Quotas Sênior da 6ª Série, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um “dia útil”
Amortizações Programadas:	cada Quota Sênior poderá ser objeto de 1 ou mais amortizações programadas, parciais ou totais, nas Datas de Amortização definidas no Suplemento da Série “n”. O Fundo não poderá emitir Quotas Sênior com Data de Amortização posterior ao Prazo de Vigência
Amortização Integral:	as Quotas Sênior da Série “n” serão integralmente amortizadas na Data de Amortização, promovida nos casos em que não seja prevista, no Suplemento da Série “n”, a existência de Amortizações Programadas

Vide Seção “Características da 6ª Série de Quotas Sênior” deste Prospecto.

VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

A Administradora é responsável pela consistência, qualidade, veracidade e suficiência das informações encaminhadas à CVM por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição das Quotas.

Neste sentido, a Administradora tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas neste Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o presente Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iii) o presente Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

A Administradora, que também atua como distribuidor, declara que este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas ofertadas, do Fundo, de suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, bem como que este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, nos termos do §5º do artigo 56 da Instrução CVM nº 400.

A Union National declara que as informações contidas neste Prospecto, referentes às suas atividades e situações econômico-financeiras, bem como aos Cedentes, são verdadeiras, consistentes e corretas.

O registro não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.

Maiores informações sobre o Fundo ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto à Administradora ou à CVM.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. Possíveis adquirentes das Quotas devem ler cuidadosamente este Prospecto e o Regulamento, com especial atenção às disposições relativas ao objeto e às políticas de investimento do Fundo, procedimentos e prazos de amortização e resgate de Quotas, bem como a descrição dos fatores de risco a que este está exposto.

SUMÁRIO

Este sumário foi elaborado com base nas informações constantes do presente Prospecto.

O Fundo

O UNION NATIONAL Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis foi constituído em 22 de fevereiro de 2006, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de vigência regular até 1º de abril de 2026 ou até 90 dias após a data de vencimento do Direito Creditório de titularidade do Fundo que tenha a data de vencimento mais longa, o que ocorrer antes. O Regulamento foi registrado, em 22 de fevereiro de 2006, no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, sob o nº 1584544, tendo sido suas primeira, segunda, terceira, quarta e quinta alterações registradas no mesmo ofício sob os nºs 1590867, 1594264, 1596545, 1622886 e 1648504, em 11.05.2006, 20.06.2006, 18.07.2006, 14.05.2007, 04.04.2008 e 04.09.2008, respectivamente. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, da Instrução CVM nº 356 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os documentos referidos no § 1º do artigo 8º e no §1º do artigo 20 da Instrução CVM nº 356 foram protocolados na CVM em 23 de fevereiro de 2006 (1ª Série), 15 de setembro de 2006 (2ª Série), 15 de maio de 2007 (3ª Série), em 05 de outubro de 2007 (4ª Série), em 08 de abril de 2008 (5ª Série) e em 15 de setembro de 2008 (6ª Série).

Registros CVM nºs CVM/SRE/RFD/2006/008 (1ª Série), CVM/SRE/RFD/2006/044 (2ª Série), CVM/SRE/RFD/2007/028 (3ª Série), CVM/SRE/RFD/2007/056 (4ª Série), CVM/SRE/RFD/2008/022 (5ª Série) e CVM/SER/RFD/2008/056, em 25 de setembro de 2008 (6ª Série).

O Fundo iniciou suas atividades em 10 de maio de 2006.

O Fundo tem por objeto precípua adquirir Direitos Creditórios. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será realizada nos termos de cada Contrato de Cessão e do Regulamento, em caráter definitivo. Os Cedentes respondem pela solvência dos Sacados em caráter solidário, pela liquidação de suas obrigações pecuniárias decorrentes dos Direitos Creditórios, sendo ainda responsáveis pela existência e correta formalização dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão.

Vide Seção “Procedimento de Oferta de Direitos Creditórios e de Formalização da Cessão”, com referência aos procedimentos de constituição dos Direitos Creditórios e de sua cessão ao Fundo.

O Fundo emitirá Quotas Sênior para captar recursos, em moeda corrente nacional, necessários à aquisição dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes de sua carteira.

As Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo.

Público-Alvo

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de FIDCs padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se enquadrarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409.

O investimento nas Quotas não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Quotas no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr os riscos relacionados a investimentos em FIDCs e/ou aos Direitos Creditórios que compõem sua carteira. Os investidores devem analisar cuidadosamente a Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto antes de tomar uma decisão de investimento relativa à presente Oferta.

Fatores de Risco

A aplicação no Fundo apresenta riscos para os Quotistas. Antes de tomar uma decisão de investimento, potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações contidas neste Prospecto e avaliar os fatores de risco aqui descritos que refletem as especificidades do Programa de Securitização. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, poderá ocorrer atraso, por tempo indeterminado, na restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Vide Regulamento, Capítulo Dez – “Dos Fatores de Risco” e Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

Administradora

O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91.

A Administradora tem por função precípua praticar todos os atos de gestão ordinária do Fundo nos termos da Instrução CVM nº 356 e do Regulamento, de modo a manter sua boa ordem legal, operacional e administrativa. Os deveres e as obrigações da Administradora encontram-se definidos no Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo Sete – “Da Administradora”.

Outros Prestadores de Serviços

Auditoria:	KPMG Auditores Independentes Rua Renato Paes de Barros, nº 33 04530-904 São Paulo – SP
Classificação de Risco:	Austin Consultoria e Serviços Ltda. Rua Bertioga, nº 514 04141-100 São Paulo - SP
Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas:	Banco Bradesco S.A. Cidade de Deus, S/N, Vila Yara 06029-900 Osasco – SP
Consultor de Crédito:	Union National Avenida Angélica, nº 745 – 11º andar 01227-000 São Paulo – SP
Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes:	Union National Avenida Angélica, nº 745 – 11º andar 01227-000 São Paulo – SP
Custódia Física dos Documentos Comprobatórios:	Union National Avenida Angélica, nº 745 – 11º andar 01227-000 São Paulo – SP

Tabela 1: Outros Serviços.

Custodiante

O Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, presta, ao Fundo, os serviços de custódia, controladoria e escrituração das Quotas.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- verificar, na Data de Aquisição, se os Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- observar o cumprimento, pelo Fundo, dos percentuais contidos no Regulamento;

- c) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos de Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- d) receber e analisar, diretamente ou por meio de seus Agentes, a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, nos termos do Regulamento;
- e) movimentar as Contas de Depósito, observadas as instruções passadas pela Administradora;
- f) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora ou pelo prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, conforme o caso:
 - i) extratos das Contas de Depósito e comprovantes de pagamento de valores liquidados pelo Fundo na Conta Corrente do Cedente;
 - ii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados pelos Cedentes ou por seus Agentes;
 - iii) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
 - iv) registros eletrônicos da Base de Dados do Fundo, relatórios preparados nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua responsabilidade;
- g) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos nos itens “i” e “ii” da alínea “f” acima;
- h) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, transferidos, a qualquer título, pelos Sacados, pelos Cedentes, pelo Agente Cobrador ou por seus Agentes para as Contas de Depósito, os quais deverão ser creditados, após a sua conciliação e trânsito em contas intermediárias de titularidade do Fundo, na Conta Corrente do Fundo, sendo expressamente vedado o crédito destes valores em qualquer outra conta corrente;
- i) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as verbas recebidas deverão ser exclusivamente creditadas, após a sua conciliação e trânsito em contas intermediárias de titularidade do Fundo, na Conta Corrente do Fundo, sendo expressamente vedado o crédito destes valores em qualquer outra conta corrente;
- j) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos no Regulamento e no respectivo Contrato de Cessão;

- k) apurar e colocar à disposição da Administradora, diariamente, o valor da Razão de Garantia, do Índice de Liquidez e da Alocação de Investimento Mínima;
- l) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais;
- m) somente acatar ordens passadas por pessoa(s) autorizada(s) da Administradora, desde que as mesmas estejam de acordo com o previsto no Regulamento; e
- n) verificar, trimestralmente ou na periodicidade mínima exigida pela regulamentação pertinente, por amostragem, o lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, comunicando à Administradora e à Agência de Classificação de Risco do Fundo o resultado dessa verificação e eventuais irregularidades apontadas na mesma. Independentemente do disposto nesta alínea, o Custodiante poderá verificar, a qualquer momento e desde que em data e horário comercial, a existência e formalização dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, tudo nos termos do Contrato de Custódia e no Contrato de Cessão.
- n.1) a verificação referida na alínea “n” acima, poderá ser realizada por terceiro contratado pelo Custodiante, sob suas expensas e responsabilidade.

n.2) Para a verificação a ser realizada, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

(i) para a primeira verificação a ser realizada, deverá ser considerada a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, enquanto que para as demais verificações serão consideradas apenas os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada de titularidade do Fundo. A análise da documentação será realizada utilizando os procedimentos de auditoria por amostragem, e dependerá de alguns estudos estatísticos, sendo realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos Creditórios;

(ii) a determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis para verificação nos termos da alínea “i” acima, será realizada mediante aplicação da seguinte fórmula matemática:

$n_o =$	$\frac{1}{E_o^2}$	$n =$	$\frac{N \times n_o}{N + n_o}$

Onde:

E_o = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados); e,

N = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

(iii) A seleção da amostra de Direitos Creditórios Elegíveis para verificação será obtida da seguinte forma: (i) divide-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada k elementos, retira-se um ponto para amostra.

(iv) A verificação será realizada uniformemente, ou seja, não considerando os parâmetros de diversificação de devedores quando da verificação do lastro.

(v) O Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios.

(vi) Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso III, do artigo 8º da Instrução CVM nº 356, a Administradora considerará as informações fornecidas pelo Custodiante após o término do trimestre do exercício social, retroativas aos últimos três meses.

Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia.

Vide Regulamento, Capítulo Dezessete – “Do Custodiante” e Seção “Custodiante” deste Prospecto.

Conselho Consultivo

O Fundo conta com um Conselho Consultivo, composto por 3 membros, sendo 1 conselheiro escolhido pela maioria dos titulares das Quotas Subordinadas, 1 conselheiro escolhido pela maioria dos titulares das Quotas Sênior, reunidos em Assembleia Geral, e 1 conselheiro escolhido pela Administradora, os quais definirão os procedimentos de convocação e deliberação do conselho. O Diretor Designado ou seu representante deverá necessariamente comparecer a todas as reuniões do Conselho Consultivo.

As deliberações do Conselho Consultivo serão sempre tomadas pela unanimidade de seus membros e não serão vinculativas. Assim, o Consultor de Crédito será responsável por todos os atos que orientar o Fundo a praticar, independentemente do que vier a ser deliberado pelo Conselho Consultivo.

O Consultor de Crédito submeterá ao Conselho Consultivo previamente à realização, pelo Fundo, dos seguintes negócios jurídicos ou transações:

- a) a aquisição de Direitos Creditórios ofertados por uma Nova Cedente, observada a Política de Concessão de Crédito, as recomendações passadas pelo Consultor de Crédito e o procedimento descrito no Regulamento.
- b) a definição do preço de alienação dos ativos de titularidade do Fundo, nos termos do Regulamento;
- c) a emissão de novas Séries de Quotas Sênior; e
- d) a contratação, por conta e ordem do Fundo, operações em mercado de derivativos, incluindo operações de *hedge*.

Por solicitação do Consultor de Crédito, o Conselho Consultivo poderá aconselhar a inclusão de Nova(s) Cedente(s) de Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos da alínea “a” acima, sendo que nenhuma operação de cessão de créditos será efetuada até que esta(s) Nova(s) Cedente(s) seja(m) aprovada(s), prévia e expressamente, pelo Consultor de Crédito e pela Administradora, podendo esta última vetar a respectiva inclusão. Caso haja indicação de Novas Cedentes pelo Consultor de Crédito, este solicitará aos membros do Conselho Consultivo, orientação a respeito da inclusão das respectivas Novas Cedentes. Tal orientação dos membros do Conselho Consultivo deverá ser encaminhada inicialmente por meio eletrônico (*e-mail*) à Administradora e ao Consultor de Crédito. Caso aprovada a inclusão de Nova Cedente, o ocorrido deve ser informado pela Administradora ao Custodiante. A cessão dos Direitos Creditórios ofertados pelas Novas Cedentes ao Fundo somente poderá ocorrer após: (i) recebimento de comunicação enviada pela Administradora ao Custodiante neste sentido; e (ii) a realização das adaptações necessárias no sistema do Custodiante, de forma que o Custodiante esteja apto a cumprir integralmente com as suas obrigações para com o Fundo nos termos deste Regulamento e dos demais Documentos da Securitização.

O Conselho Consultivo deverá se reunir, a cada 3 meses, para ratificar a aprovação das Novas Cedentes indicadas pelo Consultor de Crédito, sendo outrossim permitida a realização de atos, pelo Fundo, durante o período em que o Conselho Consultivo não houver ratificado suas deliberações neste sentido.

O resultado das orientações passadas pelo Conselho Consultivo, nos termos acima descritos, poderá ser acatado pelo Fundo e tal acatamento é de total e exclusiva responsabilidade do Consultor de Crédito, não podendo o Conselho Consultivo, a Administradora, o Custodiante, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum responder, em nenhuma hipótese, pela seleção e/ou pela boa ordem dos critérios de escolha dos Direitos Creditórios constantes da Proposta de Cessão ou por qualquer perda, dano ou prejuízo incorrido pelos Quotistas, decorrente de orientação do Conselho Consultivo e decisão tomada pelo Consultor de Crédito, sem prejuízo da responsabilidade da Administradora na inclusão da Nova Cedente, aprovada em seu comitê interno.

As deliberações adotadas nas reuniões do Conselho Consultivo deverão ser lavradas em atas próprias, assinadas por todos os presentes, as quais deverão ser arquivadas na sede da Administradora.

Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes

A Union National será a responsável pela implementação dos procedimentos de cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios Inadimplentes e dos Direitos Creditórios Provisionados, conforme o caso, inclusive por meio da contratação de serviços terceirizados de cobrança, na qualidade de prestadora de serviços especialmente contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança. Os deveres e as obrigações da Union National, relacionados aos serviços de cobrança dos Direitos Creditórios relativos aos Direitos Creditórios Inadimplentes, encontram-se definidos no Contrato de Cobrança.

Vide Seções “Procedimentos de Cobrança” deste Prospecto.

Custódia Física dos Documentos Comprobatórios

Os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo deverão ser custodiados por instituição custodiante devidamente autorizada à prestação desse serviço, nos termos da Instrução CVM nº 356.

Nos termos dos Contratos de Custódia Física, a Union National S.A. Fomento Mercantil, sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, nº 745, conjunto 111, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.841.560/0001-92, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pela custódia física e guarda dos Documentos Comprobatórios, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Substituição e Renúncia da Administradora, do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Agência de Classificação de Risco, Agente Cobrador e do Consultor de Crédito

Nos termos do Regulamento, os Quotistas poderão solicitar convocação de Assembléia Geral para deliberar a substituição da Administradora ou do Custodiante. Para tanto, os respectivos Quotistas deverão encaminhar à Administradora correspondência registrada e protocolada contendo as razões e os motivos da solicitação e a indicação do nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 3 instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora ou do Custodiante, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas não poderá ser superior em 20% do valor da Taxa de Administração ou da remuneração devida ao Custodiante, conforme o caso.

Imediatamente após o recebimento da correspondência acima referida, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral para que a substituição da respectiva instituição seja deliberada pelos Quotistas, nos termos do Regulamento.

No curso da Assembléia Geral convocada pela Administradora nos termos acima descritos, os Quotistas titulares da maioria das Quotas em Circulação terão o direito de escolher instituição para exercer as funções da Administradora, do Gestor ou do Custodiante, conforme o caso.

A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no periódico referido no Regulamento e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 dias e, no máximo, 30 dias, contado da data em que os Quotistas sejam comunicados da decisão da Administradora, nos termos aqui descritos. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, nos termos do Regulamento, até a conclusão dos procedimentos de dação em pagamento. A Administradora permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 90 dias contado da data de realização da Assembléia Geral acima referida ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pelos Quotistas. O prazo de 90 dias acima referido poderá ser automaticamente prorrogado por uma única vez por igual período, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e obrigações da Administradora e comprometa-se a desempenhá-los de acordo com os termos e condições do Regulamento.

A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 dias úteis, contado da realização da respectiva Assembléia Geral ou, conforme o caso, antes do término do prazo acima estabelecido, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou por qualquer de seus Agentes, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

É considerado um Evento de Avaliação, que ensejará a convocação de uma Assembléia Geral para avaliar o grau de comprometimento do Programa de Securitização, renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento.

O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a este atribuídas nos termos do Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Securitização. Neste caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 60 dias, prorrogáveis por mais 60 dias, contado do envio à Administradora de comunicação, por escrito, informando-a de sua renúncia.

É considerado um Evento de Avaliação, que ensejará a convocação de uma Assembléia Geral para avaliar o grau de comprometimento do Programa de Securitização, a rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos.

Os Quotistas titulares de 5% das Quotas em Circulação poderão solicitar convocação de Assembléia Geral para deliberar a substituição da Empresa de Auditoria, da Agência de Classificação de Risco, do Agente Cobrador e/ou do Consultor de Crédito. Ademais, a Empresa de Auditoria poderá renunciar a qualquer tempo às funções a este atribuídas nos termos do Regulamento. Em qualquer destas hipóteses, os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral convocada para tal fim, poderão deliberar a substituição da Empresa de Auditoria.

É considerado um Evento de Amortização Antecipada, que ensejará a liquidação antecipada do Fundo, a substituição do Consultor de Crédito.

Resumo dos Principais Contratos Celebrados pelo Fundo

Contrato de Cessão

Por meio de cada Contrato de Cessão já celebrado ou que vier a ser firmado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e cada Cedente, com interveniência do Custodiante e do Consultor de Crédito, o respectivo Cedente prometeu ou prometerá, conforme o caso, ceder Direitos Creditórios ao Fundo, incluindo todos e quaisquer direitos, prerrogativas e garantias, principais ou acessórios, assegurados em razão de sua titularidade. O Fundo, por sua vez, prometeu ou prometerá, conforme o caso, adquirir do respectivo Cedente, durante o prazo de vigência do respectivo instrumento, em regime de melhores esforços e observados os termos e as condições estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento, os objetivos do Fundo e a discricionariedade da Administradora, os Direitos Creditórios Elegíveis a este oferecidos. A parcela do Preço de Aquisição a ser paga ao Cedente, em moeda corrente nacional, é limitada ao valor do Potencial de Cessão aplicável na ocasião.

Para mais informações sobre os procedimentos de oferta de Direitos Creditórios e de formalização da cessão, o preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, os procedimentos de registro, as Condições Resolutivas da Cessão, os Eventos de Revisão, os Eventos de Inadimplemento Contratual e os negócios restritos, contidos no Contrato de Cessão, vide Seção “Características Básicas do Programa de Securitização”.

Custódia dos Ativos do Fundo e Escrituração de Quotas

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, nos termos do Contrato de Custódia, contratou o Custodiante para prestar, ao Fundo, serviços de custódia qualificada, controladoria e liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM nº 356.

O Custodiante do Fundo é, ainda, o Agente Escriturador, responsável pelos serviços de escrituração das Quotas, nos termos do Contrato de Escrituração.

Contrato de Cobrança

Nos termos do Contrato de Cobrança, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Agente Cobrador, com interveniência do Custodiante, o Agente Cobrador é o responsável pela implementação, por conta e ordem do Fundo, de todos os procedimentos de cobrança, extrajudicial e judicial, conforme o caso, dos Direitos Creditórios Provisionados e dos Direitos Creditórios Inadimplentes, inclusive por meio da contratação, às suas expensas, de serviços terceirizados de cobrança.

Contrato de Consultoria

Observado o disposto no Contrato de Consultoria, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Consultor de Crédito, através do qual este último obriga-se a prestar serviços de análise e seleção de Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo, bem como a verificar a implementação de Política de Concessão de Crédito no caso dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo.

Regime de Colocação das Quotas Sênior da 6ª Série

A Administradora será responsável pela distribuição das Quotas Sênior da 6ª Série, observados as seguintes condições:

- *Regime de Colocação:* melhores esforços de colocação.
- *Comissão de Colocação:* independentemente da quantidade de Quotas Sênior da 6ª Série colocada, a Administradora não fará *jus* ao recebimento de qualquer comissão pela distribuição das respectivas Quotas.
- *Garantia de Liquidez:* a Administradora, na qualidade de distribuidor das Quotas Sênior da 6ª Série, não celebrou contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Quotas, nem será constituído fundo de sustentação.

Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo

Taxa de Administração:	remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) R\$12.000,00 mensais para os 3 primeiros meses de operação do Fundo e de R\$15.000,00 mensais a partir do 4º mês de operação do Fundo, inclusive, ou (ii) o valor correspondente a 1/12 da taxa de 0,50% ao ano, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo até o montante de R\$200.000.000,00, acrescido do valor correspondente a 1/12 da taxa de 0,15% ao ano, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que acrescer R\$200.000.000,00, até o montante de R\$500.000.000,00, acrescido do valor correspondente a 1/12 da taxa de 0,05% ao ano, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que superar R\$500.000.000,00, acrescida (i) dos valores dos tributos incidentes sobre pagamentos da espécie, a saber: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), Imposto de Renda Retido na Fonte e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a Taxa de Administração, com exceção do imposto de renda pago pela Administradora; (ii) o valor correspondente a 1/12 da taxa anual de 0,50%, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido; e (iii) R\$1.600,00 mensais. O valor previsto no item (iii) será corrigido anualmente, sempre no mês de janeiro, pela variação do Índice de Preços ao consumidor da FIPE (IPC - FIPE) do ano anterior, ou na sua falta, pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado), ou, na falta de ambos, do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).
Taxa de Ingresso:	Não há.
Taxa de Saída:	Não há.
Taxa de performance:	Não há.
Encargos do Fundo:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Taxa de Administração; 2. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo, inclusive taxa de registro do Fundo devida à CVM; 3. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente; 4. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos; 5. honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora; 6. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo; 7. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido; 8. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral; 9. taxas de custódia de ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo o registro dos competentes instrumentos jurídicos; 10. contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e 11. despesas com a contratação de agência de classificação de risco.

Tabela 2: Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo.

Remuneração Devida aos Demais Prestadores de Serviços do Fundo

Nos termos do Contrato de Cobrança, o Agente Cobrador faz jus a uma remuneração anual no valor de R\$ 500,00, devida pelo Custodiante, às suas expensas.

Observado o disposto no Contrato de Custódia, pela prestação dos serviços de custódia e demais serviços previstos no Contrato de Custódia, o Custodiante faz jus a uma remuneração mensal, devida pelo Fundo, nos termos do inciso VIII do artigo 56 da Instrução CVM nº 356, equivalente ao maior valor entre 0,30% a.a. e o valor mínimo mensal de R\$20.000,00.

Conforme o Contrato de Escrituração, o Agente Escriturador faz jus a remuneração mensal, devida pelo Administrador, equivalente a R\$750,00.

Observado o disposto no Contrato de Consultoria, o Consultor de Crédito faz jus a remuneração mensal, devida pelo Administrador, equivalente a: (i) 0,5% ao ano sobre o Patrimônio Líquido em montante até R\$340.000.000,00; (ii) 0,6% ao ano sobre o montante do Patrimônio Líquido entre R\$340.000.000,01 até R\$500.000.000,00; e (iii) 0,5% ao ano sobre o montante do Patrimônio Líquido que exceder os R\$500.000.000,00.

Nos termos do último contrato de prestação de serviços de auditoria independente específico celebrado, a Empresa de Auditoria fez jus à remuneração, devida pelo Fundo, no respectivo ano equivalente a R\$19.387,00, nos termos do inciso IV do artigo 56 da Instrução CVM nº 356.

Por fim, nos termos de contrato de prestação de serviços específico, a Agência de Classificação de Risco faz jus à remuneração anual, devida pelo Fundo, equivalente a R\$20.000,00, nos termos do inciso X do artigo 56 da Instrução CVM nº 356.

Demonstrativo do Custo da Distribuição da 6ª Série de Quotas Sênior

Custo	% em relação ao valor da Distribuição da 6ª Série de Quotas Sênior (R\$205.000.000,00)	Montante (R\$)
Taxa de Registro na ANBID	0,002%	4.100,00
Taxa de Registro na CVM (*)	0,040%	82.870,00
Despesas de Marketing (incluindo publicação de anúncios) (*) (**)	0,020%	40.000,00
Assessoria Legal	0,012%	25.000,00
Agência de Classificação de Risco (*)	0,006%	12.000,00
Total	0,08%	163.970,00

(*) Valores pagos diretamente pelo Consultor de Crédito.

(**) Valores estimados

Custo Unitário de Distribuição da 6ª Série de Quotas Sênior

Valor Unitário Quota Sênior da 6ª Série	Custo Unitário de Distribuição da 6ª Série de Quotas Sênior	% em relação ao valor unitário da Quota Sênior da 6ª Série
R\$25.000,00	R\$ 19,99634	0,08%

Modificação da Oferta

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM nº 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Administradora de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do respectivo pedido de registro perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Quotistas. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início de distribuição das Quotas. A Administradora deverá acautelar-se e certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 5 dias úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência à Administradora ou em sua sede, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à oferta, restituir-se-ão os valores aos investidores.

Distribuição Parcial

Será admitida a distribuição parcial das Quotas Sênior da 6ª Série emitidas, sendo que, na hipótese de distribuição parcial das Quotas Sênior não haverá restituição de qualquer importância aos investidores, tampouco rateio de qualquer espécie. A manutenção da presente oferta está condicionada à subscrição de, no mínimo, 1.000 Quotas Sênior da 6ª Série. O investidor poderá, a seu critério, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, condicionar sua adesão à presente oferta a que haja distribuição (i) da totalidade das Quotas Sênior da 6ª Série ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Quotas Sênior da 6ª Série.

Cronograma Etapas da Oferta

Evento	Data Estimada*
Disponibilização do Prospecto definitivo	15/09/2008
Data do protocolo do pedido de registro junto à CVM	15/09/2008
Data da concessão de registro de oferta pública na CVM	22/09/2008
Publicação do Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Sênior da 6ª Série	23/09/2008
Liquidação Financeira	23/09/2008
Encerramento da Distribuição	20/03/2009
Publicação do Anúncio de Encerramento da Distribuição	23/03/2009

(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e atrasos adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora.

Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira

As aplicações do Fundo estarão sujeitas aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observados os termos e as condições do Regulamento.

O Fundo poderá manter ou aplicar seu Patrimônio Líquido de acordo com a tabela a seguir.

Composição da Carteira	Percentual em Relação ao Patrimônio Líquido	
	Mínimo	Máximo
a) Direitos Creditórios	50%	100%
b) moeda corrente nacional	0%	50%
c) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen	0%	50%
d) cédulas ou certificados de cédulas de crédito bancário que contem com coobrigação de qualquer das Instituições Autorizadas	0%	50%
e) fundo(s) de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenha(m) seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, de emissão ou coobrigação de Pessoa que seja considerada, nos termos dos normativos das instituições reguladoras, como de baixo risco de crédito e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas	0%	50%

Tabela 3: Política de Investimento e Composição e Diversificação da Carteira.

Com relação às cédulas ou certificados de cédulas de crédito bancário que contem com coobrigação de qualquer das Instituições Autorizadas, o total consolidado de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seus respectivos controladores, de sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, inclusive na hipótese de contratação de operações compromissadas, não poderá exceder a 20% do Patrimônio Líquido.

De acordo com os Critérios de Elegibilidade constantes do Regulamento, a partir do 90º dia após a primeira integralização de Quotas, considerada, *pro-forma*, a cessão pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos pelo

respectivo Sacado em cada Data de Aquisição, não é superior a 10% do valor do Patrimônio Líquido na ocasião.

É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo. É expressamente vedada a aquisição, pelo Fundo, de ativos de renda variável.

É facultado ao Fundo, a exclusivo critério da Administradora, realizar operações compromissadas, tendo necessariamente como contraparte qualquer das Instituições Autorizadas.

É vedada a realização de qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro ou aquelas compromissadas ou com derivativos, em que a Administradora, quaisquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por esta direta ou indiretamente controladas, a esta coligada ou outras sociedades sob controle comum figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes.

Política de Utilização de Instrumentos Derivativos

O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista, até o limite dessas, observado o disposto no Regulamento.

As operações do Fundo com derivativos devem ser sempre realizadas em mercados organizados, administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, devidamente constituídas. No caso de operações de *swap*, as respectivas operações devem ser exclusivamente realizadas na modalidade “com garantia”. É expressamente vedada a realização de operações de venda de opções de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título.

Portfólio do Fundo em 31 de Agosto de 2008

Portfólio	R\$
Disponibilidades	1.000,00
Quotas de fundos de investimento	67.920.227,50
Cédulas de Crédito Bancário	0,00
LFT	0,00
Provisão de Receitas / Despesas	3.292.874,37
Direitos Creditórios:	
- Direitos Creditórios a vencer (valor presente)	620.037.454,33
- Direitos Creditórios em atraso	2.473.695,95
- PDD*	(220.534,93)
TOTAL	693.504.717,22

* Provisão para Devedores Duvidosos.

Fonte: Administradora.

Tabela 4: Portfólio do Fundo em 31 de agosto de 2008.

Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo

Os Outros Ativos deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, quando houver, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos FIDCs.

Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

As perdas e provisões com os Direitos Creditórios ou com os Outros Ativos serão reconhecidas no resultado do período, observados as regras e os procedimentos definidos no COSIF e da Resolução nº 2.682, de 22 de dezembro de 1999, do CMN, e suas alterações posteriores. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

As demonstrações financeiras do Fundo, acompanhadas da respectiva análise da Administradora, bem como as demais informações periódicas do Fundo, disponíveis na data deste Prospecto, encontram-se no “Anexo 9 – Demonstrações Financeiras do Fundo” deste Prospecto.

Gerenciamento de Riscos

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A política de investimento do Fundo, bem como o nível desejável de exposição a risco, definidos no Regulamento, são determinados em comitê do qual participam os diretores da Administradora.

A Administradora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas pelo comitê acima referido, o qual traça os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* completamente separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza

modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

Vide Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

Custódia dos Outros Ativos de Titularidade do Fundo

Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as quotas de fundos de investimento em quotas de fundos de investimentos.

Assembléia Geral

Observados os respectivos quoruns de instalação e de deliberação definidos no Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral:

- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) alterar o Regulamento, observadas as disposições ali contidas;
- c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento da remuneração que tenha sido objeto de redução;
- d) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação antecipada do Fundo;
- e) deliberar sobre a alteração do periódico destinado à publicação de informações do Fundo;
- f) deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo pelos titulares das Quotas Sênior, nos termos do Regulamento, ou pela liquidação do Fundo, nas hipóteses definidas no Regulamento;
- g) deliberar sobre a alteração do parâmetro de rentabilidade das Quotas Sênior descrito no Regulamento;
- h) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver;

- i) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Custodiante e da Empresa de Classificação de Risco, nas hipóteses previstas nos respectivos instrumentos de contratação;
- j) aprovar, por meio de Aprovação Consensual, a realização de aditamentos e modificações aos Documentos da Securitização; e
- k) deliberar sobre o aumento dos honorários de advogados, descritos no Regulamento.

O Regulamento e os Documentos da Securitização poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada tal alteração, conforme o caso, no prazo máximo de 30 dias úteis, contado da divulgação do fato aos Quotistas, divulgação esta que lhes será encaminhada por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.

A primeira convocação da Assembléia Geral far-se-á por meio de anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de *e-mail* ou correspondência enviado aos respectivos quotistas ou ao representante dos Quotistas indicado na forma do Regulamento, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a assembléia e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar estarem disponíveis na sede da Administradora as informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral. As informações e dados dos Quotistas, inclusive daqueles que ingressarem no Fundo através de mercado secundário, serão obtidas pela Administradora com o Agente Escriturador ou observadas as informações contidas no Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco.

A Assembléia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pela Administradora ou por Quotistas titulares de Quotas que representem, no mínimo, 5% de qualquer das classes de Quotas em Circulação.

Salvo se outro prazo não for estabelecido neste Regulamento, a Assembléia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo mínimo de 10 dias contado de sua convocação, nos termos acima descritos.

Não se realizando a Assembléia Geral em primeira convocação, por falta de quorum de instalação, a Assembléia Geral realizar-se-á, em segunda convocação, no prazo mínimo de 5 dias contado de nova convocação feita por meio de anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de *e-mail* ou correspondência enviado aos respectivos Quotistas ou aos seus respectivos representantes, conforme o caso, indicados na forma do Regulamento.

A Assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% das Quotas Sênior em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, um Quotista.

Independentemente das formalidades previstas no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral em que comparecerem todos os Quotistas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á na sede da Administradora. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade onde se situa a sede da Administradora.

Os titulares das Quotas Sênior ou das Quotas Subordinadas poderão ser representados por mandatários legalmente constituídos há menos de 1 ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de até 3 dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Os titulares das Quotas Sênior e os titulares das Quotas Subordinadas, independentemente de possuírem direito de voto ou veto sobre as matérias previstas na ordem do dia, bem como os representantes das instituições responsáveis pela distribuição das Quotas, conforme o caso, poderão comparecer a todas as Assembléias Gerais.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos no Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Quotas Sênior quanto os titulares das Quotas Subordinadas, quer tenham comparecido à Assembléia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

Aplicação de Valores e Emissão de Quotas

Para cálculo do valor das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas a serem integralizadas, será utilizado o valor da Quota de abertura do dia do pedido da aplicação. A liquidação financeira da aplicação se dará no mesmo dia do pedido de aplicação.

O valor mínimo de aplicação de Quotas por cada investidor não poderá ser inferior a R\$25.000,00.

As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos no Regulamento.

A qualidade de Quotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em seu nome.

Quando de seu ingresso no Fundo através do mercado primário, cada Quotista deverá assinar boletim de subscrição e o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora e/ou pelo Agente Escriturador, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá a cada Quotista informar ao Agente Escriturador e à Administradora a alteração de seus dados cadastrais. As informações e dados dos Quotistas que ingressarem no Fundo através da negociação no mercado secundário serão obtidas pela Administradora junto ao Agente Escriturador do Fundo.

Vide Seção “As Quotas – Emissão de Quotas” deste Prospecto.

Amortização de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas

Vide Seção “As Quotas – Amortização de Quotas” deste Prospecto.

Tributação

O disposto nesta Seção tem por objetivo informar genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, sem a análise das situações tributárias específicas que podem alcançar os Quotistas em determinadas situações. Por esta razão, recomendamos aos Quotistas consultarem seus assessores tributários com respeito ao tratamento aplicável especificamente ao investimento realizado no Fundo.

Tributação Aplicável aos Quotistas

IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, liquidação ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

IOF sobre Operações de Câmbio (“IOF/Câmbio”)

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. A alíquota máxima do IOF/Câmbio definida pelo artigo 15 do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, é de 25%. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38%. Contudo, desde 17 de março de 2008 (em decorrência da edição do Decreto nº 6.391, de 12 de março de 2008), os Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil para aplicação no mercado financeiro e de capitais, estarão sujeitos à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de 1,5%, exceto nos casos de transferências de recursos para investimento em renda variável realizada em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução nº 2.689/00) e nos investimentos em aquisição de ações, em oferta pública registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou para subscrição de ações, desde que, nos dois casos, as companhias emissoras tenham registro para negociação das ações em bolsas de valores, casos em que a incidência do IOF/Câmbio se dará à alíquota zero.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base:

- a) a residência dos Quotistas do Fundo:
 - (i) no Brasil; e
 - (ii) no exterior; e
- b) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação:
 - (i) a cessão ou alienação de Quotas;
 - (ii) o resgate de Quotas do Fundo; e
 - (iii) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

a) Cessão ou Alienação de Quotas:

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

b) Resgate das Quotas:

Na situação de resgate das quotas é feita de forma retida na fonte pela aplicação de alíquotas decrescentes em função do prazo de aplicação, observando-se o seguinte: 22,5% para aplicações de até 6 meses, 20% para aplicações entre 6 e 12 meses, 17,5% para aplicações entre 12 e 24 meses, e 15% para aplicações acima de 24 meses.

c) Amortização de Quotas:

No caso de amortização de quotas, a tributação pelo imposto de renda se dá na forma retida na fonte observando-se as mesmas regras aplicáveis às hipóteses de resgate.

II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução nº 2.689/00, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade/localidade.

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

a) Cessão ou Alienação de Quotas:

Os rendimentos auferidos quando da cessão ou alienação de quotas por quotistas qualificados não residentes em Paraíso Fiscal sofrerá retenção, na fonte, de imposto de renda calculado à alíquota de 15%.

b) Resgate das Quotas:

Os rendimentos auferidos quando do resgate de quotas por quotistas qualificados não residentes em Paraíso Fiscal sofrerá retenção, na fonte, de imposto de renda calculado à alíquota de 15%.

c) Amortização de Quotas:

Os rendimentos auferidos quando da amortização de quotas por quotistas qualificados não residentes em Paraíso Fiscal sofrerá retenção, na fonte, de imposto de renda calculado à alíquota de 15%.

II.b Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e do resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25% em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, em regra, as transações realizadas no Brasil que resultassem na transferência de fundos de uma conta mantida por uma instituição financeira brasileira estavam

sujeitas à incidência da CPMF, à alíquota de 0,38%. No entanto, a partir de 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. Caso o governo brasileiro decida reintroduzir a cobrança da CPMF, apenas operações ocorridas após aprovada legislação correlata e expirado prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

Tributação Aplicável ao Fundo

IOF

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, as operações realizadas por fundos de investimento, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira do Fundo e o pagamento realizado no resgate das respectivas quotas, estavam sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0%.

No entanto, a partir de 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O governo Brasileiro, a partir de fevereiro de 2008, pode propor o reestabelecimento da CPMF, mediante a apresentação de uma nova Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Brasileiro. Caso a CPMF seja reestabelecida, somente será aplicável após decorrido um período de 90 dias contados da promulgação da nova legislação.

Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, bem como consultar este Prospecto e o Regulamento e obter esclarecimentos sobre a Oferta, potenciais investidores e Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora, instituição responsável pela administração do Fundo e distribuição das Quotas Sênior da 6ª Série, a CVM ou a CETIP, nos seguintes endereços, telefones de atendimento, *websites* e *e-mail*:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Av. das Américas, nº 500, bl. 13, gr. 205, Cond. Downtown – Barra da Tijuca

Telefone: XX-21- 2493-7003

e-mail: fundos@oliveiratrust.com.br

At. Sr. Alexandre Freitas

www.oliveiratrust.com.br

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Rua Sete de Setembro, 111 – 5º andar – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3233-8686

ou

Rua Cincinato Braga, 340 – 2º e 3º andares – São Paulo – SP

Telefone: (11) 2146-2000

Fax: (11) 2146-2097

www.cvm.gov.br

CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP)

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar – Rio de Janeiro – RJ

Telefones: (21) 2276-7474 / 2223-6464

Fax: (21) 2276-7435 / 2223-6435

ou

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar – São Paulo – SP

Telefones: (11) 3111-1400 / 3365-4925

Fax: (11) 3111-1563

www.cetip.com.br

Crítérios de Divulgação de Informações aos Quotistas

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal “Monitor Mercantil”, exceto pelos anúncios de início e de encerramento de distribuição de Quotas, os quais serão publicados no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, ambos cientificados aos Quotistas nos termos da Instrução CVM nº 356 ou (b) de *e-mail* enviado ao representante do Quotista indicado na forma do Regulamento. As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede da Administradora.

A Administradora deverá proceder à determinação e colocar à disposição dos Quotistas, em seu *website*, em base diária, (i) o valor de cada Quota; (ii) a rentabilidade do Fundo e o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, dos ativos financeiros e das demais modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado, com base nos dados relativos ao último dia útil do mês imediatamente anterior, e (iii) o valor do Índices de Liquidez, da Alocação de Investimento Mínima e da Razão de Garantia. As informações referidas nos itens “i” a “iii” acima deverão, também, ser colocadas à disposição da Agência de Classificação de Risco, em base diária.

A Administradora deverá divulgar em seu *website*, no prazo de 15 dias contado do término do respectivo trimestre, além de manter disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, informações sobre o valor do Patrimônio Líquido, sobre o valor das Quotas e sobre a rentabilidade acumulada no respectivo trimestre e no ano civil a que se referirem, bem como os relatórios preparados pela Agência de Classificação de Risco. A divulgação das informações acima referidas poderá ser providenciada por meio de entidades de classe de

instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação.

PROCEDIMENTOS E POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO AOS SACADOS E PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA

O resumo dos procedimentos e da política de concessão de crédito aos Sacados e dos procedimentos de cobrança abaixo apresentados destacam os principais elementos considerados relevantes para o entendimento do Programa de Securitização, não representando uma descrição exaustiva de todas as atividades e rotinas realizadas pelo Consultor de Crédito e pelo Agente Cobrador, conforme o caso.

Concessão de Crédito

No curso do Programa de Securitização, as rotinas de análise e aprovação de crédito serão implementados pelo Consultor de Crédito.

Critérios para Aprovação de Crédito

1. Limites de Crédito

Os limites de crédito são expressos em moeda corrente nacional e estão sujeitos a revisão, caso um fato relevante se apresente. Os limites de créditos também são reajustados sempre por ocasião de aumentos ou reajustes de preços.

2. Análise de Crédito

O limite de crédito é concedido a cada cliente através da análise de ficha cadastral e das documentações enviadas e nas consultas de mercado realizadas, utilizando-se dos seguintes recursos, conforme o caso:

- a) Centrais de informações;
- b) Fornecedores;
- c) Documentações específicas do cliente (ato de constituição da sociedade e suas respectivas alterações posteriores, quando pessoa jurídica, cédula de identidade e CPF/MF, quando pessoas físicas, etc.).

3. Critérios para Avaliação de Risco de Crédito

- a) Histórico dos clientes dos Cedentes.
- b) Informações do SERASA e/ou Equifax do Brasil Ltda., conforme o caso:
 - (i) Inexistência de protestos ou cheques sem fundo ou protestos realizados há mais de 2 anos;
 - (ii) Inexistência de ações judiciais em varas cíveis estaduais; e
 - (iii) Ações executivas em varas federais (IPI, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS).
- c) Consulta a certidões emitidas por Cartórios de Protestos, conforme o caso;

- d) Consulta junto ao Procon, conforme o caso;
- e) Informações fornecidas por fornecedores;
- f) Informações fornecidas por bancos e balanços são levadas em consideração;
- g) Novos Clientes:
 - (i) Conquista (novos clientes com crédito pré-aprovado, conquista do vendedor); e
 - (ii) Sedução.
- h) Valor do limite de crédito.

4. Crédito Bloqueado / Suspenso

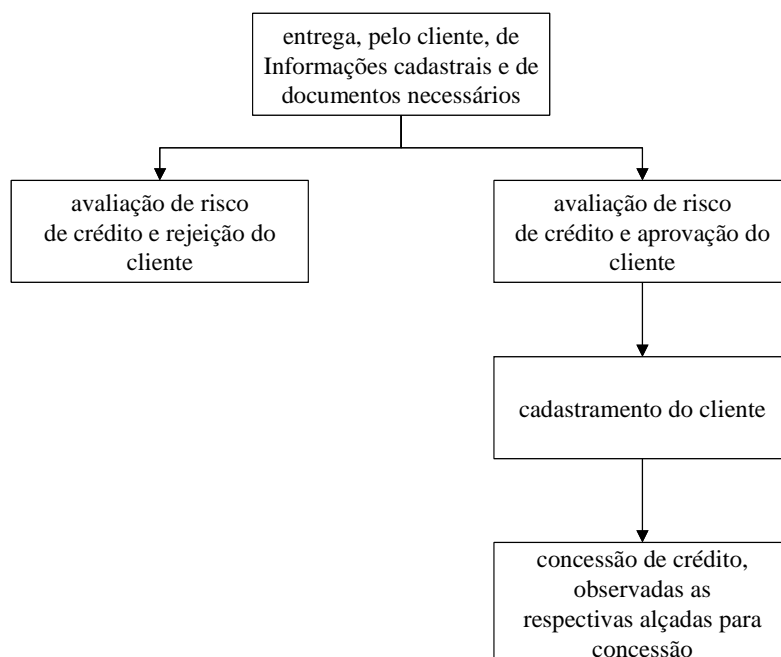
Motivo:

- a) Título em atraso por mais de 30 dias;
- b) Encargo financeiro pendente;
- c) Cheque devolvido / protestado;
- d) Cliente inativo por 12 meses.

5. Reabilitação de Crédito

Para a reabilitação do crédito, o cliente será tratado como novo.

Resumidamente, os procedimentos de concessão de crédito podem ser esquematizados da seguinte maneira:



Fluxo 1: Política de Concessão de Crédito.

Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes

O Agente Cobrador é o responsável pela implementação de todos os procedimentos de cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplentes e dos Direitos Creditórios Provisionados, conforme o caso, na qualidade de prestador de serviços especialmente contratado pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, inclusive por meio da contratação de serviços terceirizados de cobrança.

Os deveres e as obrigações do Agente Cobrador, nos termos do Contrato de Cobrança, encontram-se abaixo descritos:

A Administradora, diretamente ou por meio de seus Agentes, informará ao Agente Cobrador a relação dos títulos liquidados de titularidade do Fundo através de arquivo retorno.

Com a conclusão do processo acima, iniciam-se então os procedimentos de cobrança pelo Agente Cobrador dos títulos vencidos que não foram liquidados pelos Clientes.

O primeiro contato telefônico com o cliente é realizado pelo Agente Cobrador a partir do 1º dia após o vencimento. Caso, posteriormente, os títulos permaneçam em aberto, estes são, conforme o caso, encaminhados ao cartório em 5 dias após o respectivo vencimento.

Concomitantemente às ações acima evidenciadas, é efetuado o bloqueio para a concessão de novos créditos ou aquisição de novos recebíveis.

A partir dos protestos dos títulos e de posse dos respectivos instrumentos, será dado início da cobrança no “local”, ainda em fase de cobrança “amigável”, através de empresas terceirizadas. Não obtendo sucesso, o Agente Cobrador consulta a Administradora sobre a adequação (custo *versus* benefício) de propositura de procedimento de cobrança judicial.

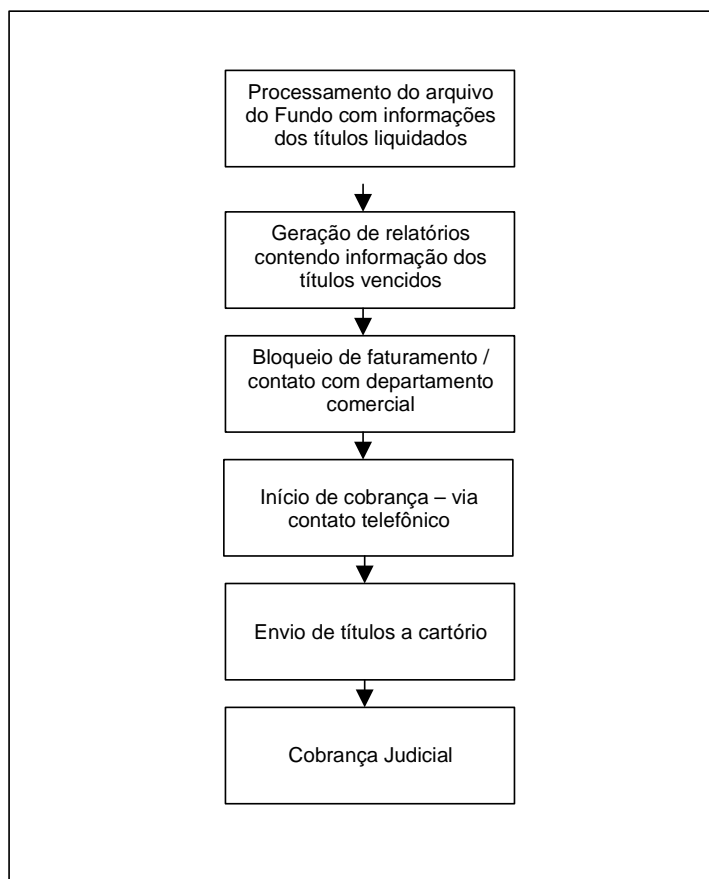
Sinteticamente os procedimentos de cobrança adotados são:

- Recepção e processamento do arquivo de “retorno” do Fundo com informações dos títulos liquidados no dia anterior;
- Geração de relatórios contendo informação dos títulos vencidos;
- Início de cobrança – via contato telefônico;
- Bloqueio de faturamento / contato com departamento comercial;
- Envio de títulos a cartório;
- Cobrança Judicial.

Os procedimentos acima são adotados pelo Agente Cobrador, observadas as rotinas aqui descritas e os termos do Contrato de Cobrança.

Os custos incorridos com os procedimentos aqui descritos são de responsabilidade do Fundo.

Resumidamente, os procedimentos de cobrança podem ser esquematizados da seguinte maneira:



Fluxo 2: Política de Cobrança.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO

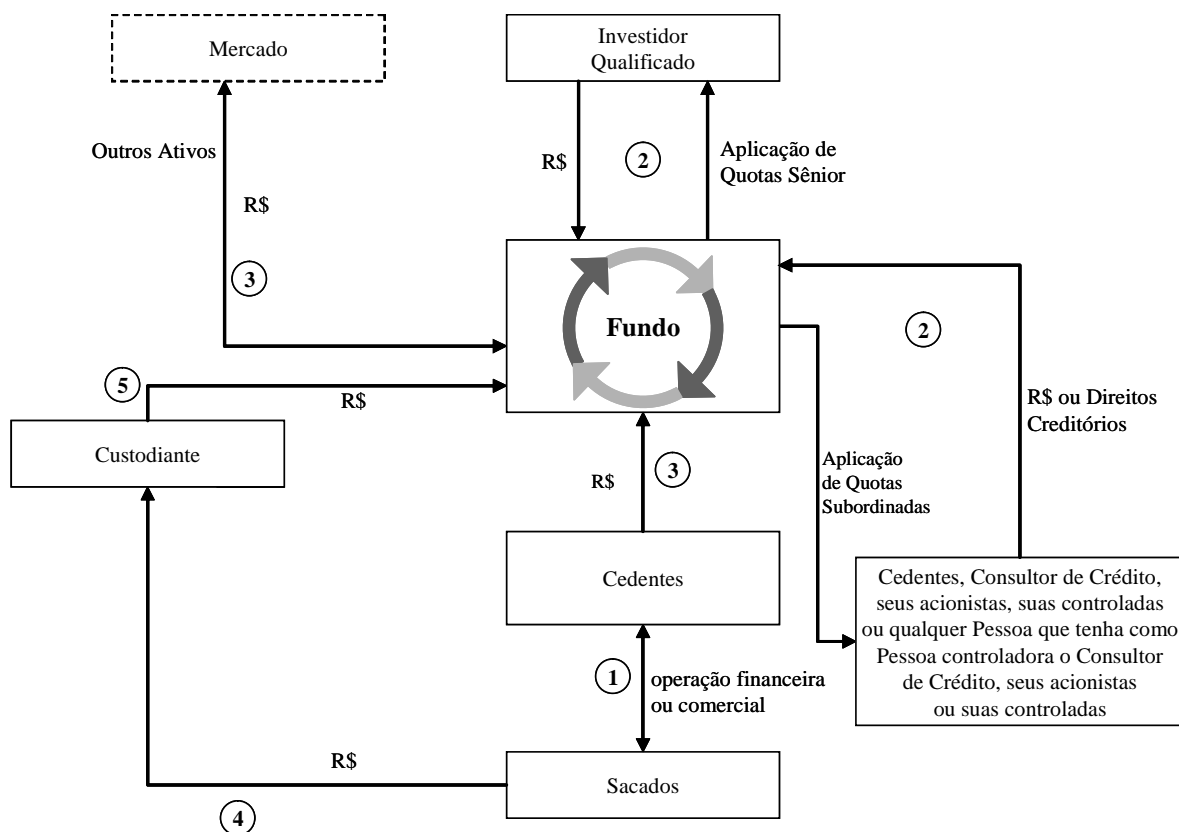
O resumo da estrutura do Programa de Securitização abaixo apresentado possui apenas a finalidade de oferecer uma visão global do Programa de Securitização, sendo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento e dos Contratos de Cessão, foram simplificados. Nenhuma decisão de investir nas Quotas deverá ser tomada baseada somente nas informações desta Seção. O resumo aqui apresentado deve ser cuidadosamente analisado tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto. Os termos utilizados nesta Seção que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no glossário deste Prospecto ou no Regulamento.

Objetivo do Fundo e Resumo da Estrutura

O Fundo tem como objetivo proporcionar a seus Quotistas, observados os termos e as condições do Regulamento, a valorização de suas Quotas mediante a aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios e de Outros Ativos. Os procedimentos para aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, incluindo os Critérios de Elegibilidade, encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão. *Vide Seção “Características Básicas do Programa de Securitização – Procedimento de Oferta de Direitos Creditórios e de Formalização da Cessão” deste Prospecto.*

O Fundo adquirirá, em caráter continuado, Direitos Creditórios dos Cedentes utilizando-se dos recursos provenientes da integralização de Quotas e da liquidação dos ativos de sua titularidade pelas respectivas contrapartes.

Desenho Esquemático do Programa de Securitização



Fluxo 3: Fluxo da Operação – “Revolving”.

1. Os Cedentes celebram operações financeiras ou comerciais, de curto, médio ou longo prazo, com os Sacados.
2. Os Cedentes, o Consultor de Crédito, seus acionistas, suas controladas ou qualquer Pessoa que tenha como Pessoa controladora o Consultor de Crédito, seus acionistas ou suas controladas, observado o disposto no Regulamento, subscrevem Quotas Subordinadas em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, conforme o caso. Posteriormente, o Fundo capta os recursos necessários para a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, a serem pagos em moeda corrente nacional, mediante a integralização de Quotas Sênior por Investidores Qualificados.
3. O Fundo adquire Direitos Creditórios e Outros Ativos utilizando-se das verbas recebidas em “2” acima e, no curso do Programa de Securitização, dos recursos provenientes do recebimento de valores decorrentes do pagamento de ativos de sua titularidade.
4. Os devedores realizam o pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Nos casos em que os Sacados realizam o pagamento dos Direitos Creditórios através de Boleto de Cobrança, tais valores são creditados diretamente em conta corrente de titularidade do Fundo (Conta Corrente de Créditos a Conciliar). Nos demais casos, tais valores são acolhidos, na qualidade de fiéis depositários do Fundo, pelos Cedentes, pelo Consultor de

Crédito ou pelo Agente Cobrador e também transferidos para a Conta Corrente de Créditos a Conciliar.

5. Após recebimento e conciliação dos valores creditados na Conta Corrente de Créditos a Conciliar mantida no Custodiante, tais recursos são transferidos para a Conta Corrente do Fundo.

Os Cedentes não se encontram obrigados a ceder Direitos Creditórios ao Fundo indefinidamente, tendo a prerrogativa de, a seu exclusivo critério, interromper os procedimentos de cessão. A ocorrência de tal evento poderá dar causa a um Evento de Amortização Antecipada e, conseqüentemente, à amortização antecipada das Quotas.

Procedimento de Oferta de Direitos Creditórios e de Formalização da Cessão

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis de cada Cedente, observados os procedimentos definidos no Regulamento e no respectivo Contrato de Cessão, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios (a) em moeda corrente nacional e/ou (b) por meio da emissão de Quotas Subordinadas, o mesmo atenda, cumulativamente, aos índices e parâmetros dispostos no Regulamento, observados os prazos para regularização definidos no Regulamento na hipótese de desenquadramento de quaisquer dos limites e parâmetros acima referidos.

Uma vez constituídos os Direitos Creditórios, os mesmos poderão ser ofertados ao Fundo. O Cedente, habilitado a ceder Direitos Creditórios ao Fundo nos termos do Regulamento, deverá enviar ao Consultor de Crédito, por meio eletrônico, em dia útil, relatório contendo a relação dos Direitos Creditórios que o mesmo está disposto a ceder, no qual deverão estar identificados por CNPJ/MF ou CPF/MF do Cedente e do Sacado, conforme o caso, o valor de principal e a data de vencimento do Direito Creditório.

Após recebimento da Proposta de Cessão, o Consultor de Crédito efetuará a consolidação das Propostas de Cessão recebidas e deverá encaminhar ao Custodiante, com cópia para a Administradora, Layout. Caso qualquer item da Proposta de Cessão não seja aprovado, caberá à Administradora informar imediatamente ao Consultor de Crédito que comunicará o ocorrido, por sua vez, ao respectivo Cedente.

Após o recebimento do Layout, o Custodiante deverá verificar quais dos Direitos Creditórios nele identificados atendem aos Critérios de Elegibilidade. Ato contínuo, o Custodiante deverá disponibilizar ao Consultor de Crédito, com cópia para a Administradora, por meio eletrônico, até o dia útil imediatamente subsequente à data de recebimento do Layout, listagem contendo a relação dos Direitos Creditórios Elegíveis e o respectivo Preço de Aquisição, calculado na forma do Contrato de Cessão.

Após ter acesso à relação de Direitos Creditórios Elegíveis, o Consultor de Crédito deverá enviar à Administradora, por meio de fac-símile, 1 via do Termo de Cessão, devidamente preenchida e assinada pelo Cedente, até às 16 horas do 2º dia útil subsequente à data de envio do relatório preparado pelo Custodiante, nos termos acima descritos.

Após o recebimento, por meio de fac-símile, de 1 via do Termo de Cessão, devidamente preenchida e assinada pelo Cedente, a Administradora informar o recebimento ao Custodiante até às 11 horas do dia útil imediatamente subsequente, o qual, por conta e ordem do Fundo, deverá efetuar o pagamento do Preço de Aquisição até às 16 horas do 1º dia útil imediatamente subsequente ao recebimento.

O somatório do Preço de Aquisição, a ser pago pelo Fundo em moeda corrente nacional, não poderá ser superior ao Potencial de Cessão apurado na Data de Oferta.

A cessão de Direitos Creditórios do Cedente ao Fundo, incluindo todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas assegurados em razão de sua titularidade, será considerada perfeita e acabada quando do recebimento pelo Custodiante do Termo de Cessão e do pagamento do Preço de Aquisição ao Cedente, nos termos do Contrato de Cessão, sendo facultado à Administradora, por conta e ordem do Fundo, o direito de arrependimento na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Revisão ou Evento de Inadimplemento Contratual anteriormente ao pagamento do Preço de Aquisição.

Os Direitos Creditórios constantes do Layout, que não sejam por qualquer motivo adquiridos pelo Fundo, poderão ser re-ofertados em data posterior, devendo, neste caso, ser objeto de verificação de atendimento aos Critérios de Elegibilidade e de formalização da cessão, nos termos do Contrato de Cessão.

Critérios de Elegibilidade

Serão considerados Direitos Creditórios Elegíveis os Direitos Creditórios, cujas informações foram transmitidas ao Custodiante pelo Consultor de Crédito, por meio eletrônico, de acordo com os procedimentos definidos no respectivo Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- a) as informações referentes aos Cedentes, Sacados e os Direitos Creditórios constem do arquivo (Layout previamente aprovado) enviado pelo Consultor de Crédito ao Custodiante, nos termos do respectivo Contrato de Cessão;
- b) o respectivo Sacado não se encontra inadimplente no cumprimento de suas obrigações nos termos de outro Direito Creditório de titularidade do Fundo;
- c) a partir do 90º (nonagésimo) dia após a primeira integralização de Quotas, considerada, *pro-forma*, a cessão pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos pelo respectivo Sacado, não é superior a 10% do valor do Patrimônio Líquido na Data de Aquisição;
- d) o respectivo Sacado não tenha seu nome incluso no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF do Bacen;
- e) o respectivo Sacado, tratando-se de pessoa jurídica, não esteja em processo de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial; e

f) a data de vencimento do Direito Creditório não seja posterior ao dia 25 de março de 2026.

O Fundo deverá adquirir todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios Elegíveis que lhe forem ofertados, inclusive garantias reais e fidejussórias, se houver.

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo deverão, nos termos do respectivo Contrato de Cessão, ter sido objeto de seleção prévia do Consultor de Crédito, o qual será o responsável pela verificação de eventuais garantias reais e fidejussórias, acessórias aos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo.

Verificação dos Critérios de Elegibilidade

O Custodiante será responsável pela verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade e pela operacionalização de todas as rotinas e procedimentos necessários à aquisição pelo Fundo dos Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, que sejam de sua estrita responsabilidade.

Desde que observados os termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, a verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade realizada pelo Custodiante será definitiva. A perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível, não dará ao Fundo qualquer pretensão ou direito de regresso contra o respectivo Cedente, suas Pessoas controladoras, sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Coobrigação dos Cedentes

A cessão de Direitos Creditórios ao Fundo será realizada sempre com direito de regresso contra ou coobrigação dos Cedentes. Os Cedentes respondem pela solvência dos Sacados em caráter solidário, pela liquidação de suas obrigações pecuniárias nos termos dos respectivos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, sendo ainda responsáveis pela existência e correta formalização dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão celebrados.

Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis

Pela aquisição de cada Direito Creditório Elegível, será pago pelo Fundo ao Cedente, em moeda corrente nacional e/ou em contrapartida à integralização de Quotas Subordinadas, conforme indicado em cada Termo de Cessão, Preço de Aquisição, apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$PADC = \frac{VDC}{\left[(1 + TD)^{\frac{N}{252}} \right]},$$

onde:

PADC	=	Preço de Aquisição de cada Direito Creditório.
VDC	=	valor nominal de cada Direito Creditório.
TD	=	Taxa de Desconto, expressa na forma decimal ao ano, conforme definida no Regulamento.
N	=	número de dias úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

Após o recebimento do Termo de Cessão, nos termos do Contrato de Cessão, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, na Data de Aquisição, efetuará o pagamento do Preço de Aquisição, em moeda corrente nacional, exclusivamente por meio de crédito das verbas devidas na Conta Corrente do Cedente e/ou lançará o respectivo número de Quotas Subordinadas na conta de depósito de titularidade do Cedente.

Nos termos do Contrato de Cessão, a Taxa de Desconto será informada pelo Consultor de Crédito à Administradora, obedecida a Taxa Mínima de Desconto de 135% da Taxa DI vigente na respectiva Data de Aquisição.

O Fundo não poderá efetuar a aquisição de Direitos Creditórios com Taxa de Desconto inferior à Taxa Mínima de Desconto.

Desde o início das atividades do Fundo até a data deste Prospecto, as Taxas de Desconto utilizadas pelo Fundo, quando da aquisição de Direitos Creditórios, apesar de variarem em cada cessão, sempre obedeceram à Taxa Mínima de Desconto.

Opções de Compra

Desde que não esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada, o Consultor de Crédito, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, poderá adquirir do Fundo Direitos Creditórios Provisionados, desde que, considerada, *pro-forma*, a cessão pretendida, o Fundo atenda à Razão de Garantia, ao Índice de Liquidez e à Alocação de Investimento Mínima. Caso o Consultor de Crédito exerça a opção de compra a que se refere este inciso, o mesmo deverá comunicar sua intenção à Administradora, por meio eletrônico, identificar quais Direitos Creditórios Provisionados deseja adquirir e indicar o nome e a qualificação do cessionário dos respectivos créditos. O preço de aquisição dos Direitos Creditórios Provisionados, para efeito do exercício da opção de compra acima referida, será equivalente ao maior valor entre (i) o valor de mercado, se houver, calculado, nos termos da legislação vigente, com base nas expectativas de pagamento dos respectivos Direitos Creditórios a serem alienados pelo Fundo, informadas pelo Agente Cobrador à Administradora, e (ii) o valor contábil dos respectivos Direitos Creditórios, sendo que, em nenhuma hipótese este poderá ser inferior a 0.

Sem prejuízo da opção acima referida, o Consultor de Crédito terá o direito de primeira recusa caso a Administradora deseje alienar quaisquer dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo para qualquer terceiro. Neste caso, o preço de aquisição pelo Consultor de Crédito dos respectivos ativos deverá ser igual ou superior ao preço de compra oferecido à Administradora, o qual, em nenhuma hipótese, poderá ser vil.

A cessão dos Direitos Creditórios do Fundo para qualquer Pessoa somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo.

Procedimentos de Registro

Durante o período de 30 dias contado da 1ª Data de Emissão de Quotas, a Administradora deverá providenciar, diretamente ou por meio de seus Agentes, o registro de cada Termo de Cessão, acompanhado de todos os demonstrativos colocados à disposição do Consultor de Crédito pelo Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, contendo as respectivas Informações dos Direitos Creditórios, impreterivelmente até o 15º dia, inclusive, imediatamente posterior a cada Data de Aquisição.

Após o término do Período de Registro Especial, a Administradora deverá providenciar, quinzenalmente, às expensas do Fundo, diretamente ou por meio de seus Agentes, a lavratura, por instrumento público perante Tabelião de Notas da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, de Termo de Cessão Consolidado, acompanhado da relação de Direitos Creditórios colocada à disposição do Cedente pelo Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, contendo as respectivas Informações dos Direitos Creditórios cedidos pelo Cedente ao Fundo no respectivo período.

Alternativamente, poderá a Administradora providenciar o registro de que trata o parágrafo acima, em Cartório de Títulos de Documentos das Comarcas das partes contratantes, através de Termo de Cessão Consolidado, o qual conterá em anexo os Termos de Cessão celebrados no período compreendido no Termo de Cessão Consolidado, bem como os Recibos de Cessão, os quais contêm a relação dos créditos cedidos e os valores de negociação das respectivas cessões.

A Administradora deverá providenciar, no prazo de até 5 dias úteis contado da ocorrência de qualquer Evento de Revisão ou Evento de Inadimplemento Contratual, a lavratura, por instrumento público perante Tabelião de Notas da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, de Termo de Cessão Consolidado, acompanhado de todos os demonstrativos enviados pelo Custodiante ao Consultor de Crédito, nos termos do Contrato de Cessão, contendo as Informações dos Direitos Creditórios que não tenham sido objeto dos procedimentos referidos no parágrafo acima. A Administradora poderá firmar o respectivo Termo de Cessão Consolidado, por conta e ordem do Cedente, utilizando-se dos poderes outorgados na Procuração Irrevogável.

Condições Resolutivas da Cessão

Será considerada resolvida a cessão de todos os Direitos Creditórios, inclusive na hipótese de a respectiva cessão ter sido realizada em contrapartida à subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- a) caso o pagamento de qualquer Direito Creditório seja recusado pelo respectivo Sacado por alegação de vícios, defeitos, inexistência de lastro ou qualquer outro motivo justificado;
- b) caso o Cedente não se encontre na posse e/ou deixe de entregar ao Custodiante ou a seu Agente os Documentos Comprobatórios;
- c) caso qualquer Direito Creditório seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição dos mesmos pelo Fundo; ou
- d) caso seja verificado, a qualquer tempo, pelo Cedente, pela Administradora e/ou pelo Custodiante a existência de vícios, defeitos ou inexistência de lastro em Direitos Creditórios, originados em data anterior à respectiva Data de Aquisição.

O Cedente estará obrigado a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, no 3º dia útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, o preço de aquisição dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, cuja cessão tiver sido resolvida, nos termos destas Condições Gerais, atualizado *pro-rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data da resolução da cessão, considerando-se a Taxa de Desconto utilizada na determinação do Preço de Aquisição, inclusive na hipótese de a respectiva cessão ter sido realizada em contrapartida à subscrição e integralização de Quotas Subordinadas.

Eventos de Revisão

Conforme definidos nos Contratos de Cessão, são considerados Eventos de Revisão quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) qualquer evento que implique em modificação do Controle do Cedente, em relação ao que prevalecia à época da celebração do Contrato de Cessão;
- b) ressalvado o disposto no respectivo Contrato de Cessão, caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente no respectivo Contrato de Cessão, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior;
- c) ressalvado o disposto no respectivo Contrato de Cessão, existência de evidências de que o Cedente tenha oferecido ao Fundo Direitos Creditórios em desacordo com o disposto no Contrato de Cessão;

- d) criação de novos impostos, taxas ou contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior;
- e) existência de indícios de que o Cedente, qualquer de suas Pessoas controladas e/ou controladoras diretas se encontre inadimplente no cumprimento de qualquer operação de natureza financeira em que qualquer das Pessoas acima referidas seja parte e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios acima referidos, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- f) existência de indícios de que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados títulos emitidos pelo Cedente ou sacados contra o Cedente, suas Pessoas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- g) caso seja ajuizada contra o Cedente, suas Pessoas controladoras diretas ou controladas qualquer ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$15.000.000,00;
- h) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens do Cedente, de suas Pessoas controladoras ou controladas, cujo valor de referidos bens seja superior a R\$15.000.000,00, considerados individualmente ou em conjunto;
- i) caso ocorra a concessão de qualquer Medida Cautelar, incluindo a Medida Cautelar Fiscal de que trata a Lei Federal nº 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade do Cedente;
- j) descumprimento pelo Consultor de Crédito de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais Documentos da Securitização, desde que o respectivo evento, a critério exclusivo da Administradora, (i) possa afetar adversamente o equilíbrio econômico e financeiro do Fundo e (ii) não seja regularizado ou justificado no prazo de 3 dias úteis contado do recebimento, pelo Consultor de Crédito, de comunicação enviada pela Administradora, informado-o de sua ocorrência; ou
- k) descumprimento pelo Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais Documentos da Securitização, que não seja um Evento de Revisão ou um Evento de Inadimplemento Contratual, desde que o respectivo evento, a critério exclusivo da Administradora, (i) possa afetar adversamente o equilíbrio econômico e financeiro do Fundo e (ii) não seja regularizado ou justificado no prazo de 3 dias úteis contado do recebimento, pelo Cedente, de comunicação enviada pela Administradora ou pelo Consultor de Crédito, informado-o de sua ocorrência.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará os procedimentos aplicáveis na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação definidos no Regulamento.

Eventos de Inadimplemento Contratual

Conforme definidos no Contrato de Cessão, são considerados Eventos de Inadimplemento Contratual, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) protocolo de pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial ou de autofalência do Cedente ou de qualquer de suas sociedades controladoras diretas; ou
- b) caso o Cedente venha a resilir o Contrato de Cessão nos termos ali descritos.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento Contratual, o Fundo adotará os procedimentos definidos no Regulamento aplicáveis aos Eventos de Amortização Antecipada.

Eventos de Avaliação

Conforme definidos no Regulamento, são considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) caso o Fundo deixe de efetuar o pagamento integral de qualquer das Amortizações Integrais e/ou Amortizações Programadas relativa a qualquer Série, nas respectivas Datas de Amortização;
- b) inobservância pelo Custodiante e/ou pelo Agente Cobrador de seus respectivos deveres e obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança, que não seja um Evento de Amortização Antecipada, desde que o respectivo evento, a critério exclusivo da Administradora, (i) possa afetar adversamente o equilíbrio econômico e financeiro do Fundo e (ii) não seja regularizado no prazo de 5 dias úteis contado do recebimento, pelo Custodiante e/ou pelo Agente Cobrador, conforme o caso, de comunicação enviada pela Administradora, informado-o de sua ocorrência;
- c) rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série em mais de 3 sub-níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco;
- d) caso a Empresa de Classificação de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente a qualquer Série de Quotas Sênior em Circulação por prazo igual ou superior a 60 dias;
- e) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos no Regulamento, inclusive que possa causar o desenquadramento do Fundo com relação a certos índices e parâmetros contidos no Regulamento;
- f) rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;

- g) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento;
- h) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia e tal evento não seja sanado ou não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento definidos neste Regulamento, no prazo de 10 dias úteis contado da ocorrência do evento;
- i) caso o Fundo deixe de atender ao Índice de Liquidez com referência a qualquer Série em Circulação em 2 Datas de Verificação consecutivas ou 3 Datas de Verificação alternadas, durante o período de 180 dias imediatamente anterior à última data de apuração do Índice de Liquidez;
- j) caso haja mudança na titularidade das Quotas Subordinadas após a Data de Emissão da primeira Série de Quotas Sênior; ou
- k) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a qual é considerada fato relevante para efeito de comunicação aos Quotistas, a Administradora suspenderá imediatamente o pagamento pela amortização de Quotas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios. Concomitantemente, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento do Programa de Securitização. Caso os titulares da maioria das Quotas Sênior em Circulação, observado o disposto no Regulamento, decidam que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no Regulamento, excluindo a convocação de nova Assembleia Geral. Os titulares das Quotas Sênior, reunidos na Assembleia Geral aqui referida, convocada para avaliar o grau de comprometimento do Programa de Securitização, deverão deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas Sênior detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Até a data deste Prospecto, não ocorreu nenhum Evento de Avaliação, nos termos do Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo Dezenove – “Dos Eventos de Avaliação e de Amortização Antecipada”.

Eventos de Amortização Antecipada

Conforme definidos no Regulamento, são considerados Eventos de Amortização Antecipada quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) caso os Quotistas não consigam, por 2 Assembleias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de precificação para as Quotas Sênior, nos termos do Regulamento;

- b) caso os recursos necessários à realização dos procedimentos definidos no Regulamento não sejam tempestivamente colocados à disposição do Fundo, nos termos ali previstos;
- c) caso, após término do prazo previsto no Regulamento, não tenha sido aprovado pelos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, por meio de Aprovação Consensual, um novo custodiante para o Fundo;
- d) caso haja substituição do Consultor de Crédito;
- e) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada; ou
- f) caso ocorra qualquer dos Eventos de Inadimplemento Contratual, conforme definidos no Contrato de Cessão.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (a) comunicar o fato aos Quotistas, (b) suspender imediatamente o pagamento pela amortização de Quotas Subordinadas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e (c) dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Quotas Sênior do Fundo definidos no Regulamento. A Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que os titulares das Quotas Sênior deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas Sênior detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora, a seu exclusivo critério, de forma a preservar os direitos, garantias e interesses dos titulares das Quotas Sênior, poderá, antes da realização da Assembléia Geral acima referida, dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Quotas do Fundo aqui definidos. No curso dos procedimentos de amortização antecipada de Quotas Sênior do Fundo, as Quotas Sênior em Circulação deverão ser compulsoriamente amortizadas, total ou parcialmente, concomitantemente e em igualdade de condições, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos e a ordem de aplicação de recursos definidos no Regulamento.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá aplicar e manter os Outros Ativos de titularidade do Fundo exclusivamente em moeda corrente nacional, em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen.

Vide Regulamento, Capítulo Dezenove – “Dos Eventos de Avaliação e de Amortização Antecipada”.

Razão de Garantia, Índice de Liquidez e Alocação de Investimento Mínima

Enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, o Índice de Liquidez referente a cada Série em Circulação deverá ser igual ou superior a 1, a Razão de Garantia deverá ser equivalente a, no máximo, 80%, a Alocação de Investimento Mínima deverá ser, no mínimo, equivalente a 50%.

Através da Razão de Garantia, a proporção do valor das Quotas Sênior em Circulação em relação ao valor do Patrimônio Líquido é diariamente monitorada, a fim de que os Quotistas possam controlar a capacidade do Fundo de cumprimento pontual das amortizações de Quotas Sênior, nos termos e condições previstos no Regulamento e nos respectivos Suplementos.

Já a Alocação de Investimento Mínima é responsável por monitorar o cumprimento, pelo Fundo, da alocação de valores correspondentes a, no mínimo, 50% do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios.

Por fim, a capacidade financeira do Fundo para realizar as amortizações de Quotas Sênior, nos termos do Regulamento, também é controlada através do Índice de Liquidez.

Índices do Fundo em 31 de Agosto de 2008

Índice	Valor em 31 de agosto de 2008	Índice de referência no Regulamento
Alocação de Investimento Mínima	89,76%	No mínimo 50%
Razão de Garantia	76,84%	No máximo 80%
Índice de Liquidez	11,18	Igual ou superior a 1

Fonte: Administradora.

Amortização Antecipada para Fins de Reenquadramento de Índices

Para o reenquadramento da Razão de Garantia e/ou da Alocação de Investimento Mínima, a Administradora procederá à amortização antecipada, total ou parcial, de todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação, proporcionalmente e em igualdade de condições, por seu valor atualizado nos termos do Regulamento, de forma que, computada, *pro-forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros de enquadramento definidos no Regulamento.

Caso o Fundo deixe de atender à Alocação de Investimento Mínima, a Administradora deverá promover a amortização compulsória, total ou parcial, de Quotas, de forma que, computada, *pro-forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda à Alocação de Investimento Mínima e aos demais parâmetros referidos no Regulamento. Quando da realização da amortização compulsória acima referida, deverão ser prioritariamente amortizadas Quotas Subordinadas e, caso a referida amortização não seja suficiente para reenquadrar o Fundo à Alocação de Investimento Mínima, a Administradora deverá promover a Amortização Não Programada de todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação, proporcionalmente e em igualdade de condições.

Quando da realização de Amortização Não Programada de Quotas Sênior e amortizações de Quotas Subordinadas ao amparo do aqui descrito, deverão ser observados pela Administradora, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Regulamento. A Administradora

deverá informar imediatamente aos representantes de cada um dos titulares das Quotas, indicados nos termos do Regulamento, mediante correspondência com aviso de recebimento, a ocorrência e a natureza do evento e o valor total das amortizações, incluindo o valor das Quotas detidas pelo respectivo investidor que será amortizado.

Independente dos titulares das Quotas Subordinadas, o aviso para reenquadramento de índices deverá ser encaminhado à Union National, enquanto Consultor de Crédito, podendo, a critério da Administradora, ser enviado para os demais titulares de Quotas Subordinadas.

Vide Regulamento, Capítulo Vinte – “Da Amortização Antecipada para Fins de Reenquadramento de Índices”.

Procedimentos de Dação em Pagamento

Para efeito do disposto no inciso XVI do art. 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado antecipadamente caso ocorra um Evento de Amortização Antecipada e existam Quotas em Circulação. Neste caso, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate das Séries de Quotas Sênior em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota Sênior, apurado, *pro-forma*, observado o disposto no Regulamento. Após a conclusão do resgate das Quotas Sênior, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate das Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. É assegurado o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes na hipótese de decisão assemblear pela não liquidação do Fundo, adotada por Aprovação Consensual. As cessões de crédito realizadas nos termos aqui descritos deverão observar o disposto no Regulamento.

Antes da realização dos procedimentos acima descritos, a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, nos termos do inciso VII do artigo 56 da Instrução CVM nº 356, procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo, o qual poderá ser distinto dos critérios utilizados na definição do valor contábil dos referidos ativos. Posteriormente, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos titulares de Quotas, de um administrador para o condomínio civil abaixo referido.

Para fins do acima disposto, os Direitos Creditórios dados em dação em pagamento pelo Fundo aos titulares de Quotas Sênior e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 dias contado da realização da Assembleia Geral acima referida. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos a este efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente titulares das Quotas Sênior, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio. Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

Antes da implementação dos procedimentos de dação acima referidos, o Consultor de Crédito terá a opção de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pelo Valor Referencial, acrescido de todos os custos e despesas necessários à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades. O Consultor de Crédito poderá exercer a opção de compra acima referida no prazo decadencial de 10 dias úteis, contado do recebimento de comunicação, enviada pela Administradora, informando o Consultor de Crédito do respectivo evento. As cessões de crédito realizadas nos termos aqui descritos deverão ser realizadas sem coobrigação ou direito de regresso contra o Fundo. Na hipótese de o Consultor de Crédito optar por não exercer a opção de compra aqui referida, a Administradora iniciará os procedimentos acima referidos.

Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas nos termos aqui descritos deverão observar, no que forem aplicáveis, a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo Vinte e Um – “Dos Procedimentos de Dação em Pagamento”.

Ordem de Aplicação dos Recursos

A partir da 1ª data de integralização de Quotas e até a liquidação do Fundo, mesmo que antecipada, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- b) no provisionamento e na criação de reserva monetária no montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no mês calendário subsequente ao da realização do respectivo provisionamento;
- c) na amortização das Quotas Sênior, emitidas para captar recursos necessários à defesa dos titulares das Quotas Sênior, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Sênior com maior remuneração;
- d) na amortização das Quotas Sênior em Circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- e) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- f) na constituição de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades; e

- g) na amortização de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo Vinte e Seis – “Da Ordem de Aplicação de Recursos”.

Custos Referentes à Defesa dos Titulares das Quotas Sênior

Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a maioria dos titulares das Quotas Sênior, reunidos em Assembleia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, na hipótese de tal aporte superar o montante total de R\$100.000,00, por meio da integralização de Série de Quotas Sênior específica, a ser realizada por todos os titulares das Quotas Sênior, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Quotas Sênior em Circulação, não estando a Administradora, os Cedentes, o Custodiante, o Agente Cobrador e quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos aqui referidos.

A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos descritos nesta Seção, deverá ser previamente aprovada pelos titulares da maioria das Quotas Sênior reunidos na Assembleia Geral acima mencionada. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada, os Quotistas deverão definir na referida Assembleia Geral o cronograma de integralização da respectiva Série de Quotas Sênior, as quais deverão ser integralizadas pelos titulares das Quotas Sênior, na proporção de seus créditos, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembleia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

O Fundo reembolsará os valores adiantados pelos Quotistas, se possível, quando do resgate das referidas Quotas, por meio dos procedimentos definidos no Regulamento.

Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento aqui referido e da assunção pelos titulares das Quotas Sênior do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

A Administradora, o Custodiante, o Consultor de Crédito, o Agente Cobrador, os Cedentes, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Quotistas não apótem os recursos suficientes para tanto.

DIREITOS CREDITÓRIOS

Dados Estatísticos dos Direitos Creditórios Integrantes da Carteira do Fundo (Incluindo Atrasos e Perdas)

As tabelas abaixo apresentam os dados estatísticos do comportamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, desde o início de suas atividades, inclusive dados relativos a atrasos e perdas.

Na tabela 5 abaixo, são apresentados valores do somatório dos Direitos Creditórios a vencer e em atraso integrantes da carteira do Fundo, os valores de todos Direitos Creditórios a vencer, bem como os valores dos Direitos Creditórios em atraso e o percentual destes em relação ao montante total de Direitos Creditórios (vencidos e a vencer) de titularidade do Fundo. Nota-se, nesta tabela, que o percentual dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos não ultrapassa 3% do valor total de recebíveis.

Data	Total de Direitos Creditórios (R\$)	Direitos Creditórios a vencer (R\$)	Direitos Creditórios em Atraso	
			R\$	% em Relação ao Total de Direitos Creditórios
31/5/2006	4.389.576,77	4.389.576,77	0	0,00%
30/6/2006	4.951.678,72	4.823.563,70	128.115,02	2,59%
31/7/2006	24.268.847,87	24.078.093,89	190.753,98	0,79%
31/8/2006	53.427.705,16	53.094.599,55	333.105,61	0,62%
29/9/2006	69.317.880,76	68.799.350,56	518.530,20	0,75%
31/10/2006	98.789.442,42	96.748.870,80	2.040.571,62	2,07%
30/11/2006	121.079.015,92	119.196.877,32	1.882.138,60	1,55%
29/12/2006	132.325.673,54	129.583.134,48	2.742.539,06	2,07%
31/1/2007	155.034.189,04	150.961.666,96	4.072.522,08	2,63%
28/2/2007	161.330.342,40	158.484.258,38	2.846.084,02	1,76%
30/3/2007	180.606.553,49	179.754.429,75	852.123,74	0,47%
30/4/2007	204.720.447,63	201.917.945,79	2.802.501,84	1,37%
31/5/2007	201.045.638,31	196.149.528,33	4.896.109,98	2,44%
29/6/2007	192.270.292,37	186.745.390,08	5.524.902,29	2,87%
31/7/2007	238.634.351,28	235.468.588,26	3.165.763,02	1,33%
31/8/2007	287.259.475,32	283.418.783,48	3.840.691,84	1,34%
28/9/2007	297.101.532,46	294.806.756,71	2.294.775,75	0,77%
31/10/2007	401.844.397,94	400.727.535,52	1.116.862,42	0,28%
30/11/2007	460.720.022,05	460.288.740,70	431.281,35	0,09%
31/12/2007	481.698.617,27	481.361.430,63	337.186,64	0,07%
31/1/2008	459.361.821,66	457.706.013,01	1.655.808,65	0,36%
29/2/2008	473.429.266,59	472.731.660,68	697.605,91	0,15%
31/3/2008	495.896.361,73	495.129.175,73	767.186,00	0,15%
30/04/2008	470.110.234,81	469.699.988,92	410.245,89	0,09%
30/05/2008	489.861.971,87	489.330.826,61	531.145,26	0,11%
30/06/2008	535.092.736,42	533.771.815,04	1.320.921,38	0,25%
31/07/2008	580.179.173,73	579.287.869,56	891.304,17	0,15%
29/08/2008	622.511.150,28	620.037.454,33	2.473.695,95	0,40%

Fonte: Administradora.

Tabela 5: Dados Estatísticos dos Direitos Creditórios Integrantes da Carteira do Fundo.

Na tabela 6 abaixo, são apresentados valores totais dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, integrantes da carteira do Fundo, por faixa de atraso (vencidos e não pagos de 1 a 30 dias, de 31 a 60 dias, de 61 a 90 dias e acima de 90 dias), bem como a indicação do percentual dos Direitos Creditórios em cada faixa de atraso em relação ao total de Direitos Creditórios em atraso de titularidade do Fundo. Em cada data base indicada, também foi inserido o valor do Patrimônio Líquido na ocasião. Nota-se, nesta tabela, que a grande maioria dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos não ultrapassa 30 dias de atraso.

Data	Atrasos (01 até 30 dias)		Atrasos (31 até 60 dias)		Atrasos (61 até 90 dias)		Atrasos (acima de 90 dias)		Patrimônio Líquido do Fundo (R\$)
	R\$	%*	R\$	%*	R\$	%*	R\$	%*	
31/5/2006		-		-		-		-	
30/6/2006	128.115,02	100%	-	-	-	-	-	-	4.956.317,16
31/7/2006	102.929,51	53,96%	87.824,47	46,04%	-	-	-	-	51.123.248,87
31/8/2006	314.363,71	94,37%	14.902,45	4,47%	3.839,45	1,15%	-	-	65.439.044,27
29/9/2006	343.410,10	66,23%	168.611,10	32,52%	6.509,00	1,26%	-	-	107.453.250,74
31/10/2006	1.869.034,24	91,59%	171.537,38	8,41%	-	-	-	-	184.222.134,85
30/11/2006	1.621.498,24	86,15%	231.622,99	12,31%	29.017,37	1,54%	-	-	189.590.876,30
29/12/2006	2.051.533,80	74,80%	656.329,45	23,93%	33.355,81	1,22%	1.320,00	-	192.558.381,14
31/1/2007	3.927.289,54	96,43%	109.314,87	2,68%	34.826,87	0,86%	1.090,80	-	196.729.614,89
28/2/2007	2.598.847,07	91,31%	235.130,73	8,26%	12.106,22	0,43%	-	-	198.260.557,22
30/3/2007	741.923,29	87,07%	109.553,65	12,86%	646,80	0,08%	-	-	202.898.470,91
30/4/2007	2.674.529,81	95,43%	78.381,75	2,8%	49.590,28	1,77%	-	-	208.535.291,57
31/5/2007	3.095.023,22	63,21%	1.767.164,76	36,09%	12.754,00	0,26%	21.168,00	0,4%	212.832.522,96
29/6/2007	-	-	-	-	-	-	5.524.902,29	100%	205.853.087,44
31/7/2007	-	-	-	-	-	-	3.165.763,02	100%	275.981.328,69
31/8/2007	-	-	-	-	-	-	3.840.691,84	100%	310.174.263,13
28/9/2007	-	-	-	-	-	-	2.294.775,75	100%	321.106.200,46
31/10/2007	-	-	-	-	-	-	1.116.862,42	100%	458.102.830,10
30/11/2007	319.870,05	74,17%	59.125,75	13,71%	50.344,85	11,67%	1.940,70	0,4%	506.727.529,50
31/12/2007	199.701,87	59,23%	75.095,51	22,27%	61.976,76	18,38%	412,50	0,1%	508.652.305,59
31/1/2008	1.553.897,77	93,85%	62.441,17	3,77%	22.980,17	1,39%	16.489,54	1%	530.460.203,00
29/2/2008	548.499,80	78,63%	131.577,30	18,86%	17.528,81	2,51%	-	-	488.111.172,24
31/3/2008	540.059,57	70,39%	184.131,42	24%	31.773,53	4,14%	11.221,48	1,5%	498.323.382,18
30/04/2008	282.449,12	68,85%	37.367,45	9,11%	51.496,82	12,55%	38.932,50	9,49%	517.160.224,93
31/05/2008	329.291,92	62,00%	156.302,47	29,43%	11.886,43	2,24%	33.664,44	6,34%	512.148.681,60
30/06/2008	984.977,40	69,16%	232.015,89	16,29%	207.141,00	14,55%	0	0,00%	672.142.923,23
31/07/2008	346.003,15	38,82%	176.897,63	19,85%	125.417,45	14,07%	242.985,94	27,26%	677.460.639,81
31/08/2008	1.883.535,15	76,14%	243.032,06	9,82%	50.964,99	2,06%	296.163,75	11,97%	693.504.717,22

* Percentual em relação ao total de Direitos Creditórios em atraso de titularidade do Fundo.

Fonte: Administradora.

Tabela 6: Dados Estatísticos dos Direitos Creditórios em Atraso de titularidade do Fundo.

Pré-Pagamentos, Refinanciamentos e Renegociações dos Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo

Desde o início das atividades do Fundo até a data do presente Prospecto, percentual inferior a 1% dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo foram objeto de pré-pagamento. Caso esse percentual de Direitos Creditórios objeto de liquidação antecipada venha, no futuro, sofrer grande aumento, o mesmo poderá ocasionar o desenquadramento dos índices e parâmetros do Fundo e, conseqüentemente, poderá ocorrer um Evento de Avaliação que ensejará Assembléia Geral de Quotistas, nos termos do Regulamento, na qual os Quotistas presentes avaliarão o grau de comprometimento do Programa de Securitização.

Entretanto, considerando o prazo médio de vencimento dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo (inferior a 180 dias), eventuais pré-pagamentos não devem impactar significativamente o Patrimônio do Fundo. Eventuais perdas decorrentes de um pré-pagamento são absorvidas pelo colateral (“Razão de Garantia”) mantido em Quotas Subordinadas.

No que tange a refinanciamentos e renegociações, não é facultado ao Agente Cobrador realizar tais negócios jurídicos com relação aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Possibilidade de os Direitos Creditórios Serem Acrescidos, Removidos ou Substituídos

Conforme descrito na Seção “Características Básicas do Programa de Securitização – Opções de Compra”, apesar de ser facultado ao Consultor de Crédito adquirir do Fundo Direitos Creditórios Provisionados a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, desde que (i) não esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada e (ii) considerada, *pro-forma*, a cessão pretendida, o Fundo atenda à Razão de Garantia, ao Índice de Liquidez e à Alocação de Investimento Mínima, o Consultor de Crédito não se encontra obrigado a exercer tal opção de compra.

Conforme mostra a Seção “Direitos Creditórios – Dados Estatísticos dos Direitos Creditórios Integrantes da Carteira do Fundo (Incluindo Atrasos e Perdas)” acima, o percentual dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, integrantes da carteira do Fundo, não ultrapassa 3% do valor total de recebíveis. Caso o Consultor de Crédito não adquira do Fundo Direitos Creditórios Provisionados e o percentual de Direitos Creditórios em atraso de titularidade do Fundo venha a apresentar aumento muito superior que o histórico atual de atrasos da carteira do Fundo, poderão ser desenquadrados os índices e parâmetros do Fundo e, conseqüentemente, poderá ser declarado um Evento de Avaliação e os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, avaliarão o grau de comprometimento do Programa de Securitização.

AS QUOTAS

Encontra-se abaixo uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas a serem emitidas no curso do Programa de Securitização. Eventuais investidores deverão consultar e analisar cuidadosamente as demais Seções deste Prospecto e os Capítulos do Regulamento antes de decidir por adquirir Quotas.

O Fundo poderá emitir 1 classe de Quotas Sênior, as quais poderão ser divididas em Séries, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições. As Datas de Amortização, o valor das Amortizações Programadas e/ou das Amortizações Integrais e as condições de remuneração de cada Série de Quotas Sênior serão definidas no Suplemento da Série “n”. Ademais, o Fundo poderá emitir, a qualquer tempo, uma classe de Quotas Subordinadas, em número indeterminado e em série única.

Características das Quotas Sênior

Cada Quota Sênior da Série “n” possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto no Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$25.000,00 na 1ª Data de Emissão da respectiva Série;
- c) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, sendo este equivalente ao menor dos seguintes valores:
 - i) valor apurado de acordo com a seguinte expressão, observado o disposto no item “2” do respectivo Suplemento da Série “n”:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{Sobretaxa}{100} + 1 \right) + 1 \right\}^p + Premio_n,$$

onde:

$VQSn_T$ valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.

$VQSn_{T-1}$ valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado no dia útil anterior à data “T”, deduzido do valor efetivamente pago,

por Quota, às Quotas Sênior da respectiva Série “n” no dia útil anterior à data “T” a título de Amortização Programada. No caso do cálculo no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão, VQS_{nT-1} é igual a R\$25.000,00.

DI_{T-1}	Taxa DI.
$Sobretaxa_n$	percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 casas decimais, a ser utilizado exclusivamente na hipótese do valor das Quotas Sênior da Série “n”. Exemplo: Se a Sobretaxa definida no Suplemento for 110%, então $Sobretaxa_n = 110$.
P	será sempre igual a 1 para cálculo do valor VQS_n de Série de Quota Sênior que não faça jus ao recebimento de Prêmio, e será sempre igual a 0 (zero) quando o cálculo de VQS_n se referir a Série de Quota Sênior que tenha direito ao recebimento de Prêmio, observado o respectivo Suplemento da Série “n”.
$Premio_n$	valor do prêmio por Quota Sênior da Série “n”, se positivo, apurado diariamente pela Administradora de acordo com fórmula estabelecida no Suplemento da respectiva Série “n”.

ou, com referência a todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação,

- ii) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_{nT} = \frac{(NQS_{nT} \times R\$ 25.000,00 - VAI_n) + PL_T \times Rat_{nT}}{NQS_{nT}}$$

VQS_{nT} valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de amortização, calculado para a data “T”.

PL_T PL_T = Patrimônio Líquido – Valor Investido,

sendo que, se PL_T menor que 0 (zero), então PL_T igual a 0 (zero).

onde: Valor Investido = $[(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt}) \times R\$ 25.000,00]$

NQS_{nT} número de Quotas Sênior da Série “n” em Circulação na data “T”. Sendo NQS_{aT} o número de Quotas Sênior da 1ª Série em Circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pela Administradora na data de apuração do VQS_{nT} .

VAI_n valor apurado para a Série “n” de Quotas Sênior, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VAI = \frac{(\text{Valor Investido} - \text{Patrimônio Líquido}) \times NQS_{nT}}{(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt})}$$

sendo que se VAI menor ou igual a 0 (zero), então $VAI = 0$ (zero).

$Ratn_T$ percentual de rateio apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$Ratn_T = \frac{VREN_T \times NQSn_T}{(VREa_T \times NQSa_T) + (VREb_T \times NQ Sb_T) + + (VREz_T \times NQ Sz_T)}$$

onde:

$VREN_T$ valor que excede ao valor nominal de cada Quota Sênior da Série “n”, apurado pela aplicação da seguinte expressão:

$$VREN_T = VQSDIn_T - R\$ 25.000,00, \text{ sendo que:}$$

$VQSDI_{nT}$ valor de cada Quota Sênior da Série “n”, para efeito de cálculo de seu valor de amortização, nas hipóteses definidas no Regulamento, calculado para a data “T”, apurado na forma da alínea “i” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”.

- d) nos termos do Regulamento, os titulares das Quotas Sênior poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão de Série de Quotas Sênior específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;
- e) pode ser objeto de amortização compulsória, na hipótese de reenquadramento da Razão de Garantia, do Índice de Liquidez e/ou da Alocação de Investimento Mínima aos parâmetros definidos no Regulamento e/ou de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada;
- f) os créditos dos titulares das Quotas Sênior contra o Patrimônio Líquido, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou de resgate de Quotas Sênior, nos termos do Regulamento, são *pari-passu* entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Quotas Sênior em Circulação. Caso não haja recursos suficientes para pagamento aos Quotistas de uma ou mais Séries em Circulação, em determinada data, o valor disponível deverá ser rateado para pagamento aos Quotistas na proporção dos valores devidos; e
- g) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 voto.

Vide Regulamento, Capítulo Onze – “Das Quotas” e Capítulo Vinte e Oito – “Dos Custos Referentes à Defesa dos Titulares das Quotas Sênior”.

Características das Quotas Subordinadas

Cada Quota Subordinada possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordina-se às Quotas Sênior para efeito de amortização ou resgate, observados os termos do Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$25.000,00 na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas;
- c) a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, o valor unitário de cada Quota Subordinada, apurado todo dia útil pela Administradora, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Sênior em Circulação, apurado na forma do Regulamento, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de apuração;
- d) pode ser objeto de amortização compulsória, na hipótese de reenquadramento da Razão de Garantia, do Índice de Liquidez e/ou da Alocação de Investimento Mínima aos parâmetros definidos no Regulamento e/ou de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada;
- e) enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, somente terá o direito de votar as matérias expressamente previstas no Regulamento e na legislação em vigor; e
- f) serão exclusivamente de titularidade, ou subscritas, pelos Cedentes, pelo Consultor de Crédito, seus acionistas, suas controladas ou por qualquer Pessoa (sociedade ou fundo de investimento) que tenha como Pessoa controladora o Consultor de Crédito, seus acionistas ou suas controladas, observado que, previamente a cada transferência e/ou subscrição de Quotas Subordinadas, o Consultor de Crédito deverá encaminhar à Administradora cópia dos documentos de cadastro e ficha cadastral dos novos Quotistas, para que seja verificado o atendimento aos requisitos previstos nesta alínea “f”.

Vide Regulamento, Capítulo Onze – “Das Quotas”.

Quotas Subordinadas em Circulação em 29 de Agosto de 2008

Em 29 de agosto de 2008, o Fundo contava com 1.915 Quotas Subordinadas em Circulação, no valor unitário de R\$75.672,92, perfazendo o montante total de R\$144.913.656,35.

Emissão de Quotas

As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma definida no Regulamento, na data em que os recursos sejam colocados pelos investidores à disposição do Fundo, desde que a respectiva liquidação financeira ocorra até às 15 horas do respectivo dia, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen ou, na hipótese de subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos de cada Contrato de Cessão.

O Fundo somente poderá emitir qualquer Série de Quotas Sênior, em qualquer Distribuição, sem necessidade de aprovação dos titulares das Quotas em Circulação, desde que, (i) computada, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, da respectiva Série e a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, o mesmo atenda, concomitantemente, aos índices e parâmetros do Fundo, referente tanto à Série de Quotas Sênior em processo de subscrição e integralização quanto a todas as demais Séries em Circulação; (ii) o Suplemento referente à nova Série “n” tenha sido registrado nos termos do Regulamento; e (iii) sejam observados os procedimentos de protocolo e distribuição definidos na Instrução CVM nº 356 e na Instrução CVM nº 400.

Amortização de Quotas

A partir do 20º dia útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização, a Administradora deverá dar início aos seguintes procedimentos:

- a) interromper a aquisição de Direitos Creditórios dos Cedentes e de Outros Ativos e resgatar e/ou alienar os Outros Ativos, adotando as medidas prudenciais necessárias de forma que o resgate ou alienação destes ativos não afete sua rentabilidade; e
- b) quando o somatório dos valores auferidos nos termos da alínea “a” acima forem equivalentes, no mínimo, ao menor valor entre: (i) o somatório do valor total da parcela das Quotas Sênior a ser amortizado na respectiva Data de Amortização, e (ii) R\$500.000,00, a Administradora destinará os recursos para o pagamento da respectiva Amortização Programada em sua Data de Amortização.

Na mesma data de Amortização das Quotas Sênior de qualquer das Séries em Circulação, o Fundo deverá promover a amortização, total ou parcial, de parcela do valor de cada Quota Subordinada em Circulação, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos acima definidos, de forma que, considerada, *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, a todos os parâmetros de enquadramento definidos no Regulamento, considerando-se os valores apurados para o dia útil imediatamente anterior à respectiva Data de Amortização de Quotas Subordinadas. A unanimidade dos titulares de Quotas Subordinadas em Circulação poderá solicitar à Administradora, por escrito, até o 5ª dia útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização de Quotas Subordinadas, a não realização da referida amortização. Nesta hipótese, o Fundo somente poderá promover nova Amortização Programada de Quotas Subordinadas na próxima Data de Amortização de Quotas Subordinadas.

O Fundo deverá promover, conforme o caso, a amortização total das Quotas Subordinadas em Circulação em 01 de abril de 2026, devendo, todavia, a data de amortização total ser antecipada pela Administradora exclusivamente na hipótese de o Fundo deixar de manter Quotas Sênior em Circulação por período superior a 360 dias consecutivos.

Caso o Fundo deixe de atender à Alocação de Investimento Mínima, a Administradora deverá promover a amortização compulsória de Quotas Sênior, observados os procedimentos acima descritos, de forma que, computada, *pro-forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda à Alocação de Investimento Mínima.

Os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento da amortização compulsória ou do resgate de suas respectivas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

O Fundo poderá reiniciar os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios dos Cedentes quando este contar com a totalidade dos recursos, em moeda corrente nacional, necessários à efetivação da amortização de Quotas Sênior na respectiva Data de Amortização e quando, após o pagamento da respectiva amortização, o Fundo atender, cumulativamente, aos índices e parâmetros definidos no Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo Treze – “Da Amortização de Quotas”.

Registro e Negociação das Quotas

As Quotas Sênior deverão ser registradas, para negociação secundária, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas. As Quotas Subordinadas não poderão ser alienadas, podendo, todavia, ser dadas em garantia a terceiros.

Caberá exclusivamente aos intermediários assegurar que os adquirentes de Quotas encontrem-se habilitados, nos termos da legislação aplicável, a investir recursos em quotas de FIDCs.

Vide Regulamento, Capítulo Quinze – “Do Registro e Da Negociação das Quotas” deste Prospecto.

CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR

No curso da 1ª Distribuição, o Fundo ofertou 2.000 Quotas Sênior da 1ª Série, no valor unitário de R\$25.000,00, perfazendo o montante de R\$50.000.000,00 na respectiva Data de Emissão, todas já integralmente amortizadas.

As Quotas Sênior da 1ª Série somente puderam ser subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. Cada Quota Sênior da 1ª Série teve preço unitário de R\$25.000,00 na 1ª Data de Emissão da respectiva Série.

Após a 1ª Data de Emissão da 1ª Série, cada Quota Sênior da 1ª Série, quando em Circulação, tinha seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, sendo este equivalente a:

- a) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão, observado o disposto no respectivo Suplemento da 1ª Série:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{Sobretaxa}{100} \right) + 1 \right\}^P + Premio_n,$$

onde:

$VQSn_T$ valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.

$VQSn_{T-1}$ valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado no dia útil imediatamente anterior à data “T”, deduzido do valor efetivamente pago, por Quota, às Quotas Sênior da respectiva Série “n” no dia útil anterior à data “T” a título de Amortização Programada. No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VQSn_{T-1}$ é igual a R\$25.000,00.

DI_{T-1} Taxa DI.

$Sobretaxa_n$ Não havia.

P igual a 0 (zero).

$Premio$ valor do prêmio por Quota Sênior da 1ª Série, se positivo, apurado diariamente pela Administradora de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Prêmio}_n = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - \text{Amtz}_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix} \right)} \right) \right] \times \text{Part}_n \times \text{Perf}_n}{NQS_n}$$

Onde:

PL_{D0} Patrimônio Líquido do Fundo na data de apuração do Prêmio.

PL_{D-1} Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

$\text{Amtz}_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix} \right)}$ Somatório de todos os valores pagos aos Quotistas de todas as Séries em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

Part_n Percentual de participação da respectiva 1ª Série de Quotas Sênior apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{\left[(NQS_{n(d-1)} \times VQS_{n(d-1)}) - \text{Amtz}_{n(d-1)} \right]}{PL_{D-1} - \text{Amtz}_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix} \right)}}$$

Onde:

$NQS_{n(d-1)}$ = Número de Quotas Sênior da 1ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.

$VQS_{n(d-1)}$ = Valor unitário da Quota Sênior da 1ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.

$\text{Amtz}_{n(d-1)}$ = Somatório de todos os valores pagos aos Quotistas da 1ª Série em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

Perf_n Percentual de performance. Para apuração do Prêmio das Quotas Sênior da 1ª Série $\text{Perf} = 0,75$.

NQS_n número de Quotas Sênior em Circulação, da 1ª Série, na data de apuração do Prêmio.

Sendo que, se: $PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - \text{Amtz}_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix} \right)} \right) < 0$ (zero), então:

$$Prêmio = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix} \right)} \right) \right] \times Part_n}{NQS_n}$$

ou,

- b) com referência a todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação, o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_{nT} = \frac{(NQS_{nT} \times R\$ 25.000,00 - VAI_n) + PL_T \times Rat_{nT}}{NQS_{nT}}$$

VQS_{nT} valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de amortização, calculado para a data “T”.

PL_T PL_T = Patrimônio Líquido – Valor Investido,

sendo que, se PL_T menor que zero, então PL_T igual a zero (0).

onde: Valor Investido = $[(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt}) \times R\$ 25.000,00]$

NQS_{nT} número de Quotas Sênior da Série “n” em Circulação na data “T”. Sendo NQS_{aT} o número de Quotas Sênior da 1ª Série ou Série “a” em Circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pela Administradora na data de apuração do VQS_{nT} .

VAI_n valor apurado para a Série “n” de Quotas Sênior, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VAI = \frac{(\text{Valor Investido} - \text{Patrimônio Líquido}) \times NQS_{nT}}{(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt})}$$

sendo que se VAI menor ou igual a 0 (zero), então $VAI = 0$ (zero).

Rat_{nT} percentual de rateio apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$Rat_{nT} = \frac{VREN_T \times NQS_{nT}}{(VRE_{aT} \times NQS_{aT}) + (VRE_{bT} \times NQS_{bT}) + \dots + (VRE_{zT} \times NQS_{zT})},$$

onde:

$VREN_T$ valor que excede ao valor nominal de cada Quota Sênior da Série “n”, apurado pela aplicação da seguinte expressão:

$$VREN_T = VQSDIn_T - R\$ 25.000,00, \text{ sendo que:}$$

$VQSDI_{nT}$ é o valor de cada Quota Sênior da Série “n”, para efeito de cálculo de seu valor de amortização, nas hipóteses definidas no Regulamento, calculado para a data “T”, apurado na forma do Regulamento, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”.

Desde que o Patrimônio Líquido assim o permitisse e o Fundo contasse com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, seria promovida, em cada dia 01 de fevereiro e 01 de agosto, definidos no Suplemento da 1ª Série, a amortização de parcela do valor de cada Quota Sênior da 1ª Série, equivalente ao valor apurado de acordo com a fórmula abaixo. A última Amortização Programada ocorreu no dia 01 de fevereiro de 2008, quando o Fundo promoveu a amortização integral da respectiva Quota:

$$Amtz_{n1} = VQS_{n(D0)} - 25.000 + (PA \times 25.000)$$

Se $Amtz_{n1} < 0$ (zero) então $Amtz_{n1} = 0$ (zero) e se na Data de Amortização Integral da Quota Sênior da 1ª Série: (i) o valor da Quota Sênior da 1ª Série ($VQS_{n(D0)}$) for inferior a R\$25.000,00; e (ii) o Patrimônio Líquido for superior ao resultado da expressão: $(NQS_n \times 25.000)$ então $VQS_{n(D0)} = 25.000,00$, onde:

$Amtz_{n1}$ valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior da 1ª Série na Data de Amortização “n”.

$VQS_{n(D0)}$ valor unitário de cada Quota Sênior da 1ª Série, para efeito de cálculo de seu valor nas datas de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 1ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido no Regulamento.

PA percentual de amortização do valor nominal de cada Quota Sênior da 1ª Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização das Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

Data de Amortização	PA
01/02/2007	0
01/08/2007	0
01/02/2008	100%

Classificação de Risco das Quotas Sênior da 1ª Série: “AA”

Agência de Classificação de Risco:

Austin Consultoria e Serviços Ltda.

Quotas Sênior da 1ª Série em Circulação em 31 de Agosto de 2008

Todas as Amortizações Programadas das Quotas Sênior da 1ª Série foram efetivadas nas Datas de Amortização e nos termos previstos Regulamento e no respectivo Suplemento. Desta forma, as Quotas Sênior da 1ª Série foram integralmente amortizadas em 01 de fevereiro de 2008.

CARACTERÍSTICAS DA 2ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR

No curso da 2ª Distribuição o Fundo ofertou 4.200 Quotas Sênior da 2ª Série, no valor unitário de R\$25.000,00, todas subscritas e integralizadas, perfazendo o montante de R\$105.000.000,00 na respectiva Data de Emissão.

As Quotas Sênior da 2ª Série somente foram subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. Cada Quota Sênior da 2ª Série tinha preço unitário de R\$25.000,00 na 1ª Data de Emissão da respectiva Série.

Após a 1ª Data de Emissão da 2ª Série, cada Quota Sênior tem seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, sendo este equivalente a:

- a) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão, observado o disposto no respectivo Suplemento da 2ª Série:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{Sobretaxa}{100} \right) + 1 \right\}^P + Premio_n$$

onde:

$VQSn_T$ valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.

$VQSn_{T-1}$ valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado no dia útil anterior à data “T”, deduzido do valor efetivamente pago, por Quota, às Quotas Sênior da respectiva Série “n” no dia útil anterior à data “T” a título de Amortização Programada. No caso do cálculo no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VQSn_{T-1}$ é igual a R\$25.000,00.

DI_{T-1} Taxa DI.

$Sobretaxa_n$ Não haverá.

P igual a 0 (zero).

$Premio_n$ valor do prêmio por Quota Sênior da Série “n”, se positivo, apurado diariamente pela Administradora de acordo com a seguinte fórmula:

$$Prêmio_n = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\frac{Total}{D-1} \right)} \right) \right] \times Part_n \times Perf_n}{NQS_n}$$

Onde:

PL_{D0}	Patrimônio Líquido do Fundo na data de apuração do Prêmio.
PL_{D-1}	Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.
$Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix}\right)}$	somatório de todos os valores pagos aos Quotistas de todas as Séries em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.
$Part_n$	Percentual de participação da respectiva 2ª Série de Quotas Sênior apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{\left[\left(NQS_{n(d-1)} \times VQS_{n(d-1)} \right) - Amtz_{n(d-1)} \right]}{PL_{D-1} - Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix}\right)}},$$

Onde:

$NQS_{n(d-1)}$	número de Quotas Sênior da 2ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.
$VQS_{n(d-1)}$	valor unitário da Quota Sênior da 2ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.
$Amtz_{n(d-1)}$	somatório de todos os valores pagos aos Quotistas da 2ª Série em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

$Perf_n$	percentual de performance. Para apuração do Prêmio das Quotas Sênior da 2ª Série $Perf = 0,75$.
NQS_n	número de Quotas Sênior em Circulação, da 2ª Série, na data de apuração do Prêmio.

Sendo que, se: $PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix}\right)} \right) < 0$ (zero), então:

$$Prêmio = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix}\right)} \right) \right] \times Part_n}{NQS_n}$$

ou,

- b) com referência a todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação, o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_{nT} = \frac{(NQS_{nT} \times R\$ 25.000,00 - VAI_n) + PL_T \times Rat_{nT}}{NQS_{nT}}$$

VQS_{nT} valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de amortização, calculado para a data “T”.

PL_T PL_T = Patrimônio Líquido – Valor Investido,

sendo que, se PL_T menor que zero, então PL_T igual a zero (0).

onde: Valor Investido = $[(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt}) \times R\$ 25.000,00]$

NQS_{nT} número de Quotas Sênior da Série “n” em Circulação na data “T”. Sendo NQS_{aT} o número de Quotas Sênior da 1ª Série ou Série “a” em Circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pela Administradora na data de apuração do VQS_{nT} .

VAI_n valor apurado para a Série “n” de Quotas Sênior, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VAI = \frac{(\text{Valor Investido} - \text{Patrimônio Líquido}) \times NQS_{nT}}{(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt})}$$

sendo que se VAI menor ou igual a 0 (zero), então $VAI = 0$ (zero).

Rat_{nT} significa o percentual de rateio apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$Rat_{nT} = \frac{VRE_{nT} \times NQS_{nT}}{(VRE_{aT} \times NQS_{aT}) + (VRE_{bT} \times NQS_{bT}) + \dots + (VRE_{zT} \times NQS_{zT})},$$

onde:

VRE_{nT} valor que excede ao valor nominal de cada Quota Sênior da Série “n”, apurado pela aplicação da seguinte expressão:

$$VRE_{nT} = VQSDI_{nT} - R\$ 25.000,00, \text{ sendo que:}$$

$VQSDI_{nT}$ é o valor de cada Quota Sênior da Série “n”, para efeito de cálculo de seu valor de amortização, nas hipóteses definidas no Regulamento, calculado para a data “T”, apurado na forma do Regulamento, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”.

Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida em cada dia 01 de junho e 01 de

dezembro de cada exercício social a amortização de parcela do valor de cada Quota Sênior da 2ª Série, a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com a fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia 01 de dezembro de 2008, quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Quota:

$$VAP_n = VQSn_T - (R\$25.000,00 - VAE) + (PA \times R\$25.000,00),$$

onde:

$$Amtz_{n1} = VQS_{n(D0)} - 25.000 + (PA \times 25.000)$$

Se $Amtz_{n1} < 0$ (zero) então $Amtz_{n1} = 0$ (zero) e se na Data de Amortização Integral da Quota Sênior da 2ª Série: (i) o valor da Quota Sênior da 2ª Série ($VQS_{n(D0)}$) for inferior a R\$25.000,00; e (ii) o Patrimônio Líquido for superior ao resultado da expressão: ($NQS_n \times 25.000$) então $VQS_{n(D0)} = 25.000,00$, onde:

$Amtz_{n1}$ valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior da 2ª Série na Data de Amortização “n”.

$VQS_{n(D0)}$ valor unitário de cada Quota Sênior da 2ª Série, para efeito de cálculo de seu valor nas datas de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 2ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido no Regulamento.

PA percentual de amortização do valor nominal de cada Quota Sênior da 2ª Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização das Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

Data de Amortização	PA
01/06/2007	0
01/12/2007	0
01/06/2008	0
01/12/2008	100%

Classificação de Risco das Quotas Sênior da 2ª Série: “AA”

Agência de Classificação de Risco: Austin Consultoria e Serviços Ltda.

Quotas Sênior da 2ª Série em Circulação em 29 de Agosto de 2008

Em 29 de agosto de 2008 o Fundo contava com 4.200 Quotas Sênior da 2ª Série em Circulação, no valor unitário de R\$26.321,80, perfazendo o montante total de R\$110.551.573,81.

Até a data deste Prospecto, todas as Amortizações Programadas das Quotas Sênior da 2ª Série foram efetivadas nas Datas de Amortização e nos termos previstos Regulamento e no respectivo

Suplemento. A última Amortização Programada da 2ª Série de Quotas Sênior está programada para ocorrer em 01 de dezembro de 2008.

CARACTERÍSTICAS DA 3ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR

No curso da 3ª Distribuição o Fundo ofertou 4.200 Quotas Sênior da 3ª Série, no valor unitário de R\$25.000,00, perfazendo o montante de R\$105.000.000,00 na respectiva Data de Emissão, todas já integralmente subscritas e integralizadas.

As Quotas Sênior da 3ª Série somente puderam ser subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. Cada Quota Sênior da 3ª Série teve preço unitário de R\$25.000,00 na 1ª Data de Emissão da respectiva Série.

Após a 1ª Data de Emissão da 3ª Série, cada Quota Sênior tem seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, sendo este equivalente a:

- a) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão, observado o disposto no respectivo Suplemento da 3ª Série:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{Sobretaxa}{100} \right) + 1 \right\}^P + Premio_n$$

onde:

$VQSn_T$ valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.

$VQSn_{T-1}$ valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado no dia útil anterior à data “T”, deduzido do valor efetivamente pago, por Quota, às Quotas Sênior da respectiva Série “n” no dia útil anterior à data “T” a título de Amortização Programada. No caso do cálculo no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VQSn_{T-1}$ é igual a R\$25.000,00.

DI_{T-1} Taxa DI.

$Sobretaxa_n$ Não haverá.

P igual a 0 (zero).

$Premio_n$ valor do prêmio por Quota Sênior da Série “n”, se positivo, apurado diariamente pela Administradora de acordo com a seguinte fórmula:

$$Prêmio_n = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\frac{Total}{D-1} \right)} \right) \right] \times Part_n \times Perf_n}{NQS_n}$$

onde:

PL_{D0}	Patrimônio Líquido do Fundo na data de apuração do Prêmio.
PL_{D-1}	Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.
$Amtz_{\left(\frac{Total}{D-1}\right)}$	Somatório de todos os valores pagos aos Quotistas de todas as Séries em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.
$Part_n$	Percentual de participação da respectiva 3ª Série de Quotas Sênior apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{\left[\left(NQS_{n(d-1)} \times VQS_{n(d-1)} \right) - Amtz_{n(d-1)} \right]}{PL_{D-1} - Amtz_{\left(\frac{Total}{D-1}\right)}}$$

Onde:

$NQS_{n(d-1)}$ = número de Quotas Sênior da 3ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.

$VQS_{n(d-1)}$ = valor unitário da Quota Sênior da 3ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.

$Amtz_{n(d-1)}$ = somatório de todos os valores pagos aos Quotistas da 3ª Série em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

$Perf_n$ percentual de performance. Para apuração do Prêmio das Quotas Sênior da 3ª Série $Perf = 0,75$.

NQS_n número de Quotas Sênior em Circulação, da 3ª Série, na data de apuração do Prêmio.

Sendo que, se: $PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\frac{Total}{D-1}\right)} \right) < 0$ (zero), então:

$$Prêmio = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\frac{Total}{D-1}\right)} \right) \right] \times Part_n}{NQS_n}$$

ou,

- b) com referência a todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação, o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_{nT} = \frac{(NQS_{nT} \times R\$ 25.000,00 - VAI_n) + PL_T \times Rat_{nT}}{NQS_{nT}}$$

VQS_{nT} valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de amortização, calculado para a data “T”.

PL_T PL_T = Patrimônio Líquido – Valor Investido,

sendo que, se PL_T menor que zero, então PL_T igual a zero (0).

onde: Valor Investido = $[(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt}) \times R\$ 25.000,00]$

NQS_{nT} número de Quotas Sênior da Série “n” em Circulação na data “T”. Sendo NQS_{aT} o número de Quotas Sênior da 1ª Série ou Série “n” em Circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pela Administradora na data de apuração do VQS_{nT} .

VAI_n valor apurado para a Série “n” de Quotas Sênior, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VAI = \frac{(\text{Valor Investido} - \text{Patrimônio Líquido}) \times NQS_{nT}}{(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt})}$$

sendo que se VAI menor ou igual a 0 (zero), então $VAI = 0$ (zero).

Rat_{nT} percentual de rateio apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$Rat_{nT} = \frac{VRE_{nT} \times NQS_{nT}}{(VRE_{aT} \times NQS_{aT}) + (VRE_{bT} \times NQS_{bT}) + \dots + (VRE_{zT} \times NQS_{zT})},$$

onde:

VRE_{nT} valor que excede ao valor nominal de cada Quota Sênior da Série “n”, apurado pela aplicação da seguinte expressão:

$$VRE_{nT} = VQSDI_{nT} - R\$ 25.000,00, \text{ sendo que:}$$

$VQSDI_{nT}$ é o valor de cada Quota Sênior da Série “n”, para efeito de cálculo de seu valor de amortização, nas hipóteses definidas no Regulamento, calculado para a data “T”, apurado na forma do Regulamento, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”.

Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida em cada dia 01 de janeiro e 01 de

julho de cada exercício social a amortização de parcela do valor de cada Quota Sênior da 3ª Série, a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com a fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia 01 de julho de 2010, quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Quota:

$$VAP_n = VQSn_T - (R\$25.000,00 - VAE) + (PA \times R\$25.000,00),$$

onde:

$$Amtz_{n1} = VQSn_{(D0)} - 25.000 + (PA \times 25.000)$$

Se $Amtz_{n1} < 0$ (zero) então $Amtz_{n1} = 0$ (zero) e se na Data de Amortização Integral da Quota Sênior da 3ª Série: (i) o valor da Quota Sênior da 3ª Série ($VQSn_{(D0)}$) for inferior a R\$25.000,00; e (ii) o Patrimônio Líquido for superior ao resultado da expressão: ($NQSn \times 25.000$) então $VQSn_{(D0)} = 25.000,00$, onde:

$Amtz_{n1}$ valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior da 3ª Série na Data de Amortização “n”.

$VQSn_{(D0)}$ valor unitário de cada Quota Sênior da 3ª Série, para efeito de cálculo de seu valor nas datas de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 3ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido no Regulamento.

PA percentual de amortização do valor nominal de cada Quota Sênior da 3ª Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização das Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

Data de Amortização	PA
01/01/2008	0
01/07/2008	0
01/01/2009	0
01/07/2009	0
01/01/2010	0
01/07/2010	100%

Classificação de Risco das Quotas Sênior da 3ª Série:

AA

Agência de Classificação de Risco:

Austin Consultoria e Serviços Ltda.

Quotas Sênior da 3ª Série em Circulação em 29 de Agosto de 2008

Em 29 de agosto de 2008 o Fundo contava com 4.200 Quotas Sênior da 3ª Série em Circulação, no valor unitário de R\$25.876,35, perfazendo o montante total de R\$108.680.663,29.

Até a data deste Prospecto, todas as Amortizações Programadas das Quotas Sênior da 3ª Série foram efetivadas nas Datas de Amortização e nos termos previstos Regulamento e no respectivo

Suplemento. A última Amortização Programada da 3ª Série de Quotas Sênior está programada para ocorrer em 01 de julho de 2010.

CARACTERÍSTICAS DA 4ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR

No curso da 4ª Distribuição o Fundo ofertou 6.200 Quotas Sênior da 4ª Série, no valor unitário de R\$25.000,00, perfazendo o montante de R\$155.000.000,00 na respectiva Data de Emissão, todas já integralmente subscritas e integralizadas.

As Quotas Sênior da 4ª Série somente puderam ser subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. Cada Quota Sênior da 4ª Série teve preço unitário de R\$25.000,00 na 1ª Data de Emissão da respectiva Série.

Após a 1ª Data de Emissão da 4ª Série, cada Quota Sênior tem seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, sendo este equivalente a:

a) valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{Sobretaxa}{100} \right) + 1 \right\}^P + Pr emio_n,$$

onde:

$VQSn_T$ valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.

$VQSn_{T-1}$ valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado no dia útil anterior à data “T”, deduzido do valor efetivamente pago, por Quota, às Quotas Sênior da respectiva Série “n” no dia útil anterior à data “T” a título de Amortização Programada. No caso do cálculo no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VQSn_{T-1}$ é igual a R\$25.000,00.

DI_{T-1} Taxa DI.

$Sobretaxa_n$ Não haverá.

P igual a 0 (zero).

$Premio_n$ valor do prêmio por Quota Sênior da 4ª Série, se positivo, apurado diariamente pela Administradora de acordo com a seguinte fórmula:

$$Pr emio_n = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{(Total)}^{(D-1)} \right) \right] \times Part_n \times Perf_n}{NQS_n}$$

Onde:

PL_{D0}	Patrimônio Líquido do Fundo na data de apuração do Prêmio.
PL_{D-1}	Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.
$Amtz_{(D-1)}^{(Total)}$	Somatório de todos os valores pagos aos Quotistas de todas as Séries em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.
$Part_n$	Percentual de participação da respectiva 4ª Série de Quotas Sênior apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{[(NQS_{n(d-1)} \times VQS_{n(d-1)}) - Amtz_{n(d-1)}]}{PL_{D-1} - Amtz_{(D-1)}^{(Total)}}$$

Onde:

$NQS_{n(d-1)}$ = número de Quotas Sênior da 4ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.

$VQS_{n(d-1)}$ = valor unitário da Quota Sênior da 4ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.

$Amtz_{n(d-1)}$ = somatório de todos os valores pagos aos Quotistas da 4ª Série em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

$Perf_n$ = percentual de performance. Para apuração do Prêmio das Quotas Sênior da 4ª Série $Perf = 0,75$.

NQS_n = número de Quotas Sênior em Circulação, da 4ª Série, na data de apuração do Prêmio.

Sendo que, se: $PL_{D0} - (PL_{D-1} - Amtz_{(D-1)}^{(Total)}) < 0$ (zero), então:

$$Prêmio = \frac{[PL_{D0} - (PL_{D-1} - Amtz_{(D-1)}^{(Total)})] \times Part_n}{NQS_n}$$

ou, com referência a todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação,

b) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_{nT} = \frac{(NQS_{nT} \times R\$ 25.000,00 - VAL_n) + PL_T \times Rat_{nT}}{NQS_{nT}}$$

VQS_{nT} = valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor

de amortização, calculado para a data “T”.

PL_T $PL_T = \text{Patrimônio Líquido} - \text{Valor Investido},$

sendo que, se PL_T menor que 0 (zero), então PL_T igual a 0 (zero).

onde: Valor Investido = $[(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt}) \times R\$ 25.000,00]$

$NQSn_T$ número de Quotas Sênior da Série “n” em Circulação na data “T”. Sendo NQS_{aT} o número de Quotas Sênior da 1ª Série em Circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pela Administradora na data de apuração do VQS_{nT} .

VAI_n valor apurado para a Série “n” de Quotas Sênior, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VAI = \frac{(\text{Valor Investido} - \text{Patrimônio Líquido}) \times NQS_{nT}}{(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt})}$$

sendo que se VAI menor ou igual a 0 (zero), então $VAI = 0$ (zero).

Rat_{Nt} percentual de rateio apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$Ratn_T = \frac{VREN_T \times NQSn_T}{(VREa_T \times NQSa_T) + (VREb_T \times NQsb_T) + \dots + (VREz_T \times NQSZ_T)},$$

onde:

$VREN$ valor que excede ao valor nominal de cada Quota Sênior da Série “n”, apurado pela aplicação da seguinte expressão:

$$VREN_T = VQSDIn_T - R\$ 25.000,00, \text{ sendo que:}$$

$VQSDI_{nt}$ valor de cada Quota Sênior da Série “n”, para efeito de cálculo de seu valor de amortização, nas hipóteses definidas no Regulamento, calculado para a data “T”, apurado na forma da alínea “i” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”.

Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida em cada dia 01 de maio e 01 de novembro de cada exercício social, de cada exercício social, a partir de 01 de maio de 2008, inclusive, a amortização de parcela do valor de cada Quota Sênior da 4ª Série, a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia 01 de maio de 2011, quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Quota:

$$Amtz_{n1} = VQS_{n(D0)} - 25.000 + (PA \times 25.000)$$

onde:

- $Amtz_{n1}$ valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior da 4ª Série na Data de Amortização “n”.
- $VQS_{n(D0)}$ valor unitário de cada Quota Sênior da 4ª Série, para efeito de cálculo de seu valor nas datas de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 4ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido no Regulamento.
- PA percentual de amortização do valor nominal de cada Quota Sênior da 4ª Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização das Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

Data de Amortização	PA
01/05/2008	0
01/11/2008	0
01/05/2009	0
01/11/2009	0
01/05/2010	0
01/11/2010	0
01/05/2011	100%

Classificação de Risco das Quotas Sênior da 4ª Série:

AA

Agência de Classificação de Risco:

Austin Consultoria e Serviços Ltda.

Quotas Sênior da 4ª Série em Circulação em 29 de Agosto de 2008

Em 29 de agosto de 2008 o Fundo contava com 6.200 Quotas Sênior da 4ª Série em Circulação, no valor unitário de R\$26.741,22, perfazendo o montante total de R\$165.795.576,83.

Até a data deste Prospecto, todas as Amortizações Programadas das Quotas Sênior da 4ª Série foram efetivadas nas respectivas Datas de Amortização e nos termos previstos no Regulamento e no respectivo Suplemento. A última Amortização Programada da 4ª Série de Quotas Sênior está programada para ocorrer em 01 de maio de 2011.

CARACTERÍSTICAS DA 5ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR

No curso da 5ª distribuição, ainda não encerrada, o Fundo ofertou até 8.200 (oito mil e duzentas) Quotas Sênior da 5ª Série, no valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo o montante de R\$205.000.000,00 (duzentos e cinco milhões de reais). Até a presente data, 7.409 (sete mil quatrocentas e nove) Quotas Sênior da 5ª Série já haviam sido totalmente subscritas e integralizadas.

Observado que o montante mínimo de distribuição de Quotas Sêniors da 5ª Série já foi atendido, caso as 8.200 Quotas emitidas não sejam subscritas em sua totalidade, no encerramento do prazo de distribuição, a Administradora cancelará o saldo de Quotas Sênior da 5ª Série emitidas e não colocado.

As Quotas Sênior da 5ª Série somente podem ser subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. Cada Quota Sênior da 5ª Série tem preço unitário de R\$25.000,00 na 1ª Data de Emissão da respectiva Série.

Após a 1ª Data de Emissão da 5ª Série, cada Quota Sênior tem seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, sendo este equivalente a:

a) valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{Sobretaxa}{100} \right) + 1 \right\}^P + Premio_n,$$

onde:

$VQSn_T$ valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.

$VQSn_{T-1}$ valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado no dia útil anterior à data “T”, deduzido do valor efetivamente pago, por Quota, às Quotas Sênior da respectiva Série “n” no dia útil anterior à data “T” a título de Amortização Programada. No caso do cálculo no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VQSn_{T-1}$ é igual a R\$25.000,00.

DI_{T-1} Taxa DI.

$Sobretaxa_n$ não haverá.

P 0 (zero).

$Premio_n$

Valor do prêmio por Quota Sênior da 5ª Série, se positivo, calculado diariamente pela Administradora, de acordo com a seguinte fórmula:

$$Prêmio_n = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix} \right)} \right) \right] \times Part_n \times Perf_n}{NQS_n}$$

Onde:

PL_{D0} Patrimônio Líquido do Fundo na data de apuração do $Premio_n$.

PL_{D-1} Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil anterior à data de apuração do $Premio_n$.

$Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix} \right)}$ somatório de todos os valores pagos aos Quotistas de todas as Séries em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do $Premio_n$.

$Part_n$ percentual de participação da respectiva 5ª Série de Quotas Sênior apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{\left[(NQS_{n(d-1)} \times VQS_{n(d-1)}) - Amtz_{n(d-1)} \right]}{PL_{D-1} - Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix} \right)}}$$

Onde:

$NQS_{n(d-1)}$ = número de Quotas Sênior da 5ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do $Premio_n$.

$VQS_{n(d-1)}$ = valor unitário da Quota Sênior da 5ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do $Premio_n$.

$Amtz_{n(d-1)}$ = somatório de todos os valores pagos aos Quotistas da 5ª Série em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do $Premio_n$.

$Perf_n$ percentual de performance. Para apuração do $Premio_n$ das Quotas Sênior da 5ª Série $Perf = 0,75$.

NQS_n número de Quotas Sênior em Circulação, da 5ª Série, na data de apuração do Prêmio.

Sendo que, se: $PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\frac{Total}{D-1} \right)} \right) < 0$ (zero), então:

$$Prêmio = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\frac{Total}{D-1} \right)} \right) \right] \times Part_n}{NQS_n}$$

ou, com referência a todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação,

b) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_{nT} = \frac{(NQS_{nT} \times R\$ 25.000,00 - VAI_n) + PL_T \times Rat_{nT}}{NQS_{nT}}$$

VQS_{nT} valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de amortização, calculado para a data “T”.

PL_T PL_T = Patrimônio Líquido – Valor Investido,

sendo que, se PL_T menor que 0 (zero), então PL_T igual a 0 (zero).

onde: Valor Investido = $[(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt}) \times R\$ 25.000,00]$

NQS_{nT} número de Quotas Sênior da Série “n” em Circulação na data “T”. Sendo NQS_{aT} o número de Quotas Sênior da 1ª Série em Circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pela Administradora na data de apuração do VQS_{nT} .

VAI_n valor apurado para a Série “n” de Quotas Sênior, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VAI = \frac{(\text{Valor Investido} - \text{Patrimônio Líquido}) \times NQS_{nT}}{(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt})}$$

sendo que se VAI menor ou igual a 0 (zero), então $VAI = 0$ (zero).

Rat_{nT} percentual de rateio apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$Rat_{nT} = \frac{VRE_{nT} \times NQS_{nT}}{(VRE_{aT} \times NQS_{aT}) + (VRE_{bT} \times NQS_{bT}) + \dots + (VRE_{zT} \times NQS_{zT})},$$

onde:

VRE_n valor que excede ao valor nominal de cada Quota Sênior da Série “n”, apurado pela aplicação da seguinte expressão:

$$VREn_T = VQSDIn_T - R\$ 25.000,00, \text{ sendo que:}$$

$VQSDI_{nt}$ valor de cada Quota Sênior da Série “n”, para efeito de cálculo de seu valor de amortização, nas hipóteses definidas no Regulamento, calculado para a data “T”, apurado na forma da alínea “i” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”.

Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida em cada dia 01 de abril e 01 de outubro de cada exercício social, a partir de 01 de abril de 2009, inclusive, a amortização de parcela do valor de cada Quota Sênior da 5ª Série, a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Amtz_{n1} = (VQS_{n(D0)} - 25.000 + (PA \times 25.000)) \times \text{Per}$$

Se $Amtz_{n1} < 0$ (zero) então $Amtz_{n1} = 0$ (zero) e se na Data de Amortização Integral da Quota Sênior da 5ª Série: (i) o valor da Quota Sênior da 5ª Série ($VQS_{n(D0)}$) for inferior a R\$25.000,00; e (ii) o Patrimônio Líquido for superior ao resultado da expressão: $(NQS_n \times 25.000)$ então $VQS_{n(D0)} = 25.000,00$, onde:

$Amtz_{n1}$ valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior da 5ª Série na Data de Amortização “n”.

$VQS_{n(D0)}$ valor unitário de cada Quota Sênior da 5ª Série, para efeito de cálculo de seu valor nas datas de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 5ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido no Regulamento.

Per Percentual a ser aplicado exclusivamente no pagamento da última Amortização das Quotas Sênior da 5ª Série, apurado de acordo com a seguinte tabela:

Data de pagamento da última parcela de Amortização das Quotas Sênior da 5ª Série	“Per”
Caso ocorra em 01/04/2010	0,98
Caso ocorra em 01/10/2010	0,99
Caso ocorra após 01/10/2010	1

PA percentual de amortização do valor nominal de cada Quota Sênior da 5ª Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização das Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

Data de Amortização	PA
01.04.2009	0
01.10.2009	0
01.04.2010	100%

Os titulares de Quotas Sênior da 5ª Série poderão, individualmente, optar pela não ocorrência e conseqüente prorrogação da última Amortização Programada, prevista originalmente para 01 de abril de 2010. Nesta hipótese, a Data de Amortização será automaticamente prorrogada para o dia 01 de outubro de 2010, quando os titulares de Quotas Sênior poderão optar, igualmente, observado o abaixo disposto, pela não ocorrência e conseqüente prorrogação da referida Amortização Programada. Cada prorrogação da última Data de Amortização, se ocorrer, acarretará na prorrogação da Data de Amortização para o aniversário semestral subsequente, assim entendido os dias 01 de abril e 01 de outubro de cada ano. A Data de Amortização prevista inicialmente para 01 de abril de 2010 não poderá ser prorrogada, em qualquer hipótese, após 01 de abril de 2013, data em que, obrigatoriamente, ocorrerá o resgate integral de todas as Quotas Sênior da 5ª Série em Circulação.

A ausência de manifestação expressa, por escrito, do titular de Quotas Sênior da 5ª Série, no sentido de amortizar suas respectivas Quotas Sênior da 5ª Série, enviada à Administradora até o 365º dia anterior à última Data de Amortização, prevista para 01 de abril de 2010, e assim sucessivamente, significará manifestação favorável à prorrogação da Data de Amortização para 01 de outubro de 2010, e assim sucessivamente em cada nova Data de Amortização.

Caso a manifestação dos titulares de Quotas Sênior da 5ª Série visando a prorrogação da Data de Amortização, inicialmente prevista para 01 de abril de 2010, não seja unânime para os titulares de todas as Quotas Sênior da 5ª Série em Circulação, o Fundo efetuará o pagamento da Amortização aos titulares de Quotas Sênior da 5ª Série que assim houverem optado expressamente por escrito, e prorrogará a Data de Amortização das Quotas Sênior da 5ª Série de titularidade dos Quotistas remanescentes.

Classificação de Risco das Quotas Sênior da 5ª Série:

AA

Agência de Classificação de Risco:

Austin Consultoria e Serviços Ltda.

Quotas Sênior da 5ª Série em Circulação em 29 de Agosto de 2008

Em 29 de agosto de 2008 o Fundo contava com 7.409 (sete mil quatrocentas e nove) Quotas Sênior da 5ª Série em Circulação, no valor unitário de R\$26.321,73, perfazendo o montante total de R\$163.563.246,94.

Até a data deste Prospecto, ainda não ocorreu qualquer Amortização Programada das Quotas Sênior da 5ª Série. Conforme previsto no Regulamento e no respectivo Suplemento, a primeira Data de Amortização das Quotas Sênior da 5ª Série, se os respectivos Quotistas não optarem pela prorrogação desta data, está programada para ocorrer em 01 de abril de 2009 e a última Amortização Programada da 5ª Série de Quotas Sênior, se os respectivos Quotistas não optarem pela prorrogação desta data, em 01 de abril de 2010.

CARACTERÍSTICAS DA 6ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR

No curso da 6ª Distribuição o Fundo está ofertando até 8.200 Quotas Sênior da 6ª Série, no valor unitário de R\$25.000,00, perfazendo o montante de até R\$205.000.000,00 na respectiva Data de Emissão.

Observado o mínimo de 1.000 Quotas Sênior da 6ª Série, a serem emitidas pelo Fundo, nos termos do Regulamento, no caso de serem subscritas e integralizadas, durante o período de distribuição, menos que 100% das Quotas Sênior da 6ª Série objeto da presente Oferta, o saldo das respectivas Quotas não colocado será cancelado unilateralmente pela Administradora e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas Sênior da 6ª Série subscritas.

As Quotas Sênior da 6ª Série somente poderão ser subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. Cada Quota Sênior da 6ª Série tem preço unitário de R\$25.000,00 na 1ª Data de Emissão da respectiva Série.

Após a 1ª Data de Emissão da 6ª Série, cada Quota Sênior terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, sendo este equivalente a:

a) valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{Sobretaxa}{100} \right) + 1 \right\}^P + Premio_n,$$

onde:

$VQSn_T$ valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.

$VQSn_{T-1}$ valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado no dia útil anterior à data “T”, deduzido do valor efetivamente pago, por Quota, às Quotas Sênior da Série “n” no dia útil anterior à data “T” a título de Amortização Programada. No caso do cálculo no dia útil seguinte à 1ª data de emissão, $VQSn_{T-1}$ é igual a R\$25.000,00.

DI_{T-1} Taxa DI.

$Sobretaxa_n$ não haverá.

P 0 (zero).

$Premio_n$ valor do prêmio por Quota Sênior da 6ª Série, se positivo, calculado diariamente

pela Administradora, de acordo com a seguinte fórmula:

$$Prêmio_n = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix} \right)} \right) \right] \times Part_n \times Perf_n}{NQS_n},$$

onde:

PL_{D0}	Patrimônio Líquido do Fundo na data de apuração do Prêmio.
PL_{D-1}	Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.
$Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix} \right)}$	somatório de todos os valores pagos aos Quotistas de todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.
$Part_n$	percentual de participação da respectiva 6ª Série de Quotas Sênior apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{\left[(NQS_{n(d-1)} \times VQS_{n(d-1)}) - Amtz_{n(d-1)} \right]}{PL_{D-1} - Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix} \right)}},$$

Onde:

$NQS_{n(d-1)}$	número de Quotas Sênior da 6ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.
$VQS_{n(d-1)}$	valor unitário da Quota Sênior da 6ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.
$Amtz_{n(d-1)}$	somatório de todos os valores pagos aos Quotistas da 6ª Série em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.
$Perf_n$	percentual de performance. Para apuração do Prêmio das Quotas Sênior da 6ª Série $Perf = 0,60$.
NQS_n	número de Quotas Sênior em Circulação, da 6ª Série, na data de apuração do Prêmio.

Sendo que, se $PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix} \right)} \right) < 0$ (zero), então:

$$Prêmio = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\frac{Total}{D-1} \right)} \right) \right] \times Part_n}{NQS_n}$$

ou, com referência a todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação,

b) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_{nT} = \frac{(NQS_{nT} \times R\$ 25.000,00 - VAI_n) + PL_T \times Rat_{nT}}{NQS_{nT}}$$

VQS_{nT} valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de amortização, calculado para a data “T”.

PL_T $PL_T = \text{Patrimônio Líquido} - \text{Valor Investido}$,

sendo que, se PL_T menor que 0 (zero), então PL_T igual a 0 (zero).

onde: Valor Investido = $[(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt}) \times R\$ 25.000,00]$

NQS_{nT} número de Quotas Sênior da Série “n” em Circulação na data “T”. Sendo NQS_{aT} o número de Quotas Sênior da 1ª Série em Circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pela Administradora na data de apuração do VQS_{nT} .

VAI_n valor apurado para a Série “n” de Quotas Sênior, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VAI = \frac{(\text{Valor Investido} - \text{Patrimônio Líquido}) \times NQS_{nT}}{(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt})}$$

sendo que se VAI menor ou igual a 0 (zero), então $VAI = 0$ (zero).

Rat_{nT} significa o percentual de rateio apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$Rat_{nT} = \frac{VRE_{nT} \times NQS_{nT}}{(VRE_{aT} \times NQS_{aT}) + (VRE_{bT} \times NQS_{bT}) + \dots + (VRE_{zT} \times NQS_{zT})},$$

onde:

VRE_n valor que excede ao valor nominal de cada Quota Sênior da Série “n”, apurado pela aplicação da seguinte expressão:

$$VRE_{nT} = VQSDI_{nT} - R\$ 25.000,00, \text{ sendo que:}$$

$VQSDI_{nt}$ valor de cada Quota Sênior da Série “n”, para efeito de cálculo

Suplemento da Série “n”.

Desta forma, a 6ª Série de Quotas Sênior terá as seguintes características:

<i>Sobretaxa_n</i>	Não haverá.
Prêmio	Fará jus a prêmio

Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida em cada dia 01 de junho e 01 de dezembro de cada exercício social, a partir de 01 de junho de 2009, inclusive, a amortização de parcela do valor de cada Quota Sênior da 6ª Série, a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com a fórmula a seguir. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia 01 de dezembro de 2013, quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Quotas.

$$Amtz_{n1} = (VQS_{n(D0)} - 25.000 + (PA \times 25.000))$$

Se $Amtz_{n1} < 0$ (zero) então $Amtz_{n1} = 0$ (zero) e se, na Data de Amortização Integral da Quota Sênior da 6ª Série: (i) o valor da Quota Sênior da 6ª Série ($VQS_{n(D0)}$) for inferior a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais); e (ii) o valor do patrimônio líquido do Fundo for superior ao resultado da expressão: ($NQS_n \times 25.000$), então $VQS_{n(D0)} = 25.000,00$, onde:

$Amtz_{n1}$ valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior da 6ª Série na Data de Amortização “n”.

$VQS_{n(D0)}$ valor unitário de cada Quota Sênior da 6ª Série, para efeito de cálculo de seu valor nas datas de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 6ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido no Regulamento.

PA percentual de amortização do valor nominal de cada Quota Sênior da 6ª Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização das Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

Data de Amortização	PA
01.06.2009	0
01.12.2009	0
01.06.2010	0
01.12.2010	25%
01.06.2011	0
01.12.2011	25%
01.06.2012	0
01.12.2012	25%
01.06.2013	0
01.12.2013	25%

Classificação de Risco das Quotas Sênior da 6ª Série:

AA

Agência de Classificação de Risco:

Austin Consultoria e Serviços Ltda.

As Quotas Sênior da 6ª Série serão registradas, para negociação secundária, na CETIP.

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco a seguir descritos. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco aqui descritos, poderá ocorrer, entre outros, perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Introdução

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado, riscos de crédito e/ou riscos operacionais das contrapartes, incluindo a eventual incapacidade de os Sacados honrarem suas respectivas obrigações, podendo, assim, gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante ou qualquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em hipótese alguma, ser responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela solvência dos Sacados, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

Fatores Associados ao Investimento no Fundo

- a) **Liquidez das Quotas.** Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, sem admitir a possibilidade de resgate das Quotas a qualquer tempo, a critério dos Quotistas, estes podem ter dificuldade em realizar seu investimento mediante alienação de suas Quotas.
- b) **Amortização condicionada e possibilidade de perda do capital investido.** As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização de suas Quotas decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios, conforme identificado no Regulamento, e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, pelas respectivas contrapartes. Assim, em caso de inadimplência dos Direitos Creditórios e/ou dos Outros Ativos e depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização e, conforme o caso, o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas, havendo, portanto, a possibilidade de os Quotistas até mesmo perderem, total ou parcialmente, o respectivo capital investido.

- c) **Amortização de Quotas na medida da liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos integrantes de sua carteira e, conforme o caso, aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a existência de vedações e/ou eventual impossibilidade de a Administradora alienar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização das Quotas, em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes de sua carteira sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes e que as verbas recebidas sejam transferidas para o Fundo, tanto a Administradora quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização integral das Quotas. O valor de amortização das Quotas Sênior continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, inclusive os Cedentes, a Administradora, o Custodiante e o Consultor de Crédito, todavia, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado.

Ademais, o Regulamento estabelece que o Fundo poderá ser liquidado, caso existam Quotas em Circulação, quando da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Neste caso, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios, observados os procedimentos de dação em pagamento definidos no Regulamento. Nessa hipótese, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios recebidos em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos respectivos devedores.

- d) **Amortização Não Programada de Quotas Sênior.** Observados os procedimentos definidos no Regulamento, as Quotas Sênior poderão ser amortizadas antecipadamente pelo Fundo. Nesta hipótese, os titulares das Quotas Sênior poderão vir a sofrer perdas caso, por exemplo, não consigam reinvestir os recursos pagos pelo Fundo, decorrentes da amortização antecipada de Quotas Sênior, nos mesmos termos e condições das Quotas Sênior. Ademais, a ocorrência do evento acima identificado poderá afetar a programação de fluxo de caixa dos titulares de Quotas Sênior.
- e) **Ausência de notificação aos Sacados.** A cessão de crédito objeto de cada Contrato de Cessão não foi objeto de notificação prévia aos Sacados contendo instruções para que estes efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente ao Fundo. Os Sacados não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão, conforme o caso.
- f) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, assim como os demais fatores de risco descritos no Regulamento, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, poderão resultar em perda, por parte dos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo os Cedentes, em caso de ausência de cobrança,

a Administradora, o Custodiante e o Consultor de Crédito, qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de tais eventos.

- g) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O preço de integralização das Quotas Sênior será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Sênior na hipótese de amortização de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, dos Cedentes, da Administradora, do Custodiante, do Consultor de Crédito, de suas respectivas Pessoas controladoras, das sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou de outras sociedades sob controle comum, como forma de assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Sênior não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da amortização de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas, devidamente atualizadas nos termos do Regulamento, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.
- h) **Descasamentos de taxas.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios, os quais são remunerados a uma taxa pré-fixada, e em Outros Ativos. Considerando-se que o valor das Quotas Sênior será definido na forma estabelecida no Regulamento e nos respectivos Suplementos, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Quotas Sênior, ainda que a Administradora realize operações com derivativos para proteção da carteira. A Administradora, o Custodiante, o Consultor de Crédito, os Cedentes e quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado, mesmo na hipótese de a Administradora utilizar-se de instrumentos derivativos para mitigar tal risco.
- i) **Não afetação do Patrimônio Líquido do Fundo.** Os ativos integrantes da carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de qualquer Série de Quotas Sênior específica. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, amortização e/ou de resgate de Quotas Sênior, não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas.
- j) **Riscos associados aos Outros Ativos (inclusive de liquidez).** O Fundo poderá alocar até 50% de seu Patrimônio Líquido em Outros Ativos, os quais se encontram sujeitos a oscilações de preços e a outros riscos, incluindo, sem limitação, riscos de crédito, de liquidez ou riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, que podem afetar negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas. O Fundo, a Administradora, o Consultor de Crédito e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsabilizados por qualquer depreciação no valor dos Outros Ativos ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Quotas. Entre tais

riscos, destacam-se: (i) os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Outros Ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional; (ii) os Outros Ativos estão, também, sujeitos à capacidade dos seus emissores/contrapartes em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal. Ademais, alterações nas condições financeiras dos emissores dos Outros Ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. Tais eventos, mesmo que não fundamentados, poderão também trazer impactos adversos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. O Fundo poderá, ainda, incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Outros Ativos em nome do Fundo. Na hipótese de incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Outros Ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar seus créditos. A precificação dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor do Patrimônio Líquido. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

- k) **Risco proveniente do uso de derivativos.** Nos termos do Regulamento, o Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos. Ao realizar operações em mercados de derivativos como parte de sua estratégia de investimento, estas operações podem não produzir os efeitos pretendidos, provocando oscilações bruscas e significativas no Patrimônio Líquido, podendo resultar em perdas patrimoniais para os Quotistas. Isto pode ocorrer em virtude do preço dos derivativos depender, além do preço do ativo objeto no mercado à vista, de outros parâmetros de precificação baseados em expectativas futuras. Mesmo que o preço do ativo objeto permaneça inalterado, os contratos de derivativos podem sofrer alterações substanciais de preço, resultando em prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.
- l) **Emissão de novas Quotas.** O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento, emitir novas Quotas, sem a necessidade de consulta ou aprovação prévia dos titulares de Quotas em Circulação. Na hipótese de emissão de novas Quotas, não será assegurado direito de preferência para os Quotistas na ocasião, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Quotas da mesma classe que já estejam em Circulação na ocasião.
- m) **Riscos Operacionais.** O Fundo e os Quotistas poderão sofrer perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas dos prestadores de

serviços do Fundo, tais como da Administradora, do Custodiante, do Consultor de Crédito, dos Cedentes, do Agente Cobrador, do Agente Escriturador, entre outros.

- n) **Potencial conflito de interesses da Administradora.** A Administradora, além de responsável pela administração e gestão da carteira do Fundo, também é responsável pela distribuição, em regime de melhores esforços de colocação, das Quotas Sênior da 6ª Série são a mesma. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções fiduciárias são exercidas por entidades distintas.
- o) **Potencial conflito de interesses do Agente Cobrador.** O Agente Cobrador poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, adquirir do Fundo Direitos Creditórios Provisionados. Em função de o preço de aquisição dos Direitos Creditórios Provisionados, para efeito do exercício da opção de compra, ser equivalente ao maior valor entre o valor de mercado, se houver, e o valor contábil dos respectivos Direitos Creditórios, sendo que, em nenhuma hipótese este poderá ser inferior a 0, o Agente Cobrador poderá atuar com dolo na cobrança dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, a fim de que possa adquiri-los do Fundo por valor menor do que aquele que poderá vir a receber, posteriormente, do respectivo devedor. Nesta hipótese, apesar de a Administradora e/ou o Custodiante poder(em) substituir o Agente Cobrador e/ou solicitar ressarcimento de perdas e danos, poderá haver desenquadramento da Razão de Garantia e/ou do Índice de Liquidez. Se tais índices não forem reenquadrados nos termos do Regulamento, poderá haver amortização antecipada de Quotas e conseqüente liquidação antecipada do Fundo.
- p) **Consultor de Crédito.** O Consultor de Crédito, além de ser Cedente, também atuará, por conta e ordem do Fundo, na seleção de Novos Cedentes aptos a ceder Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo. Desta forma, o Consultor de Crédito, ao definir a Taxa de Desconto, pode optar pela adoção de taxa mínima de desconto, determinada no Contrato de Cessão, reduzindo assim a remuneração dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

Fatores Associados aos Direitos Creditórios e aos Cedentes

- a) **Risco de crédito.** Os Direitos Creditórios são pagos pelos respectivos devedores quando do vencimento de suas obrigações. No curso ordinário do Programa de Securitização, a realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência dos devedores, do efetivo pagamento dos valores devidos e do adimplemento, se for o caso, pelo Banco Cobrador, de sua respectiva obrigação de emitir os Boletos de Cobrança ou, ainda pelo Consultor de Crédito e/ou pelos Cedentes de transferir ao Fundo os valores de titularidade deste último eventualmente acolhidos, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados.
- b) **Possibilidade de ausência de garantia de pagamento ou de coobrigação na cessão de Direitos Creditórios ao Fundo.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios poderá ser realizada, nos termos dos Contratos de Cessão, sem direito de regresso contra ou coobrigação dos Cedentes ou de qualquer outra Pessoa. Os Cedentes, dependendo do disposto nos respectivos Contrato de Cessão, somente se responsabilizarão pela existência,

autenticidade e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Consultor de Crédito, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos respectivos devedores.

- c) **Risco de liquidação antecipada dos Direitos Creditórios.** Os devedores dos Direitos Creditórios podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.
- d) **Riscos decorrentes dos critérios adotados para concessão de crédito.** Os Cedentes somente poderão ceder ao Fundo Direitos Creditórios constituídos de acordo com a Política de Concessão de Crédito. A Política de Concessão de Crédito tem como finalidade a adequada gestão e a uniformidade na avaliação do crédito, tendo sido elaborada com base em critérios de adimplência e pontualidade nos pagamentos dos Direitos Creditórios. Não obstante a adoção de tal Política de Concessão de Crédito, a solvência dos Direitos Creditórios depende integralmente da situação econômico-financeira dos devedores quando dos respectivos vencimentos. Dessa forma, a observância da Política de Concessão de Crédito não constitui garantia de adimplência dos devedores.
- e) **Possibilidade de interrupção da aquisição de Direitos Creditórios.** A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pelos Cedentes. A interrupção dos procedimentos de cessão, seja decorrente da diminuição do nível de atividades dos Cedentes, seja decorrente que decisões estratégicas tomadas pelos administradores dos Cedentes, poderá resultar na ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Nenhum dos Cedentes não se encontra obrigado a ceder Direitos Creditórios ao Fundo indefinidamente. Apesar de os Direitos Creditórios serem lastreados em financiamentos já concedidos (créditos “performados”), a continuidade da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pelos Cedentes ao Fundo depende (i) de os Cedentes continuarem a realizar suas atividades em nível suficiente para gerar novos Direitos Creditórios; (ii) de os Sacados contratarem operações com os Cedentes e efetuarem o respectivo pagamento; e (iii) de os Cedentes terem interesse em ceder Direitos Creditórios ao Fundo e não a outros cessionários (que podem, inclusive, ser outros FIDCs). Não há como assegurar que a demanda dos Sacados pela contratação de financiamentos com os Cedentes permaneça nos patamares atuais, o que pode afetar a continuidade da geração de Direitos Creditórios.
- f) **Cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, possibilidade de aporte adicional de recursos pelos Quotistas e possibilidade de perda do capital investido.** Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral. O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, uma vez ultrapassado o limite de seu Patrimônio Líquido, caso os titulares das Quotas Sênior

aportem, nos termos do Regulamento, os valores adicionais necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, os Quotistas poderão ser solicitados a aportar recursos ao Fundo, na forma prevista no Regulamento, para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do aporte acima referido e da assunção pelos titulares das Quotas Sênior do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento da verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. Os Cedentes, a Administradora, o Agente Cobrador, o Custodiante, quaisquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Sênior deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Regulamento. Conseqüentemente, conforme descrito no Regulamento, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar a amortização e, conforme o caso, o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas, havendo, portanto, a possibilidade de os Quotistas até mesmo perderem, total ou parcialmente, o respectivo capital investido.

- g) **Risco de liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios.** Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios e de sua conseqüente falta de liquidez, os Quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.
- h) **Crítérios de Elegibilidade.** Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar e definir o tipo de Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. A seleção é baseada em critérios de adimplência e pontualidade nos pagamentos dos Direitos Creditórios. Os Critérios de Elegibilidade foram estruturados com base na análise histórica da carteira de recebíveis dos Cedentes, de forma a permitir que a carteira de Direitos Creditórios do Fundo apresente características semelhantes àquela, ao menos no que se refere aos níveis de adimplência e pontualidade nos pagamentos. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira respectivos dos devedores. Dessa forma, a observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos respectivos devedores.
- i) **Possibilidade de os Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações dos Cedentes ou de terceiros prestadores de serviços ao Fundo.** Todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelos Cedentes, pelo Consultor de Crédito ou por qualquer terceiro prestador de serviços ao Fundo, decorrentes da liquidação dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pelos respectivos devedores, não poderão garantir o pagamento de qualquer obrigação devida pelos Cedentes, pelo Consultor de Crédito ou por qualquer terceiro. Caso qualquer Cedente, o Consultor de Crédito ou terceiro prestador de serviços ao Fundo venha a ter qualquer conta corrente de sua titularidade bloqueada ou empenhada em decorrência de obrigações por estes devidas, todos e quaisquer valores de titularidade do Fundo não poderão responder pelo adimplemento de tais obrigações, bem como deverão ser transferidos para a Conta Corrente do Fundo, nos termos do Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. Os recursos de titularidade do Fundo, que se encontrem na

posse dos Cedentes, do Consultor de Crédito ou de qualquer terceiro podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

- j) **Possibilidade de decretação de falência dos Cedentes.** Os Cedentes podem vir a ter sua falência decretada, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Caso qualquer Cedente tenha sua falência decretada, poderá ser vedado ao mesmo ceder Direitos Creditórios ao Fundo. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pelos Cedentes e a interrupção dos procedimentos de cessão poderá resultar na ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Ademais, caso qualquer Cedente se encontre na posse de valores de titularidade do Fundo quando ou após a decretação de sua falência, tais recursos podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.
- k) **Inexistência de verificação prévia pelo Custodiante e pela Administradora dos Documentos Comprobatórios.** Quando da oferta dos Direitos Creditórios pelos Cedentes ao Fundo, a Administradora e o Custodiante não verificarão se os respectivos Direitos Creditórios (i) estão amparados por Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios, sendo certo que tal verificação será realizada *a posteriori*, por meio de auditoria por amostragem; (ii) apresentam qualquer vício ou defeito que prejudique a sua cobrança em face do respectivos devedor ou (iii) sejam objeto de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo. A inexistência de Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios e a ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos poderá resultar em redução no valor do Patrimônio Líquido e, conseqüentemente, em perdas para Quotistas.
- l) **Auditoria dos Documentos Comprobatórios por amostragem.** O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Como essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por ele adquiridos.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia dos Cedentes, da Administradora, do Custodiante, do Agente Cobrador, do Consultor de Crédito, de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos no Regulamento poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e, conseqüentemente, comprometer a capacidade de o Fundo efetuar o pagamento, total ou parcial, das Quotas dentro dos prazos e nas condições originalmente previstos no Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo Dez – “Dos Fatores de Risco”.

POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administradora, o Custodiante, o Consultor de Crédito, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum mantêm, entre si, no curso normal de suas atividades, as relações comerciais descritas abaixo.

O Consultor de Crédito, além de poder ser Cedente, também atuará, por conta e ordem do Fundo, na prestação de serviços de análise e seleção de Direitos Creditórios, bem como na implementação da Política de Concessão de Crédito. Ademais, o Consultor de Crédito também é o Agente Cobrador do Fundo. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções são exercidas por entidades distintas.

A Administradora, além de instituição responsável pela administração e gestão da carteira do Fundo, também é distribuidor das Quotas Sênior da 6ª Série.

Ademais, a Administradora presta serviços de administração para 3 FIDCs e para 1 FIP, para os quais o Custodiante também presta os serviços de custódia, controladoria e escrituração de quotas, conforme abaixo:

O Union National Agro+ Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Agropecuários, FIDC inscrito no CNPJ sob o nº 09.009.924/0001-23, constituído sob a forma de condomínio fechado em 24 de agosto de 2007, com prazo regular de vigência de 20 anos, contados a partir da 1ª data de emissão de suas quotas, tem como administrador a Administradora, a qual faz jus a uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) R\$14.000,00 acrescido do valor correspondente a 1/12 da taxa anual de 1,5%, incidente sobre o valor do somatório dos direitos creditórios de titularidade do fundo na respectiva data de apuração da taxa de administração, ou (ii) o valor correspondente a 1/12 da taxa anual de 0,5%, incidente sobre o valor do patrimônio líquido do fundo até o montante de R\$50.000.000,00, acrescido do valor correspondente a 1/12 da taxa anual de 0,10% incidente sobre o valor do patrimônio líquido do fundo que exceder R\$50.000.000,00, acrescido do valor correspondente a 1/12 da taxa anual de 1,5% incidente sobre o valor do somatório dos direitos creditórios de titularidade do fundo na respectiva data de apuração da taxa de administração. O Custodiante também presta, para este FIDC, os serviços de custódia, controladoria e escrituração de quotas, fazendo jus a uma remuneração mensal equivalente a: (1) pela prestação dos serviços de custódia e liquidação física e financeira dos ativos, uma taxa de 0,25% a.a. para o patrimônio líquido do fundo de até R\$200 milhões, acrescido de 0,15% a.a. sobre o patrimônio que exceder R\$200 milhões, acrescido de R\$1.000,00 por ano, ou o valor mínimo mensal de R\$29.150,00 mais R\$1.000,00 por ano; (2) pelo serviço de controladoria, uma taxa fixa mensal de R\$100,00 a serem pagos juntamente com o item (1) acima; e (3) pelos serviços de escrituração das quotas do fundo, o custo fixo mensal de R\$750,00, e um custo variável de: (i) por cálculo de eventos deliberados – R\$300,00; (ii) pagamentos realizados para correntistas do Bradesco – R\$0,35 (iii) pagamentos realizados para correntistas de outros bancos – R\$0,45; (iv) aviso de recebimento nas agências do Bradesco – R\$1,50; (v) custo por subscrição – R\$2,50; (vi) custo por evento de resgates, amortizações, fusão, entre outros – R\$0,40; (vii) custo por gravames (vínculos e liberações) – R\$0,80; (viii) transferência entre contas – R\$0,85; (ix) alteração de cadastro –

R\$0,80; (x) agrupamento de contas – R\$0,40; e (xi) emissão de avisos de crédito e para recebimentos / extratos – R\$0,45.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Tratex Precatório II, FIDC inscrito no CNPJ sob o nº 09.115.244/0001-94, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 12 anos contados a partir da data de emissão de suas quotas, tem como administrador a Administradora, a qual faz jus a uma remuneração mensal equivalente ao percentual de 0,10% ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do fundo, observado o mínimo mensal de R\$6.720,00. O Custodiante também presta os serviços de custódia, controladoria e escrituração de quotas para esse FIDC, fazendo jus a uma remuneração equivalente a (1) 0,15% ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do fundo ou R\$7.000,00 por mês pelo serviço de custódia; (2) a título de controladoria o valor de equivalente a R\$400,00 por mês; e (3) pelos serviços de escrituração das quotas do fundo, o custo fixo mensal de R\$600,00, e um custo variável de: (i) por cálculo de eventos deliberados – R\$300,00; (ii) por pagamentos realizados para correntistas do Bradesco – R\$0,35; (iii) pagamentos realizados para correntistas de outros bancos – R\$0,45; (iv) aviso de recebimento nas agências do Bradesco – R\$1,50; (v) custo por subscrição – R\$2,50; (vi) custo por evento de resgates, amortizações, fusão, entre outros – R\$0,40; (vii) custo por gravames (vínculos e liberações) – R\$0,80; (viii) movimentação de custódia (depósito e retirada CBLC/CETIP) - R\$0,80; (ix) transferência entre contas – R\$0,85; (x) alteração de cadastro – R\$0,80; (xi) agrupamento de contas – R\$0,40; e (xii) emissão de avisos de crédito e para recebimentos / extratos – R\$0,45.

O CRT Fundo de Investimento em Participações, FIP, inscrito no CNPJ sob o nº 06.033.235/0001-66, constituído sob a forma de condomínio fechado e com prazo de duração equivalente ao prazo da concessão outorgada à CRT pelo Poder Público, o qual prevê o término da concessão em 22 de março de 2021, tem como administrador a Administradora, a qual faz jus, desde a primeira integralização de quotas, a uma remuneração mensal líquida equivalente a 0,19% ao ano do valor total do patrimônio líquido do fundo, observado o valor mínimo de R\$7.400,00 por mês. O Custodiante também presta os serviços de custódia, controladoria e escrituração de quotas para esse FIP, fazendo jus a uma remuneração equivalente a (1) pelo serviço de custódia, o custo fixo mensal de R\$700,00, acrescido de uma taxa equivalente a 0,015% a.a. para o patrimônio líquido do fundo de até R\$250 milhões, acrescido de 0,010% a.a. sobre o patrimônio que exceder R\$250 milhões, até R\$500 milhões, acrescido de 0,009% a.a. sobre o patrimônio que exceder R\$500 milhões; (2) a título de controladoria, o custo fixo mensal de R\$800,00, acrescido de uma taxa equivalente a 0,03% a.a. para o patrimônio líquido do fundo de até R\$100 milhões, acrescido de 0,02% a.a. sobre o patrimônio que exceder R\$100 milhões, até R\$250 milhões, acrescido de 0,01% a.a. sobre o patrimônio que exceder R\$250 milhões; e (3) pelos serviços de escrituração das quotas do fundo, o valor mínimo mensal de R\$500,00; ou a título de implantação, por cotista – R\$0,50, sendo que o valor mínimo de implantação é R\$100,00; e um custo variável de: (i) por manutenção de cotista – R\$0,80; (ii) por cálculo de eventos deliberados – R\$300,00; (iii) por pagamentos realizados para correntistas do Bradesco – R\$0,65; (iv) pagamentos realizados para correntistas de outros bancos – R\$0,37; (v) aviso de recebimento nas agências do Bradesco – R\$0,95; (vi) custo por subscrição – R\$0,75; (vii) custo por boletim processado – R\$0,85; (viii) custo por evento de resgates, amortizações, fusão, entre outros – R\$0,25; (ix) custo por gravames (vínculos e liberações) – R\$0,95; (x) atualização de estado de direito – R\$0,85; (xi) custo por negociação fora de bolsa de valores – R\$0,25; (xii) movimentação de custódia (depósito e retirada CBLC/CETIP) - R\$0,15; (xiii) transferência entre contas por causa mortis / alvará judicial – R\$1,30; por doação – R\$1,30

(xiv) custo por alteração de cadastro – R\$0,95; (xv) – custo por emissão de avisos em geral, exceto boletins de subscrição – R\$0,30; (xvi) custo por emissão de relatórios – valor mínimo de R\$100,00, sendo que por geração de relatório de cotistas – R\$0,02 (versão física) e R\$0,01 (versão eletrônica); e para emissão de etiquetas gomadas – R\$0,10 a unidade.

Tanto a Administradora, como o Custodiante foram contratados para prestarem serviços ao FIP e aos FIDCs indicados acima durante o prazo de vigência dos mesmos, podendo, todavia, serem substituídos nos termos definidos nos regulamentos daqueles fundos.

Na data deste Prospecto, não existiam outros conflitos de interesses entre os envolvidos nos processos de originação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo além dos acima descritos.

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão precipuamente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios dos Cedentes e, conforme o caso, na amortização de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas, sempre observada a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento.

Os Cedentes, por sua vez, utilizarão os recursos obtidos com a cessão dos Direitos Creditórios, no todo ou em parte, na substituição e diversificação de suas fontes de captação de recursos.

As informações referentes ao Consultor de Crédito, à Administradora, ao Custodiante e aos seus respectivos mercados de atuação contidos neste Prospecto foram preparadas pelas Pessoas acima referidas e são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

UNION NATIONAL S.A. FOMENTO MERCANTIL

Introdução

A sede social da Union National localiza-se no Estado de São Paulo, na cidade de São Paulo, na Avenida Angélica, nº 745, 11º andar. A sociedade é inscrita no CPNJ sob o nº 05.841.560/0001-92.

A empresa iniciou suas atividades em 1995, atuando na área de fomento mercantil sob a denominação Union National Ltda.

Estrutura de Capital e Controladores

A Union National é uma sociedade anônima fechada. O capital social da Union National, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de agosto de 2008, era de R\$21.347.403,80, dividido em 18.791.397 ações ordinárias.

A Union National conta com 3 acionistas, conforme mostra tabela abaixo:

Acionistas	Ações	%
Moshe Kattan	6.389.075	34
André Kamkhaji	6.201.161	33
KCP LLC	6.201.161	33
Total	18.791.397	100

Tabela 7: Acionistas da Union National em 31.08.2008.

Fonte: Union National.

Administração

A administração da Union National compete à Diretoria, cujos membros são eleitos pelo Conselho de Administração, se houver, ou, se não houver, pela Assembléia Geral e, quando instalado, ao Conselho de Administração, cujos membros são eleitos pela Assembléia Geral. O Conselho Fiscal da companhia só funciona nos exercícios sociais em que é instalado.

O Conselho de Administração, se existir, é composto por 3 membros, com mandato de 2 anos, podendo ser reeleitos. Na data deste Prospecto, o Conselho de Administração da Union National não estava instalado.

A Diretoria é composta por 2 membros, acionistas, com mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos, sendo 1 Diretor Presidente e outro Diretor Vice Presidente.

Administradores da Union National

A Diretoria da Union National é composta pelos seguintes profissionais: *Moshe Kattan* e *André Kamkhaji*.

Acordo de Acionistas

Não há acordos de acionistas arquivados na sede da companhia.

Estratégia

Com o objetivo de intensificar suas atividades no ramo de fomento mercantil, a Union National presta serviços de maneira individualizada, analisando os fluxos estratégicos dos clientes desde a compra de matéria prima até a entrega e pós venda dos produtos industrializados.

Visando manter solidez no mercado em que atua, a Union National prima pela transparência na administração, eficiência, agilidade e segurança no processamento das operações.

Descrição das Atividades da Union National

Além de atuar como consultor de crédito do Fundo, a Union National também realiza operações de fomento mercantil, através das quais não só concede crédito a seus clientes, mas também presta serviços de administração do crédito concedido.

No setor de fomento mercantil, a Union National exerce precipuamente as seguintes atividades:

1. Convencional: compra de direitos creditórios ou ativos, oriundos de vendas a prazo, através de contrato de fomento mercantil;
2. Maturity: administração das contas a receber da empresa fomentada;
3. Trustee: cobrança e compra de títulos e prestação de serviços de assessoria administrativa e financeira (assessoria de crédito, mercadológica, análise de risco, contas a receber, contas a pagar);
4. Exportação: intermediação da exportação de produtos, garantindo operacionalidade e liquidação do negócio; e
5. Matéria-Prima: intermediação junto aos fornecedores de matéria-prima de seus clientes, liquidando a vista o endividamento da produção do cliente.

Colaboradores e Política de Recursos Humanos

Objetivando a satisfação de seus clientes, a Union National constantemente realiza massivos investimentos em treinamentos profissionais, além de exigir de seus colaboradores excelência na prestação de serviços.

Sistema de *Back-up*

A Union National conta com sistema com rígido controle de acesso e segurança de seu banco de dados, dentro das normas de segurança internacional de *softwares* bancários.

Títulos e Valores Mobiliários Emitidos

Atualmente, não há valores mobiliários emitidos em circulação.

ADMINISTRADORA

Histórico

Em maio de 1991, a Oliveira Trust DTVM S.A. foi adquirida pelos atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos 22 anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da empresa levou à prestação de outros serviços ligados a esta atividade, destacando-se o de agente fiduciário, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, atuando como representante de credores, como titular de *golden shares*, como administrador de Sociedades de Propósito Específico – SPEs, de capital aberto ou fechado, consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures, e como administrador de fundos de investimento, notadamente fundos de investimentos e fundos de investimento em direitos creditórios, áreas nas quais também detém posição de destaque.

Estrutura e Administração

Contando com escritórios em São Paulo e no Rio de Janeiro, a Oliveira Trust DTVM S.A. é administrada diretamente por seus controladores, quais sejam: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto, José Alexandre Costa de Freitas e Alexandre Lodi de Oliveira, os quais fazem parte da equipe permanente de mais de 50 profissionais, dedicados exclusivamente à prestação de serviços fiduciários.

Pioneira no mercado de capitais, há 12 anos, a Administradora submete-se ao processo de classificação de risco realizado pela *SR Rating*, tendo sido mantida, em maio de 2007, a nota de longo prazo brAA-.

Administração de Fundos de Investimento

A Administradora tem experiência de mais de 12 anos na administração de fundos de investimento.

A atuação da Administradora, na qualidade de administradora de FIDCs, é marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos de tais fundos, sem discricionariedade.

Enquanto administrador de FIDCs, a Administradora disponibiliza aos cedentes dos recebíveis e aos quotistas dos respectivos fundos informações diárias sobre a composição de ativo e passivo dos fundos. Para tanto, são disponibilizadas aos cedentes dos direitos creditórios e aos respectivos quotistas que participam diretamente do fundo senhas de acesso às informações e composições diárias da carteira dos fundos administrados.

Atualmente, a Oliveira Trust DTVM S.A. administra FIDCs, cuja soma dos valores dos patrimônios líquidos destes é de, aproximadamente, de R\$4 bilhões.

Vide Regulamento, Capítulo Sete – “Da Administradora”.

CUSTODIANTE

O Banco Bradesco S.A., por meio do Departamento de Ações e Custódia, está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral, tais como custódia, controladoria, escrituração de ativos, serviços de banco mandatário, FIDCs, *trustee*, agente de compensação, BDRs e DRs, há mais de 30 anos.

O Departamento de Ações e Custódia presta serviços somente para recursos de terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo, assim, total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de Custódia e Controladoria têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Banco Bradesco S.A. também aderiu ao Código de Auto-Regulação da ANBID, para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do Código de Auto-Regulação da ANBID.

Buscando sempre apontar tendências e antecipando serviços e produtos para seus clientes, o Banco Bradesco S.A. prioriza investimentos em tecnologia e informática, sendo que, em 2004, os investimentos realizados em tecnologia e informática foram superiores a R\$1,3 bilhão.

Especificamente para a área de custódia, o Banco Bradesco S.A. mantém sistemas com contingência de sistemas e ambiente físico, que garantem a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

O Banco Bradesco S.A. oferece ao mercado os serviços de custódia, controladoria e administração para os FIDCs.

O serviço abrange a recepção e a análise dos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios, bem como a validação desses direitos em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo regulamento do fundo e a realização da liquidação física e financeira evidenciada pelo respectivo contrato de cessão de direitos creditórios.

Além disso, é efetuada a custódia, a administração, a cobrança e/ou a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Toda essa atividade realizada está à disposição dos órgãos reguladores, agências de *rating* e auditoria independente, de acordo com a legislação vigente.

Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento

O “Sistema Bradesco de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento” foi desenvolvido para atender às necessidades dos administradores de fundos, nas atividades relativas à administração desses fundos e na escrituração de suas quotas, possibilitando o acesso às suas posições, aos dados cadastrais dos cotistas e permitindo a emissão de relatórios.

O “Sistema Bradesco de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento” elimina a complexidade do sistema convencional, facilitando o trabalho das corretoras de valores nas negociações e possibilita a conquista de novos quotistas em qualquer parte do país, uma vez que o sistema é de abrangência nacional.

Esse serviço compreende o registro da titularidade das quotas, o controle das movimentações, o processamento dos pagamentos de rendimentos e outros eventos deliberados pelos fundos. Além disso, o Banco Bradesco S.A. oferece aos seus cotistas atendimento personalizado por meio da rede de agências.

Vide Regulamento, Capítulo Dezessete – “Do Custodiante”.

ANEXOS

Anexo 1 – Súmula da Agência de Classificação de Risco (6ª Série)

Rating

AA

As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto.

Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é írisório.

Data: 12/set/2008

Validade: 12/set/2009

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 12 de setembro de 2008, atribuiu o *rating* **AA** (duplo A), com perspectiva **estável**, para a 6ª Série das Cotas Seniores do Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis.

O Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis (FIDC Union / Fundo), constituído sob a forma de condomínio fechado, tem por objetivo a aplicação de recursos na aquisição de direitos creditórios financeiros, indicados e selecionados pela consultoria de crédito especializada Union National, resultantes de vendas mercantis ou de serviços já prestados (créditos performados), respeitando os critérios de elegibilidade e a política de investimento detalhada no regulamento. O Fundo é administrado e gerido pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (Oliveira Trust DTVM), tendo o Banco Bradesco S/A como custodiante e a Union National Fomento Ltda. como empresa de consultoria especializada para aquisição dos direitos creditórios. O fundo não possui meta de rentabilidade para as Cotas Seniores, sendo nossa avaliação restrita ao adequado pagamento do principal na data definida para a amortização das Cotas Seniores.

O FIDC Union possui, atualmente, quatro séries de cotas seniores vigentes (2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries), tendo sido a 1ª série integralmente amortizada em 01/02/2008 e uma série de cotas subordinadas. A 6ª série é composta por 8.200 cotas e, similarmente às anteriores, não possui rentabilidade pré-determinada. A amortização está programada em quatro parcelas anuais (01/12/2010, 01/12/2011, 01/12/2012 e 01/12/2013).

O *rating* atribuído à 6ª Série de emissão de Cotas Seniores do FIDC Union alinha-se à classificação das demais séries de cotas seniores anteriormente mencionadas, uma vez que as principais variáveis determinantes de risco do Fundo foram preservadas. O originador, o perfil dos direitos creditórios potencialmente securitizáveis, a qualidade da carteira e o nível de proteção, por meio de subordinação de cotas, foram mantidos.

A nota fundamenta-se na existência de proteção contra perdas de crédito para as cotas seniores, por meio de um volume mínimo de cotas subordinadas equivalente a 20% do patrimônio líquido do Fundo, a elevada qualidade dos direitos creditórios que lastreiam o Fundo, os critérios de elegibilidade dos mesmos e a experiência da Union National para seleção dos direitos creditórios.

Os direitos creditórios que servirão de lastro para a 6ª série, assim como para as anteriores, são selecionados pela Union National Fomento Ltda. e têm se caracterizado pelo reduzido nível de inadimplência, elevado giro e satisfatória pulverização. A relação entre o PL de cotas subordinadas e o PL do fundo (subordinação), em média de 20%, é bastante superior ao histórico de perdas da carteira de direitos creditórios, proporcionando elevado grau de proteção para as cotas seniores, à medida que oferece, com boa margem de segurança, cobertura suficiente para absorver as perdas e/ou atrasos nos pagamentos dos títulos adquiridos pelo fundo.

Analistas:

Rodrigo Indiani
Tel. 55 11 3377
Rodrigo.indiani@austin.com.br

Maurício Bassi
Tel.: 55 11 3377 0709
mauricio.bassi@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br

Associado aos baixos níveis de inadimplência, a nota atribuída também incorpora, de maneira positiva, as elevadas taxas de remuneração dos direitos creditórios (os quais têm representado mais de 80% do PL do Fundo), o que pode ser verificado pela maior valorização das cotas subordinadas em relação às seniores, a segregação do risco existente entre os direitos creditórios e o risco dos cedentes, a partir do mecanismo de segregação de contas, a estrutura de amortização programada que, combinada ao curto prazo dos recebíveis, contribui para a gestão de liquidez do fundo e a presença do mecanismo de coobrigação por parte do cedente de recomprar ou substituir os títulos inadimplentes.

A classificação também é reforçada pela experiência e pelos processos utilizados pela Union para aquisição de recebíveis, com impacto positivo no perfil de risco da carteira de direitos creditórios do fundo. A classificação também reflete a alta probabilidade de que sejam cumpridas as condições pactuadas no seu regulamento, ainda que não haja uma meta definida de rentabilidade para as cotas seniores, incluindo a capacidade da Union em continuar originando recebíveis sob os mesmos critérios utilizados inicialmente, respeitando os parâmetros de elegibilidade e de concentração dos direitos creditórios.

Em contraste com os aspectos anteriormente apontados, esta classificação reflete a correlação do desempenho da carteira do Fundo com o perfil de crédito das empresas sacadas e cedentes (que são coobrigadas pelos Contratos de Cessão). Parcela importante da carteira do FIDC Union constitui-se de títulos originados por empresas com maior grau de informalidade, acesso restrito aos mercados bancário e de capitais e normalmente mais vulneráveis às oscilações conjunturais, especialmente às fases de contração do ciclo econômico. Ademais, o regulamento não estabelece parâmetros mais criteriosos de concentração, limitando-se apenas a restringir a concentração máxima por sacado, em 10% do PL do Fundo.

A seguir, apresentamos os fatores positivos e em observação, os quais determinam, em boa proporção, o nível de risco do fundo.

Fatores Positivos

- O fundo apresenta um *over collateral* histórico de aproximadamente 20% do PL em cotas subordinadas, proporcionando elevada proteção para as Cotas Seniores, quando comparado ao reduzido nível de inadimplência dos direitos creditórios que lastreiam o Fundo;
- A carteira de direitos creditórios, lastro do Fundo, tem apresentado, durante todo o período de atividade do fundo, elevada qualidade, caracterizada por uma proporção significativamente reduzida de direitos creditórios em atraso ou inadimplentes;
- Formação de elevado *spread* excedente, proporcionado pelas elevadas taxas praticadas nos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo, proporcionando elevada rentabilidade para as cotas subordinadas, substancialmente superiores à apresentada pelas cotas seniores;
- O Fundo conta com a coobrigação por parte do cedente, caso o direito creditório apresente atraso. Esta ferramenta se materializa na recompra, pelos cedentes, dos recebíveis atrasados, com impacto positivo na performance da carteira;
- Experiência do originador dos créditos. A Union conta com histórico no segmento de fomento mercantil, sua carteira de clientes se encontra consolidada e apresenta crescimento saudável, o que nos conforta quanto a sua capacidade de originação de direitos creditórios para lastrear o Fundo;
- Os direitos creditórios são performados, ou seja, representam serviços prestados e/ou mercadorias entregues pelos cedentes em nome ou a favor do sacado;
- Embora o regulamento preveja a possibilidade de desenquadramento dos parâmetros especificados no regulamento para o *over collateral*, o período de reconstituição desta é relativamente baixo (10 dias);
- O fundo se encontra constituído sob condomínio fechado, o que mitiga riscos de liquidez vinculados a resgates por parte de Cotistas fora do cronograma de amortização previsto pelo fundo.

Fatores em Observação

- O regulamento não estabelece parâmetros mais criteriosos de diversificação (cedente, segmento, setor, etc.), limitando-se a restringir o limite máximo de concentração por sacado, em 10% do PL do Fundo;
- Embora a incorporação do mecanismo de coobrigação no âmbito do fundo seja um fator positivo, cabe lembrar que esta depende, entre vários fatores, da situação / capacidade financeira do cedente para assumir esta obrigação;
- Caso exista descontinuidade do fluxo de direitos creditórios cedidos pelos maiores clientes, devido ao elevado nível de concentração da Union, a capacidade de originação de direitos creditórios da *factoring*, necessária para compensar esta eventual perda, poderia se ver sob estresse;
- Suscetibilidade da qualidade da carteira aos fundamentos econômicos sobre empresas do chamado *middle market*;
- A rentabilidade dos direitos creditórios que comporão o PL do fundo dependerá da taxa de cessão praticada na aquisição dos direitos creditórios. Embora a Union espere que esta seja equivalente à taxa média (ou fator médio), existe uma tendência de aumento da concorrência e redução dos fatores praticados em suas operações. A redução da taxa de desconto praticada diminuirá a remuneração dos direitos creditórios adquiridos pelo fundo.

ACOMPANHAMENTO DO *RATING*

A Austin Rating acompanhará os riscos relativos ao FIDC Union National, especialmente aqueles relativos à qualidade de sua carteira. A cada trimestre será divulgado um relatório sintético, contendo a opinião da Austin sobre o risco de pagamento da 6ª Série de Cotas Seniores. Esta classificação estará permanentemente sujeita a alterações.

PERFIL DO FUNDO

O FIDC Union National é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, regido por regulamento próprio e disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e pela Instrução nº 356 de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução nº 393 de 22 de julho de 2003 e pela Instrução nº 442 de 8 de dezembro de 2006, ambas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 20 anos. Pode emitir diversas séries de cotas seniores e cotas subordinadas. As cotas subordinadas servem como proteção às cotas seniores. A cessão dos Direitos Creditórios ao fundo será realizada nos termos de cada Contrato de Cessão e do Regulamento, em caráter definitivo e com direito de regresso ou coobrigação dos respectivos Cedentes. Os cedentes respondem pela solvência dos sacados em caráter solidário, pela liquidação de suas obrigações pecuniárias nos termos dos respectivos documentos comprobatórios, sendo ainda responsáveis pela existência e correta formalização dos direitos creditórios adquiridos pelo fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

Forma:	Condomínio Fechado;
Prazo:	20 anos;
Classes de Cotas:	Sênior e Subordinada;
Número de Séries:	Multi-séries;

DESEMPENHO DO FUNDO

Enquadramento à Política de Investimentos

O FIDC Union está enquadrado na sua política de investimentos, mantendo regularmente elevado percentual de seu PL em direitos creditórios elegíveis. De acordo com a tabela a seguir, o PL do Fundo é composto quase que integralmente por direitos creditórios.

Data	PL Total (1)	PL Sênior	PL Subordinada (3)	(*) Direitos Creditórios (4)	(4)/(1)	(3)/(1)
abr/07	208.537.675,70	168.469.890,33	40.067.785,37	204.479.650	98,05%	19,2%
mai/07	212.832.522,96	170.697.315,44	42.135.207,52	200.636.730	94,27%	19,8%
jun/07	205.853.087,44	159.919.598,54	45.933.488,90	191.863.334	93,20%	22,3%
jul/07	275.981.328,69	226.765.067,41	49.216.261,28	238.310.406	86,35%	17,8%
ago/07	310.174.263,13	251.969.908,81	58.204.354,32	287.027.307	92,54%	18,8%
set/07	321.106.200,46	260.647.459,87	60.458.740,59	297.002.829	92,49%	18,8%
out/07	458.102.830,10	378.053.867,88	80.048.962,22	401.730.043	87,69%	17,5%
nov/07	506.727.529,51	414.949.188,47	91.778.341,04	460.708.956	90,92%	18,1%
dez/07	508.652.305,60	411.448.281,48	97.204.024,12	481.675.742	94,70%	19,1%
jan/08	530.460.203,00	429.022.651,30	101.437.551,70	459.293.277	86,58%	19,1%
fev/08	488.111.172,24	382.969.034,84	105.142.137,40	473.429.267	96,99%	21,5%
mar/08	498.323.382,17	388.963.637,46	109.359.744,71	495.842.601	99,5%	21,9%
Abr/08	517.160.224,92	395.530.534,28	121.629.690,64	470.041.755	90,9%	23,5%
Mai/08	512.148.681,60	385.875.404,15	126.273.277,45	489.813.624	95,6%	24,6%
Jun/08	672.142.923,23	539.910.884,45	132.232.038,78	535.020.999	79,6%	19,7%
Jul/08	677.460.639,81	538.965.434,35	138.495.205,46	580.054.057	85,6%	20,4%
Ago/08	693.504.717,22	548.591.060,87	144.913.656,35	622.290.615	89,7%	20,9%

(*) Volume de direitos creditórios líquidos de PDD

Qualidade da Carteira

Data	Direitos Creditórios	CVNP	CVNP/ Direitos Creditórios	PDD	PDD/Direitos Creditórios
abr/07	204.720.447,63	2.802.501,84	1,37%	240.797,16	0,12%
mai/07	201.045.638,31	4.896.109,98	2,44%	408.908,76	0,20%
jun/07	192.270.292,37	5.524.902,29	2,87%	406.958,86	0,21%
jul/07	238.634.351,28	3.165.763,02	1,33%	323.945,36	0,14%
ago/07	287.259.475,32	3.840.691,84	1,34%	232.168,58	0,08%
set/07	297.101.532,46	2.294.775,75	0,77%	98.703,86	0,03%
out/07	401.844.397,94	1.116.862,42	0,28%	114.355,11	0,03%
nov/07	460.720.022,05	431.281,35	0,09%	11.065,83	0,00%
dez/07	481.698.617,27	337.186,64	0,07%	22.875,21	0,00%
jan/08	459.361.821,66	1.655.808,65	0,31%	68.545,00	0,01%
fev/08	473.429.266,59	697.605,91	0,14%	44.385,90	0,01%
mar/08	495.896.361,73	625.687,68	0,13%	53.761,12	0,01%
Abr/08	470.110.234,81	410.245,89	0,09%	68.480,22	0,01%
Mai/08	489.861.971,87	531.145,26	0,11%	48.348,00	0,01%
Jun/08	535.092.736,42	1.320.921,38	0,25%	71.737,76	0,01%
Jul/08	580.179.173,73	891.304,17	0,15%	125.116,56	0,02%
Ago/08	622.511.150,28	2.473.695,95	0,40%	220.534,93	0,04%

Rentabilidade

O FIDC Union tem apresentado elevada rentabilidade, indicando que os créditos adquiridos estão sendo cedidos a taxas mais do que suficientes para compensar as reduzidas perdas em crédito e materializando-se em uma valorização superior para as cotas subordinadas (classe que absorve o *spread* excedente), conforme podemos observar pela tabela a seguir.

	Subordinada		1ª Serie		2ª Serie		3ª Serie	
	%	% do CDI	%	% do CDI	%	% do CDI	%	% do CDI
abr/07	3,85%	409,30%	1,35%	143,52%	1,35%	143,52%	-	-
mai/07	3,62%	354,16%	1,32%	129,14%	1,32%	129,14%	-	-
jun/07	3,19%	353,86%	1,23%	136,34%	1,23%	136,34%	-	-
jul/07	3,80%	391,75%	1,36%	139,93%	1,36%	139,93%	1,25%	158,45%
ago/07	4,29%	434,37%	1,54%	156,18%	1,54%	156,18%	1,54%	156,18%
set/07	3,87%	482,76%	1,38%	172,15%	1,38%	172,15%	1,38%	172,15%
out/07	4,51%	487,71%	1,60%	172,69%	1,60%	172,69%	1,60%	172,69%
nov/07	4,58%	545,24%	1,60%	190,54%	1,60%	190,56%	1,60%	190,56%
dez/07	4,14%	493,28%	1,47%	175,62%	1,47%	175,62%	1,47%	175,62%
jan/08	4,36%	472,36%	1,58%	170,90%	1,58%	170,90%	1,58%	170,90%
fev/08	3,65%	459,33%	-	-	1,41%	177,08%	1,41%	177,08%
mar/08	4,01%	478,52%	-	-	1,57%	186,73%	1,57%	186,72%
abr/08	4,19%	467,74%	-	-	1,69%	188,36%	1,69%	188,36%
mai/08	3,82%	438,17%	-	-	1,60%	183,35%	1,60%	183,35%
jun/08	4,72%	498,67%	-	-	1,72%	182,18%	1,72%	182,18%
jul/08	4,74%	446,21%	-	-	1,76%	166,01%	1,76%	166,01%
ago/08	4,63%	457,54%	-	-	1,77%	174,87%	1,77%	174,87%

	4ª Serie		5ª Serie		DI - Cetip
	%	% do CDI	%	% do CDI	
abr/07	-	-	-	-	0,94%
mai/07	-	-	-	-	1,02%
jun/07	-	-	-	-	0,90%
jul/07	-	-	-	-	0,97%
ago/07	-	-	-	-	0,99%
set/07	-	-	-	-	0,80%
out/07	0,36%	174,07%	-	-	0,92%
nov/07	1,60%	190,56%	-	-	0,84%
dez/07	1,47%	175,62%	-	-	0,84%
jan/08	1,58%	170,90%	-	-	0,92%
fev/08	1,41%	177,08%	-	-	0,80%
mar/08	1,57%	186,72%	-	-	0,84%
abr/08	1,69%	188,36%	-	-	0,9
mai/08	1,60%	183,35%	-	-	0,87
jun/08	1,72%	182,18%	-	-	0,95
jul/08	1,76%	166,01%	1,76%	166,01%	1,06
ago/08	1,77%	174,87%	1,77%	174,87%	1,01

Política de Investimento

As aplicações do fundo estarão sujeitas aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observados os termos e as condições do Regulamento. O fundo poderá manter ou aplicar seu Patrimônio Líquido, de acordo com a tabela a seguir:

Composição da Carteira	Percentual em Relação ao Patrimônio Líquido	
	Mínimo	Máximo
a) Direitos Creditórios;	50%	100%
b) Moeda corrente nacional;	0%	50%
c) Títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen;	0%	50%
d) Cédulas ou certificados de cédulas de crédito bancário que contem com coobrigação de qualquer das Instituições Autorizadas;	0%	50%
e) Fundo(s) mútuo(s) de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenha(m) seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, de emissão ou coobrigação de Pessoa que seja considerada, nos termos dos normativos das instituições reguladoras, como de baixo risco de crédito e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas.	0%	50%

É vedado ao fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo. É expressamente vedada a aquisição, pelo fundo, de ativos de renda variável.

As operações do fundo com derivativos devem ser sempre realizadas em mercados organizados, administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, devidamente constituídas. No caso de operações de *swap*, as respectivas operações devem ser exclusivamente realizadas na modalidade “com garantia”. É expressamente vedada a realização de operações de venda de opções de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título.

O fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista, até o limite dessas, observado o disposto no Regulamento.

Crítérios de Elegibilidade

Serão considerados Direitos Creditórios Elegíveis os Direitos Creditórios, cujas informações foram transmitidas ao Custodiante pelo Consultor de Crédito, por meio eletrônico, de acordo com os procedimentos definidos no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- as informações referentes aos Cedentes, Sacados e aos Direitos Creditórios constem do arquivo (*Layout* previamente aprovado) enviado pelo Consultor de Crédito ao Custodiante, nos termos do respectivo Contrato de Cessão;
- o respectivo Sacado não se encontre inadimplente no cumprimento de suas obrigações, nos termos de outro Direito Creditório de titularidade do fundo;
- a partir do 30º dia depois da primeira integralização de Cotas, considerada, *pro-forma*, a cessão pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do fundo, devidos pelo respectivo Sacado, não seja superior a 10% do valor do Patrimônio Líquido na Data de Aquisição;
- o respectivo Sacado não tenha seu nome incluso no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF do Bacen;

- e) o respectivo Sacado, tratando-se de pessoa jurídica, não esteja em processo de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial; e
- f) a data de vencimento do Direito Creditório não seja posterior ao dia 25 de março de 2026. O fundo deverá adquirir todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios Elegíveis que lhe forem ofertados, inclusive garantias reais e fidejussórias, se houver.

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo fundo deverão, nos termos do respectivo Contrato de Cessão, ter sido objeto de seleção prévia do Consultor de Crédito.

O Custodiante será responsável pela verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade e pela operacionalização de todas as rotinas e procedimentos necessários à aquisição pelo fundo dos Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, que sejam de sua estrita responsabilidade.

Desde que observados os termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, a verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade realizada pelo Custodiante será definitiva. A perda, por qualquer motivo, depois da cessão ao fundo, da condição de Direito Creditório Elegível, não dará ao fundo qualquer pretensão ou direito de regresso contra o respectivo Cedente, suas pessoas controladoras, sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Classificação da Austin Rating

Investimento Prudente

- AAA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
- AA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.
- A** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
- BBB** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento Especulativo

- BB** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
- B** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
- CCC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
- CC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
- C** A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de *default*. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

Sinais de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: www.austin.com.br

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

Anexo 2 – Regulamento

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A.**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, constitui o **UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS**, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

I - Sob a denominação de **UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS ("FUNDO")**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, fica constituído um FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003;

II - A administração do **FUNDO** será efetuada por **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, acima qualificada;

III - O valor unitário inicial das Quotas Sênior e Subordinadas do **FUNDO** é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

IV - O diretor da Instituição Administradora responsável pelas operações do **FUNDO**, designado para responder, civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do **FUNDO**, bem como pela prestação de informações a ele relativas, é o Sr. Mauro Sergio de Oliveira; e

V - Seu regulamento é ora aprovado nos termos do documento anexo.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2006

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR

Alexandre Lodi de Oliveira
Procurador

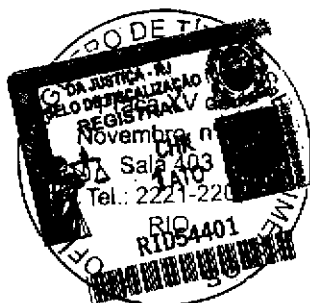
Testemunhas:

1.

Maria Eunice Mello
Nome: Maria Eunice M. M. de F. Mello
RG: 12.857.135-3 IFP/RJ
CPF: 088.887.377-82

2.

Helen de Oliveira Thomas
Nome: Helen de Oliveira Thomas
RG: 2.715.424-4 IFP/RJ
CPF: 313.480.767-04



OFÍCIO DE MINIST. P. G. DA JUSTIÇA - RJ - 2221-2209

1584544

=====

1.OFICIO DE REG.DE TIT. E DOC. |
CIDADE DO RIO DE JANEIRO |

REPRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO |
E REGISTRADO EM CD-ROM SOB O No. |

1584544

Rio de Janeiro, 22/02/2006

[03- Geraldo Calmon Costa Jr. |
Matr 06/0897 - Oficial Titular |
[03- Geraldo L Miranda B. Jr |
[CTPS 788856/022 - 1o.Of. Subst. |
[03- Carlos de Souza |
[CTPS 78896/095 - 2o.Of. Subst. |
[03- Bernardino Carvalho |
[CTPS 80896/082 - 3o.Of. Subst. |
[03- Kleber Calmon Hirdes |
[CTPS 93043/128 - 4o.Of. Subst. |
=====

EMOLUMENTOS E TAXAS R\$ 416,24

1590867

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS**, constituído em 22 de fevereiro de 2006, sob o nº 1584544 perante o 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003,

CONSIDERANDO que até a presente data não foi iniciado o processo de distribuição pública das Quotas Sênior do Fundo, cabendo assim única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no Regulamento do Fundo e seus anexos;

CONSIDERANDO que a Comissão de Valores Mobiliários determinou fossem alteradas determinadas cláusulas do Regulamento;

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação:

1. Capítulo IV, inciso II;
2. Capítulo V, inciso II, alínea "c";
3. Capítulo VII, inciso XI;
4. Capítulo IX, inciso VI;
5. Capítulo X, inciso II, alínea "b";
6. Capítulo X, inciso II, alínea "m";
7. Capítulo X, inciso III, alínea "a";
8. Capítulo XII, incisos IX e X;
9. Capítulo XVIII, inciso I, alínea "a";
10. Capítulo XXVI, inciso I;
11. Anexo I, nº 48; e Anexo III.

1. OFÍCIO DE REG. DE TÍT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO
E REGISTRADO EM CO-RUM SOB O Nº.

1590867

Rio de Janeiro, 11/05/2006

1) - Geraldo Calmon Costa Jr.
Matr. Os 0297 - Oficial Titular
2) - Geraldo L. Miranda A. Jr.
C.T.P.S. 768856/022 - 10.01. Subst.
3) - Carlos de Souza
C.T.P.S. 78596/095 - 20.01. Subst.
4) - Bernardino Carvalho
C.T.P.S. 89896/082 - 30.01. Subst.
5) - Kleber Calmon Hirdes
C.T.P.S. 93043/128 - 40.01. Subst.

1. OFÍCIO DE REG. DE TÍT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

IA PEDIDO DA PARTE INTERESSADA, O
(PRESENTE DOCUMENTO FOI AVERBADO
IA MARGEM DO REGISTRO DE Nº.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com (duas) testemunhas.


Rio de Janeiro, 9 de maio de 2006


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

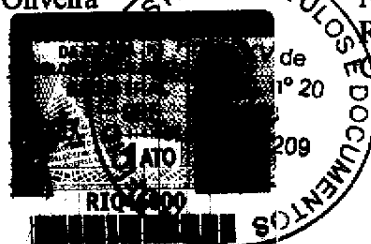
José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR

Júarez Dias Costa
DIRETOR

Testemunhas:

1. 
Nome: Alexandre Lodi de Oliveira
RG: 109641316 IFP/RJ
CPF: 076.922.737-66

2. 
Nome: Carlos Henrique Correa Sismil
RG: 09509186-4 IFP
CPF: 011.896.377-58



1. OFÍCIO DE REG. DE TÍT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO
IA PEDIDO DA PARTE INTERESSADA, O
(PRESENTE DOCUMENTO FOI AVERBADO
IA MARGEM DO REGISTRO DE Nº.

1590867

1594264

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIROS E MERCANTIS**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS**, constituído em 22 de fevereiro de 2006, sob o nº 1584544 perante o 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, cujo regulamento foi alterado através do Instrumento de Primeira Alteração ao Regulamento datado de 09/05/06, registrado sob o nº 1590867 perante o 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003,

CONSIDERANDO que foram aprovadas pela Assembléia Geral de Quotistas realizada em 19/06/2006 alterações ao Regulamento visando atender exigências formuladas pela BOVESPA como condição de manutenção do registro das quotas do Fundo junto àquela Instituição.

CONSIDERANDO que se fazem necessárias alterações no Regulamento do Fundo com vistas ao atendimento das exigências formuladas pela CVM;

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação:

1. alteração da alínea "c" do inciso II do Capítulo Cinco;
2. alteração do inciso IV do Capítulo Doze; e
3. destaque para primeira parte e exclusão da parte final da alínea "m" do inciso II do Capítulo Dez; e
4. alteração dos incisos III e VI do Capítulo Dezoito.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2006

1. OFÍCIO DE REG. DE TÍT. E DOC.
RIO DE JANEIRO - RJ - 2221-2209

1594264

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A
CÉSAR REINALDO LEAL PINTO
DIRETOR

José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR

Testemunhas:

1. Nome: Alexandre Lodi de Oliveira
RG: 109641316 IFP/RJ
CPF: 076.922.737-66

2. Nome: Carlos Henrique Correa Sismil
RG: 09509186-4 IFP
CPF: 011.896.377-58



1.OFICIO DE REG.DE TIT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

APRESENTADO HOJE. PROTOCOLADO
E REGISTRADO EM CO-ROM SOB O No.

1574244

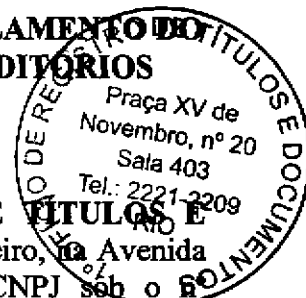
Rio de Janeiro, 20/06/2006

[]- Geraldo Calmon Costa Jr.
Matr 06/0897 - Oficial Titular
[]- Geraldo L Miranda B. Jr
CTPS 768856/022 - 1o.Of. Subst.
[]- Carlos de Souza
CTPS 78596/095 - 2o.Of. Subst.
[]- Bernardino Carvalho
CTPS 89896/082 - 3o.Of. Subst.
☒- Kleber Calmon Hirdes
CTPS 93043/128 - 4o.Of. Subst.

EMOLUMENTOS E TAXAS R\$ 288.40

1596545

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIROS E MERCANTIS**



Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS**, constituído em 22 de fevereiro de 2006, sob o nº 1584544 perante o 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, cujo regulamento foi alterado através do Instrumento de Primeira Alteração ao Regulamento datado de 09/05/2006, registrado sob o nº 1590867 perante o 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro e do Instrumento de Segunda Alteração ao Regulamento datado de 20/06/2006, registrado sob o nº 1594264 perante o 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2004, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003,

Rio de Janeiro, 19/07/2006

CONSIDERANDO que foram aprovadas pela Assembléia Geral de Quotistas realizada em 11/07/2006 alterações ao Regulamento e no Suplemento da 1ª Série de Quotas Sênior do Fundo.

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação:

1. alteração do item (i), alínea "c" do inciso III do Capítulo Onze;
2. alteração da fórmula do VQS_n , bem como da definição do VQS_n e do $Premio$, ambos previstos no inciso III do Capítulo Onze;
3. alteração do inciso II do Capítulo Treze; e
4. alteração do inciso III do Capítulo Vinte e Dois.

EMOLUMENTOS E TAXAS R\$ 298,00

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

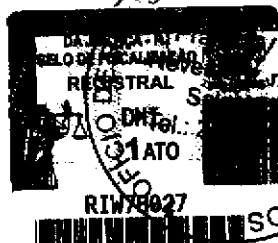
Rio de Janeiro, 14 de julho de 2006.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR

Alexandre Lodi de Oliveira
Procurador

Testemunhas:

Marcelo Motta M. de F. Nello
MARCELO MOTA M. DE F. NELLO
CPF: 088.887.377-82
RFP: 12.857.135-3



Osvaldo Rodrigues Leal Pinto
Osvaldo Rodrigues Leal Pinto
RG 10853980-0 IFPI/RJ
CPF 087.739.077-07

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIROS E MERCANTIS**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS**, constituído em 22 de fevereiro de 2006 e registrado sob o nº 1584544 perante o 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, cujo Regulamento foi alterado através do Instrumento Particular de Primeira Alteração ao Regulamento datado de 09/05/2006, registrado sob o nº 1590867, do Instrumento Particular de Segunda Alteração datado de 20/06/2006, registrado sob o nº 1594264, e do Instrumento Particular de Terceira Alteração, datado de 14/07/2006 e registrado sob o nº 1596545, todos perante o mesmo 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003,

CONSIDERANDO que foram aprovadas pela Assembléia Geral de Quotistas realizada em 08 de maio de 2007, a substituição do Custodiante do Fundo e a alteração do Regulamento do Fundo.

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo ao presente Instrumento:

1. alteração dos incisos IX e XI do Capítulo Sete do Regulamento do Fundo, visando a redução espontânea da Taxa de Administração, em virtude do aumento do Patrimônio Líquido do Fundo;
2. alteração dos itens V e VI do Capítulo Nove do Regulamento do Fundo;
3. alteração dos itens 5, 15 e 40 do Anexo I do Regulamento do Fundo;
4. alteração do Anexo II do Regulamento do Fundo; e
5. alteração da alínea "d" do item II do Anexo VI do Regulamento do Fundo;

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas,

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2007.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

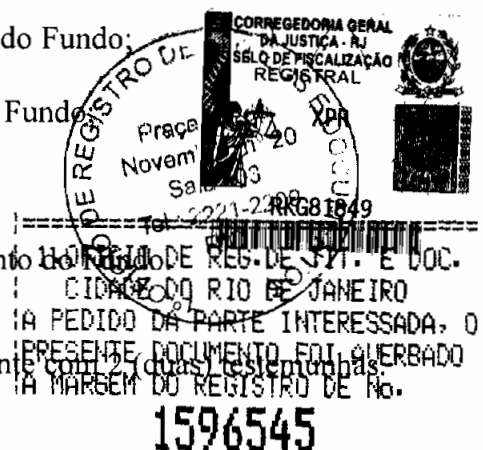
Cesar Reinaldo Leal Pinto
DIRETOR

José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR

Testemunhas:

Paula Perazzi A. Ferreira
Nome:
RG: **Paula Perazzi A. Ferreira**
CPF: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**
CPF: 035.449.027-40

Maria Eunice Motta M. de F. Nello
Nome:
RG: **MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. NELLO**
CPF: **CPF: 086.887.377-82**
IFP: 12.857.135-3



1.OFICIO DE REG.DE TIT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO
E REGISTRADO EM CD-ROM SOB O No.

1622886

Rio de Janeiro, 15/05/2007



[]- Geraldo Calmon Costa Jr.
Matr 06/0897 - Oficial Titular
[]- Kleber Calmon Hirdes
CTPS 93043/128 - 1o.Of. Subst.
[]- Geraldo L Miranda B. Jr
CTPS 768856/022 - 2o.Of. Subst.
[]- Carlos de Souza
CTPS 78596/095 - 3o.Of. Subst.
[x]- Bernardino Carvalho
CTPS 89896/082 - 4o.Of. Subst.

EMOLUMENTOS E TAXAS R\$ 318.05

1648504

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUINTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIROS E MERCANTIS**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS**, constituído em 22 de fevereiro de 2006, sob o nº 1584544 perante o 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, cujo regulamento foi alterado através dos Instrumentos de Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Alterações ao Regulamento datados de 09/05/2006, 20/06/2006, 14/07/2006 e 14/05/2007 e registrados sob os nºs. 1590867, 1594264, 1596545 e 1622886, todos perante o 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003,

CONSIDERANDO que foram aprovadas pelas Assembléias Gerais de Quotistas realizadas em 27/12/2007 e 03/03/2008 alterações ao Regulamento.

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação.

1. alteração da alínea "a" do inciso IV e do inciso V do Capítulo Nove;
2. inclusão do inciso VI ao Capítulo Nove;
3. inclusão da alínea "g" ao inciso IX do Capítulo Onze;
4. inclusão da alínea "n" ao inciso I do Capítulo Dezessete;
5. inclusão da alínea "k" ao inciso I e da alínea "b" ao inciso XV do Capítulo Dezoito;
6. inclusão do inciso IV ao Capítulo Vinte;
7. alteração do inciso I do Capítulo Vinte e Oito; e
8. alteração do Item 65 do Anexo I.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.



Rio de Janeiro, 04 de abril de 2008.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

Alexandre Lodi de Oliveira
Procurador

Testemunhas:

Aline de A. Hamond

Aline de Araújo Hamond
CPF: 116.576.577-28
RG: 114.122.043-0 DETRAN/RJ

Marina Gama Jello

MARIA EUNICE MOTA M. DEF. MELLO
CPF: 088.887.377-82
IRP: 12.857.135-3

1648504

Rio de Janeiro, 04/04/2008

Capítulo Dezoito - Belmont Costa Jr.
Matr 06/0897 - Oficial Titular
[] - Kleber Calmon Hirdes
ICTPS 93043/128 - 1o. Of. Subst.
[] - Geraldo L Miranda B. Jr
ICTPS 768856/022 - 2o. Of. Subst.
[] - Carlos de Souza
ICTPS 085988/082 - 3o. Of. Subst.
[] - Bernardino Carvalho
ICTPS 89896/082 - 4o. Of. Subst.

EMOLUMENTOS E TAXAS R\$ 339,46

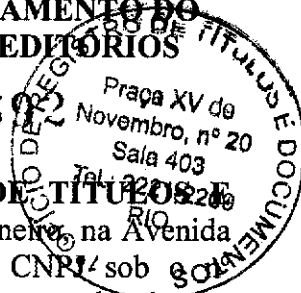
1º OFÍCIO DE REG. DE TÍT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O PEDIDO DA PARTE INTERESSADA, O
PRESENTE DOCUMENTO FOI AUERBADO
NA MARGEM DO REGISTRO DE Nº.

1622886

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEXTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIROS E MERCANTIS**

1658592



Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS**, constituído em 22 de fevereiro de 2006, sob o nº 1584544 perante o 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, cujo regulamento foi alterado através dos Instrumentos de Primeira, Segunda, Terceira, Quarta e Quinta Alterações ao Regulamento datados de 09/05/2006, 20/06/2006, 14/07/2006, 14/05/2007 e 04/04/2008 e registrados sob os nºs. 1590867, 1594264, 1596545, 1622886 e 1648504 todos perante o 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003,

CONSIDERANDO que foram aprovadas alterações ao Regulamento pela Assembléia Geral de Quotistas instalada em 31/07/2008, suspensão e reaberta em 01/09/2008.

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos incisos I, III, IV, V, VI, VII e VIII do Capítulo Nove do Regulamento do Fundo, o qual vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 02 (duas) testemunhas,

1. OFÍCIO DE REG. DE TIT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

FOI REGISTRADO EM CD-ROM SOB O Nº.

1658692

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2008.

Rio de Janeiro, 04/09/2008

[Assinatura]

(1) - Geraldo Calmon Costa Jr.
Matr. 06/0897 - Oficial Titular
(1) - Kleber Calmon Hirdes
CTPS 768856/022 - 2o. Of. Subst.
(1) - Geraldo L. Miranda B. Jr.
CTPS 768856/022 - 2o. Of. Subst.
(1) - Carlos de Souza
CTPS 78596/095 - 3o. Of. Subst.
(1) - Bernardino Carvalho
CTPS 89896/082 - 4o. Of. Subst.

Testemunhas:

1. OFÍCIO DE REG. DE TIT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO
A PEDIDO DA PARTE INTERESSADA, O
PRESENTE DOCUMENTO FOI AVERBADO
A MARGEM DO REGISTRO DE Nº.

1590867

1.

Fernanda Barbosa Camillo

Nome:

RG:

CPF:

Fernanda Barbosa Camillo
CPF: 109.665.857-71
RG: 11484800-5

2.

Aline de A. Hamond

Nome:

RG:

CPF:

EMOLUMENTOS E TAXAS R\$ 337,08

Aline de Araujo Hamond
CPF: 116.576.577-22
RG: 11.122.043

ÍNDICE



CAPÍTULO UM – DO FUNDO	3
CAPÍTULO DOIS – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO	4
CAPÍTULO TRÊS – DO REGISTRO	3
CAPÍTULO QUATRO – DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO ..	4
CAPÍTULO CINCO – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	6
CAPÍTULO SEIS – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DA COBRANÇA DE VALORES	7
CAPÍTULO SETE – DA ADMINISTRADORA	8
CAPÍTULO OITO – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA	18
CAPÍTULO NOVE – DO CONSELHO CONSULTIVO	19
CAPÍTULO DEZ – DOS FATORES DE RISCO	21
CAPÍTULO ONZE – DAS QUOTAS	27
CAPÍTULO DOZE – DA EMISSÃO DE QUOTAS	34
CAPÍTULO TREZE – DA AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS	36
CAPÍTULO QUATORZE – DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS	38
CAPÍTULO QUINZE – DO REGISTRO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	39
CAPÍTULO DEZESSEIS – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	39
CAPÍTULO DEZESSETE – DO CUSTODIANTE	40
CAPÍTULO DEZOITO – DA ASSEMBLÉIA GERAL	44
CAPÍTULO DEZENOVE – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA	49
CAPÍTULO VINTE – DA AMORTIZAÇÃO COMPULSÓRIA PARA FINS DE REENQUADRAMENTO DE ÍNDICES	52
CAPÍTULO VINTE E UM – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO	53
CAPÍTULO VINTE E DOIS – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	55
CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55
CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS ..	56

CAPÍTULO VINTE E CINCO – DOS ENCARGOS DO FUNDO.....	
CAPÍTULO VINTE E SEIS – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS.....	
CAPÍTULO VINTE E SETE – DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	
CAPÍTULO VINTE E OITO – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS TITULARES DAS QUOTAS SÊNIOR.....	60
CAPÍTULO VINTE E NOVE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	61



Regulamento do **UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS**, administrado pela Oliveira Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.



CAPÍTULO UM – DO FUNDO

I. O **UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS**, doravante designado, abreviadamente, o “Fundo”, é constituído sob a forma de condomínio fechado.

II. Os termos e as expressões adotados neste Regulamento, grafados em letra maiúscula, terão os significados a eles atribuídos no Anexo I deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.

III. Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Pessoas que sejam Investidores Qualificados nos termos da regulamentação em vigor.

CAPÍTULO DOIS – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

I. O prazo de vigência regular do Fundo será até 01 de abril de 2026 ou até 90 (noventa) dias após a data de vencimento do Direito Creditório de titularidade do Fundo que tenha a data de vencimento mais longa, o que ocorrer antes (o “Prazo de Vigência”). Na hipótese de o prazo acima estabelecido encerrar-se em dia não útil, a liquidação do Fundo será efetuada no 1º (primeiro) dia útil subsequente. O Fundo somente poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas neste Regulamento, sendo que, neste caso, deverão ser observados pela Administradora os procedimentos definidos no Capítulo Vinte e Um.

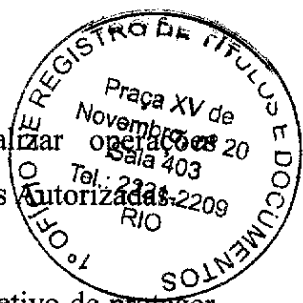
CAPÍTULO TRÊS – DO REGISTRO

I. O presente Regulamento, seus eventuais aditamentos e os Suplementos serão levados a registro, pela Administradora, em cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na sede da Administradora.

CAPÍTULO QUATRO – DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

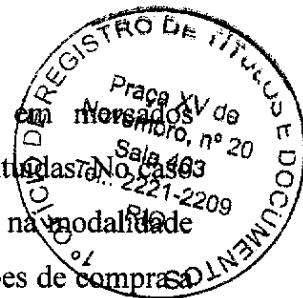


- I. Observado o disposto neste Regulamento e em cada Contrato de Cessão, o objetivo do Fundo é atuar no sentido de propiciar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, por meio da aplicação de recursos em carteira composta por Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade e, conforme o caso, por Outros Ativos.
- II. Os Cedentes são responsáveis pela existência, autenticidade e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos deste Regulamento e do respectivo Contrato de Cessão.
- III. A Administradora, o Custodiante, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pela solvência dos Sacados, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.
- IV. Na execução do objetivo de que trata este Capítulo, a Administradora envidará seus melhores esforços para que a valorização das Quotas Sênior acompanhe a variação indicada no respectivo Suplemento.
- V. Em até 90 (noventa) dias contados da data de protocolo na CVM dos documentos de constituição do Fundo definidos na Instrução CVM, o Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios. O Fundo poderá manter ou aplicar a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido, não investido em Direitos Creditórios, (a) em moeda corrente nacional, (b) em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen, (c) em cédulas ou certificados de cédulas de crédito bancário que contêm com coobrigação de qualquer das Instituições Autorizadas, e (d) em fundo(s) mútuo(s) de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenha(m) seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, de emissão ou coobrigação de Pessoa que seja considerada, nos termos dos normativos das instituições reguladoras, como de baixo risco de crédito e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas. É expressamente vedada a aquisição, pelo Fundo, de ativos de renda variável.



- VI. É facultado ao Fundo, a exclusivo critério da Administradora, realizar operações compromissadas, tendo necessariamente como contraparte qualquer das Instituições Autorizadas.
- VII. O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista, até o limite dessas, observado o disposto no inciso XIII deste Capítulo.
- VIII. Ressalvado o disposto no inciso VII acima, é vedada a realização de qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro ou aquelas compromissadas ou com derivativos, em que a Administradora, quaisquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por esta direta ou indiretamente controladas, a esta coligada ou outras sociedades sob controle comum figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes.
- IX. Com relação aos Outros Ativos referidos no item "c" do inciso V acima, o total consolidado de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seus respectivos controladores, de sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, inclusive na hipótese de contratação de operações compromissadas, não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido.
- X. Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as quotas de fundos de investimento e de fundos de investimento em quotas de fundos de investimento.
- XI. As vias originais e/ou, conforme o caso, cópias reprográficas autenticadas dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo deverão ser custodiados por instituição custodiante devidamente autorizada à prestação desse serviço, nos termos da Instrução CVM.
- XII. É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

XIII. As operações do Fundo com derivativos devem ser sempre realizadas em mercados organizados, administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, devidamente constituídas de operações de *swap*, as respectivas operações devem ser exclusivamente realizadas na modalidade “com garantia”. É expressamente vedada a realização de operações de venda de opções de compra descoberto e alavancadas, a qualquer título.



XIV. Os recursos decorrentes de ajustes credores em operações de contratos futuros, celebradas pelo Fundo, deverão ser mantidos obrigatoriamente nas modalidades de investimento referidas no item “b” do inciso V deste Capítulo.

XV. Os percentuais e limites referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente pela Administradora, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior.

CAPÍTULO CINCO – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

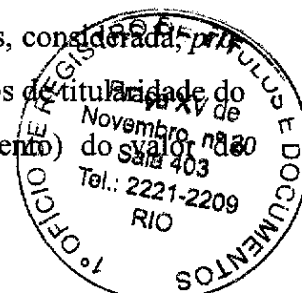
I. Na aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, caberá ao Custodiante a verificação do atendimento pelos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade. Quando da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, a Administradora e o Custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos neste Regulamento e nos demais Documentos da Securitização cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.

II. Serão considerados direitos creditórios elegíveis (os “Direitos Creditórios Elegíveis”) os Direitos Creditórios, cujas informações foram transmitidas ao Custodiante pelo Consultor de Crédito, por meio eletrônico, de acordo com os procedimentos definidos no respectivo Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos seguintes “Critérios de Elegibilidade”:

a) as informações referentes aos Cedentes, Sacados e os Direitos Creditórios constem do arquivo (Layout previamente aprovado) enviado pelo Consultor de Crédito ao Custodiante nos termos do respectivo Contrato de Cessão;

b) o respectivo Sacado não se encontra inadimplente no cumprimento de suas obrigações nos termos de outro Direito Creditório de titularidade do Fundo;

- c) a partir do 90º (nonagésimo) dia após a primeira integralização de Quotas, considerada, *pr* forma, a cessão pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos pelo respectivo Sacado, não é superior a 10% (dez por cento) do valor do Patrimônio Líquido na Data de Aquisição;
- d) o respectivo Sacado não tenha seu nome incluso no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF do Bacen;
- e) o respectivo Sacado, tratando-se de pessoa jurídica, não esteja em processo de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial; e
- f) a data de vencimento do Direito Creditório não seja posterior ao dia 25 de março de 2026.



III. Observados os termos e as condições deste Regulamento e de cada Contrato de Cessão, a verificação pelo Custodiante do atendimento pelos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade será realizada exclusivamente na Data de Aquisição e, a partir deste momento, será considerada como definitiva.

IV. A perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível, não dará ao Fundo qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra o respectivo Cedente, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

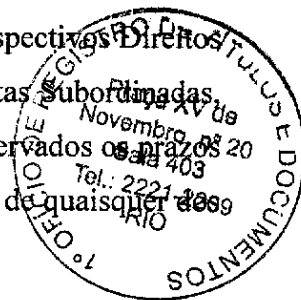
V. O Fundo deverá adquirir todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios Elegíveis que lhe forem ofertados, inclusive garantias reais e fidejussórias, se houver.

VI. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo deverão, nos termos do respectivo Contrato de Cessão, ter sido objeto de seleção prévia do Consultor de Crédito, o qual será o responsável exclusivo pelo cumprimento do disposto no inciso V acima.

CAPÍTULO SEIS – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DA COBRANÇA DE VALORES

I. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis dos Cedentes, observados os procedimentos definidos neste Regulamento e

em cada Contrato de Cessão, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios (a) em moeda corrente nacional e/ou (b) por meio da emissão de Quotas Subordinadas, o Fundo atenda, cumulativamente, ao disposto no inciso XI do Capítulo Doze, observados os prazos para regularização definidos neste Regulamento na hipótese de desenquadramento de quaisquer limites e parâmetros acima referidos.



II. Caberá ao Consultor de Crédito, em cada Data de Aquisição, verificar se o respectivo Sacado não tem, nos últimos 2 (dois) anos, registro no cadastro da Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. – SERASA e/ou do Equifax do Brasil Ltda. em razão de 4 (quatro) ou mais títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite, cujo valor total seja superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

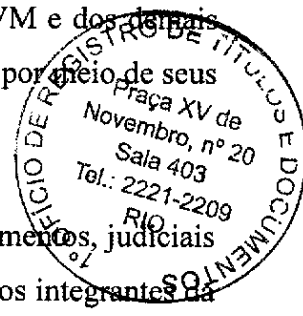
III. No curso ordinário do Programa de Securitização, o Agente Cobrador, nos termos do Contrato de Cobrança, será responsável, por conta e ordem do Fundo, pela cobrança extrajudicial e judicial, conforme o caso, dos Direitos Creditórios relativos aos Direitos Creditórios Inadimplentes e aos Direitos Creditórios Provisionados. O cumprimento das obrigações do Agente Cobrador, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão, será controlado exclusivamente pela Administradora, por conta e ordem do Fundo.

CAPÍTULO SETE – DA ADMINISTRADORA

I. O Fundo é administrado pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (a “Administradora”).

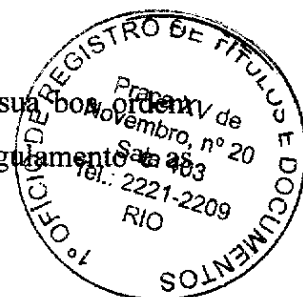
II. Para a plena realização dos objetivos do Fundo, a Administradora assume a obrigação de aplicar em sua administração os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício dos Quotistas, atentos à conjuntura em geral, respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, além das obrigações que lhe são impostas por força de lei e deste Regulamento.

III. Observados os termos e as condições deste Regulamento, da Instrução CVM e dos demais normativos aplicáveis, a Administradora, sob sua responsabilidade, diretamente ou por meio de seus Agentes, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:



- a) observado o disposto no Contrato de Cobrança, iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (i) à cobrança dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, (ii) à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas e (iii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, observado o disposto no Capítulo Vinte e Oito;
- b) desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao recebimento e à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos. O preço de alienação dos ativos de titularidade do Fundo não poderá, sob pena de responsabilização da Administradora por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo, ser inferior ao seu respectivo valor contábil, exceto quando autorizado neste Regulamento ou pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral;
- c) alienar para qualquer Pessoa os Direitos Creditórios e os Outros Ativos, sendo que, nesta hipótese, o preço de alienação deverá ser previamente aprovado pelo Consultor de Crédito e refletir as condições de mercado na ocasião e o risco de crédito a estes associado;
- d) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Exceção feita às procurações com poderes da cláusula *ad judicium* e àquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica, em todas as demais procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, constará o respectivo prazo de validade, que não poderá ser superior a 12 (doze) meses contado da data da outorga;
- e) providenciar o registro deste Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Capítulo Três; e

f) praticar todos os atos de administração do Fundo, de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa, observados os termos e as condições deste Regulamento e as limitações legais e regulamentares em vigor.



IV. Sem prejuízo de seus outros deveres legais, incluem-se entre as obrigações da Administradora, diretamente ou por meio de seus Agentes:

a) manter em sua sede e colocar à disposição dos Quotistas gratuitamente:

i) cópias dos pareceres preparados pela Empresa de Auditoria e dos demais documentos e relatórios enviados à CVM;

ii) exemplar do Regulamento; e

iii) exemplar do Prospecto, o qual deverá ser devidamente atualizado quando da realização de qualquer Distribuição;

b) manter atualizados e em perfeita ordem, enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação ou pelo prazo de 5 (cinco) anos, o que ocorrer por último:

i) o registro dos Quotistas;

ii) o livro de atas de Assembléias Gerais;

iii) o livro de presença de Quotistas;

iv) a documentação relativa às operações do Fundo, incluindo seus respectivos registros contábeis;

v) os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer despesa ou encargo do Fundo, inclusive os relativos ao recolhimento de impostos, contribuições, taxas e emolumentos; e

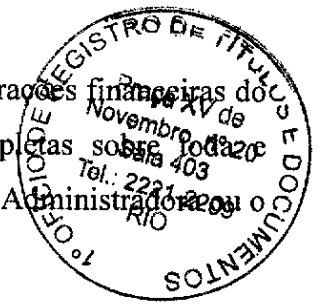
vi) os demonstrativos trimestrais preparados pelo Diretor Designado nos termos do inciso XII deste Capítulo;



- c) informar os Quotistas de alteração do periódico utilizado pelo Fundo para a prestação de informações nos termos do inciso I do Capítulo Vinte e Quatro e da Taxa de Administração;
- d) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- e) colocar à disposição, em sua sede e nas instituições que distribuam Quotas, cópias das demonstrações financeiras do Fundo, auditadas ou não, dos relatórios referentes ao Fundo que venham a ser entregues à CVM e das atualizações elaboradas pela Agência de Classificação de Risco;
- f) providenciar, trimestralmente, às expensas do Fundo, a atualização da classificação de risco das Quotas objeto de distribuição pública pela Agência de Classificação de Risco;
- g) alocar os recursos de titularidade do Fundo, não aplicados em Direitos Creditórios, em Outros Ativos, observada a política de investimento do Fundo prevista neste Regulamento;
- h) observar a política de investimento do Fundo definida neste Regulamento, incluindo as disposições referentes à contratação de operações com instrumentos derivativos;
- i) decidir pela contratação, pelo Fundo, de operações em mercados de derivativos, observado o disposto na política de investimento prevista neste Regulamento;
- j) proceder à escrituração e ao registro de todos os fatos contábeis do Fundo, de forma que o mesmo possa manter sua contabilidade atualizada e em perfeita ordem, observados os termos e as condições deste Regulamento, das regras do COSIF e da legislação em vigor;
- k) preparar os demonstrativos financeiros mensais e anuais do Fundo e zelar para que os mesmos, conforme o caso, sejam auditados pela Empresa de Auditoria e enviados às autoridades competentes dentro dos prazos legais;
- l) submeter os demonstrativos referidos no inciso XII deste Capítulo ao exame da Empresa de Auditoria, quando da auditoria anual;
- m) providenciar anualmente, às expensas do Fundo, auditoria das demonstrações financeiras do Fundo pela Empresa de Auditoria;



- n) fornecer as informações solicitadas pela Empresa de Auditoria quando da realização da auditoria anual de encerramento do exercício do Fundo;
- o) realizar os serviços de escrituração, abertura e manutenção das contas de depósito abertas em nome dos Quotistas ou contratar terceiros devidamente habilitados e autorizados para realizar tais serviços;
- p) manter registros analíticos e completos de todas as movimentações ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas, bem como manter em perfeita ordem os documentos necessários à comprovação da capacidade dos Quotistas em aplicar recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, exceto sobre os documentos referentes a Quotistas que adquirirem Quotas no mercado secundário, quando a guarda e verificação destes documentos será de responsabilidade exclusiva das instituições intermediárias que executarem a(s) ordem(ns) do(s) investidor(es);
- q) providenciar, mensalmente, às expensas do Fundo, o envio aos Quotistas, pelo correio ou por meio eletrônico (e-mail), de extrato das contas de depósito abertas em seu nome, contendo, no mínimo, as seguintes informações (i) o número de Quotas detidas pelo respectivo Quotista, (ii) o valor atualizado de suas Quotas, (iii) a remuneração acumulada desde a respectiva Data de Emissão e (iv) o valor do Patrimônio Líquido;
- r) fornecer aos Quotistas, anualmente, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e seu respectivo valor;
- s) proceder à determinação e tornar disponível, em base diária, o valor do Patrimônio Líquido e do valor líquido das Quotas, incluindo as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, observados os termos e condições deste Regulamento, das regras do COSIF e da legislação em vigor;
- t) disponibilizar à CVM os demonstrativos referidos no inciso XII deste Capítulo, no prazo de até 30 (trinta) dias contado do término do trimestre respectivo;



- u) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre todas as qualquer modalidade de negociação eventualmente realizada entre o Fundo e a Administradora o Custodiante;
- v) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável;
- w) informar ao Custodiante, por meio eletrônico, a Taxa de Desconto a ser utilizada na determinação do Preço de Aquisição, observado o disposto neste Regulamento e no Contrato de Cessão;
- x) proceder, às expensas do Fundo, à contratação dos serviços do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco, da Empresa de Auditoria, do Agente Cobrador e à celebração dos Documentos da Securitização e dos demais documentos necessários à operacionalização do Programa de Securitização;
- y) monitorar o cumprimento pelo Fundo dos índices e parâmetros referidos no inciso XI do Capítulo Doze;
- z) monitorar, diretamente ou por meio de seus Agentes, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Custodiante, ao Agente Escriturador e ao Agente Cobrador, nos termos do Contrato de Custódia, do Contrato de Escrituração e do Contrato de Cobrança, respectivamente;
- aa) processar a subscrição, integralização e amortização de Quotas Sênior e/ou de Quotas Subordinadas, observados os procedimentos definidos neste Regulamento, de forma, que considerado, *pro-forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda ao disposto no inciso XI do Capítulo Doze;
- bb) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco a ocorrência dos seguintes eventos:
 - i) substituição da Empresa de Auditoria ou do Custodiante;

ii) ocorrência de qualquer evento que possa alterar o nível de segurança e confiabilidade dos controles e mecanismos de acompanhamento dos procedimentos e das rotinas do Programa de Securitização, nos termos dos Documentos da Securitização;



iii) fatos e informações relevantes relativos ao Fundo, aos Cedentes, aos Sacados ou ao Custodiante, enquanto o Programa de Securitização estiver sob avaliação da Agência de Classificação de Risco;

iv) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada;

v) celebração de aditamentos aos Documentos da Securitização; e

cc) entregar e/ou manter à disposição da Agência de Classificação de Risco cópia dos relatórios preparados pela própria Administradora, pelo Custodiante e pelos demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos da Securitização.

V. Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis, é vedado à Administradora:

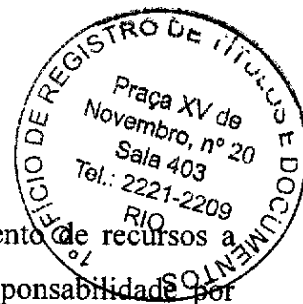
a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se, sob qualquer forma, nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantia prestada a operações realizadas em mercado de derivativos;

b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo;

c) efetuar aportes de recursos no Fundo, direta ou indiretamente, a qualquer título; e

d) realizar qualquer modalidade de negociação ou operação com o Fundo, direta ou indiretamente, salvo se expressamente autorizada nos termos deste Regulamento e dos demais Documentos da Securitização.

VI. As vedações contidas no inciso V acima abrangem as Pessoas controladoras da Administradora, sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como aos ativos integrantes das respectivas carteiras e de emissão ou coobrigação dessas.

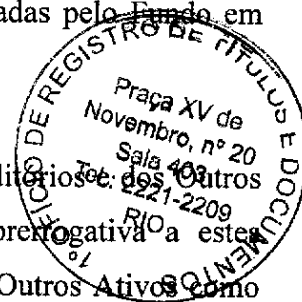


VII. É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- a) obter ou conceder qualquer empréstimo, financiamento ou adiantamento de recursos a qualquer Pessoa, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
- b) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- c) realizar operações ou negociar com ativos financeiros ou modalidades operacionais não admitidas pela legislação aplicável aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ou por este Regulamento;
- d) adquirir Quotas;
- e) emitir quaisquer classes ou séries de Quotas não expressamente autorizadas neste Regulamento ou vender Quotas à prestação;
- f) aplicar recursos direta ou indiretamente no exterior;
- g) pagar ou ressarcir-se de multas impostas à Administradora em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento e na legislação aplicável;
- h) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- i) fazer em sua propaganda ou em outros documentos que vierem a ser apresentados aos investidores promessas de retiradas ou de rendimentos com base no desempenho do Fundo, no desempenho alheio ou de ativos financeiros ou modalidades de investimentos disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- j) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre quaisquer dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo qualquer direito ou prerrogativa a estes relacionados, no todo ou em parte, exceto quando se tratar da

utilização dos Outros Ativos como margem de garantia em operações realizadas pelo Fundo em mercados de derivativos; e

k) locar ou emprestar, seja a que título for, quaisquer dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo qualquer direito ou prerrogativa a estes relacionados, no todo ou em parte, exceto quando se tratar da utilização dos Outros Ativos como margem de garantia em operações realizadas pelo Fundo em mercados de derivativos.



VIII. Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou pelos titulares das Quotas Sênior em Circulação, reunidos em Assembléia Geral, é igualmente vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;
- b) distratar, rescindir ou modificar por sua iniciativa quaisquer dos Documentos da Securitização, salvo se expressamente autorizada nos respectivos instrumentos contratuais; e
- c) proceder à abertura de contas correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento e nos respectivos Documentos da Securitização.

IX. Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento e nos Documentos de Securitização, uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) R\$12.000,00 (doze mil reais) mensais para os 3 (três) primeiros meses de operação do Fundo e de R\$15.000,00 (quinze mil reais) mensais a partir do 4º (quarto) mês de operação do Fundo, inclusive, ou (ii) o valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da taxa de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo até o montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), acrescido do valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da taxa de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que acrescer R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), até o montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), acrescido do valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da taxa de 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que superar R\$ 500.000.000,00

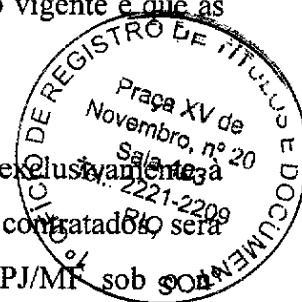
(quinhentos milhões de reais). A remuneração mensal prevista neste inciso será acrescida das verbas devidas à Administradora nos termos do inciso XI abaixo (a "Taxa de Administração"). O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no último dia útil do mês calendário em que ocorrer a primeira integralização de Quotas e os demais no mesmo dia dos meses subsequentes. Os valores devidos à Administradora deverão ser pagos pelo Fundo, considerando as informações contidas na memória de cálculo preparada pela Administradora, sob sua exclusiva responsabilidade, e por ela enviada previamente ao Custodiante até o dia útil imediatamente anterior à data de pagamento das respectivas verbas, por meio de crédito dos montantes devidos em conta corrente de titularidade da Administradora, servindo o comprovante do crédito para a comprovação da quitação desta obrigação pecuniária. O valor da Taxa de Administração, correspondente ao item "i" deste inciso, será atualizado, a cada período de 12 (doze) meses, contado a partir da data de protocolo na CVM dos documentos referidos no §1º do Artigo 8º da Instrução CVM, ou na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo.

X. A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros;

XI. Conforme disposto no inciso IX acima, sobre a Taxa de Administração serão acrescidos, em moeda corrente nacional: (i) os valores dos tributos incidentes sobre pagamentos da espécie, a saber: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), Imposto de Renda Retido na Fonte e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a Taxa de Administração, com exceção do imposto de renda pago pela Administradora; (ii) o valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da taxa anual de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido; e (iii) R\$1.600,00 (hum mil e seiscentos reais) mensais. O valor previsto no item (iii) será corrigido anualmente, sempre no mês de Janeiro, pela variação do Índice de Preços ao consumidor da FIPE (IPC - FIPE) do ano anterior, ou na sua falta, pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado), ou, na falta de ambos, do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

XII. O Diretor Designado, nos termos da legislação aplicável, deverá elaborar demonstrativo trimestral a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de

composição e de diversificação previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente e que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado.



XIII. 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Administradora, após serem deduzidos os valores devidos aos demais terceiros contratados, será paga diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.150.453/0001-20, na forma do Artigo 56, §2º da Instrução CVM nº 356/01, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem quaisquer custos adicionais para o Fundo. Tal valor será deduzido da Taxa de Administração devida.

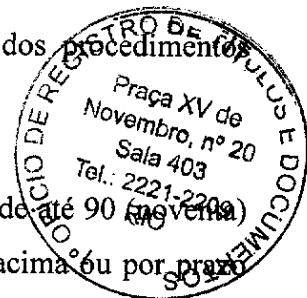
CAPÍTULO OITO – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

I. Os Quotistas titulares de 10% (dez por cento) das Quotas Sênior ou de 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Subordinadas em Circulação poderão solicitar a substituição da Administradora. Para tanto, os respectivos Quotistas deverão encaminhar à Administradora correspondência registrada e protocolada contendo as razões e os motivos da solicitação e a indicação do nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 3 (três) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos titulares das Quotas Sênior não poderá ser superior em 20% (vinte por cento) ao valor da Taxa de Administração.

II. Na hipótese do inciso I acima, os Quotistas titulares da maioria das Quotas em Circulação, cuja classe não esteja solicitando a substituição da Administradora, terão o direito de escolher, na referida Assembleia Geral, em votação em separado, qualquer das instituições apresentadas pelos demais Quotistas para exercer as funções da Administradora.

III. A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no periódico referido no inciso I do Capítulo Vinte e Quatro e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 (vinte) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias, contado da data em que os Quotistas sejam comunicados da decisão da Administradora, nos termos deste inciso. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora não poderá

renunciar às suas funções, nos termos deste Regulamento, até a conclusão dos procedimentos referidos no Capítulo Vinte e Um.



IV. A Administradora permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias contado da data de realização da Assembléia Geral referida no inciso III acima ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pelos Quotistas em Aprovação Consensual. O prazo de 90 (noventa) dias acima referido poderá ser automaticamente prorrogado uma única vez por igual período, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e obrigações da Administradora e comprometa-se a desempenhá-los de acordo com os termos e as condições deste Regulamento.

V. A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da realização da respectiva Assembléia Geral ou, conforme o caso, antes do término do prazo estabelecido no inciso IV acima, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou por qualquer de seus Agentes, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

CAPÍTULO NOVE – DO CONSELHO CONSULTIVO

I. O Fundo terá um conselho consultivo (o “Conselho Consultivo”), composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) conselheiro escolhido pela maioria dos titulares das Quotas Subordinadas, 1 (um) conselheiro escolhido pela maioria dos titulares das Quotas Sênior, reunidos em Assembléia Geral, e 1 (um) conselheiro escolhido pela Administradora, os quais definirão os procedimentos de convocação e deliberação do conselho. O Diretor Designado ou seu representante deverá necessariamente comparecer a todas as reuniões do Conselho Consultivo.

II. Os membros do Conselho Consultivo não poderão ser remunerados às expensas do Fundo.

III. As deliberações do Conselho Consultivo serão sempre tomadas pela unanimidade de seus membros e não serão vinculativas. Assim, o Consultor de Crédito será responsável por todos os atos

que orientar o Fundo a praticar, independentemente do que vier a ser deliberado pelo Conselho Consultivo.



IV. O Consultor de Crédito submeterá ao Conselho Consultivo previamente à realização, pelo Fundo, dos seguintes negócios jurídicos ou transações:

- a) a aquisição de Direitos Creditórios ofertados por uma Nova Cedente, observada a Política de Concessão de Crédito, as recomendações passadas pelo Consultor de Crédito e o procedimento descrito no inciso VIII do Capítulo Nove deste Regulamento;
- b) definição do preço de alienação dos ativos de titularidade do Fundo, nos termos da alínea “c” do inciso III do Capítulo Sete;
- c) deliberar a emissão de novas Séries de Quotas Sênior; e
- d) contratar, por conta e ordem do Fundo, operações em mercado de derivativos, incluindo operações de *hedge*.

V. Por solicitação do Consultor de Crédito, o Conselho Consultivo poderá aconselhar a inclusão de Nova(s) Cedente(s) de Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos da alínea “a” do inciso IV acima, sendo que nenhuma operação de cessão de créditos será efetuada até que esta(s) Nova(s) Cedente(s) seja(m) aprovada(s), prévia e expressamente, pelo Consultor de Crédito e pela Administradora, podendo esta última vetar a respectiva inclusão. Caso haja indicação de Novas Cedentes pelo Consultor de Crédito, este solicitará aos membros do Conselho Consultivo, orientação a respeito da inclusão das respectivas Novas Cedentes. Tal orientação dos membros do Conselho Consultivo deverá ser encaminhada inicialmente por meio eletrônico (e-mail) à Instituição Administradora e ao Consultor de Crédito. Caso aprovada a inclusão de novas cedentes ocorrido deve ser informado pela Instituição Administradora ao Custodiante. A cessão dos Direitos Creditórios ofertados pelas Novas Cedentes ao Fundo somente poderá ocorrer após: (i) recebimento de comunicação enviada pela Administradora ao Custodiante neste sentido; e (ii) a realização das adaptações necessárias no sistema do Custodiante, de forma que o Custodiante esteja apto a cumprir integralmente com as suas obrigações para com o Fundo nos termos deste Regulamento e dos demais Documentos da Securitização.

VI. O Conselho Consultivo deverá se reunir, a cada 3 (três) meses, para ratificar a aprovação das Novas Cedentes indicadas pelo Consultor de Crédito, sendo outrossim permitida a realização de atos, pelo Fundo, durante o período em que o Conselho Consultivo não houver ratificado suas deliberações neste sentido.



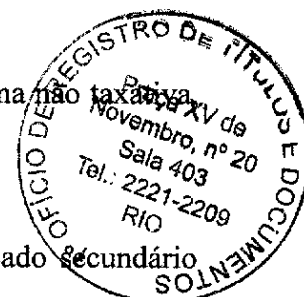
VII. O resultado das orientações passadas pelo Conselho Consultivo, nos termos do inciso V acima, poderá ser acatado pelo Fundo e são de total e exclusiva responsabilidade do Consultor de Crédito, não podendo o Conselho Consultivo, a Administradora, o Custodiante, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum responder, em nenhuma hipótese, pela seleção e/ou pela boa ordem dos critérios de escolha dos Direitos Creditórios constantes da Proposta de Cessão ou por qualquer perda, dano ou prejuízo incorridos pelos Quotistas decorrente de orientação do Conselho Consultivo e decisão tomada pelo Consultor de Crédito, sem prejuízo da responsabilidade da Administradora na inclusão da nova Cedente, aprovada em seu comitê interno.

VIII. As deliberações adotadas nas reuniões do Conselho Consultivo deverão ser lavradas em atas próprias, assinadas por todos os presentes, as quais deverão ser arquivadas na sede da Administradora.

CAPÍTULO DEZ – DOS FATORES DE RISCO

I. Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado, riscos de crédito e/ou riscos operacionais das contrapartes, incluindo a eventual incapacidade de os Sacados honrarem suas respectivas obrigações, podendo, assim, gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante ou qualquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em hipótese alguma, ser responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela solvência dos Sacados, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

II. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:

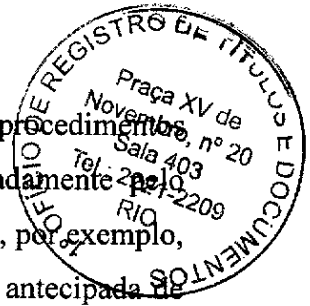


a) **Da Liquidez das Quotas.** Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, sem admitir a possibilidade de resgate das Quotas a qualquer tempo, a critério dos Quotistas, estes podem ter dificuldade em realizar seu investimento mediante alienação de suas Quotas.

b) **Amortização Condicionada.** As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização de suas Quotas decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios, conforme identificado nas alíneas do inciso III deste Capítulo, e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, pelas respectivas contrapartes.

c) **Amortização de Quotas na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos integrantes de sua carteira e, conforme o caso, aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a existência de vedações e/ou eventual impossibilidade de a Administradora alienar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização das Quotas, em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos Creditórios e os outros Outros Ativos integrantes de sua carteira sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes e que as verbas recebidas sejam transferidas para o Fundo, tanto a Administradora quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização integral das Quotas. O valor de amortização das Quotas Sênior continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, inclusive os Cedentes, a Administradora, o Custodiante e o Consultor de Crédito, todavia, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado.

Este Regulamento estabelece que o Fundo poderá ser liquidado, caso existam Quotas em Circulação, quando da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Neste caso, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios, observados os procedimentos definidos no Capítulo Vinte e Um. Nessa hipótese, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios recebidos em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Sacados.



d) **Da Amortização Não-Programada de Quotas Sênior.** Observados os procedimentos definidos no Capítulo Vinte, as Quotas Sênior poderão ser amortizadas antecipadamente pelo Fundo. Nesta hipótese, os titulares das Quotas Sênior poderão vir a sofrer perdas caso, por exemplo, não consigam reinvestir os recursos pagos pelo Fundo, decorrentes da amortização antecipada de Quotas Sênior, nos mesmos termos e condições das Quotas Sênior. Ademais, a ocorrência do evento acima identificado poderá afetar a programação de fluxo de caixa dos titulares de Quotas Sênior.

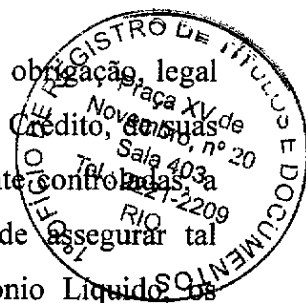
e) **Da ausência de notificação aos Sacados.** A cessão de crédito objeto de cada Contrato de Cessão não foi objeto de notificação prévia aos Sacados contendo instruções para que estes efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente ao Fundo. Os Sacados não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão, conforme o caso.

f) **Risco de Liquidação Antecipada pelos Sacados dos Direitos Creditórios.** Os Sacados podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos neste Regulamento.

g) **Fatores Macroeconômicos Relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, poderão resultar em perda, por parte dos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo os Cedentes, a Administradora, o Custodiante e o Consultor de Crédito, qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de tais eventos.

h) **Da Inexistência de Rendimento Predeterminado.** O preço de integralização das Quotas Sênior será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos na alínea "c" do inciso III do Capítulo Onze. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Sênior na hipótese de amortização de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá

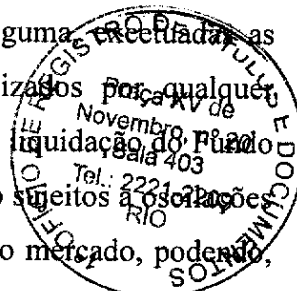
ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, dos Cedentes, da Administradora, do Custodiante, do Consultor de Crédito, e de suas respectivas Pessoas controladoras, das sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou de outras sociedades sob controle comum, como forma de assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Sênior não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da amortização de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas, devidamente atualizadas nos termos da alínea “c” do inciso III do Capítulo Onze, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.



i) **Descasamentos de Taxas.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios, os quais são remunerados a uma taxa pré-fixada, e em Outros Ativos. Considerando-se que o valor das Quotas Sênior será definido na forma estabelecida na alínea “c” do inciso III do Capítulo Onze, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Quotas Sênior, ainda que a Administradora realize operações com derivativos para proteção da carteira. A Administradora, o Custodiante, o Consultor de Crédito, os Cedentes e quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado, mesmo na hipótese de a Administradora utilizar-se de instrumentos derivativos para mitigar tal risco.

j) **Não Afetação do Patrimônio Líquido do Fundo.** Os ativos integrantes da carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de qualquer Série de Quotas Sênior específica. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, amortização e/ou de resgate de Quotas Sênior, não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas.

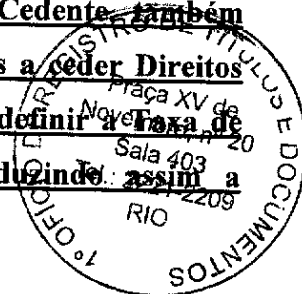
k) **Dos Riscos Associados aos Outros Ativos.** O Fundo poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Outros Ativos, os quais se encontram sujeitos a oscilações de preços e a outros riscos, incluindo, sem limitação, riscos de crédito, de liquidez ou riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, que podem afetar negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas. O Fundo,



a Administradora, o Consultor de Crédito e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsabilizados por qualquer depreciação no valor dos Outros Ativos ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Quotas. Entre tais riscos, destacam-se: (i) os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Outros Ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional; (ii) os Outros Ativos estão, também, sujeitos à capacidade dos seus emissores/contrapartes em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal. Ademais, alterações nas condições financeiras dos emissores dos Outros Ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. Tais eventos, mesmo que não fundamentados, poderão também trazer impactos adversos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. O Fundo poderá, ainda, incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Outros Ativos em nome do Fundo. Na hipótese de incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Outros Ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar seus créditos. A precificação dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor do Patrimônio Líquido. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

1) **Da emissão de novas Quotas.** O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Capítulo Doze deste Regulamento, emitir novas Quotas, sem a necessidade de consulta ou aprovação prévia dos titulares de Quotas em Circulação. Na hipótese de emissão de novas Quotas, não será assegurado direito de preferência para os Quotistas na ocasião, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Quotas da mesma classe que já estejam em Circulação na ocasião.

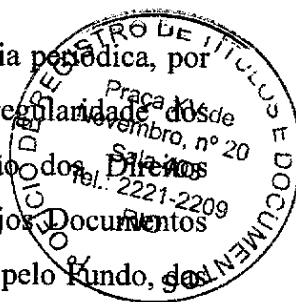
m) **Consultor de Crédito.** O Consultor de Crédito, além de ser Cedente, também atuará, por conta e ordem do Fundo, na seleção de Novos Cedentes aptos a ceder Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo. Desta forma, o Consultor de Crédito, ao definir a Taxa de Desconto, pode optar pela adoção de taxa mínima de desconto, reduzindo assim a remuneração dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.



III. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Possibilidade de Interrupção da Aquisição de Direitos Creditórios.** Os Cedentes não se encontram obrigados a ceder Direitos Creditórios ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pelos Cedentes.
- b) **Cobrança Judicial ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos.** Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral. Os Cedentes, a Administradora, o Agente Cobrador, o Custodiante, quaisquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Sênior deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo Vinte e Oito.
- c) **Inexistência de Verificação Prévia pelo Custodiante e pela Administradora dos Documentos Comprobatórios.** Quando da oferta dos Direitos Creditórios pelos Cedentes ao Fundo, a Administradora e o Custodiante não verificarão se os respectivos Direitos Creditórios (i) estão amparados por Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios, sendo certo que tal verificação será realizada *a posteriori*, por meio de auditoria por amostragem; (ii) apresentam qualquer vício ou defeito que prejudique a sua cobrança em face do Sacado ou Originador ou (iii) sejam objeto de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo. A inexistência de Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios e a ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos poderá resultar em redução no valor do Patrimônio Líquido e, conseqüentemente, em perdas para Quotistas.

d) Auditoria dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Como essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por ele adquiridos.



IV. As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia dos Cedentes, da Administradora, do Custodiante, do Agente Cobrador, do Consultor de Crédito, de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos neste Capítulo poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e, conseqüentemente, comprometer a capacidade de o Fundo efetuar o pagamento, total ou parcial, das Quotas dentro dos prazos e nas condições originalmente previstos neste Regulamento.

CAPÍTULO ONZE – DAS QUOTAS

I. O Fundo poderá emitir 01 (uma) classe de quotas sênior (as “Quotas Sênior”), as quais poderão ser divididas em Séries, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições. As Datas de Amortização, o valor das Amortizações Programadas e/ou das Amortizações Integrais e as condições de remuneração de cada Série de Quotas Sênior serão definidas no Suplemento da Série “n”.

II. O Fundo poderá emitir, em uma ou mais Distribuições, 01 (uma) classe de quotas subordinadas (as “Quotas Subordinadas”), em número indeterminado e em série única, observado o disposto no inciso IX abaixo.

III. Cada Quota Sênior da Série “n” possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

a) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto neste Regulamento;

b) tem o preço unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª Data de Emissão da respectiva Série;

c) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série "n", terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, sendo este equivalente ao menor dos seguintes valores:

i) valor apurado de acordo com a seguinte expressão, observado o disposto no item "2" do respectivo Suplemento da Série "n":

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{Sobretaxa}{100} \right) + 1 \right\}^p + Premio_n,$$

onde:

$VQSn_T$ valor de cada Quota Sênior da Série "n" para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado para a data "T".

$VQSn_{T-1}$ valor de cada Quota Sênior da Série "n" para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado no dia útil anterior à data "T", deduzido do valor efetivamente pago, por Quota, às Quotas Sênior da respectiva Série "n" no dia útil anterior à data "T" a título de Amortização Programada. No caso do cálculo no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VQSn_{T-1}$ é igual a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

DI_{T-1} Taxa DI-over, média, extra-grupo, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis), referente ao dia útil anterior à data "T" (a "Taxa DI"). Exemplo: Se Taxa DI over do dia útil anterior for 16,50%, então $DI_{T-1} = 16,50$.

$Sobretaxa_n$ percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas

decimais, a ser utilizado exclusivamente na hipótese do valor das Quotas Sênior da Série "n". Exemplo: Se a Sobretaxa definida no Suplemento for 110%, então $Sobretaxa_n = 110$.



P Será sempre igual a 1 (um) para cálculo do valor VQS_n de Série de Quota Sênior que não faça *jus* ao recebimento de Prêmio, e será sempre igual a 0 (zero) quando o cálculo de VQS_n se referir a Série de Quota Sênior que tenha direito ao recebimento de Prêmio, observado o respectivo Suplemento da Série "n".

$Premio_n$ valor do prêmio por Quota Sênior da Série "n", se positivo, apurado diariamente pela Administradora de acordo com a fórmula estabelecida no Suplemento da respectiva Série "n".

ou, com referência a todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação,

ii) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_{nT} = \frac{(NQS_{nT} \times R\$ 25.000,00 - VAL_n) + PL_T \times Rat_{nT}}{NQS_{nT}}$$

NQS_{nT}

VQS_{nT} valor de cada Quota Sênior da Série "n" para efeito de cálculo de seu valor de amortização, calculado para a data "T".

PL_T $PL_T = \text{Patrimônio Líquido} - \text{Valor Investido}$,

sendo que, se PL_T menor que 0 (zero), então PL_T igual a 0 (zero).

onde: Valor Investido = $[(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt}) \times R\$ 25.000,00]$

NQS_{nT} número de Quotas Sênior da Série "n" em Circulação na data "T". Sendo NQS_{aT} o número de Quotas Sênior da 1ª Série em Circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pela Administradora na

data de apuração do VQS_{nT} .

VAI_n

valor apurado para a Série "n" de Quotas Sênior, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VAI = \frac{(\text{Valor Investido} - \text{Patrimônio Líquido}) \times NQS_{nT}}{(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt})}$$

sendo que se VAI menor ou igual a 0 (zero), então $VAI = 0$ (zero).

Rat_{Nt}

significa o percentual de rateio apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$Rat_{n_T} = \frac{VRE_{n_T} \times NQS_{n_T}}{(VRE_{a_T} \times NQS_{a_T}) + (VRE_{b_T} \times NQS_{b_T}) + \dots + (VRE_{z_T} \times NQS_{z_T})}$$

onde:

VRE_n

valor que excede ao valor nominal de cada Quota Sênior da Série "n", apurado pela aplicação da seguinte expressão:

$$VRE_{n_T} = VQSDI_{nT} - R\$ 25.000,00, \text{ sendo que:}$$

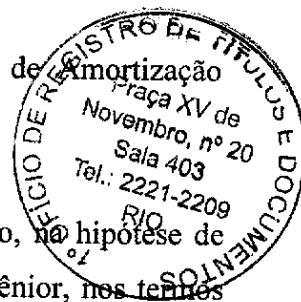
$VQSDI_{nt}$

valor de cada Quota Sênior da Série "n", para efeito de cálculo de seu valor de amortização, nas hipóteses definidas neste Regulamento, calculado para a data "T", apurado na forma da alínea "i" acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série "n".

- d) nos termos do Capítulo Vinte e Oito, os titulares das Quotas Sênior poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão de Série de Quotas Sênior específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;
- e) pode ser objeto de amortização compulsória, na hipótese de reenquadramento da Razão de Garantia, do Índice de Liquidez e/ou da Alocação de Investimento Mínima aos parâmetros



definidos no inciso XI do Capítulo Doze e/ou de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada;



f) os créditos dos titulares das Quotas Sênior contra o Patrimônio Líquido, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou de resgate de Quotas Sênior, nos termos deste Regulamento, são *pari-passu* entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Quotas Sênior em Circulação. Caso não haja recursos suficientes para pagamento aos Quotistas de uma ou mais Séries em Circulação, em determinada data, o valor disponível deverá ser rateado para pagamento aos Quotistas na proporção dos valores devidos; e

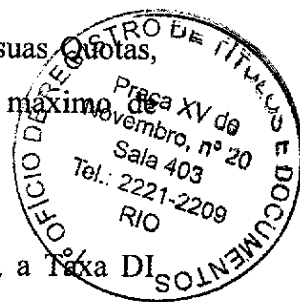
g) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.

IV. Cada Quota Sênior poderá ser objeto de 1 (uma) ou mais amortizações programadas, parciais ou totais (as "Amortizações Programadas"), nas Datas de Amortização definidas no Suplemento da Série "n". Caso não seja prevista no Suplemento da Série "n" a existência de Amortizações Programadas, as Quotas Sênior da Série "n" deverão ser integralmente amortizadas na Data de Amortização definida no Suplemento da Série "n" (a "Amortização Integral"). O Fundo não poderá emitir Quotas Sênior com Data de Amortização posterior ao Prazo de Vigência.

V. As Amortizações Programadas e/ou Amortização Integral de Quotas Sênior de qualquer Série deverão obrigatoriamente ocorrer sempre no mesmo dia, independentemente de seu efetivo fluxo de amortização.

VI. Os critérios de determinação do valor das Quotas Sênior, definidos na alínea "c" do inciso III acima, têm como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Sênior na hipótese de amortização ou resgate de suas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, dos Cedentes, do Custodiante e de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Sênior não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da

amortização ou resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas, atualizado de acordo com o parâmetro acima referido, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para a respectiva Série.



VII. Quando da definição do valor das Quotas Sênior, nos termos deste Capítulo, a Taxa DI deverá ser utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Sênior, será utilizada em sua substituição a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do respectivo evento. Neste caso, a Administradora deverá promover as competentes compensações financeiras na Data de Amortização imediatamente subsequente à data de divulgação da Taxa DI que seria aplicável.

VIII. Na hipótese de extinção ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares. Na hipótese de inexistência do parâmetro acima referido, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado pelos titulares das Quotas Sênior o novo parâmetro a ser utilizado para definição do valor das Quotas Sênior. A maioria dos titulares de Quotas Subordinadas terá o direito de vetar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembléia Geral, por meio de deliberação alcançada em votação em separado, podendo, nesta ocasião, apresentar um índice ou critério alternativo de precificação. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para cálculo do valor de quaisquer verbas a serem pagas aos titulares das Quotas Sênior, a última Taxa DI conhecida, sendo que, neste caso, a Administradora deverá promover as competentes compensações financeiras na Data de Amortização imediatamente subsequente à decisão sobre o índice ou critério alternativo de precificação.

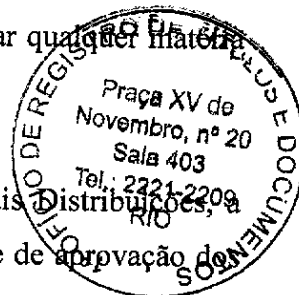
IX. Cada Quota Subordinada possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordina-se às Quotas Sênior para efeito de amortização ou resgate, observados os termos deste Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas;



- c) a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, o valor unitário de cada Quota Subordinada, apurado todo dia útil pela Administradora, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Sênior em Circulação, na forma da alínea “c” do inciso III acima, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de apuração;
- d) pode ser objeto de amortização compulsória, na hipótese de reenquadramento da Razão de Garantia, do Índice de Liquidez e/ou da Alocação de Investimento Mínima aos parâmetros definidos no inciso XI do Capítulo Doze e/ou de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada;
- e) enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, somente terá o direito de vetar (i) a inclusão da instituição escolhida pelos titulares de Quotas Sênior como nova Instituição Autorizada, (ii) a adoção do índice escolhido pelos titulares das Quotas Sênior, nos termos do inciso VIII acima, (iii) a emissão de nova(s) Série(s) de Quotas Sênior e (iv) a alteração dos dispositivos do Regulamento perfilados no inciso XVII do Capítulo Dezoito;
- f) enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, somente terá o direito de votar a substituição da Administradora e do Custodiante nos termos do Capítulo Oito e do inciso III do Capítulo Dezessete, respectivamente, e a alteração dos Documentos da Securitização, nos termos da alínea “j” do inciso I do Capítulo Dezoito; e
- g) serão exclusivamente de titularidade, ou subscritas, pelas Cedentes, pelo Consultor de Crédito, seus acionistas, suas controladas ou por qualquer Pessoa (sociedade ou fundo de investimento) que tenha como Pessoa controladora o Consultor de Crédito, seus acionistas ou suas controladas, observado o disposto no item “g.1” abaixo.
- g.1) previamente à cada transferência e/ou subscrição de Quotas Subordinadas, o Consultor de Crédito deverá encaminhar à Administradora, cópia dos documentos de cadastro e ficha cadastral dos novos Quotistas, para que seja verificado o atendimento aos requisitos previstos na alínea “g” acima;
- X. Nas hipóteses previstas nas alíneas “e” e “f” do inciso IX acima, cada Quota Subordinada legitimará o seu titular a participar com 01 (um) voto, sendo expressamente excluído o direito de voto ou veto para esta classe de Quotas, com referência a qualquer outra matéria. Na hipótese de

inexistirem Quotas Sênior em Circulação, as Quotas Subordinadas poderão votar qualquer matéria objeto de deliberação nas Assembléias Gerais.



XI. A Administradora poderá deliberar e fazer realizar, em 1 (uma) ou mais emissões de Quotas Subordinadas, em número indeterminado, sem a necessidade de aprovação dos Quotistas titulares das Quotas Sênior em Circulação, devendo, para tanto, ser observados os procedimentos de protocolo e distribuição definidos na Instrução CVM e os termos e as condições deste Regulamento.

XII. Após sua amortização integral, as respectivas Quotas não mais serão consideradas em Circulação para todos os efeitos legais.

XIII. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios pelo Fundo, por meio dos procedimentos de dação em pagamento definidos no Capítulo Vinte e Um.

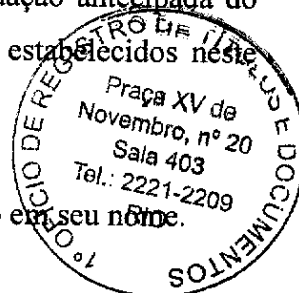
XIV. O somatório do valor atualizado das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas será necessariamente equivalente ao valor do Patrimônio Líquido.

XV. É expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os Quotistas titulares das Quotas de uma mesma classe, ressalvada, conforme o caso, a existência de condições de remuneração, prazos e valores para amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, distintos para cada Série, conforme definidos nos respectivos Suplementos.

CAPÍTULO DOZE – DA EMISSÃO DE QUOTAS

I. As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma definida nas alíneas “b” ou “c” dos incisos III e IX do Capítulo Onze, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos investidores à disposição do Fundo, desde que a respectiva liquidação financeira ocorra até às 15 (quinze) horas do respectivo dia, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen ou, na hipótese de subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos de cada Contrato de Cessão.

II. As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos neste Regulamento.



III. A qualidade de Quotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em seu nome.

IV. Quando de seu ingresso no Fundo através do mercado primário, cada Quotista deverá assinar boletim de subscrição e o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora e/ou pelo Agente Escriturador, nos termos deste Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (e-mail). Caberá a cada Quotista informar ao Agente Escriturador e à Administradora a alteração de seus dados cadastrais. As informações e dados dos Quotistas que ingressarem no Fundo através da negociação no mercado secundário serão obtidas pela Administradora junto ao Agente Escriturador do Fundo.

V. O extrato da conta de depósito emitido será o documento hábil para comprovar:

- a) a obrigação de a Administradora cumprir as disposições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e
- b) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

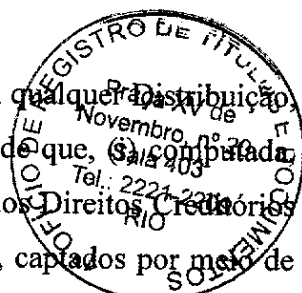
VI. Os titulares das Quotas poderão oferecer suas Quotas em garantia de qualquer negócio jurídico e sobre elas instituir usufruto, devendo a Administradora, em qualquer desses casos, proceder ao registro do respectivo gravame, informando tal procedimento ao Agente Escriturador.

VII. As Quotas deverão ter seu valor calculado pela Administradora ou por seu Agente, todo dia útil, observados os termos e as condições deste Regulamento.

VIII. A aplicação em Quotas Subordinadas poderá ser efetuada em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, observados, conforme o caso, os dispositivos legais e regulamentares referentes a aplicações de quotas em direitos creditórios e o disposto em cada Contrato de Cessão.

IX. A Administradora não cobrará taxa de ingresso ou saída de quotistas.

X. O Fundo somente poderá emitir qualquer Série de Quotas Sênior, em qualquer Data de Distribuição, sem necessidade de aprovação dos titulares das Quotas em Circulação, desde que, (i) a Companhia, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, da respectiva Série e a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, o mesmo atenda, concomitantemente, ao disposto no inciso XI abaixo, referente tanto à Série de Quotas Sênior em processo de subscrição e integralização quanto a todas as demais Séries em Circulação, (ii) o Suplemento referente à nova Série “n” tenha sido registrado nos termos do Capítulo Três e (iii) sejam observados os procedimentos de protocolo e distribuição definidos na Instrução CVM e na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.



XI. Enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, o Índice de Liquidez referente a cada Série em Circulação deverá ser igual ou superior a 1 (um), a Razão de Garantia deverá ser equivalente a, no máximo, 80% (oitenta por cento) e a Alocação de Investimento Mínima deverá ser, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento).

XII. Os recursos captados em moeda corrente nacional por meio da emissão de Quotas não poderão ser arrecadados com a finalidade específica de permitir a amortização de qualquer Série de Quotas Sênior.

CAPÍTULO TREZE – DA AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

I - A partir do 20º (vigésimo) dia útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização, a Administradora deverá dar início aos seguintes procedimentos:

a) interromper a aquisição de Direitos Creditórios dos Cedentes e de Outros Ativos e resgatar e/ou alienar os Outros Ativos, adotando as medidas prudenciais necessárias de forma que o resgate ou alienação destes ativos não afete sua rentabilidade; e

b) quando o somatório dos valores auferidos nos termos da alínea “a” acima forem equivalentes, no mínimo, ao menor valor entre: (i) o somatório do valor total da parcela das Quotas Sênior a ser amortizado na respectiva Data de Amortização, e (ii) R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (o “Montante Mínimo”), a Administradora destinará os recursos para o pagamento da respectiva Amortização Programada em sua Data de Amortização.



II - Na mesma data de Amortização das Quotas Sênior de qualquer das Séries em Circulação (a "Data de Amortização de Quotas Subordinadas"), o Fundo deverá promover a amortização, total ou parcial, de parcela do valor de cada Quota Subordinada em Circulação, observado, na que for aplicáveis, os procedimentos definidos no inciso I acima, de forma que, considerada, *pro-forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda ao disposto no inciso XI do Capítulo Doze, considerando-se os valores apurados para o dia útil imediatamente anterior à respectiva Data de Amortização de Quotas Subordinadas (a "Amortização Programada de Quotas Subordinadas"). A unanimidade dos titulares de Quotas Subordinadas em Circulação poderá solicitar à Administradora, por escrito, até o 5ª dia útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização de Quotas Subordinadas, a não realização da referida amortização. Nesta hipótese, o Fundo somente poderá promover nova Amortização Programada de Quotas Subordinadas na próxima Data de Amortização de Quotas Subordinadas.

III - O Fundo deverá promover, conforme o caso, a amortização total das Quotas Subordinadas em Circulação em 01 de abril de 2026, devendo, todavia, a data de amortização total ser antecipada pela Administradora exclusivamente na hipótese do Fundo deixar de manter Quotas Sênior em Circulação por período superior a 360 (trezentos e sessenta) dias consecutivos.

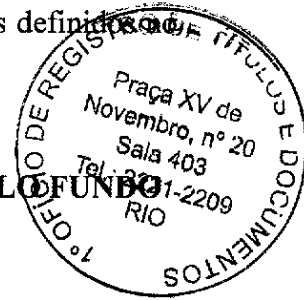
IV - Caso o Fundo deixe de atender à Alocação de Investimento Mínima, a Administradora deverá promover a amortização compulsória de Quotas Sênior, observados os procedimentos descritos no inciso I acima, de forma que, computada, *pro-forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda à Alocação de Investimento Mínima.

V - A Administradora deverá comunicar aos titulares das Quotas, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, sobre o valor das verbas a serem a estes transferidas a título de amortização compulsória das referidas Quotas.

VI. Os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento da amortização compulsória ou do resgate de suas respectivas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

VII. O Fundo poderá reiniciar os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios dos Cedentes quando este contar com a totalidade dos recursos, em moeda corrente nacional, necessários à efetivação da amortização de Quotas Sênior na respectiva Data de Amortização e quando, após o

pagamento da respectiva amortização, o Fundo atender, cumulativamente, aos índices definidos no inciso XI do Capítulo Doze.

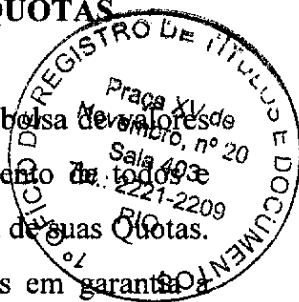


CAPÍTULO QUATORZE – DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS

- I. O Fundo efetuará o pagamento da amortização de Quotas, em moeda corrente nacional, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizados pelo Bacen ou, conforme o caso, por meio dos procedimentos de dação referidos no Capítulo Vinte e Um.
- II. Observados os registros de titularidade mantidos pela Administradora no dia útil imediatamente anterior à data da realização do pagamento dos valores devidos aos Quotistas quando da amortização/resgate de Quotas, a Administradora efetuará o referido pagamento.
- III. No curso ordinário do Programa de Securitização, inclusive na hipótese prevista no Capítulo Vinte e Um, as verbas pagas aos titulares das Quotas Sênior, a título de amortização de suas Quotas, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, no pagamento dos rendimentos auferidos e, posteriormente, na amortização de seu valor unitário definido para a 1ª Data de Emissão da respectiva Série.
- IV. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, as verbas pagas aos titulares das Quotas Sênior, a título de amortização de suas Quotas, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, na amortização do saldo não amortizado de seu valor unitário definido para a 1ª Data de Emissão da respectiva Série e, posteriormente, no pagamento dos rendimentos auferidos por cada Série. Os procedimentos aqui referidos somente serão descontinuados após o pagamento integral dos respectivos valores de amortização das Quotas Sênior e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas.

CAPÍTULO QUINZE – DO REGISTRO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

I. As Quotas Sênior deverão ser registradas, para negociação secundária, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas. As Quotas Subordinadas não poderão ser alienadas, podendo, todavia, ser dadas em garantia a terceiros.



II. Caberá exclusivamente aos intermediários assegurar que os adquirentes de Quotas encontrem-se habilitados, nos termos da legislação aplicável, a investir recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

CAPÍTULO DEZESSEIS – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

I. Com exceção dos Direitos Creditórios, os Outros Ativos deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, quando houver, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

II. Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

III. As perdas e provisões com os Direitos Creditórios ou com os Outros Ativos serão reconhecidas no resultado do período, observados as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na Resolução nº 2.682, de 22 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

IV. É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento

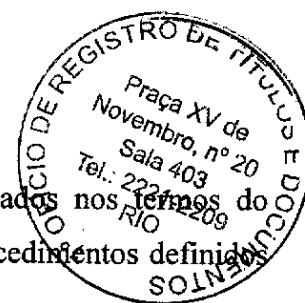
dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.



CAPÍTULO DEZESETE – DO CUSTODIANTE

I. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- a) Verificar, na Data de Aquisição, se os Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- b) observar o cumprimento pelo Fundo, conforme o caso, do percentual contido na alínea “c” do inciso II do Capítulo Cinco;
- c) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos de Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- d) receber e analisar, diretamente ou por meio de seus Agentes, a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, nos termos deste Regulamento;
- e) movimentar as Contas de Depósito, observadas as instruções passadas pela Administradora;
- f) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação comercial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora ou pelo prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, conforme o caso:
 - i) extratos das Contas de Depósito e comprovantes de pagamento de valores liquidados pelo Fundo na Conta Corrente do Cedente;
 - ii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados pelos Cedentes ou por seus Agentes;



- iii) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
- iv) registros eletrônicos da Base de Dados do Fundo, relatórios preparados nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua responsabilidade;
- g) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos nos itens "i" e "ii" da alínea "f" acima;
- h) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, transferidos, a qualquer título, pelos Sacados, pelos Cedentes, pelo Agente Cobrador ou por seus Agentes para Contas de Depósito, os quais deverão ser creditados, após a sua conciliação e trânsito em contas intermediárias de titularidade do Fundo, na Conta Corrente do Fundo, sendo expressamente vedado o crédito destes valores em qualquer outra conta corrente;
- i) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as verbas recebidas deverão ser exclusivamente creditadas, após a sua conciliação e trânsito em contas intermediárias de titularidade do Fundo, na Conta Corrente do Fundo, sendo expressamente vedado o crédito destes valores em qualquer outra conta corrente;
- j) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento e no respectivo Contrato de Cessão;
- k) apurar e colocar à disposição da Administradora, diariamente, o valor da Razão de Garantia, do Índice de Liquidez e da Alocação de Investimento Mínima;
- l) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais;

m) somente acatar ordens passadas por pessoa(s) autorizada(s) da Administradora, desde que as mesmas estejam de acordo com o previstos neste Regulamento; e

n) verificar, trimestralmente ou na periodicidade mínima exigida pela regulamentação pertinente, por amostragem, o lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, comunicando à Administradora e à Agência de Classificação de Risco do Fundo, o resultado dessa verificação e eventuais irregularidades apontadas na mesma. Independentemente do disposto neste item, o Custodiante poderá verificar a qualquer momento e desde que em data e horário comercial, a existência e formalização dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, tudo nos termos do Contrato de Custódia e no Contrato de Cessão.

n.1) A verificação referida na alínea acima, poderá ser realizada por terceiro contratado pelo Custodiante, sob suas expensas e responsabilidade;

n.2) Para a verificação a ser realizada, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

(i) para a primeira verificação a ser realizada, deverá ser considerada a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, enquanto que para as demais verificações serão consideradas apenas os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada de titularidade do Fundo. A análise da documentação será realizada utilizando os procedimentos de auditoria por amostragem, e dependerá de alguns estudos estatísticos, sendo realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos Creditórios;

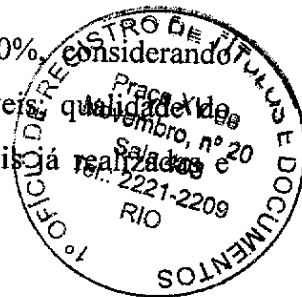
(ii) A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis para verificação nos termos da alínea “a” acima, será realizada mediante aplicação da seguinte fórmula matemática:

$$n_o = \frac{1}{E_o^2}$$

$$n = \frac{N \times n_o}{N + n_o}$$

Onde:

Eo = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis); e,



N = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

(iii) A seleção da amostra de Direitos Creditórios Elegíveis para verificação será obtida da seguinte forma: (i) divide-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada k elementos, retira-se um ponto para amostra;

(iv) A verificação será realizada uniformemente, ou seja, não considerando os parâmetros de diversificação de devedores quando da verificação do lastro;

(v) O Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Cotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios; e

(vi) Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso III, do artigo 8º da Instrução n.º 356/01, da CVM, a Administradora considerará as informações fornecidas pelo Custodiante após o término do trimestre do exercício social, retroativas aos últimos três meses.

II. Enquanto no exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:

a) conforme o caso, abrir e movimentar, em nome do Fundo, as Contas de Depósito, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC, (ii) na CETIP ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia;

b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Outros Ativos; e

c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora;

III. Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo Oito.

IV. O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a este atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Securitização. Neste caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por mais 60 (sessenta) dias, contado do envio à Administradora de comunicação, por escrito, informando-a de sua renúncia.

CAPÍTULO DEZOITO – DA ASSEMBLÉIA GERAL

I. Observados os respectivos quoruns de instalação e de deliberação definidos neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral:

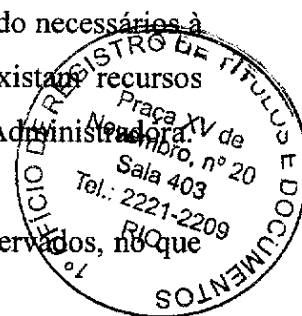
a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;

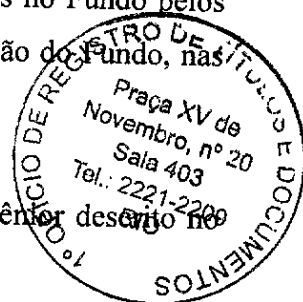
b) alterar o Regulamento, observado o disposto nos incisos XV e XVII deste Capítulo;

c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento da remuneração que tenha sido objeto de redução;

d) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação antecipada do Fundo;

e) deliberar sobre a alteração do periódico destinado à publicação de informações do Fundo, referido no inciso I do Capítulo Vinte e Quatro;





- f) deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo pelos titulares das Quotas Sênior, nos termos do Capítulo Vinte e Oito ou pela liquidação do Fundo, nas hipóteses definidas neste Regulamento;
- g) deliberar sobre a alteração do parâmetro de rentabilidade das Quotas Sênior descrito no inciso VIII do Capítulo Onze;
- h) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver;
- i) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Custodiante e da Empresa de Classificação de Risco, nas hipóteses previstas nos respectivos instrumentos de contratação;
- j) aprovar, por meio de Aprovação Consensual, a realização de aditamentos e modificações aos Documentos da Securitização; e
- k) deliberar sobre o aumento dos honorários de advogados, descritos no inciso I, do Capítulo Vinte e Oito.

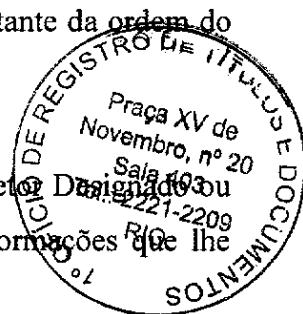
II. O Regulamento e os Documentos da Securitização poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada tal alteração, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contado da divulgação do fato aos Quotistas, divulgação esta que lhes será encaminhada por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.

III. A primeira convocação da Assembléia Geral far-se-á por meio de anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de e-mail ou correspondência enviado aos respectivos quotistas ou ao representante dos Quotistas indicado na forma do inciso IV do Capítulo Doze, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a assembléia e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar estarem disponíveis na sede da Administradora as informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral. As informações e dados dos Quotistas, inclusive daqueles que ingressarem no Fundo através de mercado secundário, serão obtidas pela Administradora com o Agente Escriturador ou observadas as informações contidas no Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco.



- IV. A Assembléia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pela Administradora ou por qualquer das classes de Quotas em Circulação, de qualquer das classes de Quotas em Circulação.
- V. Salvo se outro prazo não for estabelecido neste Regulamento, a Assembléia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias contado de sua convocação, nos termos do inciso III acima.
- VI. Não se realizando a Assembléia Geral em primeira convocação, por falta de quorum de instalação, a Assembléia Geral realizar-se-á, em segunda convocação, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias contado de nova convocação feita por meio de anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de e-mail ou correspondência enviado aos respectivos quotistas ou ao representante dos Quotistas indicado na forma do inciso IV do Capítulo Doze.
- VII. A Assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas Sênior em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, um condômino (Quotista).
- VIII. Independentemente das formalidades previstas neste Capítulo, será considerada regular a Assembléia Geral em que comparecerem todos os Quotistas.
- IX. Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á na sede da Administradora. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade onde se situa a sede da Administradora.
- X. A presidência da Assembléia Geral caberá, na seguinte ordem (a) ao Diretor Designado ou a seu Agente ou (b) ao representante dos Quotistas presentes à Assembléia Geral, escolhido pela maioria dos titulares das Quotas Sênior.
- XI. A Administradora ou os Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) de qualquer das classes de Quotas em Circulação poderão convocar, para participar de Assembléia Geral, representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer outros terceiros cuja

presença seja considerada relevante para a deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia.



XII. Independentemente de quem tenha convocado a Assembléia Geral, o Diretor Designado ou seu Agente deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar as informações que lhe forem solicitadas.

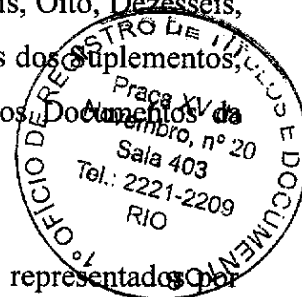
XIII. Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada, em primeira convocação, pelos votos favoráveis da maioria dos titulares das Quotas em Circulação que tenham direito de votar a matéria objeto de deliberação e, em segunda convocação, pela maioria dos titulares das Quotas presentes que tenham direito de votar a matéria objeto de deliberação, salvo se outro quorum de deliberação não for exigido por este Regulamento.

XIV. Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de instalação ou deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas Sênior de titularidade, direta ou indireta, inclusive por meio de fundos de investimento, da Administradora, dos Cedentes, do Agente Cobrador, de suas Pessoas controladoras, das sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, assim como por funcionários e administradores de quaisquer dessas Pessoas.

XV. A aprovação das seguintes matérias dependerá dos votos favoráveis de:

- a) 100% (cem por cento) dos titulares das Quotas Sênior em Circulação e das Quotas Subordinadas em Circulação para alteração das Datas de Amortização de Quotas de qualquer classe;
- b) 100% (cem por cento) dos titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas presentes à Assembléia Geral, para aprovação da matéria constante do inciso I do Capítulo Vinte e Oito;
- c) 90% (noventa por cento) dos titulares das Quotas Sênior em Circulação para alteração do Prazo de Vigência, de qualquer dos quoruns de instalação ou deliberação estabelecidos neste Regulamento, incluindo todas as alíneas deste inciso XV e quaisquer dos incisos dos Capítulos Onze, Doze e Treze do Regulamento; e

d) 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Quotas Sênior em Circulação para a aprovação de alteração de quaisquer dos incisos dos Capítulos Quatro, Cinco, Seis, Oito, Dezesesseis, Dezenove, Vinte, Vinte e Um e Vinte e Seis deste Regulamento, das disposições dos Suplementos, das definições constantes do Anexo I e dos termos e condições de qualquer dos Documentos da Securitização.



XVI. Os titulares das Quotas Sênior ou das Quotas Subordinadas poderão ser representados por mandatários legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

XVII. Observados os termos e as condições deste Regulamento, a maioria dos titulares das Quotas Subordinadas em Circulação, reunidos em Assembléia Geral, terão o direito de vetar a realização de alteração de qualquer dos incisos dos Capítulos Dois, Quatro, Cinco, Seis, Oito, Nove, Onze, Doze, Treze, Dezesesseis, Dezenove, Vinte, Vinte e Um, Vinte e Seis e Vinte e Oito, dos incisos IV a VII, IX e X do Capítulo Sete, dos incisos V, VI, XI, XIII, XV e XVII deste Capítulo Dezoito, das disposições dos Suplementos, das definições constantes do Anexo I e dos termos e condições dos Documentos da Securitização.

XVIII. Os titulares das Quotas Sênior, os titulares das Quotas Subordinadas, independentemente de possuírem direito de voto ou veto sobre as matérias previstas na ordem do dia, bem como os representantes das instituições responsáveis pela distribuição das Quotas, conforme o caso, poderão comparecer a todas as Assembléias Gerais.

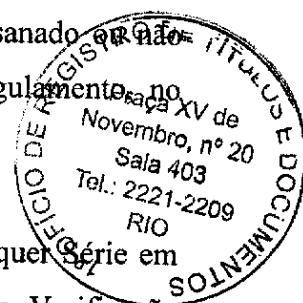
XIX. As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Quotas Sênior quanto os titulares das Quotas Subordinadas, quer tenham comparecido à Assembléia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

CAPÍTULO DEZENOVE – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA



- I. São considerados eventos de avaliação (os “Eventos de Avaliação”) quaisquer das seguintes ocorrências:
- a) caso o Fundo deixe de efetuar o pagamento integral de qualquer das Amortizações Integrais e/ou Amortizações Programadas relativa a qualquer Série, nas respectivas Datas de Amortização;
 - b) inobservância pelo Custodiante e/ou pelo Agente Cobrador de seus respectivos deveres e obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança, que não seja um Evento de Amortização Antecipada, desde que o respectivo evento, a critério exclusivo da Administradora, (i) possa afetar adversamente o equilíbrio econômico e financeiro do Fundo e (ii) não seja regularizado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento, pelo Custodiante e/ou pelo Agente Cobrador, conforme o caso, de comunicação enviada pela Administradora, informado-o de sua ocorrência;
 - c) rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série em mais de 3 (três) sub-níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco;
 - d) caso a Empresa de Classificação de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente a qualquer Série de Quotas Sênior em Circulação por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
 - e) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos neste Regulamento, inclusive que possa causar o desenquadramento do Fundo com relação ao disposto no inciso XI do Capítulo Doze;
 - f) resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
 - g) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos deste Regulamento;

h) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia e tal evento não seja sanado, não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento definidos neste Regulamento, no prazo de 10 (dez) dias úteis contado da ocorrência do evento;



i) caso o Fundo deixe de atender ao Índice de Liquidez com referência a qualquer Série em Circulação em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data de apuração do Índice de Liquidez;

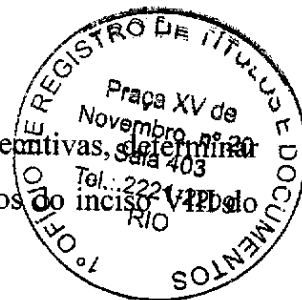
j) caso haja mudança na titularidade das Quotas Subordinadas após a Data de Emissão da primeira Série de Quotas Sênior;

k) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão.

II. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a qual é considerada fato relevante para efeito de comunicação aos Quotistas, a Administradora suspenderá imediatamente o pagamento pela amortização de Quotas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios. Concomitantemente, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento do Programa de Securitização. Caso os titulares da maioria das Quotas Sênior em Circulação, observado o disposto no inciso XIII do Capítulo Dezoito, decidam que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no inciso V abaixo, excluindo a convocação de nova Assembléia Geral. Os titulares das Quotas Sênior reunidos na Assembléia Geral, referida neste inciso, convocada para avaliar o grau de comprometimento do Programa de Securitização, deverão deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas Sênior detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

III. Caso o Evento de Avaliação não dê causa à declaração de um Evento de Amortização Antecipada, após a conclusão de eventuais ajustes aos Documentos da Securitização, aprovados nos termos da alínea "j" do inciso I do Capítulo Dezoito, o Fundo deverá dar prosseguimento às rotinas ordinárias do Programa de Securitização, definidas nos Documentos da Securitização, incluindo a amortização de Quotas.

IV. São considerados eventos de amortização antecipada de Quotas (os “Eventos de Amortização Antecipada”), quaisquer das seguintes ocorrências:

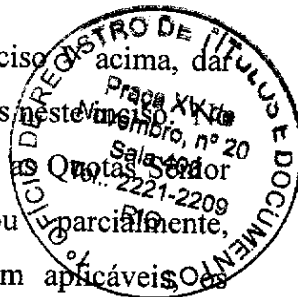


- a) caso os Quotistas não consigam, por 2 (duas) Assembléias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de precificação para as Quotas Sênior, nos termos do inciso V do Capítulo Onze;
- b) caso os recursos necessários à realização dos procedimentos definidos no Capítulo Vinte e Oito não sejam tempestivamente colocados à disposição do Fundo, nos termos ali previstos;
- c) caso, após o término do prazo previsto no inciso IV do Capítulo Dezessete, não tenha sido aprovado pelos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, por meio de Aprovação Consensual, um novo custodiante para o Fundo;
- d) caso haja substituição do Consultor de Crédito;
- e) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada; ou
- f) caso ocorra qualquer dos Eventos de Inadimplemento Contratual, conforme definidos no Contrato de Cessão.

V. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (a) comunicar o fato aos Quotistas, (b) suspender imediatamente o pagamento pela amortização de Quotas Subordinadas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e (c) dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Quotas Sênior do Fundo definidos no inciso VI abaixo. A Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que os titulares das Quotas Sênior deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas Sênior detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

VI. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora, a seu exclusivo critério, de forma a preservar os direitos, garantias e interesses dos titulares das

Quotas Sênior, poderá, antes da realização da Assembléia Geral referida no inciso I do Capítulo Doze, dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Quotas do Fundo definidos no inciso I do Capítulo Doze e a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Seis.



VII. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá aplicar e manter os Outros Ativos de titularidade do Fundo exclusivamente em moeda corrente nacional e/ou em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen.

CAPÍTULO VINTE – DA AMORTIZAÇÃO COMPULSÓRIA PARA FINS DE REENQUADRAMENTO DE ÍNDICES

I. Para o reenquadramento da Razão de Garantia e/ou Alocação de Investimento Mínima, a Administradora procederá à amortização antecipada, total ou parcial, de todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação, proporcionalmente e em igualdade de condições, por seu valor atualizado nos termos da alínea “c” do inciso III do Capítulo Onze, de forma que, computada, *pro-forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros de enquadramento definidos no inciso XI do Capítulo Doze (a “Amortização Não Programada”).

II. Caso o Fundo deixe de atender à Alocação de Investimento Mínima, a Administradora deverá promover a amortização compulsória, total ou parcial, de Quotas de forma que, computada, *pro-forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda à Alocação de Investimento Mínima e aos demais índices definidos no inciso XI da Cláusula Doze. Quando da realização da amortização compulsória acima referida, deverão ser prioritariamente amortizadas Quotas Subordinadas e, caso a referida amortização não seja suficiente para reenquadrar o Fundo à Alocação de Investimento Mínima, a Administradora promoverá a Amortização Não Programada de todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação, proporcionalmente e em igualdade de condições.

III. Quando da realização de Amortização Não Programada de Quotas Sênior e amortizações de Quotas Subordinadas ao amparo deste Capítulo, deverão ser observados pela Administradora, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos nos incisos V e seguintes do Capítulo Dezenove. A Administradora deverá informar imediatamente aos representantes de cada um dos titulares das

Quotas, indicados nos termos do inciso IV do Capítulo Doze, mediante correspondência com aviso de recebimento, a ocorrência e natureza do evento e o valor total das amortizações, incluindo o valor das Quotas detidas pelo respectivo investidor que será amortizado.



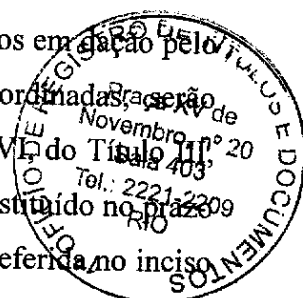
IV. Independente dos quotistas titulares das Quotas Subordinadas, o aviso para reenquadramento de índices, se ocorrer, deverá ser encaminhado à Union National, enquanto Consultor de Crédito, podendo a critério da Instituição Administradora, ser enviado para os demais quotistas titulares de Quotas Subordinadas.

CAPÍTULO VINTE E UM – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

I. Para efeito do disposto no inciso XVI do art. 24 da Instrução CVM, o Fundo deverá ser liquidado antecipadamente caso ocorra um Evento de Amortização Antecipada e existam Quotas em Circulação. Neste caso, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate das Séries de Quotas Sênior em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota Sênior apurado, *pro-forma*, observado o disposto na alínea “c” do inciso III do Capítulo Onze (o “Valor Referencial”). Após a conclusão do resgate das Quotas Sênior, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate das Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. É assegurado o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes na hipótese de decisão assemblear pela não liquidação do Fundo, adotada por Aprovação Consensual. As cessões de crédito realizadas nos termos deste inciso deverão observar o disposto no inciso III do Capítulo Vinte e Nove.

II. Antes da realização dos procedimentos descritos no inciso I acima, a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo, o qual poderá ser distinto dos critérios utilizados na definição do valor contábil dos referidos ativos. Posteriormente, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos titulares de Quotas, de um administrador para o condomínio civil referido no inciso III abaixo.

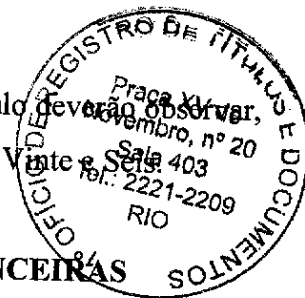
III. Para fins do disposto no inciso I deste Capítulo, os Direitos Creditórios dados em dação pelo Fundo aos titulares de Quotas Sênior e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI do Título III, do Livro III da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembléia Geral referida no inciso II acima. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos a este efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente titulares de Quotas Sênior, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio. Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.



IV. Após a constituição do condomínio acima referido, o Custodiante providenciará a transferência da guarda dos Documentos Comprobatórios, relativos aos Direitos Creditórios dados em dação pelo Fundo, conforme o caso, a quem o administrador do condomínio civil indicar, a partir de quando o Custodiante desobrigar-se-á de suas reponsabilidades nos termos deste Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. Caso os titulares das Quotas Sênior, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido do inciso III acima e/ou a eleger o seu administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do Artigo 334 do Código Civil brasileiro, a partir de quando o Custodiante desobrigar-se-á de suas obrigações nos termos deste Regulamento e dos demais Documentos da Securitização.

V. Antes da implementação dos procedimentos de dação referidos no inciso I acima, o Consultor de Crédito terá a opção de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos respectivos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pelo Valor Referencial, acrescido de todos os custos e despesas necessários à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades. O Consultor de Crédito poderá exercer a opção de compra acima referida no prazo decadencial de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento de comunicação, enviada pela Administradora, informando o Consultor de Crédito do respectivo evento. As cessões de crédito realizadas nos termos deste inciso deverão observar o disposto no inciso III do Capítulo Vinte e Nove. Na hipótese de o Consultor de Crédito optare por não exercer a opção de compra aqui referida, a Administradora iniciará os procedimentos referidos no inciso II acima.

VI. Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas nos termos deste Capítulo deverão observar, no que forem aplicáveis, a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Sete.



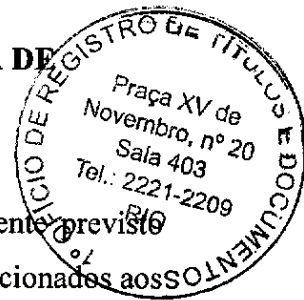
CAPÍTULO VINTE E DOIS – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- I. O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no COSIF.
- II. O Fundo será auditado anualmente pela Empresa de Auditoria. Deverá necessariamente constar de cada relatório de auditoria e das respectivas notas explicativas descrição pormenorizada:
 - a) apresentando o comportamento e perfil de adimplência da carteira de Direitos Creditórios do Fundo;
 - b) referente ao cumprimento pela Administradora, no respectivo exercício social, dos termos e condições deste Regulamento e do Contrato de Cessão; e
 - c) análise dos demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do inciso XII do Capítulo Sete.
- III. O exercício social do Fundo tem duração de 1 (um) ano e terminará no dia 31 de março de cada ano.

CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- I. O Patrimônio Líquido corresponderá à soma algébrica do disponível com o valor dos ativos integrantes da carteira mais os valores a receber, apurados na forma do Capítulo Dezesesseis, menos as exigibilidades referentes às despesas e encargos do Fundo e provisões.
- II. Devem ser considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais decorrentes da manutenção de posições em mercados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS



I. Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal “Monitor Mercantil”, exceto pelos anúncios de início e de encerramento de distribuição de Quotas, os quais serão publicados no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, ambos cientificados aos Quotistas nos termos da Instrução CVM ou (b) de e-mail enviado ao representante do Quotista indicado na forma do inciso IV do Capítulo Doze. As publicações referidas neste Capítulo deverão ser mantidas à disposição dos condôminos na sede da Administradora.

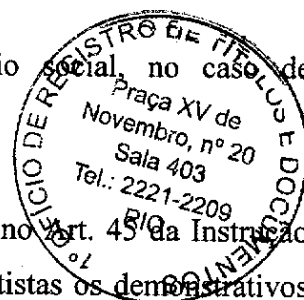
II. Observado o disposto neste Regulamento, a Administradora deverá proceder à determinação e colocar à disposição dos Quotistas, em seu *website*, em base diária, (i) o valor de cada Quota; (ii) a rentabilidade do Fundo e o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, dos ativos financeiros e das demais modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado, com base nos dados relativos ao último dia útil do mês imediatamente anterior, e (iii) o valor dos índices referidos no inciso XI do Capítulo Doze. As informações referidas nos itens “i” a “iii” acima deverão, também, ser colocadas à disposição da Agência de Classificação de Risco, em base diária.

III. A Administradora deverá divulgar em seu *website*, no prazo de 15 (quinze) dias contado do término do respectivo trimestre, além de manter disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, informações sobre o valor do Patrimônio Líquido, sobre o valor das Quotas, sobre a rentabilidade acumulada no respectivo trimestre e no ano civil a que se referirem e os relatórios preparados pela Agência de Classificação de Risco. A divulgação das informações acima referidas poderá ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação.

IV. A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, no caso de demonstrações financeiras anuais, devidamente auditadas.



V. A Administradora deverá prestar à CVM as informações referidas no Art. 45 da Instrução CVM e enviar àquela autarquia, bem como colocar à disposição dos Quotistas os demonstrativos referidos no inciso XII do Capítulo Sete, no prazo de até 30 (trinta) dias contado do término do trimestre respectivo.

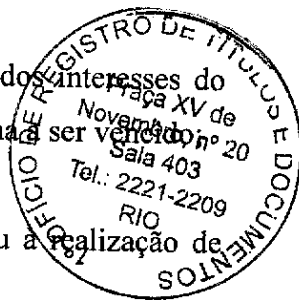
VI. Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

VII. As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com este Regulamento e com o Prospecto protocolado na CVM.

CAPÍTULO VINTE E CINCO – DOS ENCARGOS DO FUNDO

I. Além da Taxa de Administração, constituem encargos do Fundo as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo, inclusive taxa de registro do Fundo devida à CVM;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;



- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo o registro dos competentes instrumentos jurídicos;
- i) contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- j) despesas com a contratação de agência de classificação de risco.

II. Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

III. A Administradora poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por esta contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o valor da Taxa de Administração.

IV. Sem prejuízo da responsabilidade da Administradora e do Diretor Designado, poderão ser constituídos conselhos consultivos, por iniciativa dos Quotistas ou da própria Administradora, ressaltando-se que tais órgãos serão remunerados pelas Pessoas que vierem a constituí-los.

CAPÍTULO VINTE E SEIS – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

I. A partir da 1ª (primeira) data de integralização de Quotas e até a liquidação do Fundo, mesmo que antecipada, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;



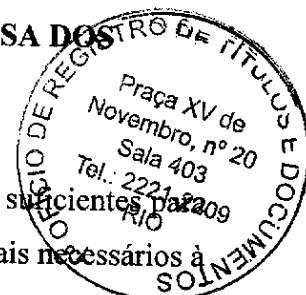
- b) no provisionamento e na criação de reserva monetária no montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no mês calendário subsequente ao de realização do respectivo provisionamento;
- c) na amortização das Quotas Sênior, emitidas ao amparo do inciso I do Capítulo Vinte e Oito, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Sênior com maior remuneração;
- d) na amortização das Quotas Sênior em Circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- e) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- f) na constituição de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- g) na amortização de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

II. Exclusivamente na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, o pagamento da remuneração da Agência de Classificação de Risco somente ocorrerá após a amortização ou resgate integral das Quotas Sênior.

CAPÍTULO VINTE E SETE – DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

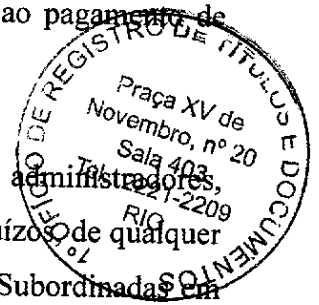
- I. A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco de cada Série de Quotas Sênior. A classificação de risco deverá ser atualizada, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede da Administradora e em seu *website*.
- II. Qualquer alteração na classificação de risco das Quotas Sênior, constitui fato relevante para efeito de comunicação aos Quotistas.

CAPÍTULO VINTE E OITO – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS TITULARES DAS QUOTAS SÊNIOR



- I. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a maioria dos titulares das Quotas Sênior, reunidos em Assembléia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, na hipótese de tal aporte superar o montante total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por meio da integralização de Série de Quotas Sênior específica, a ser realizada por todos os titulares das Quotas Sênior, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.
- II. Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Quotas Sênior em Circulação, não estando a Administradora, os Cedentes, o Custodiante, o Agente Cobrador e quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.
- III. A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada pelos titulares da maioria das Quotas Sênior reunidos na Assembléia Geral prevista no inciso I acima. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os Quotistas deverão definir na referida Assembléia Geral o cronograma de integralização da respectiva Série de Quotas Sênior, as quais deverão ser integralizadas pelos titulares das Quotas Sênior, na proporção de seus créditos, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.
- IV. O Fundo reembolsará os valores adiantados pelos Quotistas, se possível, quando do resgate das referidas Quotas, por meio dos procedimentos definidos no Capítulo Vinte e Seis.
- V. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da assunção pelos

titulares das Quotas Sênior do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.



VI. A Administradora, o Custodiante, o Agente Cobrador, os Cedentes, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.

VII. Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO VINTE E NOVE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I. O valor mínimo de aplicação de Quotas não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

II. Todas as disposições contidas neste Regulamento implicando qualquer tipo de obrigação de dar, fazer ou não fazer a ser realizada pelo Fundo, deverá ser considerada, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

III. A cessão de Direitos Creditórios pelo Fundo para qualquer Pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento referida no Capítulo Vinte e Um, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo.

IV. Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por “dia útil” o período de segunda a sexta-feira, inclusive, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro.

V. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2008.

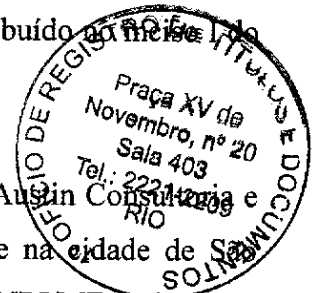


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



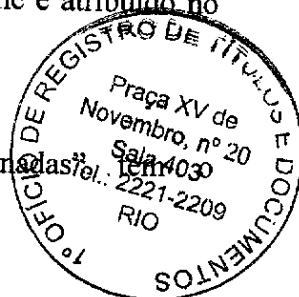
Anexo I

Definições

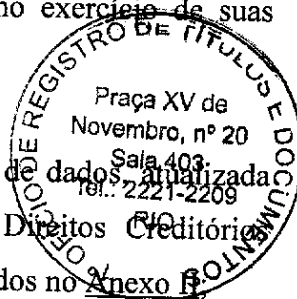


1. “Administradora” tem o significado que lhe é atribuído no inciso I do Capítulo Sete;
2. “Agência de Classificação de Risco” significa a Austin Consultoria e Serviços Ltda., sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bertioga, nº 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.016.560/0001-22, ou sua sucessora contratada nos termos deste Regulamento;
3. “Agente” significa quaisquer acionistas, administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos ou mandatários de qualquer Pessoa que tenham sido expressamente autorizados a atuar em nome da referida Pessoa;
4. “Agente Cobrador” significa a Union National, contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, para realizar cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios Inadimplentes e dos Direitos Creditórios Provisionados, conforme o caso, nos termos do Contrato de Cobrança, ou sua sucessora no exercício de suas funções nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cobrança;
5. “Agente Escriturador” significa o Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, S/N, Prédio amarelo, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, ou seu sucessor no exercício de suas funções nos termos deste Regulamento e do Contrato de Escrituração;
6. “Alocação de Investimento Mínima” significa fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, apurada diariamente pelo Custodiante (Exemplo: Se Alocação de Investimento Mínima = 0,50, então Alocação de Investimento Mínima = 50%);
7. “Amortização Não Programada” tem o significado que lhe é atribuído no inciso I do Capítulo Vinte;

8. "Amortização Integral" tem o significado que lhe é atribuído no inciso IV do Capítulo Onze;
9. "Amortização Programada" tem o significado que lhe é atribuído no inciso IV do Capítulo Onze;
10. "Amortização Programada de Quotas Subordinadas" tem o significado que lhe é atribuído no inciso II do Capítulo Treze;
11. "Anexo" significa os anexos ao presente Regulamento, cujos termos são parte integrante e complementar deste instrumento, para todos os fins e efeitos de direito;
12. "Aprovação Consensual" significa as deliberações consensuais tomadas, separadamente, em Assembléia Geral, por titulares de Quotas Sênior e por titulares de Quotas Subordinadas, observados os seguintes procedimentos:
- A Assembléia Geral deverá obedecer as regras de convocação, prazos, quoruns de instalação e demais procedimentos estabelecidos no Capítulo Dezoito deste Regulamento;
 - Os titulares de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas, presentes à Assembléia Geral, deverão, em votações em separado, deliberar sobre a matéria objeto da "Ordem do Dia"; e
 - A matéria aprovada pelos votos favoráveis da maioria dos titulares de Quotas Sênior e pelos votos favoráveis da maioria das Quotas Subordinadas, presentes à Assembléia Geral respectiva, nas votações realizadas separadamente entre os Quotistas titulares da mesma classe de Quotas, será considerada matéria aprovada por "Aprovação Consensual";
13. "Assembléia Geral" significa as assembleias gerais, ordinárias e/ou extraordinárias, de Quotistas do Fundo, realizadas nos termos deste Regulamento;
14. "Bacen" significa o Banco Central do Brasil;
15. "Banco Cobrador" significa o Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, S/N, Prédio amarelo, Vila



Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, ou seu sucessor no exercício de suas funções nos termos deste Regulamento;



16. “Base de Dados do Fundo” significa uma base de dados atualizada diariamente pelo Custodiante, contendo certas informações relativas aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, identificadas nos modelos de relatórios definidos no Anexo B.
17. “Boleto de Cobrança” significa o documento emitido pelo Banco Cobrador, conforme o caso, o qual deverá conter as seguintes mensagens, em destaque, no campo apropriado: “Direito de Crédito cedido ao Cedente”;
18. “Capítulo” significa cada um dos capítulos deste Regulamento;
19. “Cedente” significa a pessoa jurídica, devidamente identificada por seu CNPJ/MF, da qual o Fundo esteja habilitado a adquirir Direitos Creditórios em razão de sua aprovação, nos termos deste Regulamento e do respectivo Contrato de Cessão. São Cedentes já previamente habilitadas: a) Mundial S.A. Produtos de Consumo, inscrita no CNPJ sob o nº 88.610.191/0004-05; e a b) Union National.
20. “CETIP” significa a Câmara de Custódia e Liquidação;
21. “Circulação” significa o número de Quotas devidamente subscritas e integralizadas, nos termos deste Regulamento, e não integralmente amortizadas, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;
22. “Circulação Especial” significa o número de Quotas Sênior devidamente subscritas e integralizadas, nos termos deste Regulamento, e não integralmente amortizadas ou resgatadas e as Quotas Sênior a serem subscritas e integralizadas, referente a cada Série de Quotas Sênior em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;
23. “CNPJ/MF” significa o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;

24. “Condições Gerais” significa as “Condições Gerais do Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, a qual é parte integrante do Contrato de Cessão;

25. “Conselho Consultivo” tem o significado inciso I do Capítulo Novo;

26. “Consultor de Crédito” significa a Union National, contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, para prestar serviços de análise e seleção de Direitos Creditórios e implementar a Política de Concessão de Crédito;

27. “Conta Corrente de Créditos a Conciliar” significa a conta corrente em nome do Fundo, mantida na agência 2001 do Custodiante;

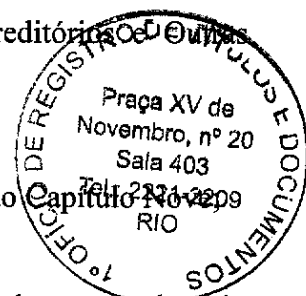
28. “Conta Corrente do Cedente” significa a conta corrente de titularidade de cada Cedente, identificada em cada Termo de Cessão, na qual o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, efetua o pagamento do Preço de Aquisição;

29. “Conta Corrente do Fundo” significa a conta corrente aberta em nome do Fundo, na agência nº 2001, no Custodiante, na qual são depositadas as verbas de titularidade do Fundo, decorrentes da liquidação de quaisquer ativos de propriedade do mesmo e da integralização de Quotas;

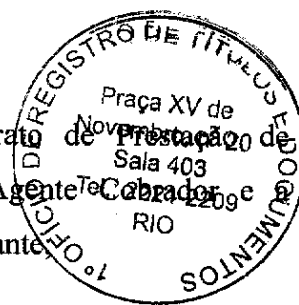
30. “Conta de Amortização” significa a conta corrente aberta em nome do Fundo, na agência nº 2001 do Custodiante, na qual transitam os recursos utilizados pelo Fundo na amortização de Quotas;

31. “Conta de Depósito” significa, em conjunto ou isoladamente, a Conta Corrente de Créditos a Conciliar, a Conta Corrente do Fundo e a Conta de Amortização;

32. “Contrato de Cessão” significa cada “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e cada Cedente, com a interveniência do Custodiante e do Consultor de Crédito, o qual poderá conter especificidades relacionadas a cada Cedente e aos procedimentos que serão observados entre o Consultor de



Crédito, a Administradora, o Custodiante e cada Cedente no âmbito de cada operação de cessão de Direitos Creditórios;



33. “Contrato de Cobrança” significa o “Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança e Outras Avenças”, a ser celebrado entre o Agente Cobrador e Administradora, por conta e ordem do Fundo, com interveniência do Custodiante;
34. “Contrato de Consultoria” significa o “Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria de Análise e Seleção de Direitos Creditórios”, a ser celebrado entre a Administradora e o Consultor de Crédito, e suas alterações posteriores;
35. “Contrato de Custódia” significa o “Contrato de Prestação de Serviços Especiais de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante;
36. “Contrato de Escrituração” significa o “Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Quotas”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e Agente Escriturador, e suas alterações posteriores;
37. “COSIF” significa o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Bacen;
38. “CPF/MF” significa o Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;
39. “Critérios de Elegibilidade” tem o significado que lhe é atribuído no inciso II do Capítulo Cinco;
40. “Custodiante” significa o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, S/N, Prédio amarelo, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, ou seu sucessor no exercício de suas funções nos termos deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
41. “CVM” significa a Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

42. “Data de Amortização” significa a data em que o Fundo efetua a Amortização Integral e/ou a Amortização Programada de Quotas Sênior, observado o disposto no respectivo Suplemento da Série “n”, sendo que o Fundo não poderá emitir Quotas Sênior com Data de Amortização posterior a 31 de dezembro de 2019;



43. “Data de Amortização de Quotas Subordinadas” tem o significado que lhe é atribuído no inciso II do Capítulo Treze;

44. “Data de Aquisição” significa a data em que a Administradora, por conta e ordem do Fundo, efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis dos Cedentes, em moeda corrente nacional, nos termos do Contrato de Cessão, e/ou quando ocorre o lançamento, nas contas correntes dos Cedentes, de Quotas Subordinadas em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos deste Regulamento e do respectivo Contrato de Cessão;

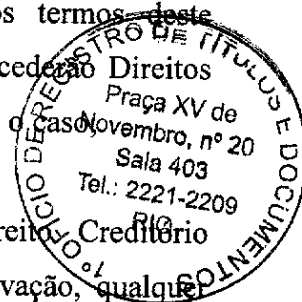
45. “Data de Emissão” significa a data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de determinada Série de Quotas Sênior ou de Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, respectivamente, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos deste Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um “dia útil”;

46. “Data de Oferta” significa a data em que o Consultor de Crédito envia o Layout para o Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão;

47. “Data de Verificação” significa o 5º (quinto) dia útil de cada mês calendário;

48. “Direito Creditório” significa o direito creditório a vencer de titularidade de cada Cedente, expresso em moeda corrente nacional, decorrente de operações financeiras ou comerciais, de curto, médio ou longo prazo, celebradas entre os Cedentes e os Sacados ou entre os Sacados e as Originadoras, conforme o caso, devidamente identificados pelo CPF/MF ou CNPJ/MF, conforme o caso, representados por documentos ou títulos representativos do respectivo direito de crédito, tais como duplicatas, notas promissórias, ou outros títulos executivos, conforme disposto em cada Contrato de Cessão, e que se enquadrem na categoria de

Direitos Creditórios performados, ou seja, cuja existência, validade e exeqüibilidade independam da prestação futura de qualquer contrapartida. As Cedentes já habilitadas, nos termos deste Regulamento, quando da Data de Emissão da primeira Série de Quotas Sênior, cedem Direitos Creditórios representados por duplicatas mercantis ou notas promissórias, conforme o caso.



49. “Direito Creditório Adimplente” significa o Direito Creditório integrante da carteira do Fundo que não contenha, na respectiva data de observação, qualquer Direito Creditório vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias contado de sua respectiva data de vencimento;

50. “Direito Creditório Elegível” tem o significado que lhe é atribuído no inciso II do Capítulo Cinco;

51. “Direito Creditório Inadimplente” significa o Direito Creditório integrante da carteira do Fundo que não seja um Direito Creditório Adimplente ou um Direito Creditório Provisionado;

52. “Direito Creditório Provisionado” significa qualquer Direito Creditório integrante da carteira do Fundo, cujos respectivos Direitos Creditórios tenham sido integralmente provisionados pelo Fundo, nos termos do COSIF e da Resolução nº 2.682, de 22 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores;

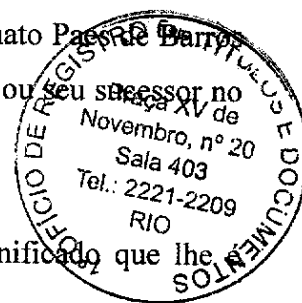
53. “Diretor Designado” significa o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas;

54. “Distribuição” significa cada distribuição de Quotas do Fundo, sendo cada distribuição sujeita aos procedimentos de protocolo definidos na Instrução CVM;

55. “Documento da Securitização” significa, em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, o Contrato de Cessão, o Contrato de Custódia, o Contrato de Cobrança e o Contrato de Escrituração;

56. “Documentos Comprobatórios” têm documentos que evidenciam lastro dos Direitos Creditórios, conforme o significado que lhe é atribuído no Contrato de Cessão;

57. “Empresa de Auditoria” significa a KPMG Auditores Independentes, auditor independente devidamente registrado na CVM com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar, São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, ou seu sucessor no exercício de suas funções;



58. “Eventos de Amortização Antecipada” tem o significado que lhe é atribuído no inciso IV do Capítulo Dezenove;

59. “Eventos de Avaliação” tem o significado que lhe é atribuído no inciso I do Capítulo Dezenove;

60. “Eventos de Inadimplemento Contratual” significa os eventos perfilados no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de amortização antecipada de Quotas do Fundo, nos termos do inciso V e seguintes do Capítulo Dezenove;

61. “Eventos de Revisão” significa os eventos perfilados no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos definidos no inciso II e seguintes do Capítulo Dezenove;

62. “Fator Multiplicador” ou “FM” significa o fator apurado diariamente pela Administradora considerando (a) o número e (b) as condições de remuneração das Quotas Sênior em Circulação Especial na data de apuração do FM, de acordo com a seguinte expressão:

$$FM = \frac{\left[VQS_n \times NQS_a \left(\frac{FMS}{100} \right) \right] + \left[VQS_n \times NQS_x \left(\frac{FMS}{100} \right) \right] + \dots + \left[VQS_n \times NQS_x \left(\frac{FMS}{100} \right) \right]}{VQSC},$$

onde:

VQS_n valor de VQS para a n ésima Série de Quotas Sênior, apurado na forma da alínea “c”, do inciso III do Capítulo Onze, sendo VQS_a o valor de VQS para a Série de Quotas Sênior da Série “a” ou 1ª Série, e, assim, sucessivamente,

apurado pelo Custodiante para a data de apuração do FM.

VQSC

somatório do valor de todas as Quotas Sênior em Circulação na forma da alínea "c", do inciso III do Capítulo Onze para a data de apuração do FM, obtido por meio da aplicação da seguinte expressão:

$$VQSC = (NQS_a \times VQS_a) + (NQS_b \times VQS_b) + \dots + (NQS_z \times VQS_z)$$

FMSn

(i) *Sobretaxa_n*, para a enésima Série, sendo FMS_a o valor da *Sobretaxa* para a Série "a" ou 1ª Série, e assim sucessivamente, na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série "n" ser apurado na forma da alínea "c", do inciso III do Capítulo Onze, observado o definido no respectivo Suplemento;

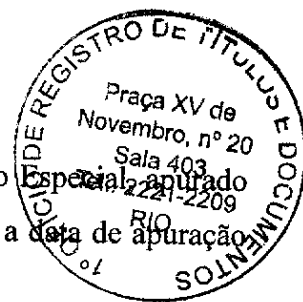
(ii) o valor apurado por meio da aplicação da seguinte fórmula, na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série "n" ser apurado na forma da alínea "b" do inciso III do Capítulo Onze, observado o definido no respectivo Suplemento da Série "n":

$$\frac{\left[\left(\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right) \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right]}{\left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right]}$$

ou

(iii) o valor apurado por meio da aplicação da seguinte fórmula, na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série "n" ser apurado na forma da alínea "c", do inciso III do Capítulo Onze, observado o definido no respectivo Suplemento da Série "n":

$$\frac{\left\{ \left(\frac{Taxa Pr é}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right\}}{\left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right]}$$



“IGP-M” significa o Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;



“Índice de Liquidez” significa o valor apurado diariamente pelo Custodiante, para cada evento de Amortização Programada e/ou Amortização Integral de cada Série de Quotas Sênior em Circulação, mediante a aplicação da seguinte expressão:

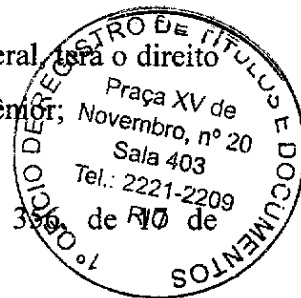
$$\text{Índice Liquidez} = \left(\frac{SDC}{Samt \times 1,15} \right), \text{ onde:}$$

SDC somatório, na data “T”, do valor contábil (a) dos Outros Ativos e (b) dos Direitos Creditórios Adimplentes integrantes da carteira do Fundo, devidamente atualizados, que tenham data de vencimento ou, conforme o caso, liquidez, até o 5º (quinto) dia útil imediatamente anterior à data da respectiva Data de Amortização, conforme o caso, a que se refere o Índice de Liquidez.

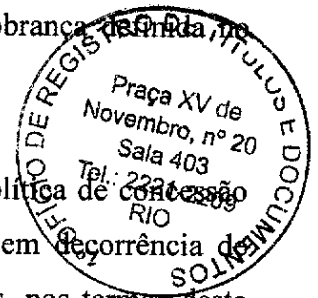
Samt somatório, na data “T”, do montante das Amortizações Programadas e/ou Amortizações Integrais de todas as Quotas Sênior em Circulação, na respectiva data de apuração do Índice de Liquidez, cujas respectivas Datas de Amortização ocorram até, inclusive, a Data de Amortização da Amortização Programada e/ou da Amortização Integral a que se refere o Índice de Liquidez.

“Instituições Autorizadas” são as seguintes: (i) União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco, (ii) Banco Bradesco S.A., (iii) Banco Itaú S.A., (iv) Banco Itaú BBA S.A., (v) Banco Santander Brasil S.A., (vi) Banco Citibank S.A., (vii) Banco do Brasil S.A. (viii) Caixa Econômica Federal, (ix) Banco Safra S.A., (x) Banco Daycoval S.A., (xi) BIC Banco S.A., (xii) Banco Pine S.A., (xiii) outras instituições financeiras ou equiparadas controladas por qualquer dos bancos referidos nos itens “i” a “x” acima, ou (xiv) outras instituições de 1ª (primeira) linha que sejam 2aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas Sênior, reunidos em Assembléia Geral, sendo que, neste caso, a maioria dos

titulares de Quotas Subordinadas, presentes na referida Assembléia Geral, para o direito de vetar a inclusão da instituição escolhida pelos titulares de Quotas Sênior;

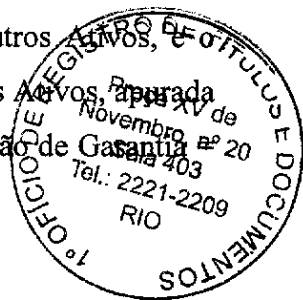


63. “Instrução CVM” significa a Instrução CVM nº 350, de 10 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores;
64. “Investidor Qualificado” significa a Pessoa definida na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores;
65. “Layout” tem o significado que lhe é atribuído no Contrato de Cessão;
- “Montante Mínimo” tem o significado que lhe é atribuído na alínea “b” do inciso I do Capítulo Treze;
66. “Nova Cedente” significa a Pessoa que pretenda ceder Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, que não tenha sido identificada como Cedente neste Regulamento e que ainda não tenha sido habilitada como Cedente na forma prevista no inciso V do Capítulo Nove deste Regulamento;
67. “Originadora” significa qualquer Pessoa devedora de Direito Creditório cedido ao Fundo, que tenha celebrado operação mercantil ou financeira com o Sacado, conforme o caso;
68. “Outros Ativos” significa os ativos financeiros, modalidades operacionais, incluindo operações com instrumentos derivativos, e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se Direitos Creditórios;
69. “Patrimônio Líquido” ou “PL” significa o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo Vinte e Três;
70. “Pessoa” significa pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;



71. “Política de Cobrança” significa a política de cobrança de Fundos, de Anexo III deste Regulamento;
72. “Política de Concessão de Crédito” significa a política de concessão de crédito definida no Anexo IV deste Regulamento, a qual, se modificada em decorrência de especificidades de qualquer Cedente, será alterada e cientificada aos Quotistas, nos termos deste Regulamento;
73. “Prazo de Vigência” tem o significado que lhe é atribuído no inciso I do Capítulo Dois;
74. “Preço de Aquisição” significa o preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis liquidado pelo Custodiante, por conta e ordem do Fundo, aos respectivos Cedentes, em moeda corrente nacional, conforme definido no Contrato de Cessão, ou o valor presente dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo em contrapartida à integralização de Quotas Subordinadas, conforme definido neste Regulamento e no Contrato de Cessão;
75. “Programa de Securitização” significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização por meio dos quais os Cedentes cedem Direitos Creditórios ao Fundo, captando recursos para suas atividades;
76. “Prospecto” significa o prospecto do Fundo, preparado nos termos da Instrução CVM;
77. “Quota” significa, em conjunto ou isoladamente, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas emitidas em qualquer Distribuição;
78. “Quota Sênior” significa, em conjunto ou isoladamente, as Quotas Sênior de quaisquer Séries emitidas pelo Fundo emitidas em qualquer Distribuição;
79. “Quotas Subordinadas” tem o significado que lhe é atribuído no inciso II do Capítulo Dez;
80. “Quotista” significa, em conjunto ou isoladamente, o titular de Quota;

81. “Razão de Garantia” significa a fração cujo numerador é equivalente ao somatório do valor atualizado das Quotas Sênior, deduzido do valor dos Outros Ativos, dividido pelo denominador o valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor contábil dos Outros Ativos, apurada diariamente pelo Custodiante (Exemplo: Se Razão de Garantia for 0,81, então Razão de Garantia é 81,0%);



82. “Regulamento” o presente regulamento do Fundo;

83. “Sacado” significa qualquer Pessoa devedora de Direito Creditório cedido ao Fundo;

84. “SELIC” significa o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia;

85. “Série” significa qualquer série de Quotas Sênior emitida em qualquer Distribuição nos termos deste Regulamento;

86. “Spread” significa a o percentual a ser acrescido à Taxa DI indicado no Suplemento de cada Série “n”;

87. “Suplemento” significa o documento preparado na forma do Anexo V deste Regulamento;

88. “Taxa de Administração” tem o significado que lhe é atribuído no inciso IX do Capítulo Sete;

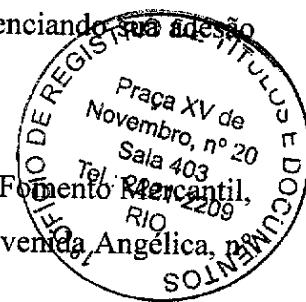
89. “Taxa de Desconto” significa a taxa de desconto, definida pelo Consultor de Crédito e informada pela Administradora ao Custodiante, por meio dos sistemas eletrônicos colocados a disposição para tanto, utilizada na determinação do Preço de Aquisição, sendo esta equivalente a maior entre as seguintes taxas: (i) aquela diariamente indicada pela Administradora, nos termos deste Regulamento; e (ii) a Taxa DI acrescida, exponencialmente, do último Fator Multiplicador apurado pela Administradora;

90. “Taxa DI” tem o significado que lhe é atribuído na alínea “c” do inciso III do Capítulo Onze;

91. "Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco" significa o documento preparado sob a forma do Anexo VI, firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento;

92. "Union National" significa a Union National S.A. Fomento Mercantil, sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, nº 745, conjunto 111, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.841.560/0001-92; e

93. "Valor Referencial" tem o significado que lhe é atribuído no inciso I do Capítulo Vinte e Um.



Anexo II
Base de Dados do Fundo



Demonstrativo de Caixa
Caixa Reserva

Data da Emissão: 05/02/2007 17:39:48

Período: 02/02/2007 - 05/02/2007

Cliente: FIDC XXXXXX

Data Liquidação	Histórico	Entradas	Saídas	Saldos
01/02/2007	Saldo Anterior			0,00
02/02/2007	Aplicação no Ativo VENCIDOS E NÃO PAGOS	0,00		
	Baixa de Títulos de RF (vencidos)		0,00	
	Compra de Títulos RF (LFT-O TESOIRO)		0,00	
	Lançamento de CPMF – Renda Fixa		0,00	
	Resgate de Títulos RF (LFT – O TESOIRO)	0,00		
	Saídas por Recebimento	0,00		
	Saldo			0,00
05/02/2007	Compra de Títulos RF (LFT – O TESOIRO)	0,00		
	Resgate de Títulos RF (LFT – O TESOIRO)	0,00		
	Saídas por Recebimento	0,00		
	Saldo			0,00

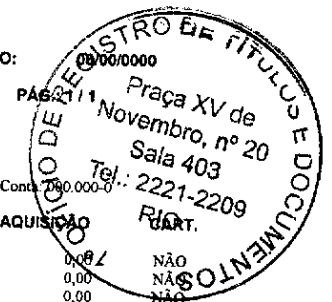
BANCO BRADESCO S/A

DAC - DEPARTAMENTO DE AÇÕES E CUSTÓDIA

SISTEMA FUNDO RECEBÍVEIS EMISSÃO:

FRECAB0200

RECEBÍVEIS NÃO LIQUIDADOS EM COBRANÇA - MOVIMENTO DE 00/00/2000



Fundo: FIDCXXXXXXX - FIDC XXXXXX

Empresa Cedente: 00.000.000/0000-00 - (EMPRESA CEDENTE)

Banco: 237

Agência: 0000

Conta: 000.000-0

NOSSO NÚMERO	NOME DO SACADO	DT. VENC.	IOF	ABATIMENTO	DESCONTO	VALOR TÍTULO	VALOR AQUISIÇÃO	DATA
000000000000	XXXXXXXX XXXX	00/00/0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	NÃO
000000000000	XXXXXXXX XXXX	00/00/0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	NÃO
000000000000	XXXXXXXX XXXX	00/00/0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	NÃO
000000000000	XXXXXXXX XXXX	00/00/0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SIM
000000000000	XXXXXXXX XXXX	00/00/0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	NÃO
000000000000	XXXXXXXX XXXX	00/00/0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	NÃO
000000000000	XXXXXXXX XXXX	00/00/0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	NÃO
000000000000	XXXXXXXX XXXX	00/00/0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	NÃO
000000000000	XXXXXXXX XXXX	00/00/0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SIM
000000000000	XXXXXXXX XXXX	00/00/0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	NÃO
000000000000	XXXXXXXX XXXX	00/00/0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SIM
TOTAL:	Banco: 237	QT. TOT. RECEB.	VL. TOT. IOF	VL. TOT. ABAT.	VL. TOT. DESC.	VL. TOT. TÍTULO	VL. TOT. AQUISIÇÃO	
		000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

TOTAL: Empresa Cedente: 00.000.000/0000-00 - (EMPRESA CEDENTE)

QT. TOT. RECEBIMENTO:	000
VL. TOT. IOF:	0,00
VL. TOT. ABATIMENTO:	0,00
VL. TOT. DESCONTO:	0,00
VL. TOT. TÍTULO:	0,00
VL. TOT. AQUISIÇÃO:	0,00
QT. TOT. RECEBIMENTO:	0,00
VL. TOT. IOF:	0,00
VL. TOT. ABATIMENTO:	0,00
VL. TOT. DESCONTO:	0,00
VL. TOT. TÍTULO:	0,00
VL. TOT. AQUISIÇÃO:	0,00
QT. TOT. RECEBIMENTO:	0,00
VL. TOT. IOF:	0,00
VL. TOT. ABATIMENTO:	0,00
VL. TOT. DESCONTO:	0,00
VL. TOT. TÍTULO:	0,00
VL. TOT. AQUISIÇÃO:	0,00

TOTAL: Fundo: FIDCUNION - FIDC UNION

TOTAL GERAL:

BANCO BRADESCO S/A

DAC - DEPARTAMENTO DE AÇÕES E CUSTÓDIA

SISTEMA FUNDO RECEBÍVEIS EMISSÃO:

FREC GAB0202

FLUXO DE CAIXA - MOVIMENTO DE 00/00/2000

[illegible]

QTE. RECEBÍVEIS
XX
XX

QTE. RECEBÍVEIS
XX
XX

QTE. RECEBÍVEIS
XX
XX

QTE. RECEBÍVEIS
XX
XX

QTE. RECEBIVEIS
XX
XX

QTE. RECEBÍVEIS
XX
XX

QTE. RECEBÍVEIS
XX
XX

QTE. RECEBÍVEIS
XX
XX

QTE. RECEBÍVEIS
XX
XX

QTE. RECEBÍVEIS
XX
XX

00/00/0000
PAG. 103 XV de
Novembro, nº 20
VALOR RECEBÍVELS 0,00
Tel.: 222-100
22209
VALOR RECEBÍVELS 0,00
0,00

VALOR RECEBÍVELS 0,00
0,00

VALOR RECEBÍVEIS	0,00
	0.00

VALOR RECEBÍVEIS
0,00
0,00

VALOR RECEBÍVEIS	0,00
	0,00

VALOR RECEBÍVEIS	0,00
	0.00

VALOR RECEBÍVEIS	
	0,00
	0,00

VALOR RECEBÍVEIS
0,00
0,00

VALOR RECEBÍVEIS	
	0,00
	0,00

Anexo III

Política de Cobrança



A Administradora, diretamente ou por meio de seus Agentes, informará ao Agente Cobrador a relação dos títulos liquidados de titularidade do Fundo através de arquivo retorno.

Com a conclusão do processo acima, iniciam-se então os procedimentos de cobrança pelo Agente Cobrador dos títulos vencidos que não foram liquidados pelos Clientes.

O primeiro contato telefônico com o cliente é realizado pelo Agente Cobrador a partir do 1º dia após o vencimento. Caso, posteriormente, os títulos permaneçam em aberto, estes são, conforme o caso, encaminhados ao cartório em 5 dias após o respectivo vencimento.

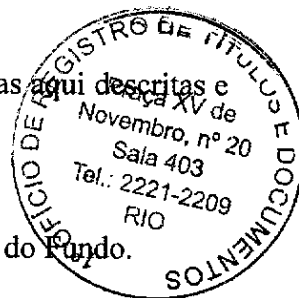
Concomitantemente às ações acima evidenciadas, é efetuado o bloqueio para a concessão de novos créditos ou aquisição de novos recebíveis.

A partir dos protestos dos títulos e de posse dos respectivos instrumentos, será dado início da cobrança no “local”, ainda em fase de cobrança “amigável”, através de empresas terceirizadas. Não obtendo sucesso, o Cedente consulta a Administradora sobre a adequação (*custo versus benefício*) de propositura de procedimento de cobrança judicial.

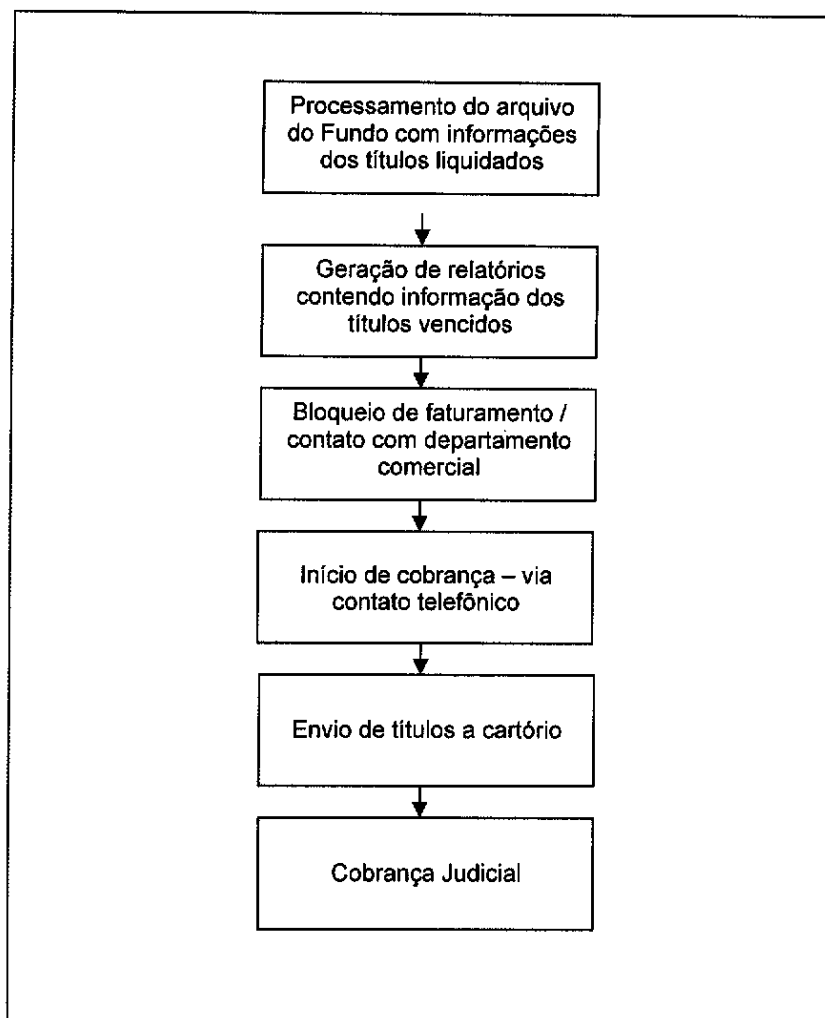
Sinteticamente os procedimentos de cobrança adotados são:

- Recepção e processamento do arquivo de “retorno” do Fundo com informações dos títulos liquidados no dia anterior;
- Geração de relatórios contendo informação dos títulos vencidos;
- Início de cobrança – via contato telefônico;
- Bloqueio de faturamento / contato com departamento comercial;
- Envio de títulos a cartório;
- Cobrança Judicial.

Os procedimentos acima são adotados pelo Agente Cobrador, observadas as rotinas aqui descritas e os termos do Contrato de Cobrança.



Os custos incorridos com os procedimentos aqui descritos são de responsabilidade do Fundo.



Anexo IV
Política de Concessão de Crédito



1. OBJETIVO

Definir níveis de aprovações de créditos, bem como estabelecer procedimentos relacionados à aprovação de crédito a clientes.

2. APLICACÃO

As orientações aqui contidas abrangem a concessão de créditos a todos os clientes com os quais os Cedentes mantêm relações comerciais.

3. POLÍTICA

3.1 Critérios para Aprovação de Crédito

3.1.1 Limites de Crédito

Os limites de crédito são expressos em moeda corrente nacional e estão sujeitos a revisão, caso um fato relevante se apresente. Os limites de créditos também são reajustados sempre por ocasião de aumentos ou reajustes de preços.

3.1.2 Análise de Crédito

O limite de crédito é concedido a cada cliente através da análise de ficha cadastral e das documentações enviadas e nas consultas de mercado realizadas, utilizando-se dos seguintes recursos, conforme o caso:

- a) Centrais de informações;
- b) Fornecedores;
- c) Documentações específicas do cliente (ato de constituição da sociedade e suas respectivas alterações posteriores, quando pessoa jurídica, cédula de identidade e CPF/MF, quando pessoas físicas, etc.).



3.1.3 Critérios para Avaliação de Risco de Crédito

1. Histórico dos clientes dos Cedentes.
2. Informações do SERASA e/ou Equifax, conforme o caso:
 - 2.1. Inexistência de protestos ou cheques sem fundo ou protestos realizados há mais de 2 anos;
 - 2.2. Inexistência de ações judiciais em varas cíveis estaduais;
 - 2.3. Ações executivas em varas federais (IPI, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS).
3. Consulta a certidões emitidas por Catórios de Protestos, conforme o caso;
4. Consulta no Procon, conforme o caso;
5. Informações fornecidas por fornecedores;
6. Informações fornecidas por bancos e balanços são levadas em consideração;
7. Novos clientes:
 - 7.1. Conquista (novos clientes com credito pré-aprovado, conquista do vendedor);
 - 7.2. Sedução.
8. Valor do limite de crédito.

3.1.4 Crédito Bloqueado / Suspenso

Motivo:

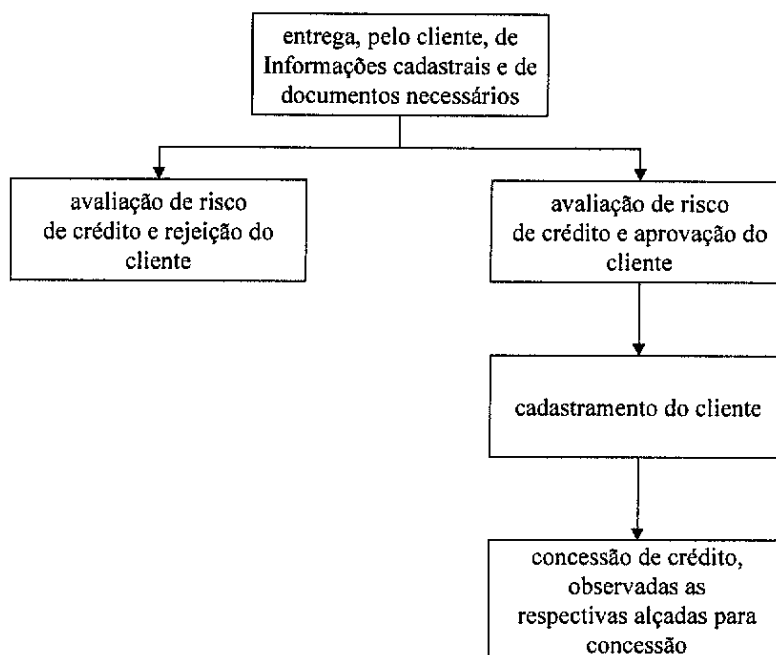
- a) Título em atraso por mais de 30 dias;
- b) Encargo financeiro pendente;
- c) Cheque devolvido / protestado;
- d) Cliente inativo por 12 meses.

3.1.5 Reabilitação de Crédito

Para a reabilitação do crédito, o cliente será tratado como novo.



Resumidamente, os procedimentos de concessão de crédito podem ser esquematizados da seguinte maneira:



Anexo V
Suplemento

Suplemento da Serie "n"



1. Suplemento nº [•] (o “Suplemento”) referente à [•]^a Série de Quotas Sênior (a “[•]^a Série”) emitida nos termos do regulamento do “**Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis**”, registrado sob o nº [•] no [•]^o Cartório de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº [•] e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a “Administradora”). Os documentos necessários ao registro da [•]^a Distribuição, definidas na Instrução CVM, foram devidamente protocolados pela Administradora na CVM em [•] de [•] de [•].

2. O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate de cada Quota Sênior da [•]^a Série será calculado observado critério de atualização definido no item “i” ou, conforme o caso, “ii” da alínea “c” do inciso III do Capítulo Onze do Regulamento, observado o disposto na seguinte tabela:

<i>Sobretaxa_n</i>	[•]
Data de Amortização, na hipótese de Amortização Integral	[dia]/[mês]/[ano]

<i>Premio_n</i>	[•]
Data de Amortização, na hipótese de Amortização Integral	[dia]/[mês]/[ano]

[2.1. Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida em cada dia [•] de [•] e [•] de [•] de cada exercício social (a “Data de Amortização”) a amortização de parcela do valor de cada Quotas Sênior da [•]^a Série (a “Amortização Programada”), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia [•] de [•] de [•], quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Quota:

$$VAPn = VQSn_T - (R\$25.000,00 - VAE) + (PA \times R\$25.000,00),$$

onde:

$VAPn$ valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior da [...]ª Série,
Data de Amortização "n".

$VQSn_T$ valor unitário de cada Quota Sênior da [...]ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da [...]ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea "c" do inciso III do Capítulo Onze do Regulamento.

VAE somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização de cada Quota Sênior da [...]ª Série, anteriormente à Data de Amortização "n".

PA percentual de amortização do valor nominal de cada Quota Sênior da [...]ª Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização das Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

Data de Amortização (*)	PA
[.]	[.]
[.]	[.]
[.] (**)	[.] (***)

(*) Deve ser coincidente com as Datas de Amortização definidas no item "2" acima.

(**) Deve ser equivalente à última Data de Amortização definida no item "2" acima.

(***) Manter caso aplicável.

[3.] Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

[4.] O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no inciso I do Capítulo Três do Regulamento.

Rio de Janeiro, [...] de [...] de [...].



FUNDO/ADMINISTRADORA:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na
qualidade de administradora do UNION NATIONAL
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS E
MERCANTIS

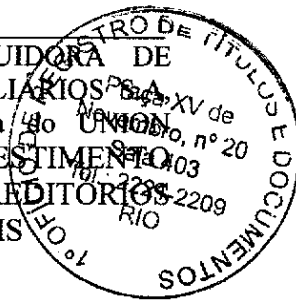
Nome:

Cargo:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na
qualidade de administradora do UNION
NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO
EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIROS E MERCANTIS

Nome:

Cargo:



Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF/MF:

Nome:

RG:

CPF/MF:

Anexo VI

Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco

Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco do Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis



À

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown

Rio de Janeiro – RJ

Eu, [●] [nome completo], [com sede] [residente] na [●] inscrito(a) no [CNPJ/MF] [CPF/MF] sob o nº [●], na qualidade de investidor do **UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS** (o “Fundo”), administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a “Administradora”), tendo como Diretor Designado, o Sr. [●], declaro:

I. Ter recebido, lido e compreendido os termos do Regulamento do Fundo e de seu prospecto, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido.

II. Estar de acordo e ciente de que:

a) os investimentos do Fundo não representam depósitos bancários, não possuem garantia da Administradora, do Custodiante, do Agente Cobrador, do Consultor de Crédito, de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC;

b) não obstante a adoção por parte da Administradora de padrões criteriosos no que se refere à administração técnica da carteira do Fundo e do cumprimento de sua política de investimentos, por sua própria natureza, os investimentos do Fundo estarão sempre sujeitos a riscos provenientes das flutuações de mercado, a riscos de crédito dos devedores dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, entre outros, sendo que poderá haver, portanto, perda, parcial ou total, e atraso no reembolso do capital investido;

c) a existência de rentabilidade/performance do Fundo no passado não constitui garantia de rentabilidade/performance futura;

d) os recursos a serem investidos no Fundo deverão ser depositados/creditados diretamente na conta corrente de titularidade do Fundo nº [●], na agência [●] do Banco Bradesco S.A.;

e) o periódico a ser utilizado na divulgação das informações relativas ao Fundo será de o jornal "Monitor Mercantil", exceto pela publicação dos anúncios de início e de encerramento de distribuição de Quotas, os quais serão publicados no jornal "Valor Econômico", edição nacional, observado o disposto no Capítulo Vinte e Quatro do Regulamento;

f) as Quotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por investidores qualificados, nos termos das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e

III. Ademais, nos termos do inciso IV do Capítulo Doze do Regulamento informamos que comunicações a mim enviadas pela Administradora e/ou pelo Agente Escriturador deverão ser encaminhadas para o seguinte e-mail, aos cuidados do Sr. [●] [qualificar].

(Local e data)

Nome:

Cargo:

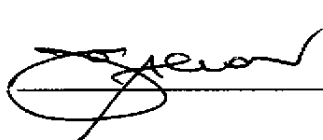
Anexo 3 – Suplemento da 1ª Série de Quotas Sênior

1596542

**Instrumento de Primeiro Aditamento ao Suplemento da 1ª Série do
Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis**

1. O Suplemento da 1ª Série (o "Suplemento") foi registrado em 24/02/2006 sob o nº 1584827 no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, alterado pela Assembléia Geral de Quotistas realizada em 11 de julho de 2006, registrada em 24/03/2005 sob o nº 1012711 no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, referente à 1ª Série de Quotas Sênior (a "1ª Série"), emitida nos termos do regulamento do "Union National Fundo de Investimento em Direitos Financeiros e Mercantis", registrado sob o nº 1584544 perante o 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, o qual foi alterado através do Instrumento de Primeira Alteração ao Regulamento datado de 09/05/06, registrado sob o nº 1590867 perante o 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro (doravante denominado "Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, do qual este Suplemento é parte integrante (o "Regulamento"), inscrito no CNPJ sob o nº 07.855.693/0001-43 e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a "Administradora"). Os documentos necessários ao registro da 1ª Distribuição, definidas na Instrução CVM, foram devidamente protocolados pela Administradora na CVM em 23 de fevereiro de 2006.
2. Foi aprovado pela totalidade das quotas em circulação, através da Assembléia Geral de Quotistas realizada em 11/07/2006 a alteração do Suplemento que passa a vigorar conforme documento anexo a presente.
3. O presente Suplemento será registrado na forma do disposto no inciso I do Capítulo Três do Regulamento.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 2006.



José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A

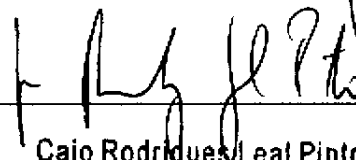
Administradora do Union National Fundo de Investimento em Direitos Financeiros e Mercantis

Alexandre Lodi de Oliveira
Procurador

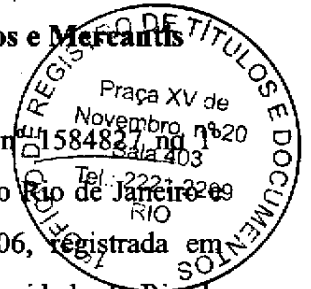
Testemunhas:



MARIA EUNICE MOTTAM DE F. MELLO
CPF: 088.887.377-82
IFP: 12.857.135-3



Caio Rodrigues Leal Pinto
RG 10853980-0 IFP/RJ
CPF 087.739.077-07



1596542



Suplemento da 1ª Série

- Suplemento nº I (o "Suplemento") referente à 1ª Série de Quotas Sênior (a "1ª Série") emitida nos termos do regulamento do "Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis", registrado sob o nº 1584544 no 1º Cartório de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (o "Regulamento") e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a "Administradora"). Os documentos necessários ao registro da 1ª Distribuição, definidas na Instrução CVM, foram devidamente protocolados pela Administradora na CVM em 23 de fevereiro de 2006.
- O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate de cada Quota Sênior da 1ª Série será calculado observado critério de atualização definido no item "i" ou, conforme o caso, "ii" da alínea "c" do inciso III da Capítulo Onze do Regulamento, observado o disposto na seguinte tabela:

<i>Sobretaxa_n</i>	Não haverá
Prêmio	fará jus a Prêmio, calculado de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$Prêmio_n = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix} \right)} \right) \right] \times Part_n \times Perf_n}{NQS_n}$$

Onde:

PL_{D0} Patrimônio Líquido do Fundo na data de apuração do Prêmio.

PL_{D-1} Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.



$Amtz_{(D-1)}^{Total}$

Somatório de todos os valores pagos aos Quotistas de todas as Séries em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

$Part_n$

Percentual de participação da respectiva 1ª Série de Quotas Sênior apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{[(NQS_{n(d-1)} \times VQS_{n(d-1)}) - Amtz_{n(d-1)}]}{PL_{D-1} - Amtz_{(D-1)}^{Total}}$$



Onde:

$NQS_{n(d-1)}$ = Numero de Quotas Sênior da 1ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.

$VQS_{n(d-1)}$ = Valor unitário da Quota Sênior da 1ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.

$Amtz_{n(d-1)}$ = Somatório de todos os valores pagos aos Quotistas da 1ª Série em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

$Perf_n$

Percentual de performance. Para apuração do Prêmio das Quotas Sênior da 1ª Série $Perf = 0,75$

NQS_n

número de Quotas Sênior em Circulação, da 1ª Série, na data de apuração do Prêmio.

Sendo que, se: $PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{(D-1)}^{Total} \right) < 0$ (zero), então:

$$Prêmio = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - \frac{Amtz_{total}}{(D-1)} \right) \right] \times Part_n}{NQS_n}$$



- 2.1. Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida em cada dia 01 de fevereiro e 01 de agosto de cada exercício social (a “Data de Amortização”) a amortização de parcela do valor de cada Quotas Sênior da 1ª Série (a “Amortização Programada”), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com a fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia 01 de fevereiro de 2008, quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Quota:

$$Amtz_{n1} = VQS_{n(D0)} - 25.000 + (PA \times 25.000)$$

- 2.1.1. Se $Amtz_{n1} < 0$ (zero) então $Amtz_{n1} = 0$ (zero) e se na Data de Amortização Integral da Quota Sênior da 1ª Série: (i) o valor da Quota Sênior da 1ª Série ($VQS_{n(D0)}$) for inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); e (ii) o Patrimônio Líquido for superior ao resultado da expressão: $(NQS_n \times 25.000)$ então $VQS_{n(D0)} = 25.000,00$.

onde:

$Amtz_{n1}$ valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior da 1ª Série na Data de Amortização “n”.

$VQS_{n(D0)}$ valor unitário de cada Quota Sênior da 1ª Série, para efeito de cálculo de seu valor nas datas de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 1ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea “c” do inciso III da Capítulo Onze do Regulamento.

PA

percentual de amortização do valor nominal de cada Quota Sênior da 1ª Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

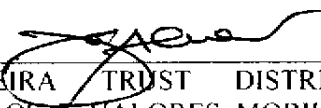
Data de Amortização (*)	PA
01/02/2007	0
01/08/2007	0
01/02/2008	100%



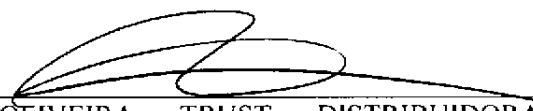
3. Os termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.
4. O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no inciso I do Capítulo Três do Regulamento.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 2006

FUNDO/ADMINISTRADORA:


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na
qualidade de administradora do UNION NATIONAL
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS
Nome:

Cargo: **José Alexandre C. de Freitas**
DIRETOR


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na
qualidade de administradora do UNION NATIONAL
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS
Nome:

Cargo: **Alexandre Lodi de Oliveira**
Procurador

Testemunhas:

Nome:

RG:

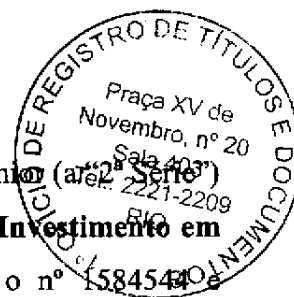
CPF/MF:

Nome:

RG:

CPF/MF:

Anexo 4 – Suplemento da 2ª Série de Quotas Sênior

Suplemento da 2ª Série

1. Suplemento nº II (o “Suplemento”) referente à 2ª Série de Quotas Sênior (a “2ª Série”) emitida nos termos do regulamento do “**Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis**”, registrado sob o nº 1584540 e alterado através dos Instrumentos de Primeira, Segunda e Terceira Alteração ao Regulamento, datados de 09/05/06, 20/06/06, 14/07/06, registrados sob os nºs 1590867, 1594264, 1596545, respectivamente, todos no 1º Cartório de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”) e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a “Administradora”). Os documentos necessários ao registro da 1ª Distribuição da 2ª Série, definidas na Instrução CVM, serão devidamente protocolados pela Administradora na CVM.
2. O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate de cada Quota Sênior da 2ª Série será calculado observado critério de atualização definido no item “i” ou, conforme o caso, “ii” da alínea “c” do inciso III da Capítulo Onze do Regulamento, observado o disposto na seguinte tabela:

<i>Numero de Quotas Sênior da 2ª Série</i>	até 4.200
<i>Sobretaxa_n</i>	Não haverá
<i>Prêmio</i>	fará <i>jus</i> a Prêmio, calculado de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$Prêmio_n = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix} \right)} \right) \right] \times Part_n \times Perf_n}{NQS_n}$$

Onde:

PL_{D0}

Patrimônio Líquido do Fundo na data de apuração do Prêmio.

PL_{D-1}

Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

$Amtz_{D-1}^{(Total)}$

Somatório de todos os valores pagos aos Quotistas de todas as Séries em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

$Part_n$

Percentual de participação da respectiva 2ª Série de Quotas Sênior apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{[(NQS_{n(d-1)} \times VQS_{n(d-1)}) - Amtz_{n(d-1)}]}{PL_{D-1} - Amtz_{D-1}^{(Total)}}$$

Onde:

$NQS_{n(d-1)}$ = Numero de Quotas Sênior da 2ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.

$VQS_{n(d-1)}$ = Valor unitário da Quota Sênior da 2ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.

$Amtz_{n(d-1)}$ = Somatório de todos os valores pagos aos Quotistas da 2ª Série em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

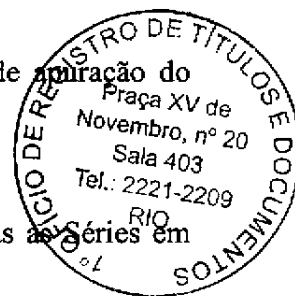
$Perf_n$

Percentual de performance. Para apuração do Prêmio das Quotas Sênior da 2ª Série $Perf = 0,75$

NQS_n

número de Quotas Sênior em Circulação, da 2ª Série, na data de apuração do Prêmio.

Sendo que, se: $PL_{D0} - (PL_{D-1} - Amtz_{D-1}^{(Total)}) < 0$ (zero), então:



$$Prêmio = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\frac{Total}{D-1} \right)} \right) \right] \times Part_n}{NQS_n}$$



- 2.1. Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida em cada dia 01 de junho e 01 de dezembro de cada exercício social (a “Data de Amortização”) a amortização de parcela do valor de cada Quota Sênior da 2ª Série (a “Amortização Programada”), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com a fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia 01 de dezembro de 2008, quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Quota:

$$Amtz_{n1} = VQS_{n(D0)} - 25.000 + (PA \times 25.000)$$

- 2.1.1. Se $Amtz_{n1} < 0$ (zero) então $Amtz_{n1} = 0$ (zero) e se na Data de Amortização Integral da Quota Sênior da 2ª Série: (i) o valor da Quota Sênior da 2ª Série ($VQS_{n(D0)}$) for inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); e (ii) o Patrimônio Líquido for superior ao resultado da expressão: $(NQS_n \times 25.000)$ então $VQS_{n(D0)} = 25.000,00$.

onde:

$Amtz_{n1}$ valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior da 2ª Série na Data de Amortização “n”.

$VQS_{n(D0)}$ valor unitário de cada Quota Sênior da 2ª Série, para efeito de cálculo de seu valor nas datas de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 2ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea “c” do inciso III da Capítulo Onze do Regulamento.

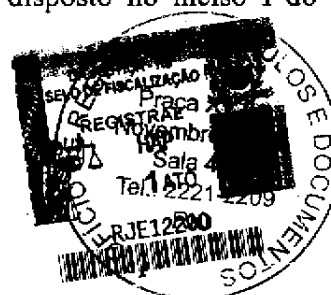
percentual de amortização do valor nominal de cada Quota Sênior da 2ª Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização das Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:



Data de Amortização (*)	PA
01/06/2007	0
01/12/2007	0
01/06/2008	0
01/12/2008	100%

3. Os termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.
4. O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no inciso I do Capítulo Três do Regulamento.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2006



**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, na qualidade de
administradora do UNION NATIONAL FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIROS E MERCANTIS

Nome: **José Alexandre C. de Frenha**

Cargo: **DIRETOR**

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na qualidade de administradora do **UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS** DE RES. DE TÍT. E DOC.

Nome: Alexandre Lodi de Oliveira
Cargo: Produtor

Figure 1

Testemunhas:

Maria Francis Mills

MARIA EUNICE MOTTA M. DEF. NELLO
CPF: 080.887.377-82
IPE: 12.857.135-3

[illegible]

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

[Signature]
 Deputy W. G. ...

CPF: 003.427.377-77

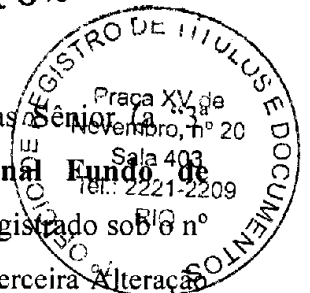
[illegible]

CPF: 003.127.377-77

Anexo 5 – Suplemento da 3ª Série de Quotas Sênior

Suplemento da 3ª Série

1622587



1. Suplemento nº III (o “Suplemento”) referente à 3ª Série de Quotas Sênior (a “3ª Série”) emitida nos termos do regulamento do “**Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis**”, registrado sob o nº 1584544 e alterado através dos Instrumentos de Primeira, Segunda e Terceira Alteração ao Regulamento, datados de 09/05/06, 20/06/06, 14/07/06, registrados sob os nºs 1590867, 1594264, 1596545, respectivamente, todos no 1º Cartório de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”) e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a “Administradora”). Os documentos necessários ao registro da 1ª Distribuição da 3ª Série, definidas na Instrução CVM, serão devidamente protocolados pela Administradora na CVM.

2. O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate de cada Quota Sênior da 3ª Série será calculado observado critério de atualização definido no item “i” ou, conforme o caso, “ii” da alínea “c” do inciso III da Capítulo Onze do Regulamento, observado o disposto na seguinte tabela:

<i>Numero de Quotas Sênior da 3ª Série</i>	até 4.200
<i>Sobretaxa_n</i>	Não haverá
<i>Prêmio</i>	fará jus a Prêmio, calculado de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$Prêmio_n = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix} \right)} \right) \right] \times Part_n \times Perf_n}{NQS_n}$$

Onde:

PL_{D0} Patrimônio Líquido do Fundo na data de apuração do Prêmio.

PL_{D-1}

Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

$Amtz_{(D-1)}^{(Total)}$

Somatório de todos os valores pagos aos Quotistas de todas as Séries em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

$Part_n$

Percentual de participação da respectiva 3ª Série de Quotas Sênior apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{[(NQS_{n(d-1)} \times VQS_{n(d-1)}) - Amtz_{n(d-1)}]}{PL_{D-1} - Amtz_{(D-1)}^{(Total)}}$$

Onde:

$NQS_{n(d-1)}$ = Numero de Quotas Sênior da 3ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.

$VQS_{n(d-1)}$ = Valor unitário da Quota Sênior da 3ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.

$Amtz_{n(d-1)}$ = Somatório de todos os valores pagos aos Quotistas da 3ª Série em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

$Perf_n$

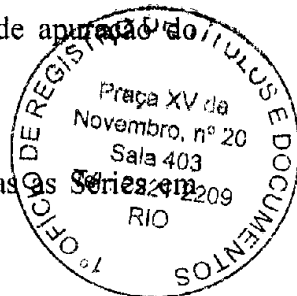
Percentual de performance. Para apuração do Prêmio das Quotas Sênior da 3ª Série $Perf = 0,75$

NQS_n

número de Quotas Sênior em Circulação, da 3ª Série, na data de apuração do Prêmio.

Sendo que, se: $PL_{D0} - (PL_{D-1} - Amtz_{(D-1)}^{(Total)}) < 0$ (zero), então:

$$Prêmio = \frac{[PL_{D0} - (PL_{D-1} - Amtz_{(D-1)}^{(Total)})] \times Part_n}{NQS_n}$$



- 2.1. Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida em cada 01 de janeiro e 01 de julho de cada exercício social (a “Data de Amortização Programada”), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com a fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia 01 de julho de 2010, quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Quota:

$$Amtz_{n1} = VQS_{n(D0)} - 25.000 + (PA \times 25.000)$$

- 2.1.1. Se $Amtz_{n1} < 0$ (zero) então $Amtz_{n1} = 0$ (zero) e se na Data de Amortização Integral da Quota Sênior da 3ª Série: (i) o valor da Quota Sênior da 3ª Série ($VQS_{n(D0)}$) for inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); e (ii) o Patrimônio Líquido for superior ao resultado da expressão: $(NQS_n \times 25.000)$ então $VQS_{n(D0)} = 25.000,00$.

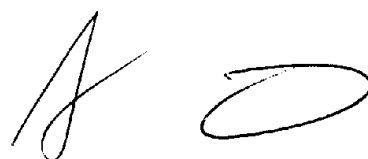
onde:

$Amtz_{n1}$ valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior da 3ª Série na Data de Amortização “n”.

$VQS_{n(D0)}$ valor unitário de cada Quota Sênior da 3ª Série, para efeito de cálculo de seu valor nas datas de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 3ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea “c” do inciso III da Capítulo Onze do Regulamento.

PA percentual de amortização do valor nominal de cada Quota Sênior da 3ª Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização das Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

Data de Amortização (*)	PA
01/01/2008	0
01/07/2008	0
01/01/2009	0
01/07/2009	0
01/01/2010	0
01/07/2010	100%

A handwritten signature and a circular stamp. The stamp contains the text "REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS" around the perimeter and "Praça XV de Novembro, nº 20 Sala 403 Tel: 2221-2209 RIO" in the center.

3. Os termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

4. O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no inciso I do Capítulo Três do Regulamento.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2007

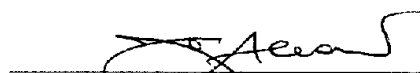
FUNDO/ADMINISTRADORA:



OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na qualidade de administradora do UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS

Nome:

Cargo: **Cesar Reinaldo Leal Pinto**
DIRETOR

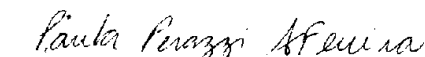


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na qualidade de administradora do UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS

Nome:

Cargo: **José Alexandre C. de Freitas**
DIRETOR

Testemunhas:



Nome:

RG: **Paula Perazzi A. Ferreira**
CPF: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**
CPF: 095.449.027-40



Nome:

RG: **MARIA EUNICE MOTTA DE F. MELO**
CPF: **CPF: 000.887.377-02**
IFP: **10.097.358-1**
1. OFÍCIO DE REG. DE TIT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO
O PRESENTE DOCUMENTO FOI AVERBADO
NA MARGEM DO REGISTRO DE No.
1622887



Rio de Janeiro, 15/05/2007

[]- Geraldo Calmon Costa Jr.
Matr 06/0897 - Oficial Titular
[]- Kleber Calmon Hirdes
ICTPS 93043/128 - 1o. Of. Subst.
[]- Geraldo L Miranda B. Jr
ICTPS 768856/022 - 2o. Of. Subst.
[]- Carlos de Souza
ICTPS 78596/095 - 3o. Of. Subst.
[X]- Bernardino Carvalho
ICTPS 89896/082 - 4o. Of. Subst.

EMOLUMENTOS E TAXAS R\$ 128.02

Anexo 6 – Suplemento da 4ª Série de Quotas Sênior

Suplemento da 4ª Série de Quotas Sênior do
Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis



1. Suplemento nº IV (o “Suplemento”) referente à 4ª Série de Quotas Sênior (a “4ª Série”) emitida nos termos do regulamento do “Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis”, registrado sob o nº 1584544 e alterado através dos Instrumentos de Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Alterações ao Regulamento, datados de 09/05/06, 20/06/06, 14/07/06 e 14/05/06, e registrados sob os nºs 1590867, 1594264, 1596545 e 1622886 respectivamente, todos perante o 1º Cartório de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”) e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a “Administradora”). Os documentos necessários ao registro da 1ª Distribuição das Quotas Seniores da 4ª Série, definidas na Instrução CVM, serão devidamente protocolados pela Administradora na CVM.
2. O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate de cada Quota Sênior da 4ª Série será calculado observado critério de atualização definido no item “i” ou, conforme o caso, “ii” da alínea “c” do inciso III da Capítulo Onze do Regulamento, observado o disposto na seguinte tabela:

<i>Numero de Quotas Sênior da 4ª Série</i>	até 6.200
<i>Sobretaxa_n</i>	Não haverá
<i>Prêmio</i>	fará jus a Prêmio, calculado de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$Prêmio_n = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix} \right)} \right) \right] \times Part_n \times Perf_n}{NQS_n}$$

Onde:

PL_{D0}

Patrimônio Líquido do Fundo na data de apuração do Prêmio.

PL_{D-1}

Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

$Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix}\right)}$

Somatório de todos os valores pagos aos Quotistas de todas as Séries em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

$Part_n$

Percentual de participação da respectiva 4ª Série de Quotas Sênior apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{[(NQS_{n(d-1)} \times VQS_{n(d-1)}) - Amtz_{n(d-1)}]}{PL_{D-1} - Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix}\right)}}$$

Onde:

$NQS_{n(d-1)}$ = Numero de Quotas Sênior da 4ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.

$VQS_{n(d-1)}$ = Valor unitário da Quota Sênior da 4ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.

$Amtz_{n(d-1)}$ = Somatório de todos os valores pagos aos Quotistas da 4ª Série em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

$Perf_n$

Percentual de performance. Para apuração do Prêmio das Quotas Sênior da 4ª Série $Perf = 0,75$

NQS_n

número de Quotas Sênior em Circulação, da 4ª Série, na data de apuração do Prêmio.

Sendo que, se: $PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix}\right)} \right) < 0$ (zero), então:



$$Prêmio = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix} \right)} \right) \right] \times Part_n}{NQS_n}$$



- 2.1. Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida em cada dia 01 de maio e 01 de novembro de cada exercício social, a partir de 01 de maio de 2008 inclusive (a “Data de Amortização”), a amortização de parcela do valor de cada Quota Sênior da 4ª Série (a “Amortização Programada”), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com a fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia 01 de maio de 2011, quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Quota:

$$Amtz_{n1} = VQS_{n(D0)} - 25.000 + (PA \times 25.000)$$

- 2.1.1. Se $Amtz_{n1} < 0$ (zero) então $Amtz_{n1} = 0$ (zero) e se na Data de Amortização Integral da Quota Sênior da 4ª Série: (i) o valor da Quota Sênior da 4ª Série ($VQS_{n(D0)}$) for inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); e (ii) o Patrimônio Líquido for superior ao resultado da expressão: $(NQS_n \times 25.000)$ então $VQS_{n(D0)} = 25.000,00$.

onde:

$Amtz_{n1}$ valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior da 4ª Série na Data de Amortização “n”.

$VQS_{n(D0)}$ valor unitário de cada Quota Sênior da 4ª Série, para efeito de cálculo de seu valor nas datas de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 4ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea “c” do inciso III da Capítulo Onze do Regulamento.

1.OFICIO DE REG.DE TIT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

APRESENTADO HOJE. PROTOCOLADO
E REGISTRADO EM CD-ROM SOB O No.

1635588

Rio de Janeiro, 04/10/2007

[]- Geraldo Calmon Costa Jr.
Matr 06/0897 - Oficial Titular
[]- Kleber Calmon Hirdes
ICTPS 93043/128 - 1o.Of. Subst.
[]- Geraldo L Miranda B. Jr
ICTPS 768856/022 - 2o.Of. Subst.
[]- Carlos de Souza
ICTPS 78596/095 - 3o.Of. Subst.
[x]- Bernardino Carvalho
ICTPS 89896/082 - 4o.Of. Subst.

EMOLUMENTOS E TAXAS R\$ 128.02

PA

percentual de amortização do valor nominal de cada Quota Sênior da Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização das Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

Data de Amortização (*)	PA
01/05/2008	0
01/11/2008	0
01/05/2009	0
01/11/2009	0
01/05/2010	0
01/11/2010	0
01/05/2011	100%



3. Os termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.
4. O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no inciso I do Capítulo Três do Regulamento.

OFÍCIO DE REG. DE TÍT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO
À PEDIDO DA PARTE INTERESSADA, O
PRESENTE DOCUMENTO FOI AVERBADO
À MARGEM DO REGISTRO DE Nº.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 2007

1622886

FUNDO/ADMINISTRADORA:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na qualidade de administradora do UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS

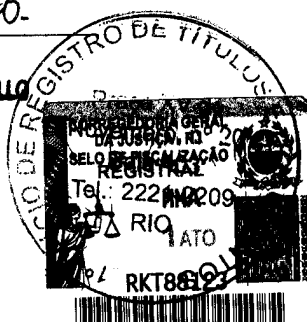
Nome: **José Alexandre C. de Freitas**
Cargo: **DIRETOR**

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na qualidade de administradora do UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS

Nome: **Alexandre Lodi de Oliveira**
Cargo: **Procurador**

Testemunhas:

Nome: **MARIA EUNICE MOTA M. DE F. NELLO**
RG: **CPF: 002.897.377-42**
CPF: **IPP: 12.057.135-3**

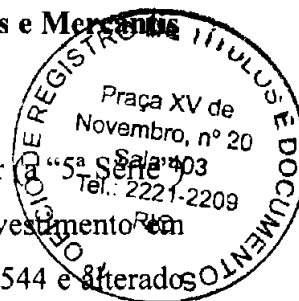


Nome: **ALINE TAVARES DA SILVA**
RG: **Detran/RJ: 020.621.272-2**
CPF: **CPF: 101.900.787-74**

Anexo 7 – Suplemento da 5ª Série de Quotas Sênior

Suplemento da 5ª Série de Quotas Sênior do

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis



- Suplemento nº V (o “Suplemento”) referente à 5ª Série de Quotas Sênior da “5ª Série”, emitida nos termos do regulamento do “Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis”, registrado sob o nº 1584544 e alterados através dos Instrumentos de Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Alterações ao Regulamento, datados de 09/05/06, 20/06/06, 14/07/06 e 14/05/06 registrados sob os nºs 1590867, 1594264, 1596545 e 1622886 respectivamente, todos perante o 1º Cartório de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”) e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a “Administradora”). Os documentos necessários ao registro da 1ª Distribuição das Quotas Sênior da 5ª Série, definidas na Instrução CVM, serão devidamente protocolados pela Administradora na CVM.
- O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate de cada Quota Sênior da 5ª Série será calculado observado critério de atualização definido no item “i” ou, conforme o caso, “ii” da alínea “c” do inciso III da Capítulo Onze do Regulamento, observado o disposto na seguinte tabela:

Numero de Quotas Sênior da 5ª Série	até 8.200
Sobretaxa _n	Não haverá
Prêmio	fará jus a Prêmio, calculado de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$Prêmio_n = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\frac{Total}{D-1} \right)} \right) \right] \times Part_n \times Perf_n}{NQS_n}$$

Onde:

 PL_{D0}

Patrimônio Líquido do Fundo na data de apuração do Prêmio.

PL_{D-1}

Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

$Amtz_{D-1}^{(Total)}$

Somatório de todos os valores pagos aos Quotistas de todas as Séries em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

$Part_n$

Percentual de participação da respectiva 5ª Série de Quotas Sênior apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{[(NQS_{n(d-1)} \times VQS_{n(d-1)}) - Amtz_{n(d-1)}]}{PL_{D-1} - Amtz_{D-1}^{(Total)}}$$

Onde:

$NQS_{n(d-1)}$ = Número de Quotas Sênior da 5ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.

$VQS_{n(d-1)}$ = Valor unitário da Quota Sênior da 5ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.

$Amtz_{n(d-1)}$ = Somatório de todos os valores pagos aos Quotistas da 5ª Série em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

$Perf_n$

Percentual de performance. Para apuração do Prêmio das Quotas Sênior da 5ª Série $Perf = 0,75$

NQS_n

número de Quotas Sênior em Circulação, da 5ª Série, na data de apuração do Prêmio.

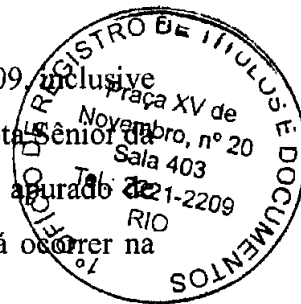
Sendo que, se: $PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{D-1}^{(Total)} \right) < 0$ (zero), então:

$$Prêmio = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{D-1}^{(Total)} \right) \right] \times Part_n}{NQS_n}$$

2.1. Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida em cada dia 01 de



abril e 01 de outubro de cada exercício social, a partir de 01 de abril de 2009, inclusive (a “Data de Amortização”), a amortização de parcela do valor de cada Quota Sênior da 5ª Série (a “Amortização Programada”), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com a fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer na forma disposta neste item 2.1 e nos subitens 2.1.1 a 2.1.3 abaixo:



$$Amtz_{n1} = (VQS_{n(D0)} - 25.000 + (PA \times 25.000)) \times Per$$

Se $Amtz_{n1} < 0$ (zero) então $Amtz_{n1} = 0$ (zero) e se na Data de Amortização Integral da Quota Sênior da 5ª Série: (i) o valor da Quota Sênior da 5ª Série ($VQS_{n(D0)}$) for inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); e (ii) o Patrimônio Líquido for superior ao resultado da expressão: $(NQS_n \times 25.000)$ então $VQS_{n(D0)} = 25.000,00$.

onde:

$Amtz_{n1}$ valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior da 5ª Série na Data de Amortização “n”.

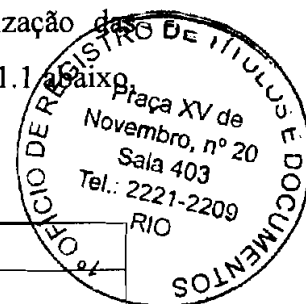
$VQS_{n(D0)}$ valor unitário de cada Quota Sênior da 5ª Série, para efeito de cálculo de seu valor nas datas de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 5ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea “c” do inciso III da Capítulo Onze do Regulamento.

Per Percentual a ser aplicado exclusivamente no pagamento da última Amortização das Quotas Sênior da 5ª Série, apurado de acordo com a seguinte tabela:

Data de pagamento da última parcela de Amortização das Quotas Sênior da 5ª Série	“Per”
Caso ocorra em 01/04/2010	0,98
Caso ocorra em 01/10/2010	0,99
Caso ocorra após 01/10/2010	1

PA percentual de amortização do valor nominal de cada Quota Sênior da 5ª

Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização das Amortizações Programadas, observado o disposto no subitem 2.1.1.1 abaixo, conforme a seguinte tabela:



Data de Amortização	PA
01/04/2009	0
01/10/2009	0
01/04/2010	100%

2.1.1. Os titulares de Quotas Sênior da 5ª Série poderão, individualmente, optar pela não ocorrência e conseqüente prorrogação da última Amortização Programada, prevista originalmente para 01/04/2010. Nesta hipótese, a Data de Amortização será automaticamente prorrogada para o dia 01/10/2010, quando, os titulares de Quotas Sênior poderão optar, igualmente, observado o disposto no item 2.1.2 abaixo, pela não ocorrência e conseqüente prorrogação da referida Amortização Programada. Cada prorrogação da última Data de Amortização, se ocorrer, acarretará na prorrogação da Data de Amortização para o aniversário semestral subsequente, assim entendido os dias 01 de abril e 01 de outubro de cada ano. A Data de Amortização prevista inicialmente para 01/04/2010 não poderá ser prorrogada, em qualquer hipótese, após 01/04/2013, data em que, obrigatoriamente, ocorrerá o resgate integral de todas as Quotas Sênior da 5ª Série em Circulação.

2.1.2. A ausência de manifestação expressa, por escrito, do titular de Quotas Sênior da 5ª Série, no sentido de amortizar suas respectivas Quotas Sênior da 5ª Série, enviada à Administradora em até o 365º dia anterior à última Data de Amortização, prevista para 01/04/2010, e assim sucessivamente, significará manifestação favorável à prorrogação da Data de Amortização para 01/10/2010, e assim sucessivamente em cada nova Data de Amortização.


2.1.3. Caso a manifestação dos titulares de Quotas Sênior da 5ª Série visando a prorrogação da Data de Amortização, inicialmente prevista para 01/04/2010, não seja unânime para os titulares de todas as Quotas Sênior da 5ª Série em Circulação, o Fundo efetuará o pagamento da Amortização aos titulares de Quotas Sênior da 5ª Série que assim houverem optado expressamente por escrito, e prorrogará a Data de Amortização das Quotas Sênior da 5ª Série de titularidade dos Quotistas remanescentes.

3. Os termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado atribuído quando utilizados neste Suplemento.
4. O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no inciso I do Capítulo Três do Regulamento.




Rio de Janeiro, 2 de abril de 2008.

FUNDO/ADMINISTRADORA:


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na qualidade de
administradora do UNION NATIONAL FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIROS E MERCANTIS

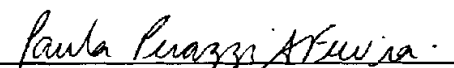
Nome: **José Alexandre C. de Farias**
Cargo: **DIRETOR**

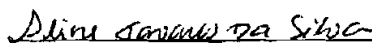

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A, na qualidade de
administradora do UNION NATIONAL FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIROS E MERCANTIS

Nome: **Alexandre Lourenço de Oliveira**
Cargo: **PROCURADOR DA PARTE INTERESSADA**
O PRESENTE DOCUMENTO FOI AUERBADO
NA MARGEM DO REGISTRO DE No.

1622886

Testemunhas:


Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**
RG: **11812920-4 IFP/RJ**
CPF: **095.449.027-40**


Nome: **ALINE TAVARES DA SILVA**
RG: **Detran/RJ: 020.621.272-2**
CPF: **101.900.787-74**



EMOLPIMENTOS E TAXAS R\$ 135,97

Rio de Janeiro, 02/04/2008
[] - Geraldo da Rocha Costa Jr.
Matr. 06/089 - Oficial Titular
[] - Kleber Balmon Hirdes
CTPS 93043/128 - 10.0f. Subst.
[] - Geraldo L. Miranda B. Jr.
CTPS 768856/022 - 20.0f. Subst.
[] - Carlos de Souza
CTPS 78596/095 - 30.0f. Subst.
[] - Bernardino Carvalho
CTPS 89896/082 - 40.0f. Subst.

1. OFÍCIO DE REG. DE TIT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO
APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO
E REGISTRADO EM CD-ROM SOB O No.
1648210

Anexo 8 – Suplemento da 6ª Série de Quotas Sênior

Suplemento da 6ª Série de Quotas Sênior do**Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis**

- Suplemento nº VI (o “Suplemento”) referente à 6ª Série de Quotas Sênior (a “6ª Série”) emitida nos termos do regulamento do “Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis”, registrado sob o nº 1584544 e alterado através dos Instrumentos de Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta e Sexta Alterações ao Regulamento, datados de 09/05/06, 20/06/06, 14/07/06, 14/05/07, 04/04/08 e 01/09/08 e registrados sob os nºs 1590867, 1594264, 1596545, 1622886, 1648504 e 1658692 respectivamente, todos perante o 1º Cartório de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”) e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a “Administradora”). Os documentos necessários ao registro da 1ª Distribuição das Quotas Sênior da 6ª Série, definidas na Instrução CVM, serão devidamente protocolados pela Administradora na CVM.
- O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate de cada Quota Sênior da 6ª Série será calculado observado critério de atualização definido no item “i” ou, conforme o caso, “ii” da alínea “c” do inciso III da Capítulo Onze do Regulamento, observado o disposto na seguinte tabela:

<i>Numero de Quotas Sênior da 6ª Série</i>	até 8.200
<i>Sobretaxa_n</i>	Não haverá
Prêmio	fará jus a Prêmio, calculado de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$Prêmio_n = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\frac{Total}{D-1} \right)} \right) \right] \times Part_n \times Perf_n}{NQS_n}$$

Onde:

PL_{D0} Patrimônio Líquido do Fundo na data de apuração do Prêmio.

PL_{D-1} Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

$Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix}\right)}$ Somatório de todos os valores pagos aos Quotistas de todas as Séries em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

$Part_n$ Percentual de participação da respectiva 6ª Série de Quotas Sênior apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{\left[\left(NQS_{n(d-1)} \times VQS_{n(d-1)} \right) - Amtz_{n(d-1)} \right]}{PL_{D-1} - Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix}\right)}}$$

Onde:

$NQS_{n(d-1)}$ = Numero de Quotas Sênior da 6ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.

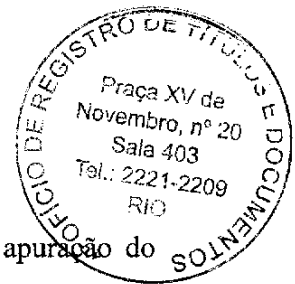
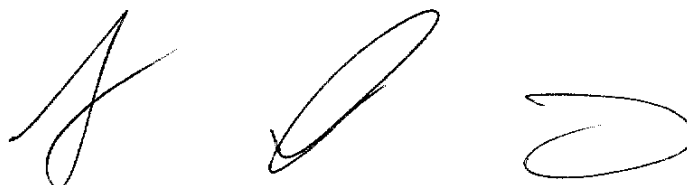
$VQS_{n(d-1)}$ = Valor unitário da Quota Sênior da 6ª Série no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do Prêmio.

$Amtz_{n(d-1)}$ = Somatório de todos os valores pagos aos Quotistas da 6ª Série em Circulação no dia útil anterior à data de apuração do Prêmio.

$Perf_n$ Percentual de performance. Para apuração do Prêmio das Quotas Sênior da 6ª Série $Perf = 0,60$

NQS_n número de Quotas Sênior em Circulação, da 6ª Série, na data de apuração do Prêmio.

Sendo que, se: $PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix}\right)} \right) < 0$ (zero), então:



$$Prêmio = \frac{\left[PL_{D0} - \left(PL_{D-1} - Amtz_{\left(\begin{smallmatrix} Total \\ D-1 \end{smallmatrix} \right)} \right) \right] \times Part_n}{NQS_n}$$



- 2.1. Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida em cada dia 01 de junho e 01 de dezembro de cada exercício social, a partir de 01 de junho de 2009 inclusive (a “Data de Amortização”), a amortização de parcela do valor de cada Quota Sênior da 6ª Série (a “Amortização Programada”), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com a fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia 01 de dezembro de 2013, quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Quota:

$$Amtz_{n1} = VQS_{n(D0)} - 25.000 + (PA \times 25.000)$$

- 2.1.1. Se $Amtz_{n1} < 0$ (zero) então $Amtz_{n1} = 0$ (zero) e se na Data de Amortização Integral da Quota Sênior da 6ª Série: (i) o valor da Quota Sênior da 6ª Série ($VQS_{n(D0)}$) for inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); e (ii) o Patrimônio Líquido for superior ao resultado da expressão: $(NQS_n \times 25.000)$ então $VQS_{n(D0)} = 25.000,00$.

onde:

$Amtz_{n1}$ valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior da 6ª Série na Data de Amortização “n”.

$VQS_{n(D0)}$ valor unitário de cada Quota Sênior da 6ª Série, para efeito de cálculo de seu valor nas datas de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 6ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea “c” do inciso III da Capítulo Onze do Regulamento.

PA

percentual de amortização do valor nominal de cada Quota Sênior da 6ª Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização das Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

Data de Amortização (*)	PA
01/06/2009	0
01/12/2009	0
01/06/2010	0
01/12/2010	25%
01/06/2011	0
01/12/2011	25%
01/06/2012	0
01/12/2012	25%
01/06/2013	0
01/12/2013	25%

3. Os termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.
4. O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no inciso I do Capítulo Três do Regulamento.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2008

FUNDO/ADMINISTRADORA:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na qualidade de administradora do UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS

Nome: **José Alexandre C. de Freitas**
Cargo: **DIRETOR**

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na qualidade de administradora do UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS

Nome: **Alexandre Lodi de Oliveira**
Cargo: **PROCURADOR**

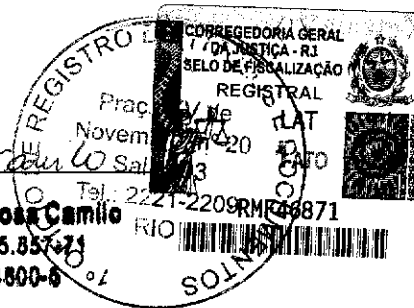
Testemunhas:

Aline de A. Hamond
Nome: **Aline de Araujo Hamond**
RG: **CPF: 116.576.577-28**
RG: **11.122.043-0 DETRAN/RJ**

Fernanda B. Camilo
Nome: **Fernanda Barbosa Camilo**
RG: **CPF: 109.665.857-71**
RG: **11484500-6**



1. OFÍCIO DE REG. DE TIT. E DOC.
RIO DE JANEIRO - RJ - 2221-2209
1659180



Anexo 9 – Demonstrações Financeiras do Fundo



**Union National Fundo de Investimento em Direitos
Creditórios Financeiros e Mercantis**
(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A.)
CNPJ: 07.855.693/0001-43

**Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2008 e 2007**



Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários S.A.)

Demonstrações financeiras

em 31 de março de 2008 e 2007

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3
Demonstração da composição e diversificação das aplicações	4
Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido	5
Notas explicativas às demonstrações financeiras	6 - 24



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos

Cotistas e à Administradora do

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores

Mobiliários S.A.)

Rio de Janeiro - RJ

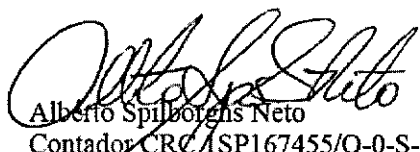
Examinamos a demonstração da composição e diversificação das aplicações do Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis em 31 de março de 2008 e as respectivas demonstrações das evoluções do patrimônio líquido, correspondentes ao exercício findo em 31 de março de 2008 e ao período de 10 de maio de 2006 (início das atividades) a 31 de março de 2007, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis em 31 de março de 2008 e as mutações de seu patrimônio líquido, correspondentes ao exercício findo em 31 de março de 2008 e ao período de 10 de maio de 2006 a 31 de março de 2007, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

30 de maio de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-F-RJ


Alberto Spilborgs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0-S-RJ

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações

em 31 de março de 2008

(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificações	Valor atual	% sobre o ativo
Disponibilidades	<u>1</u>	<u>-</u>
Banco conta movimento	1	-
Cotas de fundos de investimento	<u>1.054</u>	<u>0,21</u>
Bram Fundo de Investimento Referenciado DI Federal	1.054	0,21
Operações de crédito	<u>495.843</u>	<u>99,32</u>
Direitos creditórios a vencer	495.271	99,20
Direitos creditórios vencidos	626	0,13
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54)	(0,01)
Valores a receber	<u>2.323</u>	<u>0,47</u>
Recebíveis a liquidar	2.323	0,47
Despesas antecipadas	<u>1</u>	<u>-</u>
Taxa de fiscalização - CVM	1	-
Total do ativo	<u>499.222</u>	<u>100,00</u>
Valores a pagar	<u>899</u>	
Recebíveis a liquidar	18	
Taxa de administração	221	
Taxa de custódia	127	
Outros	533	
Patrimônio líquido	<u>498.323</u>	
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>499.222</u>	

As notas explicativas da Administradora são parte integrante das demonstrações financeiras.

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de março de 2008 e período de 10 de maio de 2006
(início das atividades) a 31 de março de 2007

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

	2008	2007
Patrimônio líquido no início do exercício/período	202.898	25
Cotas Seniores I - 2.000,000 cotas a R\$ 25.823,484740	51.647	
Cotas Seniores II - 4.200,000 cotas a R\$ 27.279,757419	114.575	
Cotas Subordinadas - 962,000 cotas a R\$ 38.125,280946	36.676	
Cotas subordinadas 1,000 cotas a R\$ 25.000,000000		25
Cotas emitidas	302.451	182.995
Constituição:		
Cotas Senior III - 902,000 cotas	22.550	
Cotas Senior IV - 1.462,000 cotas	36.550	
Cotas Subordinadas - 832,000 cotas	39.367	
Cotas Senior III - 3.298,000 cotas	83.851	
Cotas Senior IV - 4.738,000 cotas	120.133	
Cotas Seniores I - 2.000,000 cotas		50.373
Cotas Seniores II - 4.200,000 cotas		105.545
Cotas Subordinadas - 961,000 cotas		27.077
Cotas resgatadas	(46.261)	-
Cotas Seniores I - 2.000,000 cotas	(46.261)	-
Variação no resgate de cotas	(8.508)	-
Cotas Seniores I	(8.508)	-
Amortização de cotas	(50.602)	(5.066)
Cotas Seniores I	-	(5.066)
Cotas Seniores II	(17.337)	-
Cotas Subordinadas	(23.634)	-
Cotas Senior III	(9.631)	-
Patrimônio líquido antes do resultado do exercício/período	399.978	177.954
Resultado do exercício/período		
Receitas	104.089	26.766
Rendas de operações de créditos	101.895	23.104
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	271	3.657
Rendas de títulos e valores mobiliários	1.869	-
Outras receitas operacionais	54	5
Despesas	(5.744)	(1.822)
Despesas de custódia	(1.316)	(701)
Taxa de administração	(2.416)	(778)
Despesas tributárias	(13)	(7)
Despesas administrativas	(1.428)	(277)
Aprovisionamento e ajustes patrimoniais	(571)	(59)
Resultado do exercício/período	98.345	24.944
Patrimônio líquido no final do exercício/período	498.323	202.898
Cotas Seniores B - 4.200,000 cotas a R\$ 26.522,317523	111.393	
Cotas Subordinadas - 1.794,000 cotas a R\$ 60.958,609091	109.360	
Cotas Senior III - 4.200,000 cotas a R\$ 26.137,834119	109.779	
Cotas Senior IV - 6.200,000 cotas a R\$ 27.063,064608	167.791	
Cotas Seniores A - 2.000,000 cotas a R\$ 25.823,484740		51.647
Cotas Seniores B - 4.200,000 cotas a R\$ 27.279,757419		114.575
Cotas Subordinadas - 962,000 cotas a R\$ 38.125,280946		36.676

As notas explicativas da Administradora são parte integrante das demonstrações financeiras.

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de março de 2008 e período de 10 de maio de 2006 (início das atividades) a 31 de março de 2007

1 Contexto operacional

O Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 10 de maio de 2006 e destina-se a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor. O prazo de vigência regular do Fundo será até 1º de abril de 2026, ou até 90 dias após a data de vencimento do direito creditório de titularidade do Fundo que tenha a data de vencimento mais longa, o que ocorrer antes. O Fundo somente poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas no regulamento, e nesse caso deverão ser observados pela Administradora os procedimentos definidos em regulamento.

O objetivo do Fundo é propiciar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação de recursos em carteira composta por direitos creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade e, conforme o caso, por outros ativos. As cotas do Fundo não possuem benchmark.

As aplicações realizadas no fundo não contam com garantia da Administradora nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, os direitos creditórios e os outros ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado, riscos de crédito e/ou riscos operacionais das contrapartes, incluindo a eventual incapacidade de os Sacados honrarem suas respectivas obrigações, podendo, assim, gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas.

A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Administradora.

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2 Elaboração das demonstrações financeiras

Foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e por demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são atualizados, diariamente, pelo valor da cota divulgada pelo administrador.

b. Direitos creditórios a vencer

São avaliados pelo seu valor de aquisição e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

c. Direitos creditórios vencidos e não pagos

Estão integralmente registrados pelo valor contratado, acrescido dos rendimentos até a data do seu vencimento.

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

As provisões com direitos creditórios são reconhecidas no resultado do exercício conforme as regras e os procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada a partir do vencimento dos direitos creditórios e percentuais demonstrados na nota 6b.

Caso os créditos inadimplentes sejam de alguma forma, recuperados após o provisionamento, estes são destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, sendo revertida a provisão anteriormente constituída.

4 Direitos creditórios

Os direitos creditórios serão gerados pela Union National S.A. Fomento Mercantil, sendo estes representados por duplicatas adquiridas junto a cedentes diversos.

Na aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, caberá ao Custodiante a verificação do atendimento pelos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade. Quando da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, a Administradora e o Custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos no Regulamento e nos demais Documentos da Securitização cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.

Serão considerados direitos creditórios elegíveis (os “Direitos Creditórios Elegíveis”) os Direitos Creditórios, cujas informações foram transmitidas ao Custodiante pelo Consultor de Crédito, por meio eletrônico, de acordo com os procedimentos definidos no respectivo Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos seguintes “Critérios de Elegibilidade”:

- As informações referentes aos Cedentes, Sacados e os Direitos Creditórios constem do arquivo (Layout previamente aprovado) enviado pelo Consultor de Crédito ao Custodiante nos termos do respectivo Contrato de Cessão;

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

- O respectivo Sacado não se encontra inadimplente no cumprimento de suas obrigações nos termos de outro Direito Creditório de titularidade do Fundo;
- A partir do 90º (nonagésimo) dia após a primeira integralização de Cotas, considerada, *pro-forma*, a cessão pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos pelo respectivo Sacado, não é superior a 10% (dez por cento) do valor do Patrimônio Líquido na Data de Aquisição;
- O respectivo Sacado não tenha seu nome incluso no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF do Bacen;
- O respectivo Sacado, tratando-se de pessoa jurídica, não esteja em processo de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial; e
- A data de vencimento do Direito Creditório não seja posterior ao dia 25 de março de 2026.

a. Composição de direitos creditórios por vencimento

	<u>Títulos a vencer</u>
A vencer	Valor presente - R\$ mil
Até 365 dias	441.069
Após 365 dias	<u>54.202</u>
Total	<u>495.271</u>

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Vencidos	Valor das parcelas vencidas - R\$ mil	Base de cálculo PCLD (*) R\$ mil	PCLD %	PCLD Valor R\$ mil
De 1 a 14 dias	399	1.878	0,5	9
De 15 a 30 dias	184	2.428	1,00	24
De 31 a 60 dias	32	483	3,00	15
De 61 a 90 dias	<u>11</u>	<u>56</u>	10,00	<u>6</u>
Total	<u>626</u>	<u>4.845</u>		<u>54</u>

(*) Refere-se ao saldo de parcelas vincendas e vencidas de devedores que apresentam parcelas em atraso, considerando-se as parcelas vincendas pelos respectivos valores nominais.

b. Recebíveis a Liquidar

- **Ativo** - Refere-se a operações vencidas entre 29 e 31 de março, pendentes de liquidação financeira.
- **Passivo** - Refere-se a direitos creditórios recebidos, pendentes de identificação na carteira do Fundo para a respectiva baixa.

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

5 Rating

O Fundo é avaliado trimestralmente por empresa de rating especializada, conforme detalhado no prospecto a partir da data da constituição, tendo sido contratada para avaliação a Austin Rating, que atribuiu o rating AA- na sua escala nacional às cotas Seniores em 29 de fevereiro de 2008.

6 Aprovisionamento e ajuste patrimoniais

Inclui o ajuste entre o valor da cota de abertura e fechamento, no montante de R\$ 528 mil.

7 Emissão, amortização e resgate de cotas

O Fundo possui classe de cotas seniores e subordinada, que foram emitidas em séries. As cotas do Fundo são escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares.

a. Emissão

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas foram emitidas por seu valor calculado na forma definida em regulamento, respectivamente, na data em que os recursos foram colocados pelos investidores à disposição do Fundo, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN ou, na hipótese de subscrição e integralização de cotas subordinadas, por meio da cessão de direitos creditórios ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

b. Resgate

As cotas somente podem ser resgatadas pelo término do prazo de duração ou pela liquidação do Fundo, ressalvadas, porém, as amortizações previstas, conforme determinado em Assembléia Geral ou, ainda, por força das normas vigentes.

c. Amortização

A partir do 20º (vigésimo) dia útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização, a Administradora deverá dar início aos seguintes procedimentos:

- Interromper a aquisição de Direitos Creditórios dos Cedentes e de Outros Ativos e resgatar e/ou alienar os Outros Ativos, adotando as medidas prudenciais necessárias de forma que o resgate ou alienação destes ativos não afete sua rentabilidade; e
- Quando o somatório dos valores auferidos for equivalente, no mínimo, ao menor valor entre: (i) o somatório do valor total da parcela das Cotas Sênior a ser amortizado na respectiva Data de Amortização, e (ii) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (o "Montante Mínimo"), a Administradora destinará os recursos para o pagamento da respectiva Amortização Programada em sua Data de Amortização.
- Na mesma data de Amortização das Cotas Sênior de qualquer das Séries em Circulação (a "Data de Amortização de Cotas Subordinadas"), o Fundo deverá promover a amortização, total ou parcial, de parcela do valor de cada Cota Subordinada em Circulação, observado, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Regulamento, de forma que, considerada, *pro-forma*, a amortização pretendida, considerando-se os valores apurados para o dia útil imediatamente anterior à respectiva Data de Amortização de Cotas Subordinadas (a "Amortização Programada de Cotas Subordinadas"). A unanimidade dos titulares de Cotas Subordinadas em Circulação poderá solicitar à Administradora, por escrito, até o 5º dia útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização de Cotas Subordinadas, a não realização da referida amortização. Nesta hipótese, o Fundo somente poderá promover nova Amortização Programada de Cotas Subordinadas na próxima Data de Amortização de Cotas Subordinadas.

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

No exercício houve as seguintes amortizações:

Data da amortização	Classe de cotas	Total amortizado - R\$ mil
01/02/2007	Sênior I	<u>5.066</u>
01/06/2007	Sênior II	12.728
03/12/2007	Sênior II	<u>4.609</u>
		<u>17.337</u>
01/08/2007	Subordinada	4.000
02/08/2007	Subordinada	444
03/12/2007	Subordinada	4.609
04/12/2007	Subordinada	4.653
13/12/2007	Subordinada	223
02/01/2008	Subordinada	9.631
03/01/2008	Subordinada	<u>74</u>
		<u>23.634</u>
09/01/2008	Sênior III	<u>9.631</u>
Total amortizado no exercício findo em março de 2008		<u>50.602</u>
Total de amortizações		<u>55.668</u>

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

8 Custódia

O controle das cotas dos fundos de investimento que compõem a carteira do Fundo está sob a responsabilidade do Banco Bradesco S.A.

Os documentos comprobatórios dos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo estão custodiados pela Union National S.A. Fomento Mercantil.

9 Encargos do Fundo

Taxa de administração

Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições, uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre R\$ 12 mil mensais para os 3 primeiros meses de operação do Fundo e de R\$ 15 mil mensais a partir do 4º mês de operação do Fundo, inclusive, ou o valor correspondente a 1/12 da taxa anual de 0,50%, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido.

O cálculo também considera os fatores abaixo:

- A Taxa de Administração será acrescida do valor dos tributos incidentes sobre pagamentos da espécie, a saber: ISS, PIS, COFINS, Imposto de Renda Retido na Fonte e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a Taxa de Administração, com exceção do imposto de renda pago pela Administradora.
- Sobre o valor da Taxa de Administração serão acrescidos os valores, em moeda corrente nacional; equivalentes (i) o valor correspondente a 1/12 da taxa anual de 0,50%, sobre o valor do Patrimônio Líquido; (ii) R\$ 1.600 mensais corrigido anualmente, sempre no mês de janeiro, pela variação do Índice de Preços ao consumidor da FIPE (IPC-FIPE) do ano anterior, ou na sua falta, pela variação do IGMP, ou, na falta de ambos, do IGP-DI.

A despesa é calculada e provisionada diariamente e paga mensalmente à Administradora.

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

10 Evolução do valor da cota e rentabilidade

Data	Cota subordinada - R\$	Rentabilidade - % (*)
10/05/2006	25.000,000000	-
31/03/2007	38.125,280946	52,50
31/03/2008	60.958,609091	59,89

Data	Cota sênior I - R\$	Rentabilidade - % (**)
19/07/2006	25.000,000000	-
31/03/2007	25.823,484740	3,30
01/02/2008	27.384,699015	6,05

Data	Cota sênior II - R\$	Rentabilidade - % (**)
27/09/2006	25.000,000000	-
31/03/2007	27.279,757419	9,1
31/03/2008	26.522,317523	(2,78)

Data	Cota sênior III - R\$	Rentabilidade - % (**)
05/07/2007	25.000,000000	-
31/03/2008	26.137,834119	4,55

Data	Cota sênior IV - R\$	Rentabilidade - % (**)
24/10/2007	25.000,000000	-
31/03/2008	27.063,064608	8,25

(*) A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

(**) A rentabilidade acima apresentada inclui as amortizações descritas na Nota Explicativa nº 7.c., não representando o efetivo resultado auferido pelos cotistas.

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

11 Gerenciamento de riscos

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado, riscos de crédito e/ou riscos operacionais das contrapartes, incluindo a eventual incapacidade de os Sacados honrarem suas respectivas obrigações, podendo, assim, gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante ou qualquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em hipótese alguma, ser responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela solvência dos Sacados, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas quando da amortização ou resgate de suas Cotas, nos termos do Regulamento.

Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:

- a. **Da Liquidez das Cotas:** Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo para as Cotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, sem admitir a possibilidade de resgate das cotas a qualquer tempo, a critério dos cotistas, estes podem ter dificuldade em realizar seu investimento mediante alienação de suas cotas.
- b. **Amortização Condicionada:** As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização de suas cotas decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios, conforme identificado no regulamento, e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, pelas respectivas contrapartes.

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

- c. **Amortização de cotas na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo:** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos integrantes de sua carteira e, conforme o caso, aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a existência de vedações e/ou eventual impossibilidade de a Administradora alienar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização das cotas, em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos Creditórios e os outros Outros Ativos integrantes de sua carteira sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes e que as verbas recebidas sejam transferidas para o Fundo, tanto a Administradora quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização integral das cotas. O valor de amortização das cotas Sênior continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, inclusive os Cedentes, a Administradora, o Custodiante e o Consultor de Crédito, todavia, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado.

O Regulamento estabelece que o Fundo poderá ser liquidado, caso existam Cotas em Circulação, quando da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Neste caso, o resgate das Cotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios, observados os procedimentos definidos Regulamento. Nessa hipótese, os cotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios recebidos em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Sacados.

- d. **Da Amortização Não-Programada de Cotas Sênior:** Observados os procedimentos definidos no Regulamento, as Cotas Sênior poderão ser amortizadas antecipadamente pelo Fundo. Nesta hipótese, os titulares das Cotas Sênior poderão vir a sofrer perdas caso, por exemplo, não consigam reinvestir os recursos pagos pelo Fundo, decorrentes da amortização antecipada de Cotas Sênior, nos mesmos termos e condições das Cotas Sênior. Ademais, a ocorrência do evento acima identificado poderá afetar a programação de fluxo de caixa dos titulares de Cotas Sênior.

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

- e. **Da ausência de notificação aos Sacados:** A cessão de crédito objeto de cada Contrato de Cessão não foi objeto de notificação prévia aos Sacados contendo instruções para que estes efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente ao Fundo. Os Sacados não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão, conforme o caso.
- f. **Risco de Liquidação Antecipada pelos Sacados dos Direitos Creditórios:** Os Sacados podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.
- g. **Fatores Macroeconômicos Relevantes:** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, assim como os demais fatores de risco descritos, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, poderão resultar em perda, por parte dos cotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo os Cedentes, a Administradora, o Custodiante e o Consultor de Crédito, qualquer multa ou penalidade caso os cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de tais eventos.
- h. **Da Inexistência de Rendimento Predeterminado:** O preço de integralização das Cotas Sênior será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Sênior na hipótese de amortização de suas respectivas Cotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, dos Cedentes, da Administradora, do Custodiante, do Consultor de Crédito, de suas respectivas Pessoas controladoras, das sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou de outras sociedades sob controle comum, como forma de assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Cotas Sênior não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da amortização de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Cotas, devidamente atualizadas no qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Cotas.

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

- i. **Descasamentos de Taxas:** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios, os quais são remunerados a uma taxa prefixada, e em Outros Ativos. Considerando-se que o valor das Cotas Sênior será definido na forma estabelecida, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Cotas Sênior, ainda que a Administradora realize operações com derivativos para proteção da carteira. A Administradora, o Custodiante, o Consultor de Crédito, os Cedentes e quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado, mesmo na hipótese de a Administradora utilizar-se de instrumentos derivativos para mitigar tal risco.
- j. **Não Afetação do Patrimônio Líquido do Fundo:** Os ativos integrantes da carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de qualquer Série de Cotas Sênior específica. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, amortização e/ou de resgate de Cotas Sênior, não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas.

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

- k. **Dos Riscos Associados aos Outros Ativos:** O Fundo poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Outros Ativos, os quais se encontram sujeitos a oscilações de preços e a outros riscos, incluindo, sem limitação, riscos de crédito, de liquidez ou riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, que podem afetar negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Cotistas. O Fundo, a Administradora, o Consultor de Crédito e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsabilizados por qualquer depreciação no valor dos Outros Ativos ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Cotas. Entre tais riscos, destacam-se: (i) os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Outros Ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional; (ii) os Outros Ativos estão, também, sujeitos à capacidade dos seus emissores/contrapartes em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal. Ademais, alterações nas condições financeiras dos emissores dos Outros Ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. Tais eventos, mesmo que não fundamentados, poderão também trazer impactos adversos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. O Fundo poderá, ainda, incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Outros Ativos em nome do Fundo. Na hipótese de incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Outros Ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar seus créditos. A precificação dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor do Patrimônio Líquido. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

- l. Da emissão de novas Cotas:** O Fundo poderá, a qualquer tempo, emitir novas Cotas, sem a necessidade de consulta ou aprovação prévia dos titulares de Cotas em Circulação. Na hipótese de emissão de novas Cotas, não será assegurado direito de preferência para os Cotistas na ocasião, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Cotas da mesma classe que já estejam em Circulação na ocasião.

Consultor de Crédito. O Consultor de Crédito, além de ser Cedente, também atuará, por conta e ordem do Fundo, na seleção de Novos Cedentes aptos a ceder Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo. Desta forma, o Consultor de Crédito, ao definir a Taxa de Desconto, pode optar pela adoção de taxa mínima de desconto, reduzindo assim a remuneração dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

- m. Possibilidade de Interrupção da Aquisição de Direitos Creditórios:** Os Cedentes não se encontram obrigados a ceder Direitos Creditórios ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pelos Cedentes.
- n. Cobrança Judicial ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos:** Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Cotistas reunidos em Assembléia Geral. Os Cedentes, a Administradora, o Agente Cobrador, o Custodiante, quaisquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Cotas Sênior deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

- o. **Inexistência de Verificação Prévia pelo Custodiante e pela Administradora dos Documentos Comprobatórios:** Quando da oferta dos Direitos Creditórios pelos Cedentes ao Fundo, a Administradora e o Custodiante não verificarão se os respectivos Direitos Creditórios (i) estão amparados por Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios, sendo certo que tal verificação será realizada *a posteriori*, por meio de auditoria por amostragem; (ii) apresentam qualquer vício ou defeito que prejudique a sua cobrança em face do Sacado ou Originador ou (iii) sejam objeto de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo. A inexistência de Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios e a ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos poderá resultar em redução no valor do Patrimônio Líquido e, conseqüentemente, em perdas para Cotistas.
- p. **Auditoria dos Documentos Comprobatórios:** O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Como essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por ele adquiridos.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia dos Cedentes, da Administradora, do Custodiante, do Agente Cobrador, do Consultor de Crédito, de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e, conseqüentemente, comprometer a capacidade de o Fundo efetuar o pagamento, total ou parcial, das Cotas dentro dos prazos e nas condições originalmente previstos no Regulamento.

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

12 Tributação

a. Imposto de renda

Os rendimentos auferidos serão tributados pelas regras abaixo:

- Seguindo a expectativa da Administradora e do Gestor de manter a carteira do Fundo, exceto os direitos creditórios, com prazo médio superior a trezentos e sessenta e cinco dias, calculado conforme metodologia regulamentada pela Secretaria da Receita Federal, os rendimentos auferidos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas, de acordo com o prazo de aplicação contados da data de aplicação à data da amortização/do resgate:

- I - 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias
- II - 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias
- III - 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias
- IV - 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

Conforme legislação em vigor, desde janeiro de 2002, as eventuais perdas decorrentes da valorização das cotas podem ser compensadas com eventuais ganhos posteriores obtidos no mesmo ou em outros fundos detidos pelo investidor com mesmo administrador e com a mesma alíquota.

Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

b. IOF (Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007)

O art. 32 do Decreto nº 6.306/07 determina a incidência do IOF, à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, limitado ao percentual de rendimento da operação, em função do prazo de aplicação. Esse limite percentual decresce à medida que aumenta o número de dias decorridos entre a aplicação e o resgate de cotas, conforme a tabela anexa ao Decreto nº 6.306/07. Para os resgates/amortizações efetuados a partir do trigésimo dia da data de aplicação, não haverá cobrança desse IOF.

13 Contrato de prestação de serviço de controladoria e custódia

A Administradora contratou o Banco Bradesco para prestar as atividades de custódia qualificada e controladoria dos Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo.

14 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se que a Administradora, no período, não contratou nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes relacionados aos fundos de investimento por ela administrados que não aos serviços de auditoria externa a estes fundos. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

15 Alterações estatutárias

Na Assembléia Geral de Cotistas realizada em 8 de maio de 2007 deliberou a substituição do Custodiante do Fundo passando de Banco Itaú S.A. para o Banco Bradesco S.A.

Anexo 10 – Demonstrativos Trimestrais do Fundo

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2008.

À
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
Gerência de Registros III
A/c Flávia Mouta Fernandes

**Ref.: UNION NATIONAL FIDCs FINANCEIROS E MERCANTIS –
DEMONSTRATIVO TRIMESTRAL**

Prezados Senhores,

Na qualidade de diretor designado pela instituição administradora para o Fundo em referência, apresento abaixo, o demonstrativo trimestral referente ao **1º trimestre de 2008**, evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as negociações foram realizadas a taxas de mercado, conforme demonstrado abaixo:

Composição da Carteira em 31/03/2008

	R\$	Base	% Ref.	% Ref.	Mín	Máx
Outros Investimentos	1.054.804,46	PL	0,21	-	-	-
Caixa	1.000,00	PL	0	-	-	-
Títulos Privados	1.053.804,46	PL	0,21	-	-	-
Títulos Públicos	0,00	PL	0	-	-	-
Over (Compromissadas)	0,00	PL	0	-	-	-
Swap	0,00	PL	0	-	-	-
Total Receivables	496.037.860,05	PL	99,54	-	-	-
Receivables (VP) a vencer	495.270.674,05	PL	99,39	-	-	-
Recebíveis Vencidos	767.186,00	PL	0,15	-	-	-
[x] até 90 dias	755.964,52	PL	0,15	-	-	-
[x] mais de 90 dias	11.221,48	PL	0	-	-	-
PDD	53.761,12	PL	0,01	-	-	-
Provisões/ Diferimentos	1.176.956,55	PL	0,24	-	-	-
PL Total	498.323.382,18	PL	100	-	-	-

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.
OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A.
OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S/A.

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 500 • Bl. 13 • Gr. 205
Cond. Downtown • Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Tel.: (21) 2493-7003 • Fax: 2493-4746
Celular: (21) 8158-8522

São Paulo
Rua Joaquim Floriano, 1052 • 13º andar
Sala 132 • Edifício Bertolucci • Itaim Bibi
Cep 04534-004
Tel.: (11) 3881-2493 • Fax: 3881-2494

www.oliveiratrust.com.br
agente@oliveiratrust.com.br
fundos@oliveiratrust.com.br

MÉDIA DA CARTEIRA 01/01/2008 A 31/03/2008

ATIVO	VALOR MÉDIO	% MÉDIO
Títulos Privados	18.821.636,40	3,79%
Total Recebíveis	478.446.893,04	96,21%

RENTABILIDADE DAS QUOTAS 01/01/2008 A 31/03/2008

QUOTAS SUBORDINADAS		
Data	Valor das Quotas	Rentabilidade (a.m.)
31/01/2008	56.542,6709588	4,355301%
29/02/2008	58.607,6574136	3,652085%
31/03/2008	60.958,6090914	4,011339%

1ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR		
Data	Valor das Quotas	Rentabilidade (a.m.)
31/01/2008	27.367,0754934	1,575733%
01/02/2008	27.384,6990150	(*)

(*): As Quotas da 1ª série foram totalmente resgatadas em 01/02/2008.

2ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR		
Data	Valor das Quotas	Rentabilidade (a.m.)
31/01/2008	25.750,9977873	1,575733%
29/02/2008	26.113,5627222	1,407965%
31/03/2008	26.522,3175227	1,565297%

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.
OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A.
OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S/A.

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 500 • Bl. 13 • Gr. 205
Cond. Downtown • Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Tel.: (21) 2493-7003 • Fax: 2493-4746
Celular: (21) 8158-8522

São Paulo
Rua Joaquim Floriano, 1052 • 13º andar
Sala 132 • Edifício Bertolucci • Itaim Bibi
Cep 04534-004
Tel.: (11) 3881-2493 • Fax: 3881-2494

www.oliveiratrust.com.br
agente@oliveiratrust.com.br
fundos@oliveiratrust.com.br

3ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR

Data	Valor das Quotas	Rentabilidade (a.m.)
31/01/2008	25.377,6958968	1,575733%
29/02/2008	25.735,0048733	1,407965%
31/03/2008	26.137,8341195	1,565297%

4ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR

Data	Valor das Quotas	Rentabilidade (a.m.)
31/01/2008	26.276,0189121	1,575733%
29/02/2008	26.645,9759587	1,407965%
31/03/2008	27.063,0646075	1,565297%

VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

01/03/2008 A 31/03/2008

O Custodiante do Fundo contratou a KPMG Auditores Independentes para a verificação do lastro dos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo no trimestre.

A amostra dos registros para a verificação foi realizada com base nos registros operacionais e contábeis, observados os seguintes parâmetros, conforme disposto no Regulamento do Fundo:

(i) A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis para verificação nos termos da alínea "a" acima, será realizada mediante aplicação da seguinte fórmula matemática:

$$n_o = \frac{1}{E_o^2} \quad n = \frac{N \times n_o}{N + n_o}$$

Onde:

Eo = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.
OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A.
OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S/A.

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 500 • Bl. 13 • Gr. 205
Cond. Downtown • Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Tel.: (21) 2493-7003 • Fax: 2493-4746
Celular: (21) 8158-8522

São Paulo
Rua Joaquim Floriano, 1052 • 13º andar
Sala 132 • Edifício Bertolucci • Itaim Bibi
Cep 04534-004
Tel.: (11) 3881-2493 • Fax: 3881-2494

www.oliveiratrust.com.br
agente@oliveiratrust.com.br
fundos@oliveiratrust.com.br

dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados); e,

N = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

A seleção da amostra de Direitos Creditórios Elegíveis para verificação será obtida da seguinte forma: (i) divide-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada k elementos, retira-se um ponto para amostra.

A verificação dos documentos comprobatórios foi realizada, por meio dos seguintes procedimentos:

(i) obtenção, junto ao Custodiante, de arquivo eletrônico com a relação analítica dos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo;

(ii) a partir do arquivo mencionado no item anterior e mediante a aplicação da fórmula descrita acima, foram apurados 100 duplicatas ou protocolos de devolução;

(iii) conferência física das duplicatas ou protocolos de devolução com os registros eletrônicos da amostra utilizada.

Com base na amostra utilizada para execução da verificação, a KPMG analisou as duplicatas ou protocolos de devolução, contemplando as seguintes informações:

- Nome do Cedente;
- Nome do Sacado;
- Data da Emissão;
- Data de Vencimento;
- Valor Nominal.

Tendo em vista que todos os documentos solicitados foram apresentados e levando em consideração que foram empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de verificação dos documentos comprobatórios em conformidade com as boas práticas nacionais (Norma Brasileira de Contabilidade nº. 11, do Conselho Federal de Contabilidade), e internacionais, a conclusão foi a de que o resultado obtido foi satisfatório.

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.
OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A.
OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S/A.

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 500 • Bl. 13 • Gr. 205
Cond. Downtown • Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Tel.: (21) 2493-7003 • Fax: 2493-4746
Celular: (21) 8158-8522

São Paulo
Rua Joaquim Floriano, 1052 • 13º andar
Sala 132 • Edifício Bertolucci • Itaim Bibi
Cep 04534-004
Tel.: (11) 3881-2493 • Fax: 3881-2494

www.oliveiratrust.com.br
agente@oliveiratrust.com.br
fundos@oliveiratrust.com.br

DECLARAÇÃO DO DIRETOR DESIGNADO
(§3º do Art. 8º da Instrução CVM nº 356/01)

Período de 01/01/2008 A 31/03/2008

Declaro que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as negociações foram realizadas à taxa de mercado.

Atenciosamente,



**Mauro Sergio de Oliveira - Diretor designado do UNION NATIONAL FIDCs
FINANCEIROS e MERCANTIS**

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.
OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A.
OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S/A.

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 500 • Bl. 13 • Gr. 205
Cond. Downtown • Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Tel.: (21) 2493-7003 • Fax: 2493-4746
Celular: (21) 8158-8522

São Paulo
Rua Joaquim Floriano, 1052 • 13º andar
Sala 132 • Edifício Bertolucci • Itaim Bibi
Cep 04534-004
Tel.: (11) 3881-2493 • Fax: 3881-2494

www.oliveiratrust.com.br
agente@oliveiratrust.com.br
fundos@oliveiratrust.com.br

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2008.

À
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
Gerência de Registros III
A/c Flávia Mouta Fernandes

**Ref.: UNION NATIONAL FIDCs FINANCEIROS E MERCANTIS –
DEMONSTRATIVO TRIMESTRAL**

Prezados Senhores,

Na qualidade de diretor designado pela instituição administradora para o Fundo em referência, apresento abaixo, o demonstrativo trimestral referente ao **2º trimestre de 2008**, evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as negociações foram realizadas a taxas de mercado, conforme demonstrado abaixo:

Carteira do Fundo em 30/06/2008

	R\$	Base	% Ref.	Ref	Mín	Máx
Outros Investimentos	131.474.116,59	PL	19,56%	-	-	-
Caixa	1.000,00	PL	0,00%	-	-	-
Títulos Privados	131.473.116,59	PL	19,56%	-	-	-
Títulos Públicos	-	PL	0,00%	-	-	-
Over (operações compromissadas)	-	PL	0,00%	-	-	-
Swap	-	PL	0,00%	-	-	-
Total dos Recebíveis	535.092.736,42	PL	79,61%	-	-	-
Recebíveis (VP) a vencer	533.771.815,04	PL	79,41%	-	-	-
Recebíveis Vencidos	1.320.921,38	PL	0,20%	-	-	-
[x] até 90 dias	1.424.134,29	PL	0,21%	-	-	-
[x] mais que 90 dias	(103.212,91)	PL	(0,02)%	-	-	-
PDD	71.737,76	PL	0,01%	-	-	-
Provisões/ Diferimentos	5.504.332,46	PL	0,82%	-	-	-
PL Total	672.142.923,23	PL	100%	-	-	-

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.
OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A.
OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S/A.

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 500 • Bl. 13 • Gr. 205
Cond. Downtown • Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Tel.: (21) 2493-7003 • Fax: 2493-4746
Celular: (21) 8158-8522

São Paulo
Rua Joaquim Floriano, 1052 • 13º andar
Sala 132 • Edifício Bertolucci • Itaim Bibi
Cep 04534-004
Tel.: (11) 3881-2493 • Fax: 3881-2494

www.oliveiratrust.com.br
agente@oliveiratrust.com.br
fundos@oliveiratrust.com.br

MÉDIA DA CARTEIRA
01/04/2008 A 30/06/2008

ATIVO	VALOR MÉDIO	% MÉDIO
Títulos Privados	61.235.162,79	10,94%
Total Recebíveis	498.531.361,65	89,06%

RENTABILIDADE DAS QUOTAS
01/04/2008 A 30/06/2008

QUOTAS SUBORDINADAS		
Data	Valor das Quotas	Rentabilidade (a.m.)
30/04/2008	63.514,1987676	4,192336%
30/05/2008	65.939,0482768	3,817807%
30/06/2008	69.050,6729922	4,718941%
2ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR		
Data	Valor das Quotas	Rentabilidade (a.m.)
30/04/2008	26.970,0954276	1,688306%
30/05/2008	27.400,9518293	1,597534%
30/06/2008	25.415,8062119	1,723998%
3ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR		
Data	Valor das Quotas	Rentabilidade (a.m.)
30/04/2008	26.579,1207675	1,688306%
30/05/2008	27.003,7312168	1,597534%
30/06/2008	27.469,2748929	1,723998%
4ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR		
Data	Valor das Quotas	Rentabilidade (a.m.)
30/04/2008	27.519,9719783	1,688306%

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.
OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A.
OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S/A.

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 500 • Bl. 13 • Gr. 205
Cond. Downtown • Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Tel.: (21) 2493-7003 • Fax: 2493-4746
Celular: (21) 8158-8522

São Paulo
Rua Joaquim Floriano, 1052 • 13º andar
Sala 132 • Edifício Bertolucci • Itaim Bibi
Cep 04534-004
Tel.: (11) 3881-2493 • Fax: 3881-2494

www.oliveiratrust.com.br
agente@oliveiratrust.com.br
fundos@oliveiratrust.com.br

30/05/2008	25.383,1831226	1,597534%
30/06/2008	25.820,7885887	1,723998%

5ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR

Data	Valor das Quotas	Rentabilidade (a.m.)
30/04/2008	(*)	(*)
30/05/2008	(*)	(*)
30/06/2008	25.415,7380435	1,662952%

(*) A 5ª Série de Quotas Sênior teve início em 02/06/2008, conforme informações já encaminhadas a Vsas.

VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS
Período de 01/04/2008 A 30/06/2008

O Custodiante do Fundo contratou a KPMG para verificação do lastro dos Direitos Creditórios Adquiridos pelo Fundo no 2º trimestre de 2008.

Em relatório disponibilizado, o Custodiante informou que foram observados os parâmetros definidos no Regulamento do Fundo e que não foram observadas inconsistências, exceto por uma duplicata que não foi disponibilizada para verificação.

Outrossim, esta Instituição Administradora providenciará, junto aos Cedentes do Fundo, a justificativa para o apontamento levantado no relatório do Custodiante e encaminhará a Vsas quando do envio do próximo demonstrativo trimestral.

DECLARAÇÃO DO DIRETOR DESIGNADO
(§3º do Art. 8º da Instrução CVM nº 356/01)
Período de 01/04/2008 A 30/06/2008

Declaro que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as negociações foram realizadas à taxa de mercado.

Atenciosamente,



Mauro Sergio de Oliveira - Diretor designado do UNION NATIONAL FIDCs
FINANCEIROS e MERCANTIS

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.
OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A.
OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S/A.

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 500 • Bl. 13 • Gr. 205
Cond. Downtown • Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Tel.: (21) 2493-7003 • Fax: 2493-4746
Celular: (21) 8158-8522

São Paulo
Rua Joaquim Floriano, 1052 • 13º andar
Sala 132 • Edifício Bertolucci • Itaim Bibi
Cep 04534-004
Tel.: (11) 3881-2493 • Fax: 3881-2494

www.oliveiratrust.com.br
agente@oliveiratrust.com.br
fundos@oliveiratrust.com.br

Fundo
**UNION NATIONAL Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Financeiros
e Mercantis**
CNPJ/MF nº 07.855.693/0001-43

Administradora, Distribuidor e Estruturador
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ/MF nº 36.113.876/0001-91
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205
22640-100
Rio de Janeiro – RJ

Consultor de Crédito
Union National S.A. Fomento Mercantil
CNPJ/MF nº 05.841.560/0001-92
Avenida Angélica, nº 745, conjunto 111
01227-000
São Paulo – SP

Custodiante e Agente Escriturador
Banco Bradesco S.A.
CNPJ/MF nº 60.746.948/0001-12
Cidade de Deus, S/N
06029-900
Osasco – SP

Empresa de Auditoria
KPMG Auditores Independentes
CNPJ/MF nº 57.755.217/0001-29
Rua Renato Paes de Barros, nº 33
04530-904
São Paulo – SP

Agência de Classificação de Risco
Austin Consultoria e Serviços Ltda.
CNPJ/MF nº 03.016.560/0001-22
Rua Bertoga, nº 514
04141-100
São Paulo - SP

Assessor Legal
Motta, Fernandes Rocha Advogados
CNPJ/MF nº 35.808.211/0001-30
Alameda Santos, nº 2335 – 11º andar
01419-002
São Paulo – SP